

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE LETRAS (IL)
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS (LIP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGL)
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA



Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade

Fonte: *Drawing Hands* (1948). M.C. Escher (adaptado).

Harrison da Rocha

Brasília (DF)

2012



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE LETRAS (IL)
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS (LIP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGL)
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

Harrison da Rocha

Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade

Tese apresentada como requisito parcial para a Obtenção do título de Doutor em Linguística à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josenia Antunes Vieira

Brasília (DF)

2012

**UM NOVO PARADIGMA DE REVISÃO DE TEXTO:
DISCURSO, GÊNERO E MULTIMODALIDADE**

Harrison da Rocha

Banca Examinadora

Professora Doutora Josenia Antunes Vieira (UnB) – Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho (UnB/LIP) – Membro Interno

Profa. Dra. Ana Adelina Lôpo Ramos (UnB/LIP) – Membro Externo

Professora Doutora Regina Célia Pagliuchi da Silveira (PUC) – Membro Externo

Profa. Dra. Elizete de Azevedo Kreutz (UNIVATES/RS) – Membro Externo

Professora Doutora Maria Luiza Monteiro Sales Corôa (UnB) – Suplente



DEDICATÓRIA

A Deus; a meus pais, Dona Adelina e Seu Rocha; a todos os meus irmãos, Urânia Maria da Rocha; Washington Alberto da Rocha, Oceanides Neide da Rocha, Nadja Lúcia da Rocha, Carlos Henrique da Rocha, Cacilda Lanuza da Rocha e Wrivelton da Rocha; a todos os parentes e amigos – sou o resultado de todos Eles...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida feliz que tenho.

A meus pais, pela formação espiritual que tenho.

A todos os meus irmãos, que ajudaram em minha formação como pessoa, principalmente Nadja e Neide.

À Zilda, à Solange e à Cida, amigas de todas as horas e das aflições acadêmicas.

Sempre agradeço à Professora Dra. Josenia pela minha formação acadêmica que começou em 1991 e perdurará por toda eternidade...

A todos os colegas do curso: Janaína, minha irmã mais nova; Cordélia, a professora "coringa", Elda, André, Cláudia, Georgina, Luíza.

Aos membros da banca por fazerem parte desta "viagem".

Nunca deixo de agradecer à Professora Dra. Cristina Diniz Leal, por suas competências acadêmica e espiritual – tenho saudade de suas aulas...

A todos aqueles que participaram desta pesquisa.

Aos funcionários do PPGL, em especial à Renata, pela competência; ao Coordenador Dioneu, pela compreensão.



O cenário semiótico está sendo feito. Nesse cenário, devemos pensar em uma teoria multimodal para explicar essas mudanças e repensar o valor da escrita.

(KRESS; van LEEUWEN, 1996)

RESUMO

Há muito anos, percorro os caminhos da Revisão de Texto, como profissional e professor dessa área. Nessa experiência, tenho tido felicidades, agruras e feito questionamentos teóricos sobre essa atividade profissional. No primeiro caso, vejo a Revisão como um rico instrumento de trabalho simbólico com a linguagem, que ajuda a entender seu funcionamento, e como uma alternativa profissional para as licenciaturas que, quase sempre, destinam os alunos ao Magistério. No segundo caso, vejo-a como uma atividade de pouca expansão e com baixa remuneração fora dos portões do Serviço Público; além disso, monopolizada pelo Jornalismo por uma legislação que favorece este segmento profissional. No último caso, segundo uma perspectiva discursiva e crítica, questiono a abordagem da Revisão de Texto tradicional preocupada com a mancha gráfica, calcada na modalidade padrão escrita, que desconsidera outras formas de representação. Este foi o ponto mais importante nesta pesquisa. Por isso, meu objetivo geral foi repensar, em uma perspectiva discursiva e crítica a prática da Revisão de Texto. Meus objetivos específicos foram a) definir Revisão de Texto; b) situar a legislação sobre Revisão de Texto e a posição do profissional de Letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto; c) desvelar as práticas discursivas que sustentam a visão tradicional de revisar texto; d) postular a importância da teoria do discurso, da Teoria dos Gêneros Textuais e da Teoria da Multimodalidade para se repensar a Revisão Tradicional grafocêntrica. Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que há fatos ocorrendo no cenário comunicacional que me instigaram a repensar minha prática profissional, quais sejam: a) o texto escrito não ocupa mais o lugar central na interação; b) a noção de linguagem não pode estar associada apenas à variedade padrão escrita; c) o discurso multissemiótico foi valorizado e muitos gêneros textuais passaram a ter características mais multimodais. Para cumprir meus objetivos, mobilizei os pressupostos teóricos do discurso, da Teoria dos Gêneros Textuais, da Teoria da Multimodalidade e da Ideologia. Minha pesquisa teve cunho qualitativo porque me permitiu analisar o objeto da pesquisa, no caso a Revisão de Texto, de diferentes ângulos: análise documental, entrevista semiestruturada, confrontação de dados com a teoria, análise de gêneros textuais em uma perspectiva discursiva e multissemiótica. Os resultados apontam para a preocupação de que o revisor de texto deve ter uma visão crítica diante do gênero textual a ser revisado e levar em consideração, não só os aspectos verbais escritos, e, ainda, outros recursos semióticos (não verbais) também responsáveis pela construção de sentido e de efeitos discursivos em contextos sociais.

Palavras-Chave: Revisão de Texto. Discurso. Gênero Textual. Multimodalidade. Ideologia.

ABSTRACT

I have been travelling through the paths of Recension as a professional and teacher in this area for many years. With this experience I have had happiness, bitterness and I have also asked some theoretical questions about this professional activity. In the first case I see Recension as a rich instrument of symbolic work with the language that helps to understand its function and as a professional alternative to the college degrees that have oftentimes directed the students to Teaching. In the second case I see it as an activity of little expansion and low payment out of the Civil Services, monopolized by Journalism because of legislation in favour of this professional segment. In the last case, since a Critical Discursive perspective, I question the approach of traditional Recension, concerned about the graphic stain, based on the standard written form, disregarding the other ways of representation. This was the most important topic in this research. Thus, my general purpose was to rethink the practice of Recension from a Critical Discursive perspective. My specific purposes were a) providing a definition to Recension; b) placing the legislation about Recension and the situation of the professional of Portuguese in the business area; c) unveiling the discursive practices that support the traditional view of Recension; d) postulating the importance of discourse theory, textual genres theory and Multimodality rethinking the graphocentric Traditional Recension. This research is legitimated by the fact that there are things happening in the communicational scenario that urge me to rethink my professional practice, such as: a) the written text does not occupy the centre in terms of interaction; b) the notion of language cannot be associated only with the standard written variety; c) the multisemiotic discourse was enriched and many textual genres became more multimodal. To fulfill my purposes I mobilized the theoretical assumptions of discourse, from the textual genre theory, the Multimodality theory and Ideology. This research is qualitative because it allowed me to analyze its object – Recension – from different perspectives: documental analysis, semi structured interview, confrontation of data and theory and textual genres analysis in a Multisemiotic Discursive perspective. The results indicate to the concern that the professional of Recension must have a critical view towards the textual genre he will revise, as well as taking into account not only the written verbal aspects, but also other semiotic resources (non verbal), is likewise responsible to the meaning making and its effects in social contexts.

Key-Words: Recension. Discourse. Textual Genres. Multimodality. Ideology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias analíticas da ADC	28
Quadro 2 – Modos de operação da Ideologia.....	31
Quadro 3 – Quadro Tridimensional	47
Quadro 4 – Carga horária de atividade (resumido)	53
Quadro 5 – Categorias analíticas da ADC (resumidas 1)	56
Quadro 6 – Classificação da atividade de Revisão	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triangulação teórica.....	21
Figura 2 – Copista.....	33
Figura 3 – Abertura do <i>Blog do Éder</i>	73
Figura 4 – Lula e Éder	74
Figura 5 – Hillary Clinton e Hugo Chavez.....	75
Figura 6 – Nicolas Sarkozy	77
Figura 7 – Lula, Mano Menezes e D. Marisa.....	78
Figura 8 – D. Marisa barbeia Lula	79
Figura 9 – Posturas adequadas na Revisão (parte 1).....	92
Figura 10 – Posturas adequadas na Revisão (parte 2).....	93
Figura 11 – Nota fúnebre	94
Figura 12 – Anúncio de celebração	94
Figura 13 – Estrutura de uma lei.....	108
Figura 14 – Receita culinária	127
Figura 15 – <i>Folder</i> Prêmio Pemberton (frente).....	137
Figura 16 – <i>Folder</i> Prêmio Pemberton (verso)....	138
Figura 17 – <i>Folder</i> propaganda de tinta	142
Figura 18 – <i>Folder</i> treinamento legislação.....	143
Figura 19 – <i>Folder</i> SENAES (frente).....	144
Figura 20 – <i>Folder</i> SENAES (verso).....	145
Figura 21 – Antes do photoshop – O real	179
Figura 22 – Depois do photoshop – O ideal	179
Figura 23 – <i>O grito</i>	186
Figura 24 – Inter-imageticidade a partir de <i>O grito</i>	187
Figura 25 – Propaganda da Duloren	188
Figura 26 – Propaganda da Duloren (recorte 1)	188
Figura 27 – Propaganda da Duloren (recorte 2)	188

Quadro 7 – Categorias analíticas da ADC (resumidas 2)	59
Quadro 8 – Modos de operação da Ideologia (resumidos 1).....	59
Quadro 9 – Modos de operação da Ideologia (resumidos 2).....	81
Quadro 10 – Tipos e gêneros textuais	126
Quadro 11 – Exemplos de fontes da multimodalidade	180

Figura 28 – Propaganda da Duloren (recorte 3)	189
Figura 29 – Dona de casa americana – anos de 1950.....	189
Figura 30 – Drácula (1931) – Max Glucksman	193
Figura 31 – Drácula (1994) – Neil Jordan.....	193
Figura 32 – Pichação.....	194
Figura 33 – Drácula (1992) – Bram Stokers.....	195
Figura 34 – Exemplos da interação entre escrita e imagem	196
Figura 35 – Acidente de carro.....	199
Figura 36 – Propaganda da Pirelli.....	200
Figura 37 – Propaganda do Bradesco	201
Figura 38 – Imagem da terra	202
Figura 39 – Propaganda do Santander – Banespa	208
Figura 40 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 1).....	208
Figura 41 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 2).....	209
Figura 42 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 3).....	211
Figura 43 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 4).....	212
Figura 44 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 5).....	212
Figura 45 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor) 6.....	223
Figura 46 – Violência moral	226
Figura 47 – Assédio moral	227
Figura 48 – Trabalho infantil.....	228
Figura 49 – Convenção 182 da OIT	228

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE QUADROS	IX
LISTA DE FIGURAS	IX
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O Início da Caminhada: uma Mirada sobre o Tema e os Percursos Metodológicos	15
Crônica <i>Cuidado com os REVIZORES</i>	15
1. A Revisão tradicional – Antítese	17
2. A Revisão crítica e multimodal	19
3. Metodologia – <i>corpora</i> , objetivos, sujeitos, entrevistas e categorias de análise	23
3.1. Detalhamento do <i>corpus</i>	25
3.1.1. Textos de leis	25
3.1.2 Manuais e artigos sobre Revisão e o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)	25
3.1.3. Entrevista semiestruturada	26
3.1.3.1. Colaboradores	26
3.1.4. Confrontação de dados com a teoria	26
3.1.5. Análise de gêneros em uma perspectiva discursiva e multimodal ...	27
3.2. Categorias analíticas	27
3.2.1. Análise de Discurso Crítica.....	27
3.2.2. Teoria dos Gêneros.....	30
3.2.3. Multimodalidade.....	30
3.2.4. Ideologia	31
CAPÍTULO 2 – Da Revisão de Texto Tradicional – Compreendendo o Objeto: Contextualização	33
1. Curiosidades históricas	33
2. Diferenças entre conferência, paráfrase, copidesque e retextualização; reescritura e Revisão de Texto	35
3. Relato de uma experiência	43

SEÇÃO 2.1 – Da Revisão de Texto Tradicional: Compreendendo o Objeto – Discurso, Legislação, Corporativismo, Ideologia	47
1. Discurso	47
2. Legislação sobre Revisão e suas controvérsias	50
3. Corporativismo dos jornalistas: legislação, Ideologia, fragmentação e universalização.....	58
SEÇÃO 2.2 – Construção e Desconstrução do Objeto: a Natureza da Revisão Tradicional – Norma Padrão, Língua Escrita e Monomodalidade	63
1. O papel do revisor	64
2. Alguns estudos discursivos sobre Revisão de Texto	102
3. Manual de Redação da Presidência da República: uma abordagem crítica.....	104
3.1. O discurso da norma jurídica: clareza e inteligibilidade.....	113
CAPÍTULO 3 – Gêneros Textuais e Revisão de Texto: Formas de Ação Social	117
1. Teoria dos Gêneros	121
1.1. A perspectiva Sociodiscursiva	128
1.2. A perspectiva Sociorretórica	131
1.3. A perspectiva Sociossemiótica	148
CAPÍTULO 4 – O Lugar das Imagens Visuais no Processo de Revisão Textual: entre a Monomodalidade Grafocêntrica e a Multimodalidade	169
1. O grafocentrismo	170
2. Semiótica Social, Multimodalidade e <i>Gramática visual</i>	173
2.1. Semiótica Social	174
2.2. Multimodalidade.....	176
2.3. <i>Gramática visual</i>	184
3. Manuais de Revisão e a consideração das imagens visuais	191
3.1. A visão grafocêntrica do revisor	202
3.1.1. A consideração das imagens visuais nas práticas de revisores.....	207
4. Por uma abordagem multissemiótica da Revisão de Texto	214
4.1. Categorias analíticas da <i>Gramática visual</i>	219
4.1.1. Análises multimodais.....	222
CONCLUSÃO.....	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239

Segundo van Leeuwen (2005), a Semiótica Social é uma prática, orientada para a observação e análise dos recursos semióticos em uso na sociedade. Uma de suas finalidades é abrir nossos olhos e ouvidos e outros sentidos para a riqueza e complexidade da produção e interpretação semióticas. Mas essa análise não é meramente uma descrição, mas, também, uma intervenção social e uma descoberta de novas fontes semióticas e, por consequência, de seus usos em diferentes produções discursivas. O foco volta-se para a maneira como as pessoas usam as fontes semióticas para produzirem gêneros textuais discursivos, social e ideologicamente situados.

A revolução tecnológica ampliou as possibilidades de produção e uso desses recursos semióticos, implicando a reconfiguração de gêneros textuais canônicos e permitindo a criação de outros. Essa tecnologia possibilitou, também, a rápida produção, a distribuição e, por consequência, o consumo dessas peças discursivas.

Para van Leeuwen (2005), os recursos semióticos verbal e o não verbal possibilitam-nos a realização de vários eventos discursivos. Desse modo, abre-se a possibilidade de se considerarem outras formas de representação uma vez que tomar a peça discursiva como um artefato a apenas linguístico é redutor. Desse modo, para Vieira (2007), ocorre a composição de um novo discurso no qual a imagem se funde com o verbal e constroi novos sentidos discursivos, denominados de práticas textuais multimodais ou multissemióticas. Para a mesma autora, a invasão das imagens nas práticas de escrita abre espaço para mudanças no discurso e coloca em evidência principalmente a linguagem visual.

O conceito de texto mudou. Segundo Vieira (2007), nas sociedades letradas do ocidente, existe a crença de que a comunicação é representada exclusivamente pelas modalidades de língua escrita e oral. Recentemente, essa tendência à monomodalidade tem começado a mudar. Não apenas a cultura de massa tem mudado (*layouts* de páginas de revista, por exemplo), mas também documentos produzidos por instituições têm adquirido ilustrações coloridas e arranjos multimodais sofisticados.

Neste contexto de mudança, deve-se questionar a valorização exagerada da escrita como única forma prestigiada de comunicação na sociedade. Essa cultura grafocêntrica alcançou também a atividade de Revisão de Texto. Nesta área, a imagem ocupa lugar desprestigiado na atividade de Revisão. Sua importância reside na consideração dela como mera ilustração para “animar” a página ou a preocupação é meramente técnica (qualidade). Esquece-se de que

as imagens também constroem sentidos, aliás podem até significar muito mais que artefatos escritos. A posição atual da Revisão ainda é valorizar, reificar e naturalizar o prestígio da escrita.

Sou revisor de texto há muitos anos e incomoda-me a prática associal e redutora, grafocêntrica, calcada na modalidade padrão escrita, da Revisão de Texto tradicional. Incomoda-me, também, a desconsideração de outras formas de interação, como as imagens visuais, por exemplo. Desse modo, propus-me, nesta pesquisa, a partir das Teorias do Discurso, dos Gêneros, da Multimodalidade e da Ideologia, repensar a prática redutora da Revisão de Texto.

Meus objetivos específicos são a) definir Revisão de Texto; b) situar a legislação sobre Revisão de Texto e a posição do profissional de Letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto; c) desvelar as práticas discursivas que sustentam a visão tradicional de revisar texto; d) postular a importância da teoria do discurso, da Teoria dos Gêneros Textuais e da Teoria da Multimodalidade para se repensar a Revisão Tradicional; e) analisar o lugar das imagens nos manuais sobre Revisão de Texto; e f) evidenciar que as Teorias do Discurso, dos Gêneros Textuais e da Multimodalidade podem proporcionar uma revisão de texto crítica, mais conexa com as transformações por que têm passado os sistemas de comunicação na pós-modernidade.

Propus-me seis questões de pesquisa que nortearão os caminhos que serão percorridos nesta pesquisa. Estas questões serão respondidas em cada capítulo, como mostrado na organização da tese a seguir. O Capítulo 1 será reservado para a metodologia:

No Capítulo 1. O Início da Caminhada: uma Mirada sobre o Tema e os Percursos Metodológicos: Apresentarei os caminhos metodológicos por que percorrerei através desta pesquisa. Explicitarei a antítese, a metodologia, os objetivos, as questões de pesquisa, o detalhamento dos *corpora*, os instrumentos de pesquisa, os sujeitos da pesquisa e as categorias analíticas.

Capítulos e respostas às questões de pesquisa:

- *O que é revisar texto?*

Capítulo 2 – Da Revisão de Texto Tradicional – Compreendendo o Objeto: Contextualização: Farei uma pequena incursão em curiosidades históricas sobre a Revisão; compararei a Revisão com outros trabalhos sobre texto; e relatarei minha experiência como revisor.

- *Qual é o local do profissional de Letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto sem uma regulamentação que o ampare?*

Seção 2.1 – Da Revisão de Texto Tradicional: Compreendendo o Objeto – Discurso, Legislação, Corporativismo, Ideologia: Discutirei a legislação que rege o trabalho do profissional de Revisão em Jornalismo e

como ela empodera, fortalece este grupo, dando-lhe argumento de autoridade, em detrimento dos profissionais de Letras. Neste ínterim, levantarei outras questões legais sobre a Revisão.

- *Que práticas discursivas sustentam a visão tradicional de Revisão de Textos como ato de “fazer correção gramatical” para “evitar erros”?*

Seção 2.2 – Construção e Desconstrução do Objeto: a Natureza da Revisão Tradicional – Norma Padrão, Língua Escrita e Monomodalidade: Analisarei as regularidades discursivas dos manuais de Revisão, focando os seguintes caminhos: 1. *O papel do revisor, o que é Revisão de Texto e como se dá o processo de Revisão;* 2. *O lugar da Gramática Tradicional e o papel da escrita nos manuais de Revisão;* 3. *A desvalorização da noção de discurso no processo de Revisão.*

- *Qual é a importância da Teoria dos Gêneros Textuais para a Revisão?*

Capítulo 3 – Gêneros Textuais e Revisão de Texto: Formas de Ação Social: Apresentarei as Teorias dos Gêneros Textuais, as diferentes perspectivas e a importância para a Revisão de Texto.

- *Que lugar ocupam as imagens visuais nos manuais de Revisão?*
- *Que contribuições as perspectivas discutidas nesta pesquisa (discursivo-crítica, gênero textual e multimodalidade) podem trazer para o trabalho de Revisão de Texto?*

Capítulo 4 – O Lugar das Imagens Visuais no Processo de Revisão Textual: entre a Monomodalidade Grafocêntrica e a Multimodalidade: Mostrarei como o grafocentrismo constitui-se uma das causas da visão erroneamente monomodal do gênero na Revisão; analisarei, no processo de Revisão de Texto, como têm sido consideradas as imagens visuais como um componente de construção do sentido além do componente gráfico; farei um contraste entre a visão grafocêntrica e a visão multissemiótica; proporei a perspectiva discursiva e multimodal como uma forma mais justa na consideração dos muitos recursos semióticos que concorrem para a constituição do sentido do gênero.

Os objetivos invocados, as teorias mobilizadas, as questões de pesquisa propostas, a construção dos capítulos e a análise dos dados deverão possibilitar-me a chegar à seguinte tese: **o revisor de texto deve ter uma visão crítica diante do gênero textual a ser revisado e levar em consideração, não só os aspectos verbais escritos, e, ainda, outros recursos semióticos (não verbais) também responsáveis pela construção de sentido e de efeitos discursivos em contextos sociais.**

A crônica de Veríssimo a seguir provoca uma reflexão sobre o ato de revisar texto e está acorde com os objetivos desta pesquisa, que se propõe a repensar a atividade de Revisão de Texto profissional tradicional e o papel do revisor nesse processo, que a mim me parece apagado como sujeito reflexivo e consciente de sua responsabilidade de co-enunciador diante do trabalho com uma peça discursiva, um gênero textual.

Crônica *Cuidado com os REVIZORES*

Todo escritor convive com um terror permanente: o do erro de revisão. O revisor é a pessoa mais importante na vida de quem escreve. Ele tem o poder de vida ou de morte profissional sobre o autor. A inclusão ou omissão de uma letra ou vírgula no que sai impresso pode decidir se o autor vai ser entendido ou não, admirado ou ridicularizado, consagrado ou processado. Todo texto tem, na verdade, dois autores: quem o escreveu e quem o revisou. Toda vez que manda um texto para ser publicado, o autor se coloca nas mãos do revisor, esperando que seu parceiro não falhe. Não há escritor que não empregue palavras como, por exemplo: "ônus" ou "carvalho" e depois fique metaforicamente de malas feitas, pronto para fugir do país se as palavras não saíram impressas como no original, por um lapso do revisor. Ou por sabotagem.

Sim, porque a paranoia autoral não tem limites. Muitos autores acreditam firmemente que existe uma conspiração de revisores contra eles. Quando os revisores não deixam passar erros de composição (hoje em dia, de digitação), fazem pior: não corrigem os erros ortográficos e gramaticais do próprio autor, deixando-o entregue às consequências dos seus próprios pecados de concordância, das suas crases indevidas e pronomes fora do lugar. O que é uma ignomínia. Ou será ignomia? Enfim, não se faz.

Pode-se imaginar o que uma conspiração organizada, internacional, de revisores significaria para a nossa civilização. Os revisores só não dominam o mundo porque ainda não se deram conta do poder que têm. Eles desestabilizariam qualquer regime com acentos indevidos e pontuações maliciosas, além de decretos oficiais ininteligíveis. Grandes jornais seriam levados à falência por difamações involuntárias, exércitos inteiros seriam imobilizados por manuais de instrução militar sutilmente alterados, gerações de estudantes seriam desencaminhadas por cartilhas ambíguas e fórmulas de química incompletas. E os efeitos de uma revisão subversiva na instrução médica são terríveis demais para contemplar.

Existe um exemplo histórico do que a revisão desatenta – ou mal-intencionada – pode fazer. Uma das edições da Versão Autorizada da Bíblia publicada na Inglaterra por iniciativa do Rei James I, no século XVII, ficou conhecida como a “Bíblia Má”, porque a injunção “Não cometerás adultério” saiu, por um erro de impressão, sem o “não”. Ninguém sabe se o volume de adultérios entre os cristãos de fala inglesa aumentou em decorrência dessa inesperada sanção bíblica até descobrirem o erro, ou se o impressor e o revisor foram atirados numa fogueira juntos, mas o fato prova que nem a palavra de Deus está livre do poder dos revisores.

*A mesma bíblia do Rei James serve como uma alerta (ou como o incentivo, dependendo de como se entender a história) para a possibilidade que o revisor tem de interferir no texto. O objetivo de James I era fazer uma versão definitiva da Bíblia em inglês, com aprovação real, para substituir todas as outras traduções da época, principalmente as que mostravam uma certa simpatia republicana nas entrelinhas (como a Bíblia de Genebra, feita por calvinistas e adotada pelos puritanos ingleses), e que é a única Bíblia da História em que Adão e Eva vestem calções. Para isso, James reuniu um time dividido entre os que cuidariam do Velho e do Novo Testamento, das partes poéticas etc. Especula-se que as traduções dos trechos poéticos teriam sido distribuídas entre os poetas praticantes da época, para revisarem e, se fosse o caso, melhorarem, desde que não traissem o original. Entre os poetas em atividade na Inglaterra de James I estava William Shakespeare. O que explicaria o fato de o nome de Shakespeare aparecer no Salmo 46 – “shake” é a 46ª. palavra do Salmo a contar do começo, “spear” a 46ª. a contar do fim. Na tarefa de revisor, e incerto sobre sua permanência na História como sonetista ou dramaturgo, Shakespeare teria inserido seu nome clandestina e disfarçadamente numa obra que sem dúvida sobreviveria aos séculos. (Infelizmente, diz Anthony Burgess, em cujo livro *A mouthful of air* a encontrei, há pouca probabilidade de esta história ser verdadeira. De qualquer maneira, vale para ilustrar a tentação que todo revisor deve sentir de deixar sua marca, como grafite, na criação alheia).*

Não posso me queixar dos revisores. Fora a vontade de reuni-los em algum lugar, fechar a porta, e dizer: “Vamos resolver de uma vez por todas a questão da colocação das vírgulas, mesmo que haja mortos”, acho que me têm tratado bem. Até me protegem. Costumo atirar os pronomes numa frase e deixá-los ficar onde caíram, certo de que o revisor os colocará no lugar adequado. Sempre, deixo a crase ao arbítrio deles, que a usem se acharem que devem. E jamais uso a palavra “medra”, para livrá-los da tentação. (VERÍSSIMO, Luís Fernando, VIPE Exame, 1995).

A crônica de Veríssimo traz à tona questões sobre relações de poder envolvidas no trabalho de Revisão. Muitas dessas questões estão quase apagadas na perspectiva tradicional da Revisão que resulta de uma tradição grafocêntrica e gramatical, como veremos no Capítulo 2, Seções 2.1, 2.2 e Capítulo 4.

Exageros à parte da crônica, esse *empoderamento* (*empowerment*, nas palavras de FAIRCLOUGH, 2001a) do revisor não significa um desafio ao autor. Este, entendido como ente (pessoa ou instituição) que se manifestou discursivamente, tem o poder de mobilizar os múltiplos sentidos disponíveis para produzir uma peça discursiva; e aquele, como instância intermediária, tem o poder de mediar a produção de efeitos de sentidos para garantir a eficiência e a eficácia social do gênero produzido.

Como antítese a essa ideia, a seguir proponho apresentar, preliminarmente, as diferenças entre uma Revisão autônoma, preocupada com a mancha gráfica, apenas calcada na modalidade-padrão, escrita, e outra crítica, ideologicamente consciente e discursivamente motivada.

Na reflexão que proponho, considero necessário delimitar os conceitos de texto, discurso e linguagem. Compreendo que texto é uma dimensão do discurso: o produto escrito ou falado do processo de produção textual (FAIRCLOUGH, 2001a). Também para Hodge e Kress (1988), "texto é o objeto, a matéria concreta produzida no discurso". De outra parte, sustento a seguinte definição de discurso: "Discurso são formas de conhecimento socialmente situados sobre (aspectos da) a realidade" (KRESS e van LEEUWEN, 2001); para complementar a noção de discurso de acordo com os objetivos da pesquisa: "(...) discurso é a manifestação dos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas, tais como imagens visuais" (THOMPSON, 1995). Linguagem, para os propósitos desta pesquisa, é considerada em sentido amplo, que pode ser realizada por várias semioses: forma linguística, imagem, som, gesto etc.

Na confluência desses conceitos, estão o gênero e a Multimodalidade. Os gêneros são modos de agir pelo discurso, e a Multimodalidade caracteriza-se pela realização das várias semioses (linguagens) que confluem para construir sentidos em um gênero.

1. A Revisão tradicional – Antítese

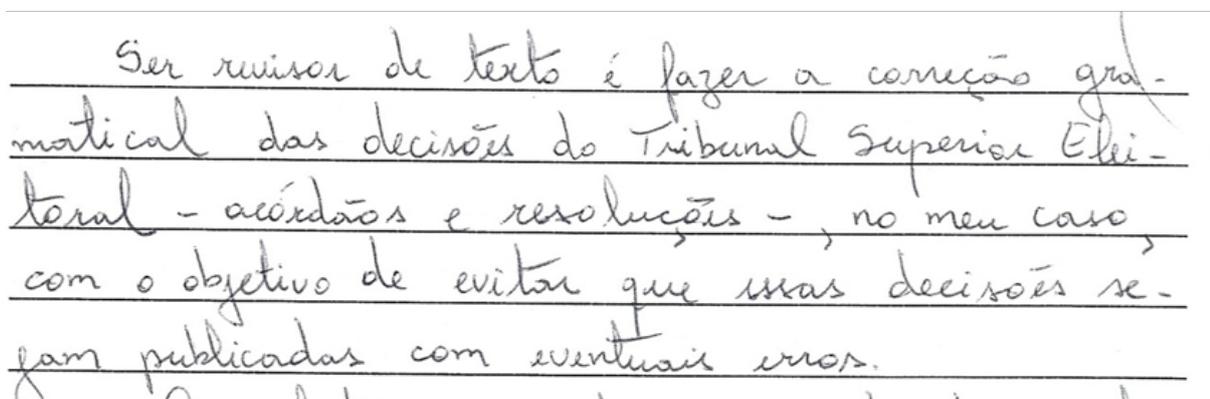
Há muitos mitos em torno do ato de revisar. Considera-se, por exemplo, ainda, em muitos contextos, o revisor de texto como aquele que tem (ou deve ter) profundo conhecimento da norma-padrão e aplica esse conhecimento indiscriminadamente a qualquer gênero ou a qualquer situação comunicativa. O que, a meu ver, é uma atitude redutora e linguisticamente irrefletida em considerar o revisor de texto como um mero "fiscal da língua".

Compreendo que a prática da Revisão nesses moldes pode ter como uma das causas a valorização do grafocentrismo arraigada nas sociedades "civilizadas", ou como alguns teóricos denominam, língua de "cultura". Cultura entendida como erudição que, quase sempre, baseia-se na modalidade escrita.

O que provocou o surgimento das gramáticas tradicionais? Surgiram para sistematizar a fala das elites, e aí houve uma inversão estranha – antes o que era falado passava a ser norma por meio da escrita, e, hoje, esta começou a impor suas regras de como devemos falar.

Atualmente, ainda temos as gramáticas *normativas, prescritivas* – cujos nomes são no mínimo sugestivos. Aqui não pretendo uma discussão no sentido de abolir a norma-padrão e a escrita, mesmo porque em muitos contextos sociais elas têm seus papéis relevantes – o pronunciamento do Presidente da República há de ser em norma padrão, por exemplo. A norma de prestígio é, pois, uma variedade de língua, socialmente válida, e a escrita goza de muito prestígio e é importante – mas não em todos contextos!

Sou revisor de texto há muitos anos (mais de vinte). Exerci e exerço essa função em órgãos públicos, na academia, revistas, jornais, livros. Dou aulas sobre Revisão de Texto em cursos particulares, na graduação e na pós-graduação. Nesses cursos, ministro uma disciplina denominada “A Revisão de Texto Crítica”. Nas aulas, encontro muitas dificuldades em quebrar o paradigma da Revisão tradicional junto aos alunos. Perguntam-me sempre: “Quando veremos Gramática?” Como se o ato de revisar se resumisse em observar “erros” gramaticais. Vejamos o exemplo a seguir:



Ser revisor de texto é fazer a correção gramatical das decisões do Tribunal Superior Eleitoral - acórdãos e resoluções - , no meu caso, com o objetivo de evitar que essas decisões sejam publicadas com eventuais erros.

Fonte: Aluno de curso de capacitação profissional.

O exemplo acima é uma resposta de um revisor em um curso de capacitação, cuja pergunta foi: “O que é ser revisor de texto?” Como se percebe, essa resposta reflete a visão tradicional do ato de revisar. Observe-se que o autor qualifica ser revisor como “fazer uma correção gramatical”. E, além disso, essa correção gramatical teria como objetivo “evitar erros.” Não seria essa uma visão equivocada do trabalho do revisor? A resposta a essa questão é, em grande parte, o que motiva as discussões que desenvolverei nesta pesquisa e norteará os caminhos por que tenho de percorrer, estruturados a seguir.

Tema: O papel do discurso, do gênero textual e da Multimodalidade no trabalho do revisor em uma visão crítica.

Objetivo Geral: Esta pesquisa tem como objetivo repensar, em uma perspectiva crítica, a atividade de Revisão de Texto tradicional, tendo como base as Teorias do Discurso, a Teoria dos Gêneros Textuais e a Teoria da Multimodalidade.

Objetivos Específicos:

- a) definir Revisão de Texto;
- b) analisar a legislação sobre Revisão de Texto e situar o papel do profissional de letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto;
- c) desvelar as práticas discursivas que sustentam a visão tradicional de revisar texto;
- d) postular a importância da Teoria do Discurso, dos Gêneros Textuais e da Teoria da Multimodalidade para se repensar a Revisão Tradicional;
- e) analisar o lugar das imagens nos manuais de Revisão de Texto;
- f) evidenciar que as Teorias do Discurso, dos Gêneros Textuais e da Multimodalidade podem proporcionar uma Revisão de Texto crítica, mais conexa com as transformações por que têm passado os sistemas de comunicação na pós-modernidade.

Questões de Pesquisa: A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos que nortearão os caminhos a serem trilhados nesta tese, propus-me a responder a 6 questões de pesquisa, quais sejam:

- a) o que é revisar texto?
- b) qual é o local do profissional de Letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto sem uma regulamentação que o ampare?
- c) que práticas discursivas sustentam a visão tradicional de Revisão de Textos como ato de “fazer correção gramatical” para “evitar erros”?
- d) qual é a importância da Teoria dos Gêneros Textuais para a Revisão?
- e) que lugar ocupam as imagens visuais nos manuais de Revisão?
- f) que contribuições as perspectivas discutidas nesta pesquisa (discursivo-crítica, gênero textual e multimodalidade) podem trazer para o trabalho de Revisão de Texto?

2. A Revisão crítica e multimodal

Antes de qualquer tentativa de formular respostas para as questões acima, apresentarei a seguir o que foi respondido por outro aluno sobre a mesma pergunta “O que é ser revisor?”

Se a revisão de texto é ser capaz de corrigir um texto tendo ^{em} mente a necessidade de se preservar o sentido e identificar os recursos gramaticais que a língua oferece.

O revisor deve estar atento para todos os aspectos que envolvem um texto: ideologias, tipologia do texto, aspectos discursivos e visuais.

O texto deve ser analisado levando-se em conta os processos de construção de sentido e o gênero discursivo.

Não basta que um texto esteja apenas gramaticalmente correto, é necessário que ele esteja adequado à função a qual ele se destina.

Fonte: aluno de curso pós-graduação em Revisão.

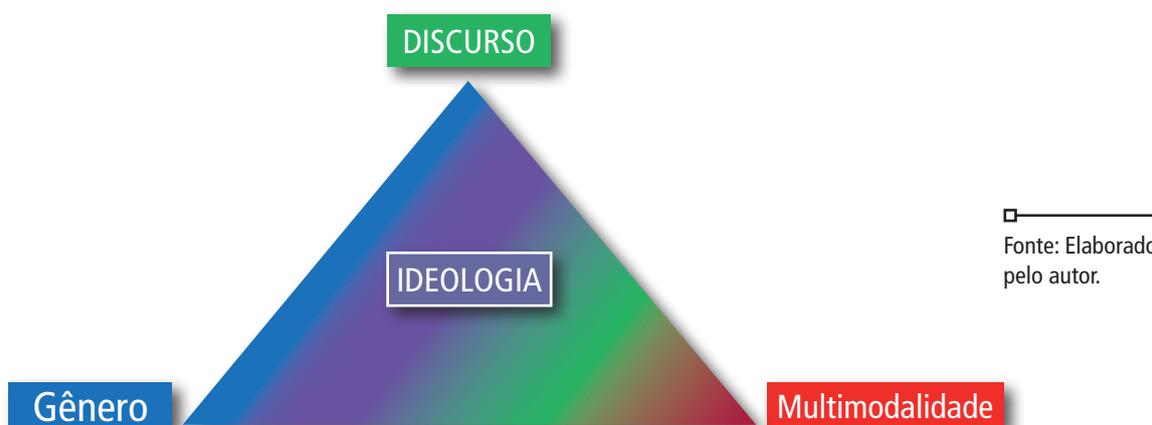
Tal resposta começa a se configurar como paradigma ideal da Revisão de Texto defendida nesta pesquisa: observei que, de acordo com as afirmações acima, na revisão deve-se "estar atento para todos os aspectos que envolvem um texto", incluindo-se aí os *aspectos formais* (linguísticos), *ideologias*, *aspectos discursivos e visuais*. É perceptível que essa resposta sustenta-se em um paradigma que vai além de revisar texto para corrigir erros gramaticais, escritos. Entretanto, mesmo sendo esta uma resposta ideal, não reflete a realidade do que encontramos em contextos que lidam com Revisão de Texto, como veremos no Capítulo 2, Seções 2.1 e 2.2.

Esses cuidados com o texto, mesmo que preliminares, delineiam a tese desenvolvida nesta pesquisa:

Tese: O revisor de texto deve ter uma visão crítica diante do gênero textual a ser revisado e levar em consideração, não só os aspectos verbais escritos, e, ainda, outros recursos semióticos (não verbais) também responsáveis pela construção de sentido e de efeitos discursivos em contextos sociais.

Esta tese, que tem como fio condutor a Análise de Discurso Crítica (ADC), caracteriza-se como um estudo transdisciplinar e será desenvolvida pela triangulação de três conceitos – *discurso*, *gênero* e *multimodalidade* –, tendo a Ideologia como elemento que perpassa todos eles. Tal como se observa na figura a seguir:

Figura 1 – Triangulação teórica



Esta triangulação (figura 1) foi idealizada em grande parte pelas ideias de Fairclough sobre as noções de discurso e de Ideologia (2001a); quanto à importância que o autor atribui aos gêneros textuais (2003a); e por último quanto a uma noção levantada por ele mas não aplicada sobre a importância de se considerarem as várias semioses nos processos discursivos (1999, 2001a, 2003a e 2003b), que será melhor desenvolvida nos trabalhos de Kress e van Leeuwen (2001).

Para Fairclough (2003a), o discurso figura primeiramente “como parte da ação.” Segundo ele, podemos distinguir diferentes gêneros como diferentes maneiras de (inter)agir discursivamente. Em segundo lugar, o discurso figura nas representações que sempre são partes de práticas sociais – representação do mundo material, de outras práticas sociais, representações próprias reflexivas da prática em questão.

Na mesma obra, o autor salienta que “discurso” está sendo usado em sua proposta em três sentidos. Primeiro como substantivo abstrato, com o significado de linguagem ou outros tipos de semioses. Segundo, como elemento da vida social; mais concretamente, como substantivo contável, com o significado de maneiras particulares de representar parte do mundo. Terceiro, discurso figura conjuntamente com expressões corporais ao constituir modos particulares de ser, identidades sociais ou pessoais particulares.

Ele adverte que os conceitos de “discurso” e de “gênero” em particular são usados em uma variedade de disciplinas e teorias. Afirma ainda que a popularidade do discurso na pesquisa social é devido, em grande parte, a Foucault (1972). “Gênero” é utilizado em estudos culturais, estudos de mídia, filmografia, dentre outros. Esses conceitos, para o autor, presentes em várias disciplinas e teorias, podem operar como “pontes” de uma para as outras – como foco para um diálogo entre elas, pelo fato de que as perspectivas de uma podem abrir o desenvolvimento de outras.

Outro ponto teórico importante do autor, para explicar a triangulação, é que o discurso figura como parte da prática social – modos de agir, modos de representar, modos de ser. Há uma correspondência entre gênero e ação, representação e discursos, identificação e estilos. Gêneros, discursos e estilos correspondem a modos duráveis e relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar.

Não se pode, para ele, pensar o gênero apenas como uma ação individual ou um evento situado em um contexto específico. Para Fairclough (2003a), gêneros são importantes para a sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea.

De acordo com Kress (1989), os gêneros textuais não devem ser analisados isoladamente dos elementos não verbais. É necessário considerar a forma como a linguagem verbal e os elementos não verbais articulam-se em uma peça discursiva para construir sentido. É nessa perspectiva que se desenvolve a Teoria da Multimodalidade de Kress e van Leeuwen (2001). As imagens estão se encarregando de certas funções anteriormente desempenhadas pela linguagem verbal.

Assim, para discutir as questões colocadas anteriormente, farei uma revisão bibliográfica de Teorias sobre o Discurso, sobre a Teoria dos Gêneros Textuais e sobre a Multimodalidade, que serão o fio-condutor para a análise, não obstante outras referências serão invocadas quando se fizerem necessárias para reflexões ou quando o objeto de pesquisa demandar, notadamente sobre discurso, uma vez que a ADC é assumidamente interdisciplinar (PEDRO, 1994). Em harmonia com a afirmação de Pedro, van Dijk (2003) afirma que a ADC deve ser multidisciplinar para dar conta das complexidades das relações entre as estruturas do discurso e as estruturas sociais. Por último, Fairclough (2001a) corrobora as afirmações, dizendo que “a Análise de Discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar (...) essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas.” E assim está constituída a triangulação teórica.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, definirei a metodologia, os objetivos, os sujeitos e as categorias analíticas. Para isso, é necessário um suporte teórico que me possibilite analisar a atividade de Revisão pelo viés crítico. Nesse sentido, as teorias da Semiótica Social e da Ideologia somar-se-ão às citadas na triangulação, pois constituem-se ferramentas extremamente úteis para investigação de pesquisa social, sempre perpassada pela Ideologia.

3. Metodologia – *corpora*, objetivos, sujeitos, entrevistas e categorias de análise

A pesquisa apresenta natureza qualitativa, assim, para alcançar os propósitos desta tese, todos os *corpora* receberão tal abordagem. O aspecto qualitativo de pesquisa abre grandes possibilidades de análise. Nesse sentido, segundo Flick (2004), a informação global substituiu a visão parcial do objeto investigado e abre uma variedade de perspectivas sobre o objeto, partindo dos significados subjetivos e sociais a ele relacionados. Em virtude dessa nova abordagem, foram recuperados não apenas a visão integral de pesquisa como também o processo de construção do conhecimento. Isso amplia também a possibilidade de se analisarem dados para além do texto, aumentando, desse modo, as categorias de análise. Com isso, não só se analisam os vários ângulos de um único objeto pesquisado, mas consideram-se vários dados que complementam os objetivos de uma pesquisa.

A ADC é, ao mesmo tempo, teoria e metodologia que sustenta a análise empreendida, e sua escolha relaciona-se ao tema e aos objetivos que desejo alcançar. Esta área de conhecimento pode definir-se como disciplina fundamental que se ocupa de analisar a discriminação, poder e controle, que se manifestam por meio da linguagem. Em outras palavras, a ADC se propõe investigar de forma crítica a desigualdade social que vem expressa, assinalada, constituída, legitimada, etc. pelo uso da linguagem (no discurso).

Fairclough (2003b) afirma que a ADC é uma perspectiva teórica que versa sobre a linguagem e, em sentido mais geral, sobre a semiose (incluindo a linguagem visual, a linguagem corporal), por outro lado, é um elemento ou um momento do processo social material que suscita formas de analisar a linguagem ou a semiose, formas que se inserem em outras análises do processo social de caráter mais geral.

Dessa forma, os objetivos desta pesquisa sustentam-se nos pressupostos de Fairclough quando afirma que a ADC é uma análise das relações dialéticas entre a semiose (incluindo a linguagem) e outros elementos das práticas sociais. Assim, o que se preconiza nesta pesquisa é a consideração não apenas no material linguístico no ato de revisar o texto, mas, também, outras formas de representação presentes o gênero sob revisão – as imagens visuais por exemplo.

O aprofundamento da ADC com a Multimodalidade é uma abordagem complementar para dar conta da análise dos muitos recursos de representação existentes no terreno comunicacional. Os recursos semióticos linguísticos e visuais em termos de potencialidade de construção de sentido não se confundem, mas complementam-se.

Fairclough (2003b) afirma, ainda, que a ADC oscila entre um enfoque centrado na estrutura e um enfoque centrado na ação – entre um enfoque centrado nas trocas das estruturas sociais da diversidade semiótica e um enfoque centrado no trabalho produtivo que se desenvolve em determinados gêneros e interações.

Nas palavras de Wodak (2003), uma explicação plenamente “crítica” do discurso requereria, por conseguinte, uma teorização e descrição tanto dos processos e das estruturas sociais que dão lugar à produção de um texto como das estruturas sociais e os processos em que os indivíduos ou os grupos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos. Por conseguinte, para ela, são três os conceitos que, de maneira indispensável, vão figurar em toda ADC: o conceito de poder, o conceito de história e o conceito de Ideologia. As palavras de Wodak (2003) a seguir são acordes com os propósitos desta pesquisa.

O reconhecimento da contribuição de todos os aspectos do contexto comunicativo ao significado do texto, junto com a crescente consciência que existe, por regra geral, nos estudos midiáticos diz respeito à importância dos aspectos não verbais dos textos, fez com que a atenção se volte mais para os dispositivos semióticos do discurso que para os linguísticos. Theo van Leeuwen realizou um trabalho precursor sobre a interação entre o verbal e o visual nos textos e o discurso, assim como sobre o significado das imagens. Deve mencionar-se aqui, de forma particular, a teoria apresentada por Kress e van Leeuwen (1996), já que proporciona um marco útil para considerar o potencial comunicativo dos dispositivos visuais que aparecem nos meios. (...) (WODAK, 2003, p. 26).

Fairclough (2003b) apresenta-nos o marco analítico da ADC:

1. Centrar-se em um problema social que tenha um aspecto semiótico (problema).
2. Identificar os elementos que o obstaculizam com a finalidade de abordá-los (diagnóstico do problema de forma indireta), mediante a análise de:
 - a) a rede das práticas em que estão localizadas;
 - b) a relação de semiose que mantém com outros elementos da prática particular (ou práticas) que interessa para o momento;
 - c) o discurso (nomeadamente, a própria semiose):
 - análise estrutural: a ordem do discurso
 - análise interacional
 - análise interdiscursiva
 - análise linguística e semiótica
3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) “necessita” de certo modo o problema ou não (a ordem social e uma forma indireta de relacionar o “ser” com o “dever ser”).

4. Identificar as possíveis formas de superar os obstáculos (movimentos de crítica negativa à positiva).
5. Refletir criticamente sobre a análise (1-4) (reflexividade sobre a relevância da pesquisa).

3.1. Detalhamento do *corpus*

Os *corpora* desta pesquisa são formados por 2 grupos: grupo 1 (ANTÍ-TESE), textos de lei, manuais de Revisão, Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), entrevista semiestruturada e análise de gênero híbrido, cujos objetivos estão delineados nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4; grupo 2 (TESE), análises de gêneros em uma perspectiva discursiva, da noção de gênero (gêneros textuais – categorias formais, imagéticas, híbridas) e multimodal, cujos objetivos estão delineados no item 3.1.5, para aplicação de categorias das teorias valorizadas nesta pesquisa. Vejam-se a seguir os *corpora* e os objetivos:

3.1.1. Textos de leis

Analisar a legislação que rege a profissão de Revisão de Texto, para refletir sobre regulamentação que não favorece o profissional de Letras. Advém daí, também, a discussão da jornada de trabalho do profissional de Letras revisor exercendo a atividade em empresa/atividade jornalística:

- a) Decreto-Lei nº 7.858, de 13 de agosto de 1945;
- b) Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452, 1º de maio de 1943;
- c) Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969;
- d) Lei nº 6.612/78;
- e) Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979;
- f) Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).¹

3.1.2 Manuais e artigos sobre Revisão e o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)

Nos Manuais sobre Revisão de Texto, os objetivos serão analisar as regularidades discursivas de algumas obras mais representativas sobre Revisão; estas obras deverão me responder: 1. O papel do revisor, o que é Revisão de Texto e como se dá o processo de Revisão; 2. O lugar da Gramática Tradicional e a importância da escrita nos manuais de Revisão; 3. A valorização do discurso e de outros recursos semióticos no processo de Revisão. No Manual de Redação

¹ Não é uma legislação, mas uma regulamentação sobre as profissões.

da Presidência da República, farei uma análise crítica sobre a perspectiva de linguagem adotada. Esses *corpora* podem se divididos em três níveis.

No primeiro grupo, estão Pinto (1993), Medeiros *et al.* (1995), Malta (2000), Medeiros (2002), Manual de Redação da Presidência da República (MRPR); no segundo grupo, está Coelho Neto (2008); no terceiro, Oliveira (2010), Vielle e Silva (S.D.), Salgado (2007). Os artigos do terceiro grupo serão apresentados como avanços no estudo sobre Revisão, e não como objeto de análise. Nos artigos, o objetivo é trazer novas perspectivas para a Revisão.

3.1.3. Entrevista semiestruturada

O objetivo é ouvir as vozes dos próprios revisores, com o propósito de saber como concebem a Revisão, o que fazem, como fazem, tempo de experiência, local onde trabalham, bases teóricas, consideração das imagens como elementos que constroem sentido.

3.1.3.1. Colaboradores

Para coletar os dados sobre a atividade de Revisão de Texto, apliquei o questionário a cinco grupos de revisores: estudante de Revisão (pós-graduação em Revisão), funcionário público (Tribunais), jornalista (editoração eletrônica), professor (Língua Portuguesa), profissional de *markentig* (agência de propaganda). Há, no total, 10 revisores colaboradores de diferentes áreas de atuação. Neste caso, a intenção foi ter uma visão de como é praticada a Revisão em diferentes contextos.

A entrevista semiestruturada consta das seguintes perguntas:

- a) o que é ser revisor(a) de texto?
- b) por que se revisa um texto?
- c) qual é o grau de liberdade que você tem para interferir no texto?
- d) qual(ais) é(são) a(s) base(s) teórica(s) utilizada(s) para você revisar?
- e) qual é o lugar da Gramática Tradicional na atividade de Revisão?
- f) como você respeita a Ideologia do autor e da instituição em que se produziu o gênero?
- g) em um gênero híbrido (como elementos linguísticos e visuais – família de letras, formatação, cores, imagens etc.), o que você leva em consideração na Revisão?

3.1.4. Confrontação de dados com a teoria

Neste tópico, solicitei aos mesmos revisores que procedessem à revisão de um gênero híbrido para que eu coroaasse as hipóteses sobre a Revisão de Texto tradicional e confrontasse com minha perspectiva teórica sobre a Revisão Crítica.

O objetivo foi observar o que consideram ao revisarem um gênero formado por diferentes recursos semióticos – linguísticos e visuais.

3.1.5. Análise de gêneros em uma perspectiva discursiva e multimodal

O objetivo será nortear a atividade de revisar de texto para além de “fazer correção gramatical.”

Os *corpora* que serão analisados de acordo com as bases teóricas da ADC, da Teoria dos Gêneros e da Teoria Multimodalidade, como um novo paradigma de revisar gênero. A Ideologia permeará o trabalho e será empregada quando o contexto exigir.

3.2. Categorias analíticas

Não haverá uma rigidez, um engessamento, de categorias analíticas, serão o gênero sob análise e o contexto que determinarão qual a categoria apropriada. Não se pode colocar o gênero em uma “camisa de força” para que “caiba” na categoria selecionada. De outra parte, as teorias serão empregadas de acordo com suas especialidades de análise. A ADC será adequada para a análise linguística, discursiva e social; a Multimodalidade e a Gramática Visual, para a análise de categorias imagéticas; por último, a Teoria dos Gêneros auxiliar-me-á na análise da configuração do gênero.

3.2.1. Análise de Discurso Crítica

Fairclough (2001a) assevera que, para se analisarem discursos, devem-se considerar três dimensões: texto, prática discursiva e prática social. Na dimensão do texto, invocam-se uma série de categorias – léxico, gramática, coesão, estrutura textual; na prática discursiva invoca a produção, a distribuição e o consumo de textos. Nestas, são abordadas a força dos enunciados, a coerência dos textos, a intertextualidade, a representação do discurso, a pressuposição e o controle interacional; na prática social, analisam-se a matriz social do discurso, ordens do discurso, efeitos ideológicos e políticos do discurso.

Para Resende e Ramalho (2011), Chouliaraki e Fairclough (1999) mantêm as três dimensões do discurso, contudo de maneira mais pulverizada na análise e com um fortalecimento da análise da prática social. Para elas, houve entre os modelos um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais.

Já em 2003b, o autor traz a abordagem relacional para a análise de texto, focando níveis de análise variados e a relação entre eles. Diferencia dois tipos de

relações: a externa e a interna de textos. Na primeira, focam-se suas relações com outros elementos e eventos, de práticas e de estruturas sociais. Já no aspecto de texto, relaciona este com outros elementos de eventos sociais. Neste ponto, inclui a verificação de como o texto figura em ações, identificações e representações.

Nesta pesquisa, adotar-se-á o Quadro Tridimensional (QT) proposto na obra de 2001a. A razão é que a manutenção dos três níveis configura-se mais didático para os propósitos desta pesquisa que almeja evidenciar que a Revisão de Texto tradicional tende a focar-se no nível formal (texto), negligenciando os níveis macros de análise – prática discursiva e prática social. O foco na escrita, notadamente calcada na modalidade formal, tende a não ter uma visão crítica e impõe uma única visão de linguagem e uma perspectiva monomodal do material escrito. Insisto nesta tese que o revisor deva ampliar o ângulo de visão para considerar, não só categorias formais, mas também as camadas discursiva, ideológica e multimodal do gênero discursivo. A perspectiva desta pesquisa é considerar os três níveis de análise ampliando para categorias visuais.

O autor elenca outras dimensões para as relações externas entre textos, nas quais ele detalha aspectos como: relações intertextuais e outros externos a eles, como elementos de outros textos incorporam-se intertextualmente, como esses textos podem ser de outras pessoas, como as vozes de outros são incorporadas; como outros são referenciados, compreendidos, dialogados etc. A análise das relações internas dos textos inclui: relações semânticas, relações gramaticais, relações de léxico e relações fonológicas. Abaixo (quadro 1), apresento as categorias preconizadas por Fairclough (2001a):

Fonte: Fairclough (2001a)

Quadro 1 – Categorias analíticas da ADC

ANÁLISE TEXTUAL		
ELEMENTOS DE ANÁLISE	TÓPICOS	OBJETIVOS
Controle interacional Estrutura textual	Geral	Descrever as características organizacionais gerais, o funcionamento e o controle das interações.
	Polidez	Determinar quais as estratégias de polidez são mais utilizadas na amostra e o que isso sugere sobre as relações sociais entre os participantes.
	Ethos	Reunir as características que contribuem para a construção do “eu” ou de identidades sociais.
Coesão	Geral	Mostrar de que forma as orações e os períodos estão interligados no texto.
Gramática	Transitividade	“Verificar se tipos de processo [ação, evento...] e participantes estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significante e a nominalização dos processos” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 287).
	Tema	Observar se existe um padrão discernível na estrutura do tema do texto para as escolhas temáticas das orações.
	Modalidade	Determinar padrões por meio da modalidade, quanto ao grau de afinidade expressa com proposições.

(continua)

(continuação)

Vocabulário	Significado das palavras	Enfatizar as palavras-chave que apresentam significado cultural, as palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, enfim, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.
	Criação de palavras	Contrastar as formas de lexicalização dos sentidos com as formas de lexicalização desses mesmos sentidos em outros tipos de textos e verificar a perspectiva interpretativa por trás dessa lexicalização.
	Metáfora	Caracterizar as metáforas utilizadas em contraste com metáforas usadas para sentidos semelhantes em outro lugar, verificar que fatores (cultural, ideológico, histórico etc.) determinam a escolha dessa metáfora. Verificar também o efeito das metáforas sobre o pensamento e a prática.
ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA		
ELEMENTOS DE ANÁLISE	TÓPICOS	OBJETIVOS
Produção do texto	Interdiscursividade	Especificar os tipos de discurso que estão na amostra discursiva sob análise, e de que forma isso é feito. "É a amostra discursiva relativamente convencional nas suas propriedades interdiscursivas ou relativamente inovadora?" (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 283).
	Intertextualidade manifesta	Especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto da amostra e como isso acontece. Como ocorre a representação discursiva: direta ou indireta? O discurso representado está demarcado claramente? O que está representado: contexto, estilo ou significado ideacional? Como as pressuposições estão sugeridas no texto?
Distribuição do texto	Cadeias intertextuais	Especificar a distribuição de uma amostra discursiva através da descrição das séries de textos nas quais ou das quais é transformada. (Quais os tipos de transformações, quais as audiências antecipadas pelo produtor?)
Consumo do texto	Coerência	Considerar as implicações interpretativas das particularidades intertextuais e interdiscursivas da amostra. Como os textos são interpretados e quanto de trabalho inferencial é requerido.
Condições da prática discursiva	Geral	Especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, ligadas ao tipo de discurso que a amostra apresenta. A produção é coletiva ou individual? Há diferentes estágios de produção? "As pessoas do animador, autor e principal são as mesmas ou diferentes?" (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 285).
ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL		
ELEMENTOS DE ANÁLISE	OBJETIVOS	
Matriz social do discurso	"Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva, como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações [...]; e que efeitos ela traz, em termos de sua representação ou transformação?" (Fairclough, 2001a, pp. 289-290).	
Ordens do discurso	Explicitar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela descreve e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais colaborou.	
Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).	

3.2.2. Teoria dos Gêneros

As áreas e as categorias que serão valorizadas nesta pesquisa são: Sociodiscursivas, Sociorretórica e Sociosemiótica, naquilo que o contexto de análise e a natureza do gênero exigirem. Na perspectiva Sociodiscursiva, valorizarei o que o texto (enunciado) produz ao se manifestar em alguma instância discursiva – o sentido, a significação, o tema do enunciado, a interação. Na Teoria Sociorretórica, as categorias, postuladas por Swales (1990), serão evento comunicativo, propósito, comunidade discursiva, estrutura composicional. Na teoria Discursivo-semiótica, gênero e contexto de cultura, a noção de hibridização do gênero, principalmente nos trabalhos de Kress e van Leeuwen (enumeradas na próxima subseção).

3.2.3. Multimodalidade

Em Kress e van Leeuwen (1996), afirma-se que, assim como as gramáticas das línguas descrevem como as palavras são combinadas em frases, sentenças e textos, a *Gramática visual* descreve a maneira pela qual pessoas, coisas e lugares representados se combinam em uma estrutura visual de maior ou menor complexidade e extensão.

Segundo os autores, a analogia com a linguagem, entretanto, não implica que as estruturas visuais sejam como as linguísticas, porque a relação se dá de maneira mais geral. Assim, as estruturas visuais formam significados como as estruturas linguísticas e por meio disso apontam para diferentes interpretações e diferentes formas de interação social. Os significados que podem ser expressos pela língua e pela comunicação visual demonstram que certas coisas podem ser “ditas” verbalmente e visualmente. Outras podem ser “ditas” apenas visualmente e outras apenas verbalmente. Mas, quando algo pode ser expresso de ambas as maneiras, a maneira pela qual se manifesta tanto verbal quanto visual, será diferente. Por exemplo, algo dito pela língua por meio de diferentes escolhas de classes de palavras e estruturas semânticas; na comunicação visual a composição vai ser diferenciada pela escolha de diferentes cores ou diferentes estruturas de composição visual.

Para os autores, na atualidade o foco tem sido, até então, na descrição formal, estética das imagens, muitas vezes com base na psicologia da percepção ou em descrições mais pragmáticas; ou da maneira pela qual um composto imagético pode ser estruturado para atrair a atenção de determinado aspecto da imagem.

Eles fornecem listas detalhadas das principais estruturas de composições que têm sido estabelecidas como convencionais no curso da história da Semió-

tica visual e analisam como os atuais produtores de imagem as utilizam na produção do significado. As categorias mobilizadas por esta pesquisa serão: Representações narrativas – desenhando a ação social: participantes (representados, interativos); processos narrativos (ação, reacional, classificatório, analítico, simbólico). Os sentidos da composição – composição do texto multimodal: valor da informação (localização: à direita ou à esquerda, no alto ou em baixo): saliência (primeiro ou segundo plano, dimensão relativa, contrastes de cor, diferenças de formas etc.); enquadramento (criação de linhas divisórias que desconectam ou conectam a composição da imagem). Categorias de análise sobre a composição espacial de sentido (valor da informação): o dado e o novo (à direita, à esquerda); o real e o ideal (em cima, em baixo); no centro ou na margem); saliência (enquadramento), composições lineares e não lineares.

Essa visão é adotada e desenvolvida em outras obras como *Semiótica Social* (HODGE e KRESS, 1988; KRESS e van LEEUWEN, 1992; van LEEUWEN, 2005), *Multimodalidade* (KRESS e van LEEUWEN, 2001; JEWITT e OYAMA, 2001; ROYCE, 2007; THIBAUT, 2007) e *Gramática visual* (KRESS e van LEEUWEN, 1996). Tais obras serão discutidas e aplicadas no Capítulo 4.

3.2.4. Ideologia

Thompson (1995) desenvolve formulação do conceito de Ideologia que amplia formas de dominação por meio de elementos simbólicos vários, o que coincide como os objetivos desta pesquisa: “Estudar a Ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (p. 76).

As categorias levantadas por Thompson para os modos de operação da Ideologia, segundo o autor não pretendem ser exaustivas ou restritivas, pois não constituem os únicos modos por que a Ideologia opera. Seus usos são determinados em circunstâncias particulares. O emprego dependerá, também, das estratégias ideológicas que foram mobilizadas no gênero sob análise. Vejamos essas categorias a seguir no quadro 2.

Quadro 2 – Modos de operação da Ideologia

OS CINCO <i>MODUS OPERANDI</i> DA IDEOLOGIA	
Legitimação – apresenta as relações de dominação como legítimas, justas e dignas de apoio.	Racionalização – o produtor de uma forma simbólica controla uma cadeia de raciocínio que procura justificar um conjunto de relações sociais e com isso convencer uma audiência de que é digno de apoio.
	Universalização – acordos institucionais que servem para o interesse de alguns são apresentados como servindo ao interesse de todos.
	Narrativização – histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.

(continua)

(continuação)

Dissimulação – nega, obscurece e oculta relações de poder, representando as de uma maneira que desvia a atenção e que passa por cima de relações e processos existentes.	Deslocamento – determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa.
	Eufemização – ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva.
	Tropo – metáfora, metonímia (uso figurativo que dissimula relações sociais).
Unificação – A dominação pode ser estabelecida e sustentada por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identificação coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.	Padronização – formas simbólicas são a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.
	Simbolização da unidade – envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas por meio de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos.
Fragmentação – segmenta aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado com mau, perigoso, ameaçador.	Diferenciação – ênfase que é dada as distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando características que os desunem e os impedem de construir um desafio efetivo às relações existentes.
	Expurgo do outro – envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo que é retratado com mau, perigoso ou ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente.
Reificação – apresenta uma situação transitória, histórica, como sendo permanente, natural, atemporal.	Naturalização – um estado de coisas que é uma criação social é histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais.
	Eternalização – fenômeno sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.
	Nominalização/passivização – apagam os atores e a ação; tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorre na ausência de um sujeito que produza essas coisas.

Fonte: Thompson 
(1995).

Com a análise dos dados, pretendo chegar às respostas aos questionamentos inicialmente levantados e retomados a seguir:

- o que é revisar texto?
- qual é o local do profissional de Letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto sem uma regulamentação que o ampare?
- que práticas discursivas sustentam a visão tradicional de Revisão de Textos como ato de “fazer correção gramatical” para “evitar erros”?
- qual é a importância da Teoria dos Gêneros Textuais para a Revisão?
- que lugar ocupam as imagens visuais nos manuais de Revisão?
- que contribuições as perspectivas discutidas nesta pesquisa (discursivo-crítica, gênero textual e multimodalidade) podem trazer para o trabalho de Revisão de Texto?

Capítulo 2 Da Revisão de Texto Tradicional – Compreendendo o Objeto: Contextualização

Antes de aprofundar a discussão sobre o ato de revisar, farei uma breve incursão em uma curiosidade histórica sobre a Revisão; compararei a Revisão com outros trabalhos sobre texto, a fim de situar a proposta levantada no Capítulo 1; e, por último, relatarei minha experiência como revisor. No primeiro tópico, basear-me-ei em Coelho Neto (2008).

1. Curiosidades históricas

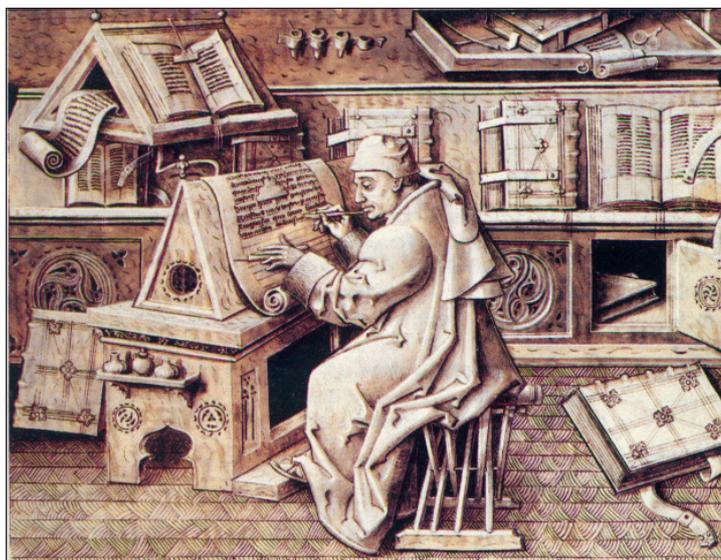
Segundo Coelho Neto (2008), houve um tempo em que os revisores eram pessoas de grande preparo intelectual, tal como observa Arezio (1925, p. 10):

As constantes divergências de crenças religiosas e a falsa interpretação dos textos sacros deram lugar a discussões e controvérsias. Daí a necessidade de formarem um corpo de revisão, entre os homens de maior fama intelectual e erudição comprovada, para fazerem a correção ou revisão dos manuscritos antigos, dando-lhes nova forma, alterando-lhes os períodos, de modo que as subseqüentes edições saíssem isentas de senões. (*apud* COELHO NETO (2008, p. 26).

Fonte: <http://bit.ly/ONSrPg>

Figura 2 – Copista

Coelho Neto (2008), baseando-se ainda em Arezio (1925), relata que a instituição da Revisão de provas tipográficas¹ provocou à época², na França, a revolta dos copistas³, que se insurgiram contra a inovação da reprodução por meio da tipografia. A figura 2 ilustra como funcionava o trabalho dos copistas.



Muito bem relacionados com a nobreza reinante, esses profissionais conseguiram o apoio do parlamento francês para condenar os impressores (proprietários de tipografias ou editores) e colaboradores à perda dos seus bens. Era mais um momento da

¹ Substantivo feminino. Rubrica: artes gráficas. 1. a arte e a técnica de compor e imprimir com uso de tipos. 2. conjunto de procedimentos artísticos e técnicos que abrangem as diversas etapas da produção gráfica (desde a criação dos caracteres até a impressão e acabamento), esp. no sistema de impressão direta com o uso de matriz em relevo; imprensa. 3 m.q. impressão tipográfica (HOUAISS, 2001, p. 1.584).

² O autor não cita a data precisa. Pode-se inferir que é a Idade Média em que havia a atividade de copista.

³ 1 que ou aquele que copia (...) aquele que, antes da invenção, da escrita tinha por profissão copiar, caligraficamente, manuscritos (...) (HOUAISS, 2001, p. 831).

história em que a ignorância prevalecia, já que os novos métodos eram considerados, com base na religião, obra do demônio.

Os impressores, perseguidos, obviamente continuaram a trabalhar na clandestinidade. E os copistas continuaram a copiar os breves⁴ e as orações, por seu método primitivo. Mas com a crescente demanda, além de os copistas não conseguirem atendê-los, os erros passaram a ser frequentes.

Em consequência, a clientela gradativamente acabou por procurar outros recursos. Se os copistas, que se julgavam de extrema competência, deixavam passar erros, os impressores também – estes últimos acusados pelos primeiros ao adulterar os livros. Assim, dos impressores, quem mais se preocupasse com a revisão adquiria fama pelas edições corretas. Ao se referir aos impressores Ulrich Gering, Martin Krantz e Michel Friburger, que se instalaram na Sorbonne, Arezio (1925, p. 12) observa que eles “liam as primeiras provas antes de começar a impressão para que elas saíssem escoimadas dos erros da caixa ou dos cometidos pelos tipógrafos.”

O desenvolvimento da indústria da impressão tipográfica e a prática de emendar (corrigir) a partir de provas de prelo⁵ – de prensa ou rolo – abriram campo para profissionais encarregados de acompanhar os autores na leitura das provas. Precusores dos atuais revisores de texto eram eles comumente “os tipógrafos mais inteligentes e mais eruditos”, diz o autor (p. 12).

Antigamente, os erros das primeiras edições eram corrigidos à pena. Citando o *Manual de tipografia*, de R. Ogier, de 1832, Arezio (1925, p. 12-13) informa que nas obras de Gering não se usava a errata. “Esta apareceu pela primeira vez na edição do Juvenal, impresso em Veneza, por Gabriel Pierres, 1478, e constava de duas páginas.” Para Coelho Neto (2008), duas páginas de errata deixam qualquer revisor em maus lençóis – o escritor Nelson Rodrigues dizia que “o único erro que merece a pena de fuzilamento é o erro de revisão”. (...)

O escritor cubano, Antón Arrufat (*De las pequeñas cosas*, 1935), faz uma reflexão sobre a “insidiosa errata” e fala da preocupação quase doentia do poeta Baudelaire com os erros tipográficos. Outros mais eram cuidadosos, pois tinham na errata um atestado de incompetência. O impressor Estienne Dolet exaltava tanto a revisão, que pregava suas provas tipográficas na porta da oficina, “dando um prêmio àqueles que nelas descobrissem um pastel?”⁶ (AREZIO, 1925, p. 13).

Dolet era poeta, escritor, orador, revisor. Viveu no século XVI e foi contemporâneo de Marot e de Rabelais (na década de 1530, considerados dois dos maiores escritores franceses). Antes de se projetar, era revisor em Lyon, quando

⁴ Rubrica: termo eclesiástico. Carta ou escrito papal que encerra comunicação de alguma decisão (HOUAISS, 2001, p. 511).

⁵ Rubrica: artes gráficas. 1 aparelho manual ou mecânico que serve para imprimir. 2 máquina impressora; prensa. (idem, p. 2.286).

⁶ Rubrica: artes gráficas. Na caixa tipográfica, a mistura de tipos dentro dos caixotins; gralha, erro tipográfico devido ao empastelamento das letras ou matrizes (idem, p. 2.146).

compôs o *Pantagruel e o Gargantua*. A máxima “andar com bons para se tornar um deles” funcionou para Dolet. “Do convívio com os homens ilustrados daquela época, Dolet se propôs a “revedor” de provas da imprensa; dedicou-se à literatura e ganhou nome entre os principais autores franceses”, afirma Arezio *apud* Coelho Neto (2008, p. 28).

Apesar de sistemático e exigente, e de oferecer prêmios a quem apontasse falhas em suas obras, Dolet não conseguiu se livrar da abominável errata. Arezio (1925) comenta que a obra-prima da arte tipográfica, os *Comentários da língua latina* (2 v., 1536-1538), de Dolet, com 854 páginas, contou com apenas oito erros de revisão compondo a errata ao fim do segundo volume. No Brasil, Machado de Assis, Veríssimo e Graciliano Ramos são só alguns dos nomes ilustres que eram revisores.

O que vimos foi uma curiosidade sobre ao ato de revisar. Quanto à sua origem, não se sabe quando e como surgiu a Revisão de Texto, intervenção profissional no texto do outro. Mas o certo é supor-se que seu surgimento deu-se a partir do momento em que o homem fez seus primeiros registros como uma tecnologia historicamente criada de interação, não importando o suporte empregado – paredes de cavernas, argila, osso, papiro, tábua, papel – e a consequente intervenção do interlocutor (revisor e/ou leitor) como aquele capaz de interagir com o texto com possibilidade de mudá-lo.

O interessante nessa passagem é observarmos que as curiosidades sobre a Revisão estão associadas sempre à escrita, impressa, como conhecemos hoje em dia, e à ação de grandes eruditos e escritores. Essa visão foi perpetuada até os nossos dias, quando percebemos a valorização da escrita como única forma privilegiada de interação, incorporada, ainda em muitos contextos, pela Revisão Tradicional de visão monomodal, como veremos no desenvolvimento desta pesquisa. Mas antes preciso comparar a atividade de Revisão com outras atividades que também lidam com o texto, para situá-la nesta pesquisa.

2. Diferenças entre conferência, paráfrase, copidesque e retextualização; reescritura e Revisão de Texto

A *Revisão* não deve ser confundida com *conferência*, porque esta é uma atividade “esvaziada de intelecto”, de liberdade. Segundo Houaiss (2009), *conferência* é o “ato ou efeito de verificar no que concordam e no que discrepam duas coisas confrontadas; cotejo, confronto, comparação. Ato ou efeito de conferir. Ex.: *Da cópia com o documento original*”.

Não deve ser confundida com a *Revisão*, porque esta é um outro olhar sobre o texto; a conferência compara duas versões de um mesmo documento.

Revisar é por vista a alguma coisa; é ler o texto a fim de consertar-lhe possíveis "erros", sejam eles relativos à estrutura (redação, digitação, tipografia etc.) ou ainda relativos ao aspecto linguístico de adequação do modo como o conteúdo é apresentado/exposto.

Quanto menos habilitado o revisor for, mais seu trabalho se aproximará da *conferência*, o que significa nenhuma interferência (saneamento local ou global) no texto. A *conferência* pode ser uma das fases da *Revisão de Texto* quando do cotejamento entre as emendas pedidas na versão anterior com as da versão posterior. Isso não implica dizer que a conferência não tenha sua importância: é essencial para comprovar a veracidade de documentos (atividades de cartórios, por exemplo) e não permitir que textos que já tenham sido distribuídos e consumidos na sociedade (como uma lei) mudem seus aspectos originais.

A *paráfrase* é inerente à atividade de *Revisão de Texto*, mas esta não se reduz àquela, porque é uma atividade mais complexa. O trabalho de revisão não se restringe à reformulação/adequação linguística por meio de novas palavras ou novas frases. Essa complexidade emergirá no desenvolvimento desta pesquisa. Por enquanto, fiquemos na importância da *paráfrase* na *Revisão de Texto*.

O revisor lida com a *paráfrase* quando tem de aplicar o processo de transformação da linguagem de um texto em outro para torná-lo mais inteligível, sem mudar a informação do texto-base. Segundo Koch (2010), representamos conteúdos anteriores em construções sintáticas diferentes, visando a um ajustamento, a uma precisão maior de sentido.

O revisor deve estar atento aos efeitos discursivo e de sentido no texto sob sua responsabilidade. Deve ater-se à continuidade semântica entre os dados do texto. Para Charaudeau e Maingueneau (2004), por mais óbvia que seja a continuidade semântica ou ligação, sua presença é necessária para a manutenção da relação. Seguindo o raciocínio dos dois autores, que pode ser aplicado à *Revisão*, posso afirmar que o revisor deve estar atento ao vetor pelo qual se marca a heterogeneidade no discurso, seja ela mostrada ou constitutiva. Mas as relações formais e semânticas que se estabelecem em uma *paráfrase* não são tão simples.

Para os autores, a impossibilidade de se estabelecer uma sinonímia absoluta, uma total relação de identidade semântica, seja em termos léxicos ou frásticos, o revisor deve analisar a *paráfrase* como aproximação de sentido, e esta dependerá do contexto de ocorrência.

Entre o texto-base (A) e o parafraseado (AB), o revisor deve estabelecer o grau de equivalência de significados entre os dois, levando em consideração sempre o significado-base do texto A. Se assim não for, teremos um texto inédito. Assim, a *paráfrase* é uma atividade essencial para a *Revisão*. Nesse caso,

diferentemente da *conferência*, quanto maiores forem o preparo do revisor e o entendimento do texto maior será a possibilidade de intervenção responsável.

O que é *copidesque*? Muitos a chamam de *revisão* inicial. Segundo a CBO (2000)⁷, *copidesque* é colocar em forma jornalística as informações objetivas dos repórteres. Para isso, baseia-se nas normas de estilo do jornal, adequando a linguagem aos padrões gramaticais e de comunicação, para possibilitar a publicação das informações em forma de reportagens e noticiário. Daí ter-se a percepção de que a figura do *copidesque* existe apenas em contextos editoriais e jornalísticos. Mas essa percepção é equivocada segundo o ponto de vista de alguns autores da área de *Revisão*, para os quais a atividade de *copidesque* é mais complexa que a de *Revisão* (MALTA, 2000). Para este autor, o trabalho de *copidesque* é mais difícil e exigente do que o de *Revisão*. Como exemplo de processo de *copidesque* o autor cita o seguinte:

Exemplo de *copidescagem* para diminuir advérbios de modo consecutivos (ou quase) – Numa *revisão* que nos pediram, encontramos este período: “Cientificamente, esta forma de pensar sobre interesses está mais facilmente ligada a análises de poder empiricamente verificáveis; moralmente, caminha livre do autoritarismo latente que inevitavelmente parece espreitar por trás de qq tentativa...” Eis como resolvemos: Cientificamente, esta forma de pensar sobre interesses está ligada de modo mais fácil a análises de poder empiricamente verificáveis; do ponto de vista moral, caminha livre do... Conseguimos reduzir de 5 para 3 os advérbios. (Era um livro sobre Jürgen Habermas). (MALTA, 2000, pp. 16-17). (Grifos meus).

Primeiramente, cabe destacar que nesta passagem ele não faz diferença entre *copidescagem* e *Revisão*, apesar de, às páginas 16-17, distinguir *Revisão* de *copidesque*, esta como sendo mais “difícil”. Disso se pode inferir que talvez o autor considere “*revisão*” como algo mais hiperonímico, não significando a função restrita de revisor em sua obra. O fato é que, ainda em manuais de *Revisão*, se distingue *copidesque* de *Revisão*.

Essa diferenciação entre *Revisão* e *copidesque* pode também ser encontrada em Coelho Neto (2008), que faz a diferença entre uma atividade e outra, mas coloca o revisor como capaz de realizar as duas, quando afirma:

(...) Incluí algo sobre produção de texto, em face das ocasiões em que o revisor necessita fazer *copidesque*, utilizando-se de noções práticas de coerência e coesão textual e muitas outras. A interação revisor-cliente foi abordada e os limites da atuação do revisor foram explicitados (...) Importante, então, que o revisor defina o objeto do trabalho que está iniciando – se *revisão*, se *copidesque*. Se *revisão*, o

⁷ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída por Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela CBO são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO, é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acessado em 16 de junho de 2012, às 10h39.

revisor deve limitar-se a isso e não se deixar contaminar pela sensação que toma conta da maioria das pessoas que redigem: a insatisfação com o que produziu (...). A atividade de copidesque é mais complexa que a de revisão (...). No processo de copidesque, o profissional propõe, reescreve, revisita o original, com a finalidade precípua de “relavar” o texto (...) (COELHO NETO, 2008, pp. 13, 108 e 139).

A CBO também faz distinções entre *Revisão* e *copidesque*, mas, na prática, as diferenças esvaem-se. As transformações realizadas no texto pelo copidesque podem ser efetivadas por revisores – todo revisor é um copidesque e vice-versa, pois a linha que separa as duas atividades é tênue.

De outra parte, pensar-se a *Revisão de Texto* como algo menos complexo que a *copidescagem* pode ser derivado de uma visão reducionista de que a Revisão tem apenas como objeto o cotejamento (conferência, checagem de “mancha gráfica”) do original com a prova ou a preocupação apenas com questões gramaticais, modalidade padrão, de escrita. Como veremos, na Seção 2.2., há uma confusão entre as funções do editor, do revisor e do copidesque nos manuais de *Revisão*, notadamente em Medeiros (2002).

Entretanto, compreendo que a *Revisão* é também uma atividade complexa, porque, além de *reescrever* ou de *retextualizar* (será discutida adiante) é uma reflexão sobre o texto. Não importa o grau de intervenção que se proceda no texto-base, será sempre uma *retextualização*. Uma única vírgula pode não apenas pontuar logicamente um texto, mas também ter o poder de mudar o sentido, a orientação discursiva do texto derivado.

Sobre esse assunto Cavalcanti (2010) afirma que:

A retextualização é também a passagem de um gênero para outro, atividade que contribui para desenvolver habilidades de escrita (e também de leitura). Isso porque exige uma série de reflexões sobre os gêneros e os recursos mobilizados em sua construção. Dependendo do gênero selecionado, determinadas formas linguísticas serão mais adequadas que outras (...) (CAVALCANTI, 2010, p. 193).

Apesar de estar consoante ao ponto de vista defendido por essa autora, considero oportuno observar que a passagem de um gênero para outro envolve operações cognitivas, sociais, discursivas e ideológicas mais complexas que uma simples operação de “reescritura” e também foge completamente da noção da *conferência*, da *paráfrase* e da *retextualização* (MARCUSCHI, 2004). Seria mais apropriado denominar esse processo de *resitualização*, o que implicaria uma preocupação com a mudança na configuração do gênero em seu aspecto formal (linguístico e visual), discursivo (função social) e na organização prototípica do gênero (estrutura potencial).

Para Marcuschi (2004), a *reescritura* é um conceito tão distendido, tão vago, em que cabem tantos procedimentos diversos, que quase poderia ser posto de lado, diluído na sua própria amplitude. Assim, o autor considera que

a expressão *retextualização* poderia igualmente ser nominada de refacção ou reescrita, como o fazem, segundo ele, Raquel S. Fiad e Maria Laura Mayrink-Sabison (1991) e Maria Bernadete Abaurre *et al.* (1995). Segundo o autor, as pesquisadoras observam aspectos relativos às mudanças de um texto no seu interior (uma escrita para outra, reescrevendo o mesmo texto) sem envolver as variáveis que incidem no caso da *retextualização* tratada por ele, preocupada essencialmente com a passagem da fala para a escrita.

Nesta pesquisa, considerarei *reescritura* e *retextualização* como sendo a mesma coisa, mas esta não sendo a passagem do oral ao escrito como defende Marcuschi (2004). Ele ainda aponta que o termo *retextualização* poderia ainda denominar *revisão* etc.

Compreendo, porém, que a *reescritura* coloca-se no interior de um mesmo gênero em que as mudanças dão-se apenas em aspectos formais de escrita sem alterar a estrutura genérica e sua função social. Quando isso ocorre, ou seja, quando há alteração na estrutura e na função do gênero, o processo seria, como propus, uma resituação.

A *reescritura*⁸, conforme a proposta de Marcuschi, é também voluntariamente hipertextual. Entretanto, embora se constitua, da mesma maneira que a paródia e o pastiche, a partir de um texto-modelo, o seu propósito não seria agir sobre este texto. Ainda segundo ele, a *reescritura*, entretanto, constitui-se como um texto autônomo e poderia prescindir da referência ao hipotexto⁹.

Há de se entender em que sentido o autor usou o verbo “agir”. No caso aqui não é de subversão, uma vez que não há uma transposição de um gênero a outro, não há uma mudança mais drástica (paródia, pastiche). Isso porque parafrasear, revisar (copidescar), retextualizar (reescrever) são formas de agir sobre o texto, em outro grau. Quando se realiza qualquer dessas operações sobre o texto, o propósito do revisor não é alterar a estrutura do gênero e sua função social. A ação incide sobre as formas linguísticas e aspectos como formatação (*layout*, diagramação, formato – A4, A5 etc.), com a intenção de contribuir para melhorar a compreensão do texto. Isto é, as mudanças provocadas pela ação do revisor ocorrem no sentido de fazer com que o texto adapte-se ao gênero de modo a atingir sua configuração adequada, sem alterar a sua função social.

Partindo-se do princípio de que cada movimento realizado no texto constitui uma mudança, para ter-se uma *reescritura* não importa o grau de mudança

⁸ Neste contexto, entende-se por *hipertextualidade* as alterações realizadas no texto base. As anotações caracterizam-se como uma espécie de escrita coletiva. Para Burke (2004) e Chartier (2002), as primeiras manifestações ocorreram nos séculos XVI e XVII por meio de manuscritos e marginais. Os primeiros sofriam alterações quando eram transcritos pelos copistas. *Hipertextualidade* é assunto controverso sobre a existência ou não de hipertextualidade fora do ambiente *online* (Disponível em: <<http://hipertextualidade.wordpress.com>>. Acessado em 9 de agosto de 2012, às 19h10).

⁹ Hipotexto é um texto-base que dele podem derivar outros textos. A Bíblia, por exemplo, tem servido de exemplo a muitas outras obras: literatura, filmes.

operada, é sempre um novo acontecimento, o que não significa, necessariamente, a transposição a outro gênero.

Em outra perspectiva, o ato de revisar, que se realiza como *resitualização* de um gênero, tem repercussão na função social e/ou na estrutura do gênero. Revisar um texto, a partir da *resitualização* do gênero é adequá-lo em termos de sua natureza e função social. Isso torna a atividade de *Revisão de Texto* muito mais complexa.

Todos esses processos de mudança no texto poderiam ser resumidos à *reescritura*, no nível do texto, ou *resitualização*, no nível do gênero e da prática social. E o que se estuda aqui é a *reescritura* denominada *Revisão de Texto* como atividade profissional, determinada por lei – como veremos na Seção 2.1 –, classificada na CBO. A *Revisão* tem lugar nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo; tribunais, empresas de *marketing*.

Outro ponto importante é que os processos de *reescrita* apontam para a noção de que todo texto pode ser modificado, e assim nunca será um produto acabado. É um diálogo que permite a construção de subjetividades de suas capacidades de linguagem, de construir dinamicamente sentidos.

Até agora situei a *Revisão* pela comparação com outras áreas que também lidam com o texto. Mas a visão foi até então restrita aos aspectos linguísticos, discursivos. Mas, no processo de revisão de texto, não se pode esquecer de que os gêneros textuais são práticas sociais que podem incorporar práticas de outro(s) contexto(s), podendo ser reescritos, recontextualizados e consumidos em escalas mais amplas que o contexto local ou nacional. A reescritura seria, neste caso, um processo mais profundo em que se operariam mudanças não apenas na configuração interna do gênero textual – adaptações nos aspectos linguísticos, na estrutura potencial e na função social imediata do gênero –, mas, também, levando-se em consideração a assimilação de práticas sociais globais e a consequente incorporação intencional de outros textos a uma produção discursiva particular para circular em escala global. Por isso os termos *globalização*, *reconfiguração* e *recontextualização* apresentam-se como novos desafios para o revisor.

Para Fairclough (2006), a escala pode ser vista como agindo em um espaço local, regional, nacional ou internacional. A novidade para a *Revisão* encontra-se no espaço global. Desse modo, o profissional de *Revisão* poderá vê-se diante de um gênero que circulará em diferentes países, desse modo deve considerar as mudanças nas atividades sociais e interações sociais provocadas pela globalização naquela comunidade.

Para Hall (2000), a globalização é um fator poderoso que está deslocando as identidades culturais nacionais, atravessa fronteiras, integra e conecta comu-

nidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo. As novas características temporais e espaciais são um dos aspectos mais importantes desse processo, pois comprimem distâncias e escalas temporais. O encurtamento do espaço e do tempo representa mudanças para as identidades culturais, uma vez que todas elas estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos, e isso tem influência nos usos da linguagem que fazemos.

Focando-se a linguagem, a globalização possui mecanismos para que um gênero textual seja produzido, distribuído e consumido em outros locais, nas escalas e reescalas nas quais o evento é recontextualizado. Além disso, para Ormundo (2007), ela provoca mudanças na organização social, das formas de interação, das relações sociais e das relações de poder e um intermediador de agente social, por isso tem papel importante nesse processo, pois podem recontextualizar outras práticas discursivas, e diferentes agentes sociais poderão representá-los diferentemente, de acordo com a posição que ocupam em um contexto social.

Para a autora, não se pode negar que a conexão entre gênero discursivo e mundo social seja interdiscursivamente mediada – aliás este é um ponto assente na ADC. Desse modo, devemos dar atenção especial às questões de hibridização de discursos e de gêneros com a finalidade de entender como diferentes discursos e como gêneros são combinados em textos particulares dos eventos sociais e reconfiguram-se em processos mais amplos de mudança social, política e cultural.

O termo *reconfiguração* foi empregado em Fairclough (2006) em uma perspectiva mais ampla, não se fixando em mudanças que se operam em produções discursivas específicas nem em contextos específicos. Para ao autor, a ADC, ao ver os gêneros como prática social, implica uma relação dialética entre um evento discursivo particular e situações, instituições e estruturas sociais que os constituem.

Na mesma obra, a *reconfiguração* está associada ao que o autor desenvolveu sobre os aspectos da globalização, especialmente na relação entre *recontextualização*, escala e reescrita, redes e fluxos. Segundo Ormundo (2007), para verificar a *reconfiguração*, é importante observar a forma como a linguagem movimenta-se nos meios de comunicação que representam o evento e, mais especificamente, nos gêneros de comunicação dos *websites* e como os recursos tecnológicos e as ferramentas disponíveis influenciam a forma como a linguagem constitui-se nos gêneros, discursos e estilos.

Fairclough (2006) vê a *recontextualização* como o processo pelo qual gêneros particulares, intencionalmente, incorporam outros textos e, no sentido mais abstrato, ocorre quando as práticas sociais, seletivamente, incorporam

outras práticas, bem como os discursos, os gêneros e os estilos a elas associados. A *recontextualização* consiste na relação entre diferentes redes de práticas sociais (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999). O revisor tem de observar em processos de recontextualização como determinados elementos de uma prática social são incorporados no contexto de outra prática. Que tipos de adaptações ele terá de fazer para que os discursos tornem-se dependentes das características econômica, política, social e/ou cultural do contexto da recontextualização. Assim a recontextualização é um processo ativo de apropriação. Fairclough (2006) enumera as características da recontextualização, que podem funcionar como verdadeiros guias para o revisor:

- a) a recontextualização é resultado de discursos porque as pessoas estão inicialmente diante de representações e supõem práticas novas, instituições, identidades;
- b) a recontextualização apropria-se ativamente de outros contextos em que circunstâncias, histórias, trajetórias, posições estratégicas e relações de força adaptam-se aos moldes contextuais e, por isso, os elementos da recontextualização são apropriados e os resultados recontextualizados;
- c) o discurso da recontextualização pode ou não ser operacionalizado (ordenado em práticas novas e formas de atividade social, inseridas em identidades novas, concretizados em mudanças materiais), ou ele pode ser operacionalizado de diferentes maneiras e largamente imprevisíveis quando dependem de tais propriedades de contexto da contextualização;
- d) os processos de operacionalização (representação, inculcação, materialização) são de natureza dialética em que os discursos tornam-se internalizados em outras circunstâncias sociais, e em parte eles são "intrasemióticos", e são também ordenados como gêneros internalizados como estilos.

Para Ormundo (2007), na *recontextualização* há um jogo de luta pelo poder, que é estabelecido pelos agentes desse outro lugar para alcançarem determinados propósitos. A luta que se estabelece nesses lugares apresenta novas relações entre escalas. O processo de *recontextualização* força o revisor à análise dos seguintes aspectos (FAIRCLOUGH, 2006):

- a) observar a presença, que diz respeito aos elementos que são mantidos ou alijados e, ainda, qual o tratamento dado a eles;
- b) abstração, que diz respeito ao grau de abstração e de generalização dos eventos concretos;

- c) ordenamento dos eventos;
- d) acréscimos – diz respeito ao material que é acrescentado aos eventos: explicações, legitimações, razões, causas, intenções e avaliações.

Fairclough (2003b) propõe a consideração da linguagem que circula em instituições públicas e em organizações como forma de entrada dos discursos em novos domínios e, também, como finalidade de compreender as diversas maneiras em que os discursos são consumidos, apropriados, recontextualizados em outras escalas e, por isso, apresentam resultados diferentes, pois dependem das novas escalas, novos contextos, por onde os discursos circulam.

Assim o revisor não deve ignorar as formas de ação da globalização, porque tem o caráter discursivo respaldado no fato de que não é possível compreendê-la e analisá-la de forma adequada, como algo real, sem considerar a linguagem, reconfigurações sociais e recontextualizações.

Na próxima subseção, apresento um relato pessoal sobre minha experiência como revisor em um contexto adverso em que o corporativismo, apoiado em uma legislação, favorecia a um segmento profissional, e desfavorecia outro.

3. Relato de uma experiência

Há muito anos, percorro os caminhos da *Revisão de Texto*, e esses nem sempre foram retos. Quando era funcionário público, no início dos anos de 1980, havia um setor que à época chamava-se seção de datilografia ou de conferência. Como fazia o curso de Letras, fui designado para fazer conferência de acórdãos¹⁰, depois de serem datilografados. Não possuía poder de decisão sobre mudança linguística ou discursiva. Era proibido “pensar”, ou melhor, ter uma atitude reflexiva, até porque tinha de lidar com egos que não aceitavam ser corrigidos. A atividade era mecânica, preocupada com a mancha gráfica – o que havia no original tinha de ter no material datilografado (*conferência*).

Mesmo sendo submetido a um desvio de função, como só acontece no Serviço Público, eu sabia que aquilo tudo tinha um propósito. Os propósitos imediatos foram o auxílio de meu letramento pessoal em vários níveis: o conhecimento sobre a grafia de palavras, léxico, fluidez na leitura, sobre a natureza do gênero acórdão, além do conhecimento jurídico na área de Direito Tributário. Àquela época, não havia, no setor de conferência, bibliografia de apoio, mesmo porque dentro de tal contexto não se justificaria – o que eu faria em uma atividade sem liberdade, apenas de cotejamento?

¹⁰ Este gênero será melhor definido no Capítulo 3.

Algum tempo depois, assumi a coordenação do setor e reivindiquei certa autonomia. Assim, a *Revisão de Texto* começou a delinear-se. Atravessado inconscientemente pela Ideologia milenar de que língua só pode ser representada pela norma padrão, pela Gramática Tradicional. Isso talvez seja uma das causas da postura equivocada de muitos revisores, como buscarei mostrar por meio da análise do surgimento da escrita e da GT nas sociedades “civilizadas” (Capítulo 4).

Solicitei a compra de uma série de compêndios gramaticais. Até então, para mim, a norma de prestígio era a que justificava qualquer correção que fosse necessária, e não importava o gênero, o público-alvo ou o contexto. Este, à época, era formal (linguagem oficial), o gênero era formal, o que implicaria a modalidade prestigiada de língua. Mas eu não tinha essa noção...

Em pouco tempo, todas aquelas GTs não eram o suficiente, não me atendiam, não me davam todas as facetas de língua requeridas em meu ofício. Então investi em dicionários (lexicográficos, de regência verbal, de antônimos, de sinônimos, de parônimos, etimológico, de expressões latinas, Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras (VOLP)), obras sobre ortografia, conjugação de verbos, Sintaxe. E, também, não me atenderam – os usos da língua são infinitos. De outra parte, as obras publicadas sobre *Revisão*, até hoje, que se configuram como manuais, não nos dão todas as “ferramentas” para se realizar uma boa revisão, até porque se aprende a revisar revisando. Estes manuais quase sempre têm um caráter normativo como o é nas GTs.

No início dos anos de 1990, fiz um curso de especialização em língua portuguesa. Com a reflexividade sobre linguagem dada por esse curso, por meio de professores especialistas em diversas áreas do conhecimento sobre linguagem, que tinha como um de seus pilares teóricos a Linguística, vislumbrei maior conhecimento sobre a língua e de seu funcionamento. A partir daí, clamei por uma aplicabilidade teórica e por uma maior liberdade em agir na profissão. Até porque aprendi sobre os efeitos discursivos que um texto poderia provocar na sociedade (as teorias sobre os gêneros textuais ou discursivos estavam incipientes em nosso País a essa época).

Assim, fui me distanciando profundamente da atividade de conferência e, por consequência, aproximando-me da *Revisão de Texto* propriamente dita. Mas, nesse ínterim, fui designado a fazer *copidescagem*, sendo revisor, nos acórdãos antes da digitação (já não havia datilografia). Lia os originais a serem digitados (em média 200 minutos de acórdãos por mês), revendo grafia, estrutura textual.

No ano de 1993, fui iniciado na *Revisão* profissional, fora dos “portões” do serviço público, por uma revisora formada em Jornalismo, que possuía grande experiência em revisar jornais, revistas, livros. Nessa minha iniciação, tudo era muito frenético. Como sempre acontece na *Revisão*, aquela profissional não parava para

me explicar nada, tudo era aprendido pela experiência, *in loco*. Eu tinha de fazer o trabalho mais penoso como todo iniciante: levantar várias vezes para pesquisar nos livros e sanar as dúvidas. Como aprendemos a andar e a falar? Andando, caindo, levantando, e falando, tentando, testando, reformulando.

No mesmo ano, ingressei no Serviço Público como revisor profissional, para revisar publicações do Ministério do Trabalho (MTE), em um setor denominado Editoração Eletrônica, que me favoreceu uma visão mais ampla sobre o ato de revisar e editar publicações. Foi nesse contexto que minha experiência como revisor solidificou-se. Havia uma profusão de gêneros a serem revisados e publicados: *folders*, cartilhas, manuais, livros, cartazes, legislações, discursos ministeriais, boletins, anuários, estatísticas, Normas Regulamentadoras (NRs), portarias, Instruções Normativas (INs).

Tive uma visão de todo o processo na produção de um gênero: recebimento do material, discussão com cliente sobre formato da publicação, determinação do público-alvo, tipo de papel, formatação, revisão, tira-dúvidas com o cliente, conferência de correções, revisão da “boneca”¹¹, gráfica, distribuição. Dividi o espaço profissional com jornalistas. Eu era o único profissional de Letras no Setor. Esta convivência não foi pacífica.

Na função citada acima, passei por um processo de não aceitação devido a minha formação profissional e ao corporativismo que existia no Jornalismo. Isto é, eu era o único profissional de *Revisão* formado em Letras a exercer no órgão uma função em um universo em que 99% dos profissionais eram jornalistas.

A legislação e o corporativismo eram uma questão bastante fulcral no trabalho de *Revisão* quando eu me inseri nessa *esfera de atividade*, ou nesse *domínio discursivo*, para usar as palavras de Marcuschi (2008). A essa época, na imprensa, o mercado estava totalmente fechado para atuação de profissionais da área de Letras, até porque a legislação, que será estudada na Seção 2.1, favorecia os de Jornalismo.

Em minha iniciação à *Revisão* profissional no início dos anos de 1990, como já foi citado anteriormente, comecei a aventura em jornais, revistas, livros... A profissional em *Revisão* jornalista convidava-me para ajudá-la a realizar seu ofício em contextos jornalísticos ou como *freelancer*. Era tudo muito tenso. Para inserir-me nessa esfera de atividade, eu tinha de simular e dissimular ser jornalista para revisar. Havia se instaurado em tal contexto um processo caracterizado por Thompson (1995) como *modos de operação da Ideologia* em duas categorias: *naturalização e fragmentação*, cujas definições e aplicações apresentar-se-ão na Seção 2.1.

¹¹ Na linguagem editorial, “boneca” é uma primeira versão ou um esboço de como ficará a publicação. Neste momento, tem-se uma visão do todo. Se necessário, fazem-se as últimas correções.

Essa operação da Ideologia está relacionada à natureza constitutiva do discurso que, segundo Foucault (1972), funciona constituindo o social como também os objetos dos sujeitos sociais. Este último caso, de acordo com Fairclough (2001a, p. 82), está relacionado “à natureza política do discurso – a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele.” Será feita uma discussão sobre essa temática na próxima Subseção em que discuto a legislação que regulamenta a profissão de revisor jornalista no Brasil e o corporativismo que ela representa.

Cabe ressaltar que havia algo muito intrigante nessa questão, uma vez que a função exercida por mim era em uma empresa de editoração e gráfica e, portanto, não eram empresas jornalísticas. Mesmo assim, o entendimento de grande parte daqueles profissionais era o de que tais funções deveriam ser privativas de Jornalismo, e de que eu não teria direito à jornada de 5 horas diárias, como veremos na próxima Seção, em que discuto a jornada de trabalho do revisor.

Buscando entender as raízes desse posicionamento (a meu ver equivocada), procurei inserir-me, cada vez mais, nesse campo, como pesquisador para mostrar uma perspectiva diferenciada do trabalho de Revisão. Isto é, evidenciar que esta área envolve muitas competências e habilidades que não são restritas ao campo do Jornalismo. E também apontar que, embora a legislação tenha dado a competência legal a um segmento profissional, no caso aos jornalistas, a norma por si só não confere competências científicas e nem habilidades para o exercício dessas atividades.

A seguir discutirei a legislação para analisar o modo como o discurso da norma legal tornou-se (e torna-se) um instrumento reforçador desse corporativismo, de um *status quo*, e instrumento de fragmentação e naturalização legalmente legitimado.

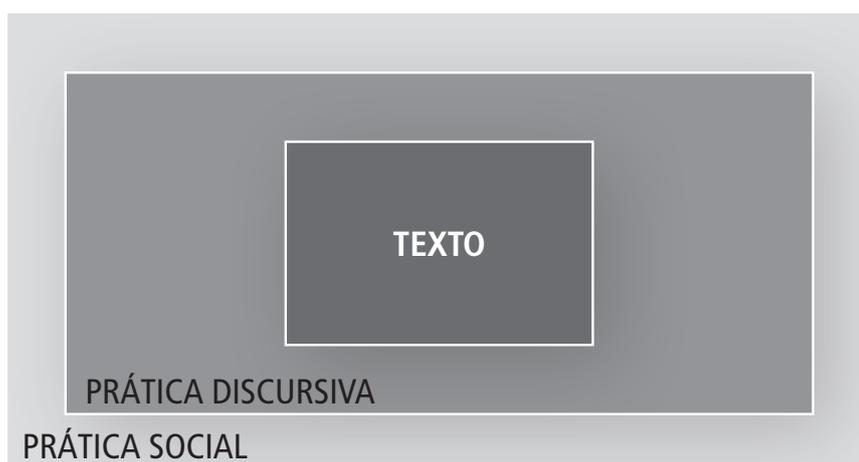
Retomo aqui as questões que foram levantadas na Subseção 3 “Relato de uma experiência”, do Capítulo 2, quando narrei minha caminhada como revisor “dividindo espaço” com profissionais de outra área. Para estabelecer uma base comum de compreensão da Revisão de Texto, considero oportuno trazer aqui uma análise da legislação que rege o trabalho do profissional de Revisão e como leis empoderam, fortalecem um corporativismo, dando-lhe argumento de autoridade, e, por consequência, enfraquecendo outros grupos. Desse modo, as questões trazidas nesta Seção têm também o objetivo de provocar uma atitude reflexiva do profissional de Letras quanto à não regulamentação de sua área de formação para atuar em Revisão, uma vez que este profissional tem como conhecimento precípuo a linguagem, o que lhe dá argumentos de autoridade teóricos para tanto. Dessa discussão, emergirão outras questões de direito e questões discursivas e ideológicas.

Para iniciar esta Seção, penso ser relevante apresentar um resumo sobre discurso, formulada por Fairclough (2001a), por ser esse conceito crucial para entender o tópico desenvolvido nesta parte da pesquisa, que estará associado a relações de poder.

1. Discurso

Fairclough, em sua obra *Discurso e mudança social* (2001a) – cujos objetivos são reunir a análise de *discurso* linguisticamente orientada e o pensamento social e político relevante para o *discurso* e a linguagem –, discute o termo *discurso* e sua análise a partir do quadro tridimensional como texto, prática discursiva e prática social, com se vê a seguir no quadro 3:

Quadro 3 – Quadro Tridimensional



Fonte: Fairclough (2001a).

Na obra de 2003a, o autor simplifica o quadro, não mais separando a prática discursiva da prática social. Mas nesta pesquisa mantereí o quadro de 2001 acima, pois penso didático e oportuno para descrever os três níveis por que deva passar a prática da Revisão de Texto. Isso vem contrapor a perspectiva da Revisão tradicional, que, em muitos contextos, dentro da cultura grafocêntrica, situa-se, no primeiro nível (texto), desconsiderando a prática discursiva e a prática social, como foi dito no Capítulo 1.

A concepção tridimensional do discurso de Fairclough é uma tentativa de reunir três tradições analíticas em que cada qual é indispensável na análise de discurso. São a tradição de análise textual detalhada na Linguística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhado.

De acordo com Fairclough (2001a), a parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada descrição. Já as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas interpretação.

A análise de texto, tal como propõe o autor (vide Quadro 1, Capítulo 1), pode ser organizada em quatro itens: *vocabulário* – lexicalização das palavras; *gramática* – trata das palavras combinadas em orações e frases. Toda oração é multifuncional e, assim, é uma combinação de sentidos ideacionais, interpessoais (identidade e relacional) e textuais. A *coesão* – trata da ligação entre orações e frases. A *estrutura textual* – trata das propriedades organizacionais amplas dos textos.

Ele acrescenta, ainda, outros três itens principais que não serão usados na análise textual, mas na *prática discursiva*: força dos enunciados – os tipos de atos de fala (promessas, pedidos etc.) por eles constituídos; *coerência* dos textos; e *intertextualidade* dos textos.

Reunidos, esses elementos formam um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais dos textos.

A *prática discursiva* envolve processos de *produção*, *distribuição* e *consumo* de texto. Quanto à *produção*, os textos são criados de maneira particular em contextos sociais específicos. Em relação ao *consumo*, pode-se dizer também que os textos são consumidos em contextos sociais diversos, e varia de acordo com a natureza do texto.

A *produção* ou a interpretação de um texto geralmente são representadas como processos de níveis múltiplos: *processo inferior* – aqui se analisam

sequência de sons ou marcas gráficas em frases –; ou processo superior – que diz respeito ao sentido, à atribuição de sentidos às frases, a textos completos e a partes ou “episódios” de um texto que consistem de frases que podem ser analisadas como coerentemente conectadas.

Nessa perspectiva de Fairclough, ao se usar o termo *discurso*, é preciso considerar o uso da linguagem como forma de *prática social*, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.

O que faz especificamente a *prática discursiva* ser discursiva? Para ele, parte da resposta está na linguagem, pois sua manifestação é linguística, é o texto, e este é também uma dimensão do evento discursivo tanto quanto a prática social. Essas duas dimensões são mediadas por uma terceira, que examina o *discurso* especificamente como *prática discursiva*, que não se opõe à *prática social*: a primeira é uma forma particular da última.

Ele afirma que o uso do termo *discurso* como tal tem implicações. A primeira delas é considerar o *discurso* como forma de ação – em que as pessoas agem sobre as outras pessoas e sobre o mundo – e também como representação. O *discurso* é uma prática, é uma significação do próprio mundo, constituindo-o e construindo-o em significado. Outra implicação é que é preciso considerar a relação dialética entre *discurso* e *estrutura social*, mais presente na relação entre a prática social e a estrutura social. A terceira implicação é compreender que o *discurso* é representado idealizadamente como fonte do social, pois a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.

Fairclough (2001a), distingue três aspectos dos efeitos constitutivos do texto: o *discurso* contribui para a construção de identidades sociais e de posições de sujeito para os sujeitos sociais e tipos do *eu*; contribui para construir as relações sociais entre as pessoas; e, por último, contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três elementos correspondem, respectivamente, às funções da linguagem postuladas pelo autor: *identitária* – diz respeito aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; *relacional* – como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas; *ideacional* – modo pelo qual os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. Acrescente-se, aqui, a *função textual*, que diz respeito como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um segundo, tomadas como já conhecidas ou apresentadas como novas, selecionadas como tópico ou tema. A *função textual* aborda, ainda, como parte de um texto se liga a partes precedentes e seguintes do texto e à situação social fora dele.

O *discurso* como prática política e ideológica é o objetivo da obra de Fairclough (2001a). No sentido político, mantém e transforma as relações sociais de poder e as entidades coletivas quando existe relação de poder. O *discurso* como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

Nos processos de *produção* e de *interpretação*, há dimensões sociocognitivas, pois os discursos são socialmente restringidos em sentido duplo: primeiro, pelos recursos dos membros que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, inclusive ordens discursivas e convenções para a *produção*, *distribuição* e *consumo* de textos; segundo, pela natureza específica da *prática social* da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre.

Para se falar de aspectos mais gerais sobre os processos sociocognitivos, nada mais apropriado do que analisar as dimensões *força dos enunciados*, *coerência* e *intertextualidade*. Por força dos enunciados compreendem-se os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.), por eles constituídos. A *coerência* é o atributo segundo o qual o texto faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de elementos coesivos explícitos. A *intertextualidade* é o modo como os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão "respondendo" e por textos subsequentes que eles "antecipam".

A maior parte do *discurso* se sustenta na luta hegemônica de instituições particulares (família, escolas etc.) e não em nível de política nacional, e os protagonistas não são classes ou blocos, mas alunos, professores, policiais, etc.

Além disso, a *prática discursiva* – a *produção*, a *distribuição* e o *consumo*, inclusive a interpretação de textos – é uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais assimétricas.

Isso é o que procuro demonstrar com a análise a seguir. Começarei discutindo a legislação para, depois, me aprofundar em questões discursivas e ideológicas.

2. Legislação sobre Revisão e suas controvérsias

Ao falar de legislação, ressalto que esta não será tratada de maneira muito aprofundada. Desse modo, será feita uma incursão, localizando pontos, a meu ver, relevantes para se compreender a regulamentação da profissão de revisor no Brasil.

O Decreto-Lei nº 7.858, de 13 de agosto de 1945, de Governo Getúlio Vargas – suponho ser a primeira legislação – dispõe sobre a remuneração de reviso-

res jornalistas, estabelece tabela de pagamento regional de remuneração mínima a ser paga, independentemente de ser atividade exercida em empresas jornalísticas, gráfica e outras empresas de caráter privado. Já no art. 2º, item *b*, “funções permanentes”, cita os cargos de revisor e de conferente, mas não especifica a atividade de cada uma dessas funções. Determina, por último, a jornada de trabalho máxima de 6 horas para a atividade de Revisão de Texto e de copidescagem.

Sobre essa norma legal, é oportuno lembrar que, embora não tenha sido derogada ou revogada, ela parece ter caído em desuso, inclusive porque a legislação que vem sendo utilizada é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que determina 5 horas diárias para o profissional de Revisão.

Apesar de haver as duas normas, muitas empresas, desconhecendo ou descumprindo a lei, não adotam a jornada de trabalho determinada em legislação, e exigem 8 horas diárias, 40 semanais. De outra parte, o não cumprimento desse decreto, como veremos, implica multa e causas trabalhistas.

Esse desrespeito à legislação por parte das empresas, determinando para o revisor 8 horas diárias de trabalho, tem como base jurisprudências não assentes, consideradas por alguns juristas como idiosincrasias sobre a interpretação jurídica, tal como se pode observar na discussão a seguir.

Conforme o art. 303 da CLT, “a duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite, de modo que o excedente a esse montante é considerado hora extra”.

Mas há controvérsias sobre a jornada de trabalho, as quais residem no fato de que o Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, juntamente com artigo 302 da CLT classifica o que é empresa jornalística. Assim aquela carga de trabalho em órgão que não seja de atividade jornalística gera diferentes interpretações. A aplicação legalista não entenderia 5 horas diárias; mas outra visão jurídica entende que o que importa é a atividade ser igual, não o local onde se exerce a atividade.

A divergência nos tribunais ocorre porque, de fato, o artigo 302 da CLT¹, interpretado literalmente, delimita os dispositivos da seção relativa ao trabalho do jornalista aos que “prestem serviços em empresas jornalísticas”. O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo-SP já rejeitou a possibilidade de hora extra excedente da quinta hora diária para o jornalista, enquadrando este profissional na hipótese geral, isto é, somente seria hora extra a excedente da oitava diária. A decisão abaixo demonstra esse posicionamento:

¹ “Art. 302. Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas. § 1º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho. § 2º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários” (CLT, 1943, p. 52).

JORNALISTA. Conceituação e regime jurídico. Acórdão: 02970439420 Turma: 03 Data Julg.: 02/09/1997 Data Pub.: 16/09/1997. Processo: 02960287929 Relator: SERGIO PINTO MARTINS Jornalista. Jornada de trabalho. **O artigo 302 da CLT é textual no sentido de que só são aplicados os artigos da Seção a quem trabalha em empresas jornalísticas e não a outras empresas que não sejam jornalísticas**, como é o caso da reclamada, que tem por atividade o desenvolvimento habitacional. O reclamante, apesar de jornalista, não se beneficia da jornada de 5 horas. Sua jornada é anormal de 8 horas diárias e 44 semanais (ACÓRDÃO TRT n. 02970439420, 1997)². (grifos meus).

Entretanto, mais recentemente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), órgão máximo na área trabalhista, vem se posicionando diferentemente, conforme se pode verificar da decisão abaixo, proferida em 22 de agosto de 2008:

JORNALISTA. JORNADA REDUZIDA. EMPRESA NÃO JORNALÍSTICA. A jurisprudência desta Corte tem se posicionado que o jornalista, mesmo trabalhando em empresa não jornalística, tem direito à jornada reduzida prevista no art. 303 da CLT, **tendo em vista que o que norteia as obrigações é a atividade desenvolvida pelo profissional, sendo irrelevante o ramo da empresa. Logo, não há violação aos arts. 302 e 303 da CLT**. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Por fim, em relação ao argumento de que a reclamante não poderia ser considerada jornalista, o Regional registra expressamente que não houve recurso da sentença de primeiro grau que reconhece a condição profissional de jornalista da reclamante, de modo que tal provimento transitou em julgado. Incidência da Súmula nº 296, I, do TST. Recurso de Revista não conhecido³. (grifos meus).

Cito outra jurisprudência do mesmo Tribunal:

PROCESSO Nº TST-RR-104700-57.2007.5.17.0010 – FASE ATUAL: ED. (...) ACORDAM os Ministros da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, em acolher os Embargos de Declaração do Sindicato-autor para, evidenciada omissão no acórdão embargado, imprimir efeito modificativo ao julgado e **não conhecer** do Recurso de Revista da Reclamada no tema – Jornalista. Horas extras. Observância da jornada contratual. Previsão em norma coletiva –; passar ao exame das demais matérias do Recurso de Revista da Reclamada para **conhecer** do Recurso apenas quanto ao tema – Preliminar de nulidade do acórdão regional por julgamento *extra petita* –, por violação do artigo 460 do CPC, e, no mérito, **dar-lhe provimento** para excluir da condenação os reflexos de horas extras sobre a multa de 40% do FGTS (...)⁴. (grifos meus).

Para corroborar a tese da carga de 5 horas para o revisor de texto, citei a seguir matéria sobre multa aplicada pela Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego a empresas que não cumprem a legislação dessa jornada de trabalho⁵. Esse poder de polícia é dado pela CLT que prevê a aplicação de multas quanto ao não cumprimento dos preceitos da CLT (Título VII – *Do processo de multas administrativas*, Capítulo I – *Da fiscalização, da autuação e da imposição de multas*).

² Disponível em: <<http://camargodemoraes.com.br>>. Acessado em 9 de agosto de 2012, às 23h06.

³ Disponível em: <<http://jusbrasil.com.br>>. Acessado em 9 de agosto de 2012, às 22h05.

⁴ Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br>>. Acessado em 9 de agosto de 2012, às 23h12.

⁵ Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br>>. Acessado em 14 de outubro de 2011, às 12h27.

Em interpretação ao artigo 626 da CLT encontra-se a seguinte matéria:

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho. Parágrafo único. Os fiscais dos Institutos de Seguro Social e das entidades paraestatais em geral dependentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comercio. Curitiba, 15/08/2007 – Em 2006 e 2007, a Delegacia Regional do Trabalho no Paraná (DRT/PR) constatou 844 empresas que deixaram de cumprir o Art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais de 850 autuações foram aplicadas pelos auditores fiscais do trabalho, que encontraram trabalhadores laborando mais tempo que o previsto em lei. Entre as profissões com carga horária diferenciada estão os bancários, telefonistas e atendentes de telemarketing, operadores cinematográficos, trabalhadores em minas e subsolo, frigoríficos, jornalistas, professores e químicos. “Algumas profissões têm sua legislação ou Convenção Coletiva de Trabalho que estipula a carga horária a ser trabalhada”, afirma o chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho (Sefit), José Léo Lazarus. Segundo ele, a jornada de trabalho reduzida ajuda a evitar acidentes de trabalho e protege a saúde do trabalhador de atividades laborais perigosas, insalubres ou que exigem capacidade de atenção. Um exemplo, cita Lazarus, é a atividade de telemarketing. “Caso esses trabalhadores atuem mais de seis horas diárias, podem desenvolver doenças nas cordas vocais e lesões nas articulações das mãos, pois utilizam o telefone e digitam a todo o momento”, explica. Além desses problemas, fadiga, depressão, distúrbios do sono, problemas respiratórios e principalmente o estresse elevado também podem acometer esses trabalhadores caso extrapolem a jornada prevista em lei. “Algumas atividades são consideradas de grande responsabilidade e tensão e exigem que a pessoa esteja atenta, descansada e concentrada para exercê-la com êxito”, esclarece. Os estabelecimentos que estejam descumprindo com a carga horária prevista na CLT ou em Convenção Coletiva estão sujeitos a multas que podem variar de R\$ 2.736,15 a R\$ 4.025,32, dependendo do porte da empresa. Os valores podem dobrar nos casos de reincidência.

A matéria enumera algumas das atividades com carga horária diferenciada (apresento resumidamente o quadro 4):

Quadro 4 – Carga horária de atividade (resumido)

Fonte: <http://www.bemparana.com.br>

(.....)	
Jornalistas, Revisores, Fotógrafos, Ilustradores	A duração normal desses profissionais não deve exceder de 5 horas, tanto de dia como à noite. Esse período pode ser prorrogado para 7 horas, mediante acordo escrito e aumento de salário.
(.....)	
Professores	O professor não pode, em um mesmo estabelecimento de ensino, ministrar por dia mais de 4 aulas consecutivas, nem mais que 6 intercaladas.

Uma vez que o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, recebeu nova redação introduzida pela Lei nº 6.612, de 17 de outubro 1969, no que resultou o Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, este é o que está em vigor, além da CLT e de jurisprudências.

Toda a legislação que inclui a atividade de Revisão de Texto privilegia a profissão de jornalista. Isso é reforçado pelo Decreto nº 83.284/79⁶ em seu artigo 4º que diz:

(omissis)

III – o diploma de curso de nível superior de Jornalismo ou de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11.

(omissis)

Em seu artigo 2º, reza que a profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de quaisquer das seguintes atividades:

(omissis)

VIII – revisão de originais de matérias jornalísticas, com vistas à correção redacional e à adequação de linguagem;

(omissis)

A legislação restringe o cargo de revisor à revisão de matérias jornalísticas, isso fica patente no artigo 11: “As funções desempenhadas pelos jornalistas, como empregados, serão assim classificadas”:

(omissis)

VII – Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;

(omissis)

Mas abre uma suposta brecha. Ao mesmo tempo em que “dá com uma mão tira com outra”. No artigo 12, quando afirma que são cargos privativos de jornalistas as funções de editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de Revisão, infere-se que o profissional de Letras (ou qualquer outra área) pode revisar, mas sob a supervisão de um jornalista. Voltamos de novo à “estaca zero”.

No Decreto citado no parágrafo anterior, o artigo 3º considera empresa jornalística, para os efeitos do Decreto, “aquela que tenha como atividades a edição de jornal e revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal”. E continua no parágrafo primeiro: “Equiparase à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias, onde sejam exercidas as atividades previstas no artigo 2º.” Gráfica e editoração eletrônica, onde trabalhava, não são empresas jornalísticas.

⁶ Este Decreto revoga as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 65.912/69, que regulamenta dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, nos termos de seu artigo 15, e Decreto nº 68.629/71, que altera o Decreto nº 65.912, de 17 de dezembro de 1969, que regulamentou o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, sobre a profissão de jornalista.

Assim não se poderia invocar uma legislação que não ampare serviços gráficos e editoração como empresa jornalística para proibir que eu exercesse a atividade de Revisão. De outra parte, uma vez que estava exercendo a atividade de revisor, teria o direito à jornada de 5 horas diárias e 25 semanais. Além disso, a grande maioria dos gêneros que circulavam na Editoração Eletrônica não tinha natureza jornalística:

Art. 3º Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste decreto, **aque-la que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário**, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal. Parágrafo 1º: **Equipara-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias**, onde sejam exercidas as atividades previstas no art. 2º (DECRETO nº 83.284, 1979). (Grifos meus).

O artigo 2º elenca como atividades privativas de jornalista, segundo o parágrafo 1º:

Art. 2º A profissão de Jornalista compreende, **privativamente**, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

I - redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;

II - comentário ou crônica, por meio de quaisquer veículos de comunicação;

III - entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

IV - planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de Jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

V - planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata o item I;

VI - ensino de técnicas de Jornalismo;

VII - coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;

X - execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

XI - execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico, para fins de divulgação. (Grifos meus).

Vale ressaltar, no *caput* do artigo 2º, o emprego do advérbio “privativamente” que vem entre vírgulas e deslocado da ordem direta, em posição tópica, é realçado discursivamente por esses fatores. Uma única palavra resume toda a discussão que se apresenta nesta Seção – exclusividade da legislação a um grupo; *expurgo* e *fragmentação* do outro (THOMPSON, 1995). Nesse caso, na função representativa, a forma material (léxico) da linguagem tem sempre um efeito

mediador que leva a distorções propositais, segundo Pedro (1999). Sobre essa questão, retomando as palavras de Fairclough (2001a), observa-se que o *discurso* funciona como *prática ideológica* que constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

Ainda para Pedro, a ADC trata de explicar os significados das formas e das funções da linguagem, levando em consideração o co-texto (contexto imediato, no nosso caso, a legislação), o contexto de situação (meu ambiente de trabalho) e o contexto cultural (as condições sociais e ideológicas que produziram o discurso), pois opera com uma abordagem de discurso em que o contexto é fundamental.

Para ela, ao se falar em categorias de análise, é necessário considerar que, em sua função representativa, a forma linguística é sempre moldada pelos efeitos de poder. Na sua função de construção, a linguagem projeta relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos dos participantes, em regra dos mais poderosos. Por isso, não se pode, teoricamente, ignorar a forma na ADC, como veremos a seguir no quadro 5.

Quadro 5 – Categorias analíticas da ADC (resumidas 1)

ANÁLISE TEXTUAL		
ELEMENTO DE ANÁLISE	TÓPICOS	OBJETIVOS
Vocabulário	Significado das palavras	Enfatizar as palavras-chave que apresentam significado cultural, as palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, enfim, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.

Fonte: Fairclough (2001a).

Conforme Fairclough (2001a), o significado das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (...) e o sucesso em obter aceitação para significados particulares de palavras, e para uma estruturação particular do seu significado potencial é, sem dúvida, interpretável como uma forma de adquirir hegemonia.

Compreendendo que o sujeito, ator ideológico, é constituído por processos discursivos e ao mesmo tempo constitui os processos discursivos (FAIRCLOUGH, 1989, 2001a; KRESS, 1996), pode-se dizer que este advérbio enfático perde força quando a própria lei entra em contradição. O artigo em tela elenca, nos incisos de I a XI, as funções privativas de jornalismo. Mas no artigo 12 afirma que serão privativas de jornalistas as funções pertinentes às atividades previstas no artigo 2º, tais como Editor, Secretário, Subsecretário, Chefe de Reportagem e Chefe de Revisão. Disso infere-se que a atividade de Revisão não é privativa de jornalista, como já havia discutido antes.

Estranhamente, sem haver uma legislação específica de revisor para a área de Letras, a CBO, estabelecida pelo MTE, propõe como um dos requisitos, para a atividade de Revisão de Texto diploma de graduação de nível superior em Comunicação Social ou Letras. Na CBO, a Revisão situa-se na classificação E, Código 2611-40, como veremos abaixo no quadro 6.

Quadro 6 – Classificação da atividade de Revisão

REVISOR	CÓDIGO CBO: 2611- 40
Amplitude anterior: 30/34	Amplitude atual: 33/37
Função anterior: Revisor	
Requisitos: a) Diploma de Graduação de Nível Superior em Comunicação Social ou Letras b) Registro de Radialista Profissional. c) Experiência de 06 (seis) meses na função, com prática de serviço comprovada por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), atestado, certidão ou declaração – OPCIONAL	
Norma Regulamentadora: Decreto Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de Jornalista. Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, que dá nova regulamentação ao Decreto Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de Jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978.	
DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	
Revisar textos a fim de assegurar-lhe clareza, concisão e harmonia. Prestar assessoria, orientação e supervisão a outros profissionais sobre assuntos de sua especialização. Planejar, desenvolver e acompanhar treinamentos, palestras e eventos.	

Fonte: CBO/
MTE

Este documento do MTE deve ter considerado a área de Letras à atividade de *Revisão* não por uma questão legal, mas por uma questão de direito costumeiro, uma vez que sua função é retratar a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro. Acompanhando o dinamismo das ocupações⁷, a CBO tem por filosofia sua atualização constante de forma a expor, com a maior fidelidade possível, as diversas atividades profissionais existentes em todo o País, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional.

Segundo ainda o mesmo *site*, os trabalhadores sentem-se amparados e valorizados ao terem acesso a um documento, elaborado pelo Governo que identifica e reconhece seu ofício. As inclusões das ocupações na CBO têm gerado, tanto para categorias profissionais quanto para os trabalhadores, uma maior visibilidade, um sentimento de valorização e de inclusão social. Eis por que afirmo antes que a atividade de Revisão de Texto exercida por profissionais de Letras é uma atividade consuetudinária, mas não legal, isto é, não determinada por lei.

Por último, o Parecer Supremo Tribunal Federal (STF), do Ministro Gilmar Mendes, provocado pelo Recurso RE 511961/SP – impetrado pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (SERTESP), julgado em 17 de junho de 2009 e publicado em 13 de novembro de 2009, deu, em princípio, o “tiro de misericórdia” em toda a legislação vigente sobre a necessidade

⁷ Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acessado em 17 de outubro de 2011, às 14h47.

de diploma de Jornalismo para exercer a atividade. Isso fortaleceu legalmente, em tese, o profissional de Letras para atuar na Revisão.

O Ministro assim resumiu seu parecer:

(...) por isso, não obstante o acerto de todas essas considerações, que explicitam uma análise de proporcionalidade, o certo é que, mais do que isso, a questão aqui verificada é de patente inconstitucionalidade, por violação direta ao art. 5º, inciso XIII, da Constituição. Não se trata apenas de verificar a adequação de uma condição restritiva para o exercício da profissão, mas de constatar que, num âmbito de livre expressão, o estabelecimento de qualificações profissionais é terminantemente proibido pela ordem constitucional, e a lei que assim proceder afronta diretamente o art. 5º, inciso XIII, da Constituição. Portanto, em se tratando de jornalismo, atividade umbilicalmente ligada às liberdades de expressão e de informação, o Estado não está legitimado a estabelecer condicionamentos e restrições quanto ao acesso à profissão e respectivo exercício profissional (...). Qualquer controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, controle prévio que, em verdade, caracteriza censura prévia das liberdades de expressão e de informação, expressamente vedada pelo art. 5º, inciso IX, da Constituição. **Dentro dessa lógica, nada impede que as empresas de comunicação adotem como critério de contratação a exigência do diploma de curso superior em jornalismo**⁸. (Grifos meus)

O parecer do STF acima, afirmando a desnecessidade de curso de nível superior para exercer as atividades vinculadas, por lei, ao curso de Jornalismo, é mera formalidade, uma vez que o mesmo documento, no final, sugere que "nada impede que as empresas de comunicação adotem como critério de contratação a exigência do diploma de curso superior em jornalismo". E aí voltamos, mais uma vez, à "estaca zero".

3. Corporativismo dos jornalistas: legislação, Ideologia, fragmentação e universalização

Com o propósito de mostrar como a legislação atende aos interesses corporativistas dos jornalistas, apresento a seguir uma análise dessa questão em uma perspectiva ideológica.

Fairclough (2001a), ao estudar a prática social, especifica "as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva, como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações [...]; e que efeitos ela traz, em termos de sua representação ou transformação?" (FAIRCLOUGH, 2001a, pp. 289-290). Neste contexto, focaliza os efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais.

Neste contexto, focalizo os efeitos ideológicos e políticos do discurso resumidos no seguinte quadro dado por Fairclough (2001a). A análise da Ideologia presente no discurso dos jornalistas será complementada por Thompson (1995) no quadro 7.

Quadro 7 – Categorias analíticas da ADC (resumidas 2)

ANÁLISE TEXTUAL		
ELEMENTO DE ANÁLISE	TÓPICOS	OBJETIVOS
Efeitos ideológicos e políticos do discurso		Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).

Fonte: Fairclough (2001a).

Thompson (1995) afirma que determinados usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicos, isto é, que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.

O autor desenvolve a formulação do conceito de Ideologia que amplia formas de dominação por meio de vários elementos simbólicos. Estudar a Ideologia, de acordo com esse autor, é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação (repito). E quais são esses elementos simbólicos? Um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Mas, para ele, formas simbólicas também podem ser linguísticas ou quase-linguísticas em sua natureza, entre as quais a imagem visual ou construto que combina imagens e palavras. As formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e em processos socialmente estruturados. Nesse raciocínio, o autor questiona sobre de que maneira pode o sentido servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Como resposta ele afirma que é prestando atenção cuidadosamente na interação entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social.

O mesmo autor apresenta-nos, a seguir, os valiosos modos de operação da Ideologia (quadro 8), que indicam algumas das maneiras pelas quais podem estar ligados, em circunstâncias particulares, como estratégias de construção simbólica:

Fonte: Thompson (1995).

Quadro 8 – Modos de operação da Ideologia (resumidos 1)

Os cinco <i>modus operandi</i> da ideologia	
Legitimação – apresenta as relações de dominação como legítimas, justas e dignas de apoio.	Racionalização – o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura justificar um conjunto de relações sociais e com isso convencer uma audiência de que é digno de apoio.
	Universalização – acordos institucionais que servem para o interesse de alguns são apresentados como servindo ao interesse de todos.
	Narrativização – histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.
Fragmentação – segmenta aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado com mau, perigoso, ameaçador.	Diferenciação – ênfase que é dada as distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando características que os desunem e os impedem de construir um desafio efetivo às relações existentes.
	Expurgo do outro – envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo que é retratado como mau, perigoso ou ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente.
	Reificação – apresenta uma situação transitória, histórica, como sendo permanente, natural, atemporal.

Toda a legislação, acordos institucionais, a favor da área de Jornalismo, é uma forma de *legitimação por universalização*, porque serve a interesses de alguns e autoriza a criação de formas simbólicas várias, que vão desde o silêncio, o uso da linguagem e outras manifestações, como gestos etc. Essas formas, segundo Thompson (1995), servem para estabelecer e sustentar relações de dominação e interação com o poder. Todos esses elementos desautorizam o suposto oponente, como veremos a seguir dentro dos *modos de operação da Ideologia (fragmentação por diferenciação e expurgo do outro)*, proposta por aquele autor.

Pela *fragmentação*, os jornalistas tentavam segmentar minha identidade naquele ambiente de trabalho, porque, para eles, eu seria capaz de me transformar em um desafio real ao grupo que era dominante. Por isso, dirigiram forças de oposição potencial em direção a mim, um alvo projetado como mau, perigoso, ameaçador de seus postos de trabalho.

Dentro ainda desse mecanismo, enfatizam as *diferenças* e divisões apoiando-se em características que supostamente me desautorizavam a ser um componente do grupo, com afirmações do tipo: "Você não é jornalista. Você é formado em Letras. A legislação não te ampara." Com esse discurso, tentavam impingir-me o modo de operação da Ideologia *expurgo do outro* (THOMPSON, 1995). E assim se uniam para resistir à ameaça que eu supostamente representava, para me preposicionar ideologicamente. Com esse comportamento de *expurgo do outro e fragmentação questionavam* até meu conhecimento sobre linguagem.

Segundo Althusser (1999), os sujeitos podem ser preposicionados de acordo com uma de suas asserções sobre Ideologia. A cerca dessa proposta, vale ressaltar que o autor apresenta as seguintes asserções: *primeira* – a Ideologia tem existência material nas práticas das instituições, o que abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais ideológicas; *segunda* – a Ideologia "interpela os sujeitos", que conduz à concepção de que um dos mais significativos "efeitos ideológicos" que os linguistas ignoram no *discurso* é a constituição dos sujeitos (segundo ele); *terceira* – os "Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs)" (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente.

Vale ressaltar que, embora criticado por sua concepção predicar uma excessiva dominação pelos AIEs, ele influenciou no debate sobre discurso e Ideologia. Assim, por exemplo, a concepção de sujeito althusseriano pode ser observada no sistema de atividade de Revisão de Texto tradicional.

Em Medeiros (2002), são enumeradas as funções do revisor. Para ele, as missões do revisor são *conferir a fonte e todas as determinações estabelecidas, tais*

como: *mancha, espaços interlineares, de seções, formatação das ilustrações; comparar o texto original com as provas; e assinalar erros de digitação e gramaticais.*

À página 228, o autor, na subseção *O normalizador diante do trabalho de Revisão* enumera uma série de conselhos, um deles é: (...) respeite o texto que o autor escreveu e evite alterações que não se justificam gramaticalmente (...)

Segue sua linha de raciocínio:

Assim, a simplificação dos trabalhos orienta apenas para a emenda gramatical. Emendas **subjativas**⁹, não defensáveis pela gramática, não devem ser realizadas. O processo da simplificação também recomenda que a emenda seja feita considerando o todo; dessa forma, opta-se sempre pela maioria, corrigindo-se somente a minoria (verifica-se comumente a tendência do texto; quanto ao uso de grafia, destaques, VERSAL, maiúsculas) (MEDEIROS, 2002, p. 305).

Aplicando-se a teoria de assujeitamento de Althusser (1999) à Revisão de Texto tradicional, como visto em Medeiros (2002), pode-se dizer que o revisor é interpelado pela Ideologia das editoras, não lhe restando liberdade para tomar decisões linguísticas, discursivas, ideológicas. É por meio desses mecanismos de como o revisor deve agir ou não agir que a Ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, interpela o profissional, restando-lhe o papel formal, gramaticista, normalizador e fiscal da língua; em outras palavras, o revisor é visto como um mero conferente.

Apesar da importância que as asserções de Althusser têm, apresentam, segundo Fairclough (2001a), contradição não resolvida entre a visão de dominação, que é a imposição unilateral e a reprodução de uma ideologia dominante, em que ela figura como um cimento social universal, e sua insistência nos AIEs. No caso da noção de sujeito assujeitado, sem condição para agir, não se coaduna com os propósitos da ADC, que valoriza a mudança. Thompson (1995), por exemplo, reforça essa crítica. Segundo ele, a explicação de Althusser é muito simples para se definir como a Ideologia funciona nas sociedades modernas. É preciso ver como as pessoas localizadas diferentemente na ordem social respondem e dão sentido a formas simbólicas específicas, o que será mais esclarecido no desenrolar desta subseção.

⁹ Em uma perspectiva discursiva, analiso o emprego da palavra *subjetividade* utilizada pelo autor. Em *Análise de Discurso*, subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito de seu discurso, funda-se no exercício da língua (BENVENISTE, 1966). Assim o ato de produzir o texto é a preocupação maior, e não o texto de um enunciado, isto é, o que interessa é o processo (BRANDÃO, 1998). Para aquele autor, no processo da enunciação, ao instituir-se um *eu*, institui-se necessariamente um *tu*. O *eu* e o *tu* são protagonistas da enunciação e, referindo um indivíduo específico, apresenta a marca da pessoa. Nenhum dos termos se concebe sem o outro. A **subjetividade** mencionada por Medeiros (2002) não tem correlação com as noções discursivas, e sim com a ação que o revisor pratica irrefletidamente no material revisado. No que concordo, pois a ancoragem do sentido se faz por meios contextuais, e não pessoais. Mas não podemos esquecer que no processo de revisão de texto há sempre um *eu* (autor) e um *tu* (revisor), que assumem uma personalidade dupla: *eu/tu* (no processo de construção coletiva do texto) e *eu/outro* (consumidor de texto). Desse modo, o papel do revisor não pode se restringir a uma correção meramente gramatical. Esta tese não se afigura como um estudo sobre subjetividade – autor/revisor. Assunto que, aliás, é bem tratado por Oliveira (2010) cuja obra tem como propósito observar através da alteridade como se processa o trabalho de revisão.

Essa concepção de Althusser, segundo Fairclough (2001a), é problemática porque falha em reconhecer a importância de nossa incorporação, nosso engajamento prático com o mundo.

É pelo engajamento prático que me dedico a essa pesquisa, que, em última instância, busca subverter a hegemonia do grupo dominante. Para Gramsci (1971), o conceito de hegemonia se relaciona à liderança ou à dominação nos aspectos econômico, político, cultural e ideológico em uma sociedade. Contudo, como o foco do autor são as mudanças sociais e discursivas, não vê as hegemônias senão como um equilíbrio instável, contestando constantemente lutas pela estruturação e articulação dos complexos ideológicos. Assim, uma ordem de discurso se apresenta como faceta discursiva desse equilíbrio instável que constitui uma hegemonia. Por sua vez, a articulação e a desarticulação de ordens de discurso são consequência de luta hegemônica, a considerar-se que a mudança discursiva é vista em relação às mudanças social e cultural a partir de dialética entre discurso e sociedade.

Diante disso, eu não poderia assumir o papel de sujeito preposicionado, frente às imposições ideológicas a que eu estava imerso no contexto de trabalho, sem reflexividade de minha condição de profissional-revisor. Desse modo, eu não poderia ser não reflexivo, e sim um agente social que cria coisas, subverte, muda coisas. Como resistência, reivindiquei trabalhar no mesmo pé de igualdade com jornalistas, mesmo indo de encontro a uma legislação em um ambiente que não me favorecia. Como instrumentos dessa resistência, criei cursos de extensão em Revisão na graduação em Letras; coordeno um curso de pós-graduação na área; com base nas teorias de Gênero Textual, Análise de Discurso Crítica e Multimodalidade – aprofundi-me na natureza da Revisão de Texto. E nesse percurso, dediquei-me a realizar pesquisas que resultaram nesta tese.

Na próxima Seção, o foco sobre Revisão muda. Nesse contexto, reconstruo e, em uma perspectiva do discurso, discuto e desconstruo o discurso tradicional sobre Revisão; tento desvelar práticas discursivas que sustentam a visão tradicional de Revisão de Textos como ato de “fazer correção gramatical” para evitar “erros”. Que práticas discursivas alimentam a ideia de que o texto escrito é a única forma de representação? Qual é a relação entre GT, texto escrito e Revisão de Texto? Estes são alguns questionamentos que pretendo responder.

Obras que tratam especificamente sobre Revisão de Texto profissional são poucas em nosso País. Incluem-se nesse rol as que versam sobre a construção do livro, que dão lugar restrito aos profissionais de Revisão, e as obras propriamente sobre a área. Separei esta bibliografia em três grupos: as que têm uma visão tradicional da Revisão de Texto; as que fazem parte de um período de transição, pois já sinalizam uma perspectiva linguística; e, por último, obras e artigos com visões mais atuais sobre a Revisão em uma perspectiva discursiva.

No primeiro grupo, estão Pinto (1993), Medeiros *et al.* (1995), Malta (2000), Medeiros (2002), Manual de Redação da Presidência da República MRPR (2002); no segundo grupo, está Coelho Neto (2008); no terceiro, Oliveira (2010), La Vielle e Silva (2011), Salgado (2007). Não serão analisados todos os manuais sobre Revisão produzidos no Brasil, pois a análise de todos tornaria a missão repetitiva, uma vez que mantêm o mesmo paradigma grafocêntrico. Por isso, selecionei as obras que considero mais representativas para esta pesquisa.

Assim, meu objetivo nesta seção é analisar as regularidades discursivas destas obras em três grupos complementares: 1. *O papel do revisor, o que é Revisão de Texto e como se dá o processo de Revisão*; 2. *O lugar da GT e a importância da escrita nos manuais de Revisão*; e 3. *A abordagem não discursiva no processo de Revisão tradicional*.

Os itens selecionados em cada grupo são interdependentes. No primeiro grupo, apresento a noção de Revisão de Texto complementada com o papel do revisor e com o processo de Revisão. No segundo grupo, discuto a valorização e a interdependência entre a Gramática Tradicional e a língua escrita formal na atividade de Revisão. No último, analiso o lugar da abordagem discursiva no processo de Revisão.

Com a análise das obras do primeiro e do segundo grupo, pretendo mostrar uma regularidade na consideração tradicional no ato de revisar como uma atividade formalista, normativista, redutora, que considera a escrita como a única forma de representação.

O Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) não é um manual de Revisão propriamente dito, mas é um instrumento muito citado e utilizado por revisores e funcionários públicos. Em verdade, funciona como uma norma a ser seguida, como ficará claro quando de sua análise. E minha visão justifica-se inclusive por esse Manual ter sua existência instituída por meio de atos legais.

Não pretendo com essa análise questionar a validade e a importância dessas obras, mas considerar a Revisão de Texto como uma atividade que deve levar em consideração outros elementos que constituem o texto. Isto é, deve-se observar que o gênero textual é resultado de vários recursos semióticos, e não apenas da escrita.

No último grupo, mostro como já se delineia uma perspectiva diferenciada da que se verifica nos dois grupos anteriores. Aí se tem a consideração da interação entre autor-revisor, o sujeito diante do trabalho com o texto, a alteridade que se configura como essencial no trabalho simbólico com o texto. Mas o objeto deste estudo não tem como foco a subjetividade entre autor-revisor, pois isso resultaria em outra pesquisa. O que me proponho a pesquisar focaliza, sobretudo, outros recursos de representação presentes no gênero ao ser revisado. As análises que se configurarão nesta Seção terão um caráter apriorístico, baseadas em outros paradigmas. No Capítulo 4, retomo a questão de forma mais aprofundada.

Situado na perspectiva do discurso, considero que há uma relação dialética entre discurso e representação social: o discurso constitui e é constituído por representações do mundo (FAIRCLOUGH, 2001a), e estas podem ser resultado de processos semióticos mais amplos que não se resumem apenas à escrita, a uma mancha gráfica (KRESS e van LEWEEN, 1996).

1. O papel do revisor

Iniciando a análise sobre o papel do revisor, e, por conseguinte, o que é Revisão de Texto e como se dá seu processo, depreende-se que, como Pinto (1993) afirma, a palavra "revisão" tem em si grande carga de significações. Na sua perspectiva, refere-se à Revisão de provas. O revisor de provas teria por incumbência o cotejo da prova com o original, sem compromisso com o conteúdo do texto e, portanto, limitado aos erros tipográficos.

Ela situa a Revisão na publicação como sendo as atividades relativas à adequação do texto quanto à organização, normalização e revisão dos originais. Estas são chamadas de preparação. A revisão de originais ocorre antes da composição, e a revisão de provas se dá na fase industrial, ou seja, depois de o texto ter sido composto e antes de ser impresso finalmente (...) o revisor acompanha as palavras da prova, "vigilando" os erros de composição e também do autor, evitando as letras de fontes estranhas que se possam ter infiltrado no texto composto, observando [...] o que quer que seja que possa comprometer a boa reputação da casa (...) Quaisquer erros que forem encontrados são indicados por signos especiais. Segundo ela, a tarefa descrita acima é desempenhada por duplas de revisores. Cada dupla divide entre si o acompanhamento dos originais e a leitura das provas.

Ainda para a autora, o processo de *Revisão* se dá conforme um tipo de específico de prova:

Cada etapa de revisão relaciona-se a um tipo específico de prova. Em princípio, tiram-se tantas provas quantas forem necessárias à limpeza total de erros, mas, basicamente, a rotina de revisão é a seguinte: a) confronto do original com as provas – desempenhado por dois revisores, conforme mencionou-se atrás; este trabalho é feito nas provas iniciais de composição (primeira prova) e na arte-final. O cotejo da arte-final com o original justifica-se por ser nessa etapa que se fazem montagens ou inserções de novos elementos, não existentes na primeira prova; b) releitura individual – concluído o confronto do original com as provas, um terceiro revisor faz uma releitura de todas as provas, recorrendo ao original apenas para verificações. Na arte-final, esta releitura é de suma importância: tratando-se da última revisão completa, o revisor procede a uma conferência técnica da montagem, das remissivas a outras partes do livro e, enfim, de tudo aquilo que deve comparecer no livro impresso; b) revisão decalcada – este tipo de revisão consiste na conferência da correção das emendas pedidas em prova anterior, seguida de um decalque. Pelo decalque, o revisor coloca a nova prova sobre a anterior, ajustando-a de modo a fazer corresponder as linhas de uma prova com as da outra. A seguir, com uma das mãos, ele levanta e abaixa, em cada linha, a prova superposta e vai acompanhando as alterações havidas. Após a conferência de emendas e o decalque das provas, se for o caso, faz-se outra releitura, nos moldes descritos acima. Quando as linhas de uma nova prova não corresponderem com as linhas da prova anterior, será mais seguro fazer um cotejo palavra por palavra. Isso deve ser feito, por exemplo, quando uma prova for paginada a partir de uma prova de microcomputador, que, normalmente, apresenta outros tipos gráficos, sem alinhamentos. (PINTO, 1993, p. 130)

Como se pode verificar no trecho acima, a autora atribui ao revisor uma função muito reduzida, cabendo-lhe apenas a conferência do texto, o decalque e o cotejo. O revisor, sob esse ponto de vista do qual também compartilha Malta (2000) e Medeiros (1995, 2002), é uma marionete que só checa aquilo que foi pedido no processo de produção de texto. Isso fica claro quando ela afirma que a função do revisor é organizar, normalizar e revisar originais chamados de preparação. Isso evidencia, também, que a função de revisor é esvaziada de intelecto e mecanizada.

Outro aspecto relevante reforçador do automatismo conferido ao papel do revisor é a série de ações apresentadas pela autora: confronto do original com as provas; quando as linhas de uma nova prova não corresponderem com as linhas da prova anterior, será mais seguro fazer um cotejo palavra por palavra; a seguir, com uma das mãos, ele levanta e abaixa, em cada linha, a prova superposta e vai acompanhando as alterações havidas.

Um aspecto constante que se verifica nos livros sobre Revisão analisados nesta pesquisa é que essas obras dedicam sempre uma parte à GT. Isso caracteriza uma regularidade discursiva relacionada à valorização da escrita e do nível formal dos textos.

Pinto (1993), por exemplo, às páginas 12, 13, 15, 44, 51, 53, 62, 69, 74, 154, 155, nos dá dicas da GT: emprego da maiúscula, minúsculas, nomes próprios, numerais, divisão silábica, abreviaturas, siglas e símbolos. Às páginas 12 e 13, apresenta dicas de ortografia e pontuação, e nos convida a ler os grandes cânones da língua portuguesa e bons dicionários na tarefa de ser bom revisor.

Para ela, conhecer análise sintática é fundamental para bem pontuar. Frise-se que, ao contrário do que afirma essa autora, em uma perspectiva discursiva, a importância da Sintaxe vai muito além do que apenas saber pontuar. A Sintaxe é uma das categorias preconizadas pela Análise de Discurso Crítica (ADC). De acordo com Fairclough (2001a), a transitividade, por exemplo, ajuda-nos a verificar se tipos de processos e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos. Um maior interesse está na agência, na expressão de causalidade e na atribuição da responsabilidade.

Para Fairclough, a análise textual não pode consistir simplesmente em descrição de textos isoladamente de sua interpretação, como faz Pinto. A análise é necessária em dois níveis: um para tentar construir um sentido em relação aos aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva, em particular como “traços” de processos de produção textual e como “pistas” nos processos de interpretação; o outro nível consiste na análise em que se tenta construir um sentido a partir de nossa interpretação de como os textos são produzidos e interpretados. Ambos, aspectos e interpretação, são encaixados numa prática social mais ampla e são interdependentes. A ênfase da interpretação está no papel do discurso, na significação e na referência; está no constituir, reproduzir, desafiar e reestruturar os sistemas de conhecimento e crença, ou seja, na própria construção da realidade social.

A Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), proposta por Fairclough (2001a), apresenta-nos, dentre outros, dois tópicos analíticos: *conectivos e argumentação; transitividade e tema*. No primeiro, os tipos de textos diferem nas formas de relação que são estabelecidas entre suas orações e nas formas de coesão que essas relações favorecem, e essas diferenças podem ter significação cultural ou ideológica (HALLIDAY, 1985 *apud* FAIRCLOUGH, 2001a). Na análise desses dois tópicos, a coesão trata da ligação das orações em frases e da ligação entre as frases para formar o texto. A ligação se efetiva mediante itens lexicais de um campo semântico comum, repetição de palavras, sinônimos, referência e substituição (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipses etc.) e conjunções.

A análise da coesão textual permite saber a espécie de argumentação que é usada e a espécie de padrões de racionalidade que ela pressupõe. Isso, por sua vez, permite a percepção dos tipos de identidade social que são construídos

no texto e o *ethos* que o sujeito manifesta. Num primeiro nível, a análise da coesão focaliza as relações funcionais entre as orações, e pode ser usada para investigar os “esquemas retóricos” ou a “arquitetura” em vários tipos de texto.

Já a transitividade lida com os tipos de processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes envolvidos. Os dois principais tipos de processos são os relacionais, em que o verbo marca uma relação (*ser, ter, tornar-se*) entre os participantes, e processos de ação – um agente age em direção a um objetivo.

Assim, estuda-se a transitividade nos processos linguísticos de apassivação (em que há modificação no lugar de ocorrência dos agentes ou sua omissão) e nominalização (em que se omite o agente ou objeto). O propósito dessa análise é verificar se a agência, causalidade e atribuição de responsabilidade estão explicitadas nos textos, o que sugere uma possível significação política e ideológica na escolha do tipo de processo.

Com relação ao tema, procura-se examinar os elementos linguísticos que ocorrem em posição inicial (tema) e final (rema) na oração, pois sua (não) explicitação em uma ou outra posição se liga à Ideologia. Por isso, o tema é o ponto de partida do produtor do texto numa oração e geralmente corresponde ao que pode ser considerado (o que não significa que realmente seja).

Continuando com a análise da obra de Pinto (1993), verifica-se que a autora apresenta uma proposta formal, estrutural, do emprego da vírgula. Essas dicas vão até a página 18. Das páginas 42 a 78, retoma as questões gramaticais. Ela, em suas dicas, afirma que a pontuação correta das orações adjetivas, restritivas e explicativas, por exemplo, denota antes de tudo clareza da mensagem. Além da pontuação ordinária do texto, não devem ser esquecidos os casos que a autora considera especiais como a pontuação nas referências bibliográficas, nos diálogos, nas abreviaturas em geral.

Ao analisar a proposta dessa autora, sob a ótica da ADC, constata-se que tal proposta não apenas reduz o papel do revisor, mas o da própria língua. Em uma visão discursiva da utilização das categorias linguísticas, o uso da língua pode muito mais que organizar frases inteligíveis, ponto importante neste Capítulo.

Não obstante, é preciso ressaltar que a autora apresenta dois fenômenos, em sua obra, que são considerados discursivos. Um deles é a ambiguidade. Para Pinto (1993), ambiguidade é uma “figura de linguagem” que ocorre sempre que uma construção sintática apresentar mais de um sentido. Mas é preciso ressaltar que a ambiguidade também pode ser léxica, conforme afirma Ilari e Geraldi (1995).

Para a autora, a ambiguidade, em textos literários, pode funcionar como recurso estilístico, mas em outros casos constitui um vício de linguagem. A pu-

blicidade, por sua vez, lança mão amiúde da ambiguidade como recurso eficaz, para causar impacto. Ela cita um exemplo: um fabricante de azeite de oliva anunciou em grandes cartazes de rua: "A Carbonell foi pro vinagre". Em sua análise, ela afirma que, em linguagem coloquial, ir pro vinagre pode significar "morrer", "dar-se mal" ou coisa do gênero. Além de fabricar azeite, passou a produzir também vinagre, com a mesma qualidade. Isto mostra, segundo ela, que a ambiguidade deve ser evitada, principalmente quando se trata de textos didáticos, técnicos ou científicos.

Na perspectiva discursiva, a ambiguidade é uma questão semântica, mas pode ser vista como uma questão discursiva e ideológica. Para Charadeau e Maingueneau (2004), a ambiguidade é um fenômeno ligado à discursivização de um enunciado. Esse fenômeno realiza-se sempre que uma mesma frase apresente vários sentidos e seja, então, suscetível de ser interpretada de diversas maneiras. Segundo os autores, a ambiguidade pode ser léxica, devido à polissemia das palavras; pode ser de ordem sintática quando a construção da frase não revela em sua superfície a qual construção subjacente corresponde.

Ainda para os autores, na perspectiva discursiva, pode-se falar de ambiguidade discursiva quando ela se localiza não no sentido das palavras do léxico nem na construção da frase, mas no "sentido implícito". O mesmo enunciado pode ter uma significação de acordo com a inferência produzida pelo intérprete, que depende da posição que este esteja ocupando, do seu conhecimento de mundo, do seu interesse/intenção. A ambiguidade discursiva é constitutiva de todo fato de comunicação, uma vez que não há ato de discurso que não seja portador de um ou de vários implícitos.

Passemos para o outro fenômeno discursivo que a autora aborda, a coerência. Esta definida por Pinto (1993) como sendo a utilização sistemática de um mesmo critério para um mesmo tipo de caso na Revisão. Para ela, a coerência é essencial à unidade, à organicidade, não só de obras coletivas e de referência, como de obras individuais. O que a autora chama de coerência se aproxima mais do que eu chamaria de uniformização – manutenção do mesmo padrão no gênero revisado. Assim cabe discernir coerência no sentido que a autora emprega do que é compreendido na perspectiva discursiva.

Nessa abordagem, a coerência está relacionada às estratégias de processamento textual. Segundo Koch (2001), em consonância com a concepção de língua(gem) como atividade interindividual, o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, deve ser visto também como uma atividade tanto de caráter linguístico, como de caráter sociocognitivo. Nessa mesma abordagem, a autora afirma que o texto é considerado como um conjunto de pistas, representadas por elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à

disposição dos falantes, no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural.

Ela ainda afirma que, na atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual. E continua:

O conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimento do tipo declarativo (proposições a respeito dos fatos do mundo), quer do tipo episódico (os “modelos cognitivos” socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência). É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, a partir de uma manchete; que se criam expectativas sobre o(s) campo (s) lexical (ais) a ser (em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual. O conhecimento sócio-interacional é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de interação através da linguagem. Engloba os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural. É o conhecimento ilocucional que permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir. Trata-se de conhecimentos sobre tipos de objetivos (ou tipos de atos de fala), que costumam ser verbalizados por meio de enunciações características, embora seja também freqüente a sua realização por vias indiretas, o que exige dos interlocutores o conhecimento necessário para a captação do objetivo ilocucional. (...) O conhecimento superestrutural, isto é, sobre estruturas ou modelos textuais globais, permite reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo; envolve, também, conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que distinguem os vários tipos de textos, sobre a sua ordenação ou seqüenciação, bem como sobre a conexão entre objetivos, bases proposicionais e estruturas textuais globais. (...) Tal conhecimento engloba, também, o saber sobre as práticas peculiares ao meio sociocultural em que vivem os interactantes, bem como o domínio das estratégias de interação, como preservação das faces, representação positiva do “self”, polidez, negociação, atribuição de causas a malentendidos ou fracassos na comunicação, entre outras. Concretiza-se através de estratégias de processamento textual (KOCH, 2001, pp. 26-27).

A coerência, no trabalho de Fairclough (2001a), está diretamente ligada ao consumo de texto, com uma propriedade de interpretação. Para ele, um texto coerente é aquele cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com sentido, de forma que ele “faça sentido”. Acrescente-se, ainda, que o texto é coerente quando faz sentido para alguém que nele vê sentido, alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de elementos coesivos explícitos. Ao se aceitar uma interpretação, aceitam-se as condições do texto – fator importante no trabalho ideológico dos textos e do discurso na “interpelação” dos sujeitos. Mas ao contrário disso, pode haver resistência ao que foi estabelecido no texto.

Os textos são consumidos em contextos sociais diversos e varia de acordo com a sua natureza: receitas de bolo não podem ser tomadas como textos científicos. O consumo pode ser individual – carta de amor –, ou coletivo – documentos públicos. Alguns textos são transcritos, lidos, relidos, outros não; alguns mudam sua natureza primeira e se transformam em outros textos: uma consulta médica pode ser transformada em estatística; uns trazem a guerra, outros, a paz; alguns têm o poder transformador de atitudes, de crenças ou de práticas pessoais.

Na obra de Pinto (1993), há uma subseção denominada Formas do discurso em que a preocupação são *discurso direto*, *discurso indireto* e *indireto livre* como estruturas narrativas que “só têm”, segundo ela, que ver com a maneira de o autor caracterizar e apresentar suas personagens. Mas ela restringe sua explicação ao emprego do *discurso direto*, na perspectiva da aplicação na Literatura, sem explicar os demais – *indireto* e *indireto livre*.

Para ela, há autores que, habilmente, combinam essas estruturas. É uma questão de estilo. No caso do *discurso direto*, a autora apresenta formas que chama de normalizações, que visam principalmente à clareza do enunciado: verbos *discendi*, travessões, aspas, pontuação etc. Mas é preciso lembrar que em uma visão discursiva as formas do discurso são usadas com uma preocupação que vai muito além dessas normalizações. Para falar-nos sobre essa questão, invoco Charaudeau e Maingueneau (2004) segundo os quais esses fenômenos estão todos na discussão do *discurso citado*:

A problemática do discurso citado trata dos diversos modos de representação, no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não ao locutor: “Colocação em relação de discursos um dos quais cria um espaço enunciativo particular, enquanto o outro é colocado à distância e atribuído a uma outra fonte, de maneira unívoca ou não” (ROSIER 1999, p. 125). Essa problemática ultrapassa amplamente a tradicional tripartição entre *discurso direto*, *discurso indireto* e *discurso indireto livre*, já que estão concernidas às formas híbridas e o *discurso indireto livre*, mas também fenômenos com a colocação entre aspas e o itálico, a modalização por remissão a um outro discurso, (“no dizer de Y...”), as múltiplas formas de alusão a discursos já proferidos. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, pp. 172-3).

Complementando essa discussão, Fiorin (2006) explica que há duas maneiras de incorporar vozes diferentes em um discurso: uma maneira é quando o discurso do outro é perceptível, ou seja, ao lermos um texto conseguimos identificar com clareza qual é o discurso do enunciador e qual é o discurso do outro. Enquadram-se, aqui, o *discurso direto* e o *discurso indireto*, por meio do emprego de recursos como as aspas e a negação. Outra maneira é quando não há separação muito clara ou explícita da voz do enunciador e do discurso do outro. Ele exemplifica isso com a paródia, a estilização, as polêmicas clara ou velada e o *discurso indireto livre*.

No *discurso indireto livre*, não focado na obra de Pinto, o sujeito pode apropriar-se da “voz” de outro para acrescentar sua subjetividade, sua ideologia, mas não se mostrar explicitamente. Há uma fusão de vozes, há uma *polifonia*. Afirmo isso porque na intertextualidade há a presença de um intertexto implícito ou explícito. Na *polifonia*, exige-se apenas que se representem, encenem, em dado texto, perspectivas ou pontos de vista de enunciadores (reais ou virtuais) diferentes – daí, segundo Koch (2007), há a “metáfora do coro de vozes”. Melhor: “Encenam-se” no interior do discurso do locutor perspectivas ou pontos de vista representados por enunciadores reais ou virtuais diferentes, sem que se trate, necessariamente, de textos efetivamente existentes.

Para Ducrot (1984), *apud* Koch (2007), a *polifonia* é um fato constante no discurso, que oferece ao locutor a possibilidade de tirar consequências de uma asserção cuja responsabilidade ele não assume diretamente, atribuindo-lhe, portanto, outro enunciador.

Sobre o tema, defendo, nesta pesquisa, que a *polifonia* não se refere apenas às categorias linguísticas e que os recursos linguísticos não são os únicos que constroem sentidos por meio de *discurso direto, indireto e indireto livre*. Em outros termos, defendo que a *polifonia* não se realiza apenas na modalidade da linguagem verbal e como elemento de categoria linguística, porque observo que as imagens visuais também são elementos que se constituem por meio do *discurso direto, indireto e indireto livre*. As imagens, assim como outras *semioses* (FAIRCLOUGH, 2003b), são elementos discursivos; portanto, são, também, categorias do dizer. Nas palavras deste teórico:

De acordo com meu ponto de vista, a ADC é, por um lado, uma teoria e um método – melhor dizendo, uma perspectiva teórica que versa sobre a linguagem e, em um sentido mais geral, sobre as semioses (incluindo a “linguagem visual”, a “linguagem corporal”, etc.) –, e, por outro lado, um elemento ou um “momento” do processo social material (Williams, 1977) que suscita formas de analisar a linguagem ou as semioses, formas que se inserem em outras análises do processo social de caráter mais geral. (FAIRCLOUGH, 2003b, p. 179).

Orlandi (2001) corrobora essa afirmação quando afirma que o texto é a unidade empírica que o “leitor” tem diante de si. Essa unidade pode ser constituída de som, letra, imagem visual. As categorias linguísticas, assim como as imagens, são resultados de processos linguísticos e sociais motivados. Essa proposição ajuda-nos a compreender melhor a prática de Revisão e quebrar o paradigma focado no material linguístico. Isso vem ao encontro da perspectiva de Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen (2000), segundo os quais, não se pode interpretar, de forma efetiva, os textos focando apenas à língua escrita.

Reinterpretarei as noções de *discurso direto, indireto e indireto livre* em uma perspectiva em que essas categorias são explicadas pelo viés da *intertext-*

tualidade, presente nas diversas semioses e constitutiva delas, focalizando em especial a imagem visual¹.

Nas obras de Fairclough (2001a, 2003a), a *intertextualidade* recebe importante dimensão, tal como se observa no trecho a seguir:

A rápida transformação e reestruturação de tradições textuais e ordens de discurso é um extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a intertextualidade deve ser um foco principal na análise de discurso. A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 135).

Ainda sobre a *intertextualidade*, esse autor afirma:

Bakhtin distingue o que Kristeva chama dimensões “horizontal” e “vertical” da intertextualidade (ou relações num “espaço” intertextual: ver Kristeva, 1986a, p. 36). Por um lado, há relações intertextuais “horizontais” de um tipo “dialógico” (...) entre um texto e aqueles que o precedem e seguem na cadeia de textos. (...) Por outro lado, há relações intertextuais “verticais” entre um texto e outros textos que constituem seus contextos mais ou menos imediatos ou distantes: textos com os quais está historicamente ligado em várias escalas temporais e por vários parâmetros, até mesmo textos que mais ou menos contemporâneos a ele. Além de incorporar ou, por lado, responder a outros textos, a intertextualidade do texto pode ser considerada como incorporando as relações potencialmente complexas que tem convenções (gêneros, discursos, estilos, tipos de atividades) que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem de discurso. (...) A distinção entre as relações intertextuais de textos com outros textos específicos e as relações intertextuais de textos com as convenções está relacionada com uma outra distinção usada pelos analistas de discurso franceses: a intertextualidade “manifesta” oposta à “constitutiva” (Authier-Révuz, 1982; Maingueneau, 1987). (FAIRCLOUGH, 2001a, pp. 135-6)

Como se observa nos trechos citados, Fairclough reinterpreta as propostas de vários autores, caracterizando a *intertextualidade*, da seguinte forma: em termos de produção, a *intertextualidade* acentua a historicidade; em termos de distribuição, ela é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam; em termos de consumo, ela é útil ao acentuar que não é apenas o texto, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas, também, os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação. Apesar de a

¹ Nesta tese, na Metodologia (Capítulo 1), considerei texto como sendo o objeto, a matéria concreta produzida no discurso (HODGE e KRESS, 1988). Por sua vez, discurso como uma manifestação nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas, tais como imagens visuais (THOMPSON, 1995). Desse modo, não poderia denominar a presença de uma imagem em outra como intertextualidade, e sim “inter-imagetividade”, em respeito à potencialidade de construção de sentido e discursiva das imagens visuais e à importância que estas exercem na pós-modernidade. Assim abandonaria a expressão “intertextualidade” que reflete a cultura grafocêntrica, tão combatida nesta tese. Mesmo mantendo a denominação clássica, a “inter-imagetividade” configurar-se-á nas análises. Isso me instiga maior aprofundamento em futuras pesquisas, na perspectiva da multissemiose.

intertextualidade poder significar retomada histórica, transformando o passado no presente, podem ocorrer novas configurações de elementos de ordens discursivas e novos modos de intertextualidade manifesta.

Para analisar os conceitos discutidos (*discurso direto, indireto e indireto livre, polifonia e intertextualidade*) em relação à modalidade de linguagem escrita e à imagem visual, tomo o *Blog do Eder* como *corpus* e realizo uma análise em que associo as propostas teóricas dos autores anteriormente citados (ORLANDI, 2001; FAIRCLOUGH, 2001a, 2003a; KRESS, LEITE-GARCIA e van LEEUWEN, 2000) à análise imagética. Quando necessário, amplio tais propostas com outros teóricos.

Importa esclarecer que esse *blog* foi criado e é alimentado por uma pessoa que assumidamente fala de uma posição político-partidária, e a sua opção política fica clara logo na abertura do *blog* (figura 3). É um blogueiro petista e simpatizante do ex-presidente Lula. Não só defende o governo PT, mas, também, a reeleição de Lula em 2014. Para isso, mobiliza vários recursos de linguagem – imagens, texto etc., tal como se verifica pela imagem abaixo:

Figura 3 – Abertura do *Blog do Éder*



Disponível em: <<http://bit.ly/NB9dWZ>>. Acessado em 19 de maio de 2012, às 14h45.

Os recursos explícitos (imagéticos – cor vermelha de fundo, a vestimenta vermelha, as estrelas) podem ser associados a um discurso que localiza o autor do *blog*, em seu posicionamento político. E a utilização desses recursos permite-nos ancorar mais facilmente o sentido, a autoria e a ideologia do autor.

Só para retomar pontos teóricos anteriormente citados, o discurso citado *direto*, atribuindo vozes a outrem que não a nossa, é caracterizado por marcas linguísticas explícitas como verbos *discendi*, aspas, parágrafo à parte, recuado, corpo menor, espaço simples, citação de nome, ano, página. Aí temos uma relação de discursos que cria um espaço enunciativo particular, enquanto o outro é colocado a distância e atribuído a uma outra fonte, de maneira unívoca ou não (ROSIER, 1999, *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). Isso também pode ser observado nas imagens visuais, conforme buscarei mostrar a seguir.

Primeiro, chamo a atenção para o fato de que, embora seja difícil associar as categorias linguísticas à imagem, compreendo que uma imagem pode caracterizar um *discurso direto*, porque na categoria do discurso citado, na modalidade direta, ela corresponde a uma presença localizável de um discurso. Na imagem a seguir, pode-se observar o *discurso direto* caracterizado pelo fato de o blogueiro "citar", com a fotografia, a presença do ex-Presidente em seu *blog* (figura 4). Tal como ocorre com o *discurso direto* na escrita, em que a voz do outro se manifesta de forma explícita, a presença de Lula também é manifesta de forma explícita, figurando na fotografia junto com o blogueiro. Isto é, presente nessa fotografia, a imagem do Lula é uma citação direta de sua pessoa no *Blog de Eder*.

Figura 4 – Lula e Éder



Disponível em: <<http://bit.ly/NB9dWZ>>. Acessado em 17 de maio de 2012, às 11h46.

Para reforçar esse ponto de vista, trago para o tópico a fala de Koch *et al.* (2007) que versa sobre *intertextualidade*. Segundo as autoras, há duas categorias macros de *intertextualidade*, a *explícita*, que diria respeito à relação de co-presença entre textos e seria identificada pela presença efetiva de um texto em outro: citações com aspas, negrito e outros sinais gráficos, como itálico etc., como já havia dito antes.

Na imagem, há a co-presença do autor do *blog* e de uma personalidade, em que esta confere àquele uma autoridade discursiva por sua presença como ornamentação. Isso é o que as autoras denominam de função discursiva da *intertextualidade por semelhanças*. Uma citação apropriada pode cumprir o objetivo de reforçar o efeito de verdade de um discurso. Na fotografia, temos a *intertextualidade das semelhanças*, em que o autor usa a imagem de Lula para seguir uma orientação argumentativa que coincide com a sua ideologia.

Segundo as autoras, existe também a *intertextualidade das diferenças*. Nesse tipo de *intertextualidade*, o texto incorpora outro texto para ridicularizá-lo, para mostrar sua improcedência, ou para colocá-lo em questão. Isso pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 5 – Hillary Clinton e Hugo Chavez

Disponível em: <<http://bit.ly/NoblGQ>>. Acessado em 17 de maio de 2012, às 11h30.

Nesta imagem (figura 5), observo duas personagens que, reconhecida-mente, situam-se em posições políticas bastante diferentes, tendo em vista os contrastes políticos entre Venezuela e os Estados Unidos da América. Essa fotografia apresenta uma ambiguidade que não permite identificar a autoria em termos de *discurso direto* e *indireto*. Pode ser interpretada como um *discurso direto* se considerarmos que a fotografia foi tirada a pedido de Chavez ou de Hillary e pode ser interpretado como um discurso indireto, se considerarmos que o seu ator é um fotógrafo autônomo, o que caracteriza um terceiro olhar que constrói a *intertextualidade das diferenças*. Neste caso, o autor da fotografia explicita a relação conflituosa que, sabidamente, existe entre esses dois países, colocando os seus representantes em suposta aliança.

Do ponto de vista da *intertextualidade*, há também ambiguidade nessa fotografia, caracterizada pelo espaço interno, que pode ser interpretado pela *intertextualidade das semelhanças* ou *das diferenças*. Na primeira interpretação, no espaço interno da fotografia, a sua composição (o sorriso das duas personagens, as mãos em aliança) indicaria uma *intertextualidade das semelhanças*, ou seja, uma harmonia. Na segunda interpretação, dada pelo conhecimento de mundo compartilhado ter-se-ia uma *intertextualidade das diferenças*, fornecida pelo olhar do fotógrafo, do qual posso inferir as diferenças políticas entre os dois países.

Nesta imagem, portanto, observa-se o fenômeno postulado por van Leeuwen (2005) de que as imagens podem mentir. Para ele, a verdade que repousa em uma imagem criada em um meio digital, como o fotojornalismo, pode ser forjada. O próprio olhar do fotógrafo não mais alcança por sua mirada o objeto em sua face concreta, ao contrário, atribui-lhe uma face virtual. Para ele, há nesse caso um conflito quando há discrepância que é revelada entre o “que é verdade” e o “como se fosse verdade”. Esta é produzida como sendo uma imagem natural, quando, por exemplo, um jornalista fotografa imagens visuais como se fossem tiradas por uma câmera tradicional, mas que, de fato, foi gerada pelo computador. Aqui temos uma realidade construída, como também veremos no Capítulo 4.

Essa inferência, segundo Koch (2001), caracteriza-se como remissão que se faz, frequentemente, não a referentes textualmente expressos, mas a “conteúdos de consciência”. Isto é, são referentes estocados na memória dos interlocutores, que, a partir de “pistas” encontradas na superfície textual, são (re)ativadas, via inferenciação.

Para ela, as inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a “ponte” entre o material linguístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e/ou partilhados dos parceiros de comunicação. Em outros termos, é, em grande parte, por meio das inferências que se pode (re)construir os sentidos que o texto implica. Na análise da imagem visual, posso vislumbrar estratégias cognitivas que dizem respeito aos recursos visuais presentes no entorno imagético.

Assim, ao lidarmos com discurso imagético, é preciso reconhecer que nele pode não haver elementos linguísticos, tal como a imagem acima. Não há elementos no nível do microtexto, na superfície da peça discursiva; e sim recursos visuais que apontam para fora do texto, desencadeadores de sentidos do discurso, da Ideologia. Isso é o que se observa, por exemplo, no antagonismo ideológico que há entre as nações dos dois representantes de Estado mostrados na imagem anterior.

Dondis (2007) diz que uma descrição verbal pode ser uma explicação extremamente eficaz. Mas o caráter dos meios visuais é muito diferente do da linguagem, sobretudo no que diz respeito a sua natureza direta. Nos meios visuais, não se faz necessária a intervenção de nenhum sistema de códigos para facilitar a compreensão, e de nenhuma decodificação que retarde o entendimento.

A afirmação dessa autora evidencia que a leitura de imagens é mais democrática em termos de recepção porque não necessita, nesse processo, de instruções especiais, como a escrita em ambientes escolares. Mas é preciso lembrar que ver é diferente de saber ver.

Dondis (2007) afirma que a tendência de associar a estrutura verbal e a visual é perfeitamente compreensível. Para ela, os dados visuais têm três níveis distintos e individuais: o *input* visual, que consiste de miríades de sistema de símbolos; o *material visual* representacional, que identificamos no meio ambiente e podemos reproduzir por meio do desenho, da pintura, da escultura e do cinema; e a *estrutura abstrata*, a forma de tudo aquilo que vemos, seja natural ou resultado de uma composição para efeitos intencionais.

Retomando a discussão sobre a *intertextualidade das diferenças*, voltando-se a Koch *et al.* (2007), temos a *hipertextualidade*. Para autora, esse fenômeno

se diferencia dos demais porque ele se descreve por uma relação de derivação. Um texto é derivado de outro texto – que lhe é anterior –, por transformações simples, direta, ou, de forma indireta, por imitação. Um exemplo *hipertextualidade* é o *travestimento burlesco*, que, na “reescritura” do texto, o conteúdo é conservado. Com finalidade claramente satírica, ou ridicularização, compara-se a travestir um rei de mendigo. Veja-se o exemplo a seguir:

Figura 6 – Nicolas Sarkozy



Disponível em: <<http://bit.ly/OhhB0c>>. Acessado em 17 de maio de 2012, às 11h37.

Nesta imagem (figura 6), temos o “olhar” de quem é ideologicamente contrário a Nicolas Sarkozy, Ex-Presidente da França. Nela, observo o elemento burlesco “nariz de palhaço” construindo uma outra imagem da personagem com a finalidade de ridicularizá-la. A utilização desse elemento vem colocar em evidência o descrédito que Sarkozy enfrentou por sua falta de habilidade na condução da França perante a crise que assola a Europa, colocando o país em posição enfraquecida. O contexto social da campanha política de reeleição e o contexto histórico ajudam-nos a ancorar o sentido intencionado pelo ato de intervenção na imagem visual.

Feitas essas observações sobre os modos de *intertextualidade* presentes nas imagens, voltemos à análise do *blog* focando, agora, o *discurso indireto* na imagem. Nessa análise, posso observar que o *discurso indireto* é o mais recorrente no *corpus* em questão. Posso dizer, inclusive, que se não houvesse a “assinatura” (a foto) do autor na abertura do *blog* e os outros recursos semióticos (cores, estrelas), o discurso seria *indireto livre*. Mas sua imagem e a presença de seu currículo político no *blog* fazem com que ele assuma, indiretamente, seu posicionamento político-partidário em que, mais uma vez, temos a *intertextualidade das semelhanças*.

Em seu *blog*, o autor mobiliza uma profusão de vozes que o ajuda a “dizer”, sem assumir explicitamente essas vozes. E isso caracteriza a realização do *discurso indireto* nesse ambiente. Dentre esses elementos, o *Blog do Eder*

traz a presença indireta da Presidenta Dilma (18.11.2011)². Isso é feito com inserção de matérias constantes do *blog* da Presidenta no *blog* de Eder, como a matéria sobre o índice de satisfação do povo com a economia do País, cujo título é “Os brasileiros estão mais otimistas com a economia do País no mês de outubro”.

Também há outra matéria em que se realiza o *discurso indireto*. Ela versa sobre a copa de 2014, publicada no “Instituto Cidadania”, do ex-Presidente (18.11.2011), em que Mano Menezes, então técnico da Seleção Brasileira, visita Lula e entrega a este uma camisa da nossa Seleção assinada pelos jogadores, cujo título é “Mano Menezes visita Lula e diz que conta com ele na copa de 2014”:

Figura 7 – Lula, Mano Menezes e D. Marisa



O técnico da Seleção Brasileira, Mano Menezes, visitou na tarde desta sexta-feira (18) o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que faz tratamento contra um câncer na Laringe. O encontro ocorreu na residência de Lula, em São Bernardo do Campo.

Disponível em: <<http://bit.ly/NB9dWZ>>. Acessado em 17 de maio de 2012, às 12h14.

A foto com Mano Menezes (figura 7) não só evoca um *discurso indireto* do patriotismo ou a euforia da copa, mas também exerce uma função política, preconizando o retorno de Lula à Presidência, em 2014. A fala de Mano Menezes explicita estes elementos: “Força, eterno presidente Lula, contamos com você em 2014.” O discurso de Menezes é resultado de uma comunhão entre recursos semióticos – texto e imagem, delineados sob condições históricas.

Outra seleção realizada pelo autor do *blog*, retirada do mesmo instituto, é a matéria em que a ex-Primeira Dama, Dona Marisa, na fotografia, barbeia o marido; o título é “Dona Marisa corta cabelo e faz barba do ex-Presidente Lula”. Nessa fotografia, Lula está sendo barbeado por Dona Marisa. Posso encontrar várias possibilidades de sentido.

² Disponível em: <<http://bit.ly/O8VtC9>>. Acessado em 27 de março de 2012, às 15h53.

Veja-se a imagem (figura 8):

Figura 8 – D. Marisa barbeia Lula

Na tarde de hoje (16), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva raspsou a barba e o cabelo, antecipando a queda causada pela quimioterapia usada em seu tratamento contra o câncer de laringe. Dona Marisa Leticia cortou o cabelo e fez a barba do ex-presidente.



Disponível em: <<http://bit.ly/NB9dWZ>>. Acessado em 17 de maio de 2012, às 14h17.

Para Orlandi (2001), o texto não é uma unidade fechada nela mesma. Analisando a peça discursiva, com base nas ideias da autora, posso dizer que a imagem é também um processo de textualização com incompletude que marca uma abertura do texto em relação à discursividade. O texto é afetado de muitas e variadas maneiras pela discursividade. Como se mostra essa incompletude? Por meio das várias leituras que se podem fazer do texto e da imagem.

Por que o ex-Presidente deixou-se fotografar em seu lar, na sua intimidade? Esse questionamento abre um leque de possibilidades de interpretação. Por exemplo, se considerarmos o contexto de 2011/2012, em que Lula viu-se afligido pela doença (câncer), posso fazer a “leitura” de que o ex-Presidente e a ex-Primeira dama engajaram-se na luta contra o câncer. Isso fica claro, inclusive, pelo uso da camiseta de campanha contra o câncer por D. Marisa, por Lula raspar seu cabelo e sua barba em público³. Esse ato pode servir de exemplo às pessoas portadoras de câncer, para que elas não sintam vergonha de sua condição – “Se o Presidente fez isso, eu também posso”.

Para Orlandi (2001), o texto abre-se, como objeto simbólico, para as diferentes “leituras” que mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com “falhas”, com “defeitos”. Desse modo, posso inferir mais duas “leituras” do texto: Luiz Inácio Lula da Silva já está em processo de campanha para 2014. A imagem em que ele aparece com a camisa da Seleção e o Texto de Menezes solidificam mais essa leitura. Por último, fazendo-se uma junção das duas interpretações anteriores, afirmo que Lula já está construindo uma identidade, raspando barba em público, por uma “mulher zelosa e amorosa”, em uma situação politicamente correta que o ajudará nas próximas eleições.

³ Sobre a barba, vale frisar que esta é uma marca de Lula como personalidade pública. Em suma, pode-se dizer que Lula sem barba não seria Lula antigo e sim um Lula renovado.

Nesse processo de “leitura”, o contexto, segundo Marcuschi (2008), é algo mais do que um simples entorno. Portanto, não se pode separar de forma “rigorosa” o texto de seu contexto discursivo, pois o contexto é também fonte de sentido. De outra parte, Adam (1999) complementa essa ideia dizendo que não se pode dissociar o texto de sua historicidade e de suas condições de produção.

No ambiente virtual que o blogueiro alimenta, fazendo-se enunciar esse jogo de vozes, há um sujeito que nunca se anuncia como um eu explícito, linguisticamente falando. Mas, com outros recursos – o emprego da cor vermelha, sua fotografia e, principalmente, pela seleção e organização de outras vozes que lhe fazem coro no *blog* – é possível situar Eder como seu enunciador. Assim ele executa uma bricolagem ideológica, política, que tem a possibilidade de significar e significar-se infinitamente. Desse modo, temos um *discurso indireto*.

Nesse processo, Orlandi (2001) diz que o resultado de resignificação constitui-se como outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à Ideologia. Ele não enuncia explicitamente, mas é responsável pela totalidade da enunciação. Qual é o estatuto desse locutor, cuja enunciação se encobre nessa multiplicidade de papéis? Por que ele não se manifesta por meio de um *eu* e sim por *nós* (eu e o partido)? Usando ainda o pensamento de Orlandi (2001), para a análise do *blog*, posso dizer que o “leitor” não “lê” de uma posição de quem consome criticamente um texto: ele é construído no texto em relação à posição que lhe é atribuída pelo blogueiro. Isso porque o leitor capta todas as marcas deixadas pelo autor. Por exemplo, identifica-se com a cor, com os eventos publicados, enfim, com a posição assumida pelo blogueiro. A agência desse leitor é antecipada, porque ele concorda com o discurso do *blog*.

Ao se analisar o *Blog do Eder*, afirmo que o produtor do *blog* é agente de seu próprio discurso, que, aliás, coincide com a ideologia de seu partido. Essa posição do autor é também compartilhada pelo leitor, uma vez que este se identifica com os discursos.

Fairclough (2001a) define a Ideologia como sendo significações da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das práticas discursivas e sociais e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Em linha próxima à de Fairclough, Thompson (1995) ressalta que uma análise satisfatória da Ideologia em tais sociedades deve estar baseada, ao menos em parte, em uma compreensão da natureza e do desenvolvimento da

comunicação de massa, caso do suporte de gênero *blog* sob análise. Essa delimitação não exclui a abordagem preconizada por Fairclough que valoriza qualquer prática discursiva, tendo em vista que cada evento é uma peça ideológica.

Para Fairclough, a luta ideológica é uma dimensão da prática discursiva, uma luta para remodelar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação de relações de dominação.

Em 2003a, Fairclough continua investindo nessa concepção. Para ele, as pessoas não são somente preposicionadas em como participam nos eventos sociais e textos, são também agentes sociais que fazem coisas, criam coisas, mudam coisas. O blogueiro enquadra-se nessa concepção, pois cria um *blog*. A criação desse *blog* pode ser associada aos modos de operação da Ideologia de Thompson (1995) – *legitimação* e *unificação* no quadro 9.

Quadro 9 – Modos de operação da Ideologia (resumidos 2)

Os cinco <i>modus operandi</i> da ideologia	
Legitimação – apresenta as relações de dominação como legítimas, justas e dignas de apoio.	Racionalização – o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura justificar um conjunto de relações sociais e com isso convencer uma audiência de que é digno de apoio.
	Universalização – acordos institucionais que servem para o interesse de alguns são apresentados como servindo ao interesse de todos.
	Narrativização – histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.
Unificação – A dominação pode ser estabelecida e sustentada por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identificação coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los.	Padronização – formas simbólicas são a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.
	Simbolização da unidade – envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas por meio de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos.

Fonte: Thompson (1995).

Pela *legitimação*, o autor pensa seu partido e sua ideologia como sendo legítimos e dignos de apoio. Com a *racionalização*, por meio de seu *blog*, como forma simbólica, constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. Pela estratégia de *universalização*, seu partido, como acordo institucional, serve aos interesses de alguns, passando-se como sendo unificado e servindo ao interesse de todos. Pela *unificação*, o blogueiro constrói uma unidade partidária que interliga os indivíduos em uma unidade coletiva como se o partido não possuísse diferenças internas, lutas de poder. E com a estratégia de *padronização*, as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto com fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Assim, o blogueiro reflete e repete a simbolização nacional do PT.

Para Thompson (1995), essa é uma estratégia seguida por autoridades que procuram desenvolver uma linguagem nacional. Pela *simbolização da unidade*, o blogueiro desenvolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas por meio de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos. Aqui posso citar, mais uma vez, que o autor do *blog* constrói a simbolização da unidade pelo emprego da cor vermelha, presente na introdução do *blog*, preenchido por estrelas e essa cor é reforçada pela roupa vermelha usada pelo blogueiro. O uso de roupa vermelha, nesse contexto, pode ser identificado como um uniforme do partido. De acordo com o autor, essa simbolização pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Para Fairclough (2001a), a prática discursiva se realiza na produção, distribuição e interpretação de textos e constitui uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais assimétricas.

No caso analisado nesta seção, o *blog* é compreendido como “ambiente discursivo”, porque nele projetam-se discursos, isto é, práticas discursivas se realizam. O uso da cor vermelha para simbolizar o partido e as ideologias que ele representa, assim como a veiculação de personagens emblemáticas, são exemplos de práticas discursivas. Esse ambiente discursivo configura um espaço de luta hegemônica.

Segundo ainda Fairclough, a maior parte do discurso se sustenta na luta hegemônica de instituições particulares (família, escolas, partidos etc.) e não em nível de política nacional, e os protagonistas não são classes ou blocos, mas alunos, professores, policiais, políticos etc. No caso em análise, a instituição que luta pela hegemonia é o partido, e o blogueiro é um protagonista dessa luta.

Afirma que a hegemonia tanto oferece um *modelo* como uma *matriz*. No primeiro caso, os grupos dominantes também exercem poder por meio de alianças, integrando-se, ganhando consentimento, obtendo equilíbrio precário – tudo isso por meio do discurso e constituição de ordens discursivas locais; no segundo caso, grau de integração de instituições locais e semiautônomas e de relações de poder, de tal modo que as últimas são parcialmente moldadas por relações hegemônicas. As lutas locais podem ser interpretadas como hegemônicas.

Daí que entra a importância do pensamento ideológico de Thompson (1995) focado nos veículos de comunicação de massa. Passagem teórica oportuna, pois o *corpus* analisado é um veículo de comunicação de massa que pode ser consumido em larga escala. Para se analisar a comunicação em massa, Thompson oferece-nos as seguintes premissas: a *primeira* – a análise da Ideologia nas sociedades deve conceder um papel central à natureza e ao impacto da comunicação de massa, embora tal comunicação não seja o único local da Ideologia; *segunda*

– o desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da Ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço; *terceira* – as mensagens da mídia devem, também, ser analisadas em relação aos complexos e aos processos específicos em que elas são apropriadas pelos indivíduos que as recebem; *quarta* – os vários meios de comunicação de massa e a natureza das quase-interações, que esses meios possibilitam e mantêm, definem parâmetros amplos nos quais as mensagens assim transmitidas adquirem caráter ideológico, mas tais meios não constituem essas mensagens como ideológicas.

O poder do blogueiro em ser um agente social que faz coisas, cria coisas, muda coisas deve ser compartilhado também com os interlocutores de seus textos, que têm, também o poder paralelo de criar, mudar coisas, aceitar ou não os discursos que se projetam no *blog*. Por isso, em concordância com o ponto de vista de Fairclough (2001a), digo que o sujeito, embora possa ser, de algum modo, sujeitoado, também é transformador, reflexivo. O autor do *blog* que pode ser visto como um sujeito “aparentemente”, alienado, pela formação ideológica de seu partido, é um agente em um ambiente que dissemina a sua ideologia por meio de elementos simbólicos vários – linguísticos e visuais.

Por todas as explicações anteriores, o *discurso direto*, o *discurso indireto* e o *indireto livre* não são apenas uma figura de estilo ou uma categoria apenas formal, linguística, e só aplicado à linguagem literária como foi mostrado no discurso direto por Pinto (1993).

Na análise realizada até aqui, observei que o papel do revisor vai muito além da Revisão tradicional em que foca apenas o material linguístico, verificando erros gramaticais, ou seja, da forma escrita. Percebi, por exemplo, que é preciso estar atento ao contexto em que se insere o material revisado, incluindo-se os discursos que se projetam e as ideologias que o permeiam.

Depois de ter analisado a obra de Pinto (1993), continuo a análise dos manuais de Revisão e outras obras. O próximo material é a obra de Medeiros *et al.* (1995), que também foca a Revisão numa perspectiva não discursiva. De acordo com esses autores, a revisão, inserida na supervisão de produção, tem a seguinte sequência:

Depois de enviado o original à Produção, esta dá continuidade ao processo editorial, marcando o texto e orientando digitadores para a realização de trabalhos de diagramação, e encaminhando provas para os revisores, cujas funções são:

- **Conferir tipos.**
- **Comparar originais com provas.**
- **Assinalar erros tipográficos e gramaticais** (MEDEIROS *et al.*, 1995, p. 36) (grifos meus).

Sobre o papel do editorador, tal manual cita algumas funções deste profissional que, a meu ver, se confundem com as do revisor no mercado de trabalho atual. No tópico *Revisão da parte textual*, aponta entre as atividades do editor “correção da linguagem: revisão gramatical: ortografia, estrutura da língua, concordância verbal e nominal, regência, colocação pronominal, pontuação etc. (...)”. No tópico *Revisão da parte pós-textual*, à página 38, reitera o papel do revisor: “correção gramatical: copidescagem e revisão”. Na citação à página 36, citada anteriormente, Medeiros *et al.* afirma que a função do revisor é “conferir tipos, comparar originais com provas, assinalar erros tipográficos e gramaticais”. Observo, pois, que há, nas afirmações do autor, superposição de atribuições. É assente nas obras sobre Revisão tradicional que copidescar é algo mais complexo, mais especializado que revisar, pois exige maior conhecimento e maior poder de decisão no texto.

Na obra de Medeiros *et al.* (1995), assim como na de Pinto (1993), o papel do revisor também é esvaziado. Medeiros *et al.* (1995) afirmam que, nas correções dos originais, antes de enviar à editora, o autor fará uma revisão gramatical e estilística do texto, de modo que seja entregue ao editor uma versão definitiva. Dessa afirmação questiono: se o autor deve entregar uma versão “definitiva” à editora, qual é o papel do revisor, do editor? Como se poderia copidescar? Desse modo, resta, então, ao revisor o papel de conferente.

Em Medeiros (2002), a visão sobre o que é revisar e sobre as funções do revisor permanecem as mesmas. Nessa obra, ele afirma que o princípio que rege o trabalho de Revisão é o respeito ao original e à simplificação das emendas. Tal princípio é entendido como forma mais eficaz de conduzir a leitura e a correção. Para reforçar esse ponto de vista, o autor cita Araújo (1986), segundo o qual:

O trabalho do revisor consiste basicamente em confrontar o original com a prova já composta. E há várias formas, em diferentes níveis técnicos, de realizar semelhante operação, como veremos a seguir: 1. Revisão acompanhada. Trata-se do procedimento mais corriqueiro de revisão, em que o revisor lê a prova acompanhado de um conferente, este de posse dos originais. Ao surgir qualquer discrepância entre o original e a prova, o conferente deve chamar a atenção do corretor, que, assim, procederá à emenda na prova. 2. Revisão silenciosa. Esse tipo de confronto, também chamado de revisão a dedo ou revisão cotejada, é, na verdade, uma revisão praticamente irresponsável. Trata-se de um só revisor que se limita à leitura isolada da prova, lançando, em casos por ele considerados duvidosos, espaçadas olhadelas ao original. O mesmo procedimento é adotado na dita ‘revisão técnica’ [...] porém neste caso se trata da forma última de controle, a cargo do editor-de-texto. 3. Revisão batida. **Designa-se com essa expressão, ou também decalque, ou revisão decalcada, o processo de rever a segunda prova**”. (ARAÚJO, 1986, p. 396). (grifos meus).

A simplificação defendida por Araújo e aceita por Medeiros orienta apenas para a emenda gramatical, norma padrão, escrita. Ainda segundo este autor, o

processo da simplificação também recomenda que a emenda seja feita considerando o todo. Dessa forma, opta-se sempre pela maioria, corrigindo-se somente a minoria. Nesse processo, o revisor deve conter seu gosto pessoal, a emenda estilística. Para Medeiros (2002), o objetivo de uma editora é publicar livros, não emendar infinitamente. Neste momento, segundo ele, o erro gráfico recebe tratamento prioritário. Ele afirma que revisão não é laboratório de experiências, nem lugar para expor ideias e gostos pessoais. O original do autor deve ser seguido com rigor.

Por isso, ele aconselha:

Finalmente evite a emenda impertinente, a que refaz o que já foi desfeito anteriormente. Nesse caso, incluem-se colocação pronominal, pontuação. Esses dois tipos de emendas devem ser evitados nas provas, visto que a língua não é tão rígida nesse aspecto. Mantenha a atenção voltada para a fonte gráfica, a concordância verbal e nominal, a regência e, sobretudo, para a ortografia. Um livro é considerado bem revisado quando não apresenta erros gráficos (MEDEIROS, 2002, p. 305).

Se o texto original tem de ser seguido com rigor, o que resta ao revisor? Por que se coloca a intervenção do profissional de Revisão nesse processo? O autor considera um livro bem revisado quando não apresenta erros ortográficos (sic). A importância do gênero a ser Revisado é mais infinita e ampla que meros erros ortográficos. Esquece-se de sua importância social e interacional.

À página 228, o autor diz que, além do conhecimento linguístico, ao normalizador não podem faltar conhecimentos históricos, geográficos, de artes, noções de ciências, de filosofia, de política, enfim de informações gerais contemporâneas. Requisitos presentes em todas as obras que citam a Revisão de Texto.

Medeiros (2002), no Capítulo 5, *Normalização textual*, apresenta os procedimentos mais comuns de normalização e revisão. Das quais cito apenas trechos que interessam a esta pesquisa. Para ele, o normalizador deve respeitar o livro que o autor escreveu e aconselha não fazer alterações que não se justifiquem “gramaticalmente”. Em seguida se contradiz ao afirmar que ao emendarmos devemos ter em mente a clareza do pensamento do autor, ou seja, devemos nos preocupar com o sentido, não apenas com a “gramática”. Aconselha que o normalizador deve estudar continuamente “sintaxe gramatical”, para evitar erros de concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, colocação dos termos na oração e outros.

Friso, também, a suposta divisão de tarefas que o autor faz entre revisor e normalizador e a importância da norma de prestígio na sequência de atividades, no trecho a seguir:

A leitura e a correção são feitas no original de papel ou arquivo eletrônico e compreendem a conferência de uma lista extensa de checagem: uso de pessoa grama-

tical, imperativos, seqüência numérica de figuras, quadros e tabelas, notas de rodapé ou de final de texto, bibliografia, nomes próprios, expressões em caixa alta, itálico, bold, VERSAL, seqüência capitular e de seções, confronto do sumário com o texto, enfim são objeto de checagem as mais diversas formas que aparecem num texto; Para a padronização, o normalizador textual deve comparar partes semelhantes, observando as que se repetem, como legendas internas e gravatas⁴ das mais variadas ilustrações (figuras, quadros, tabelas); uso de maiúscula, uso de destaque (VERSAL, caixa alta e baixa, aspas, itálico, bold); confronto rodapés com a bibliografia. E lembre-se: a maior parte dos retrabalhos é constituída de ausência de padronização e não de erros gramaticais. Portanto, não faça a revisão gramatical no original e a padronização nas provas; faça toda a normalização no original; a prova é estágio de simples conferência; Não é procedimento adequado substituir palavra que esteja correta, interferindo no estilo do autor; a seleção vocabular do autor deve ser respeitada; A solução das dúvidas deve ocorrer à medida que surgem, pesquisando gramáticas, dicionários, enciclopédias, com a ajuda do autor ou de outra pessoa competente; A consulta ao dicionário deve ser constante, sobretudo quando surgem vocábulos desconhecidos; os verbetes precisam ser lidos do início ao fim, atentando para sua adequação ao contexto da obra objeto de revisão e às explicações que o dicionarista apresenta;" (...) Rigor com relação ao uso de maiúscula evita correções futuras; para a gramática, ela é restrita aos nomes próprios (topônimos e antropônimos); (...) Três procedimentos são básicos em revisão: primeiramente, leia o texto até entendê-lo; em segundo lugar, se necessário corrija-lo, releia-o após a emenda ao texto; finalmente, repasse todas as páginas, ponderando sobre as correções mais relevantes; (...) A percepção atenta às características do texto proporciona o desenvolvimento de um trabalho de normalização textual consistente: falhas do autor (concordância nominal e verbal, regência verbal e nominal, uso de maiúsculas indevidamente) podem voltar a acontecer em vários lugares. (...) Se o autor já publicou outros livros, verifique os originais e provas anteriores para examiná-los e poder realizar um trabalho consistente. Quanto mais estudada é a normalização textual, maiores são suas possibilidades de sucesso; (...) Correções de prova devem limitar-se ao confronto da prova com o original e às emendas gramaticais (concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, grafia, acentuação); (...) (MEDEIROS, 2002, pp. 230-233).

Conforme se observa nesse trecho, não é procedimento adequado substituir palavra que esteja *correta* para não interferir no estilo do autor; a seleção vocabular deste deve ser respeitada. Em seguida, Medeiros destaca que os verbetes, na pesquisa a dicionários, precisam ser lidos do início ao fim, atentando para sua adequação ao *contexto* da obra objeto de revisão e às explicações que o dicionarista apresenta. Veja-se que o autor empregou as expressões "correto" e "adequado."

Correto não é o mesmo que *adequado*. São expressões que não se confundem teoricamente. A noção certo/errado em língua, segundo Bagno (2006), nasce no mundo ocidental, junto com as primeiras descrições sistemáticas de

⁴ Gravata: traço que separa o cabeçalho do corpo de uma tabela.

uma língua (a grega), empreendidas no mundo de cultura helenística, particularmente na cidade de Alexandria (Egito), o mais importante centro de cultura grega no século III a.C.

Para ele, além de ser anacrônica como teoria linguística, a GT, desde sua origem, também se constituiu com base em preconceitos sociais que revelam o tipo de sociedade em que ela surgiu.

Como bem coloca Bagno, em contraposição à noção de “erro”, e à “tradição da queixa” derivada dela, a ciência Linguística oferece os conceitos de variação e mudança. Enquanto a GT tenta definir a “língua” como uma entidade abstrata e homogênea, a Linguística concebe a língua como uma realidade intrinsecamente heterogênea, variável, mutante, em estreito vínculo com a realidade social e com os usos que dela fazem os seus falantes. Uma sociedade extremamente dinâmica e multifacetada só pode apresentar uma língua igualmente dinâmica e multifacetada.

Também contrapondo-se à visão da GT, Savioli e Fiorin (2001) enumeram, dentre outros, três fenômenos de natureza diferente que são considerados erros: a) agramaticalidade da estrutura da frase ou do período; b) violação de relações discursivas; e c) desvio da norma adequada a uma dada situação de comunicação. Segundo eles, o sistema linguístico possui regras muito gerais de formação de frases e um jogo de oposições formais: a oposição surdez vs sonoridade, que forma consoantes sonoras e as surdas; regras combinatórias dos sons; as oposições gramaticais de pessoa, número, tempo, etc.; as oposições lexicais (*touro* e *boi*); regras de ordenação de palavras para construir frases – o artigo precede o substantivo que ele determina. Assim não posso formar frases do tipo “Menino o bola joga campo no.” Nestes casos, os erros são intralinguísticos, e não tem nada que ver com julgamento social sobre uma variedade linguística mais ou menos prestigiada.

No segundo caso, os autores afirmam que há os erros de relações entre partes e segmentos do texto – o uso de conectores argumentativos inadequados, a criação de enunciados ambíguos. Para eles, são verdadeiras agramaticalidades discursivas.

No último caso, eles consideram que a língua é um conglomerado de variantes regionais, sociais, situacionais e temporais. Há formas mais ou menos coloquiais, populares, há termos e construções que se usam em família ou entre amigos, mas não na presença de estranhos; há formas consideradas grosseiras e outras que são vistas como delicadas.

Como já é assente na teoria linguística, não há sinonímia perfeita, para sê-lo, uma palavra, por exemplo, poderia ser substituída por outra de traços semânticos semelhantes nos contextos linguístico e social sem prejuízo de sentido ou discurso

(ILARI e GERALDI, 1995). O que é improvável. Posso citar, como exemplo, as duas palavras empregadas por Medeiros (2002), “correto” e “adequado.” Aparentemente sinônimas, mas, ao se escolher uma em detrimento de outra, assumem-se posicionamentos teórico e social díspares. Ao se usar “correto”, assume-se todo um preconceito linguístico que não considera a variação linguística – seja nos níveis regionais, sociais ou contextuais –, fruto, como vimos em Bagno, de uma tradição gramatical. Já em relação ao uso de “adequado”, assume-se um posicionamento teórico linguístico e social diferente, em que se leva em consideração os contextos e os usos linguísticos adequados.

Para ilustrar essa questão, cito um exemplo inspirado em Possenti (2009), segundo o qual os fazendeiros, por exemplo, provavelmente nunca usariam o verbo “ocupar” em referência à ação dos sem-terra. Mas estes poderiam fazê-lo, mesmo porque esse termo pode denotar entrar em um espaço desocupado ou improdutivo (preencher (um espaço); encontrar-se em; estar na posse de; exercer). Os fazendeiros empregariam “invadir” (penetrar num determinado lugar e ocupá-lo pela força; apoderar-se, tomar, conquistar; ocupar um lugar de forma maciça e abusiva; tomar conta de; avassalar, usurpar).

Os fazendeiros fazem parte da burguesia e detêm o poder mediante a produção de uma ideologia. Quanto mais difundida a Ideologia, tanto mais sólida a hegemonia. Essa solidez é construída por meio de vários elementos simbólicos: aspecto linguístico, visual, gestual, por meio do discurso, por meio das polícias etc.

Hodge e Kress (1988), em sua obra, adotam uma concepção de Ideologia na perspectiva social com base na famosa formulação de Marx, em que os homens são os produtores de suas concepções, ideias etc. – homens reais, ativos, à medida que são condicionados por fenômenos definidos de suas forças produtivas e pelo intercâmbio correspondente a elas, até suas formas finais.

Os mesmos autores afirmam que, para sustentar as estruturas de dominação, o grupo dominante tenta representar o mundo de maneira a refletir seus interesses, os interesses pelo poder. Ainda, segundo eles, esse grupo mantém laços de solidariedade que são a condição de sua dominação. Contudo, os grupos dominados não são e nem estão cegos, alienados, nessa estrutura de dominação. Eles, por sua vez, tentam resistir aos efeitos dessa dominação, muitas vezes, tendo sucesso, em incontáveis situações sociais. Nesse ponto, há a coincidência com as ideias de Fairclough (2001a), quando critica as acepções de Althusser.

Eis uma das explicações de os fazendeiros preferirem empregar “invadir” a “ocupar”. Por isso, ao se revisar um texto, deve-se levar em consideração a

produção e a interpretação de texto em dois níveis (FAIRCLOUGH, 2001a): *processo inferior* – análise das sequências de sons ou marcas gráficas em frases; *processo superior* – diz respeito ao sentido, à atribuição de sentidos às frases, a textos completos e a partes ou “episódios” de um texto que consistem de frases que podem ser analisadas coerentemente conectadas. Além disso, têm de ser levados em consideração outros elementos como o fator de *redução de ambivalência*: contexto, prática social etc.; a *força dos enunciados* que está ligada a seu componente acional, parte do seu sentido interpessoal, na ação social que realiza, que ato de fala realiza – dar ordens, perguntar, ameaçar, prometer etc. Nesse caso, antes que se passe a analisar o contexto de situação ou mesmo o contexto sequencial para analisar a força do enunciado, deve-se chegar a uma interpretação sobre qual é o contexto, o que envolve pistas e recursos dos membros – mapa mental de ordem social: identidade social (etnia, idade, gênero).

Dessa forma, elimina-se a ideia de que o uso que as pessoas fazem das palavras é ingênuo, é apenas uma adequação estilística. Como o próprio autor afirma (FAIRCLOUGH, 2001a): “As pessoas agem sobre o mundo e sobre as outras pessoas”, e esse agir é feito em grande parte por meio da linguagem.

Portanto, voltando à proposta de Medeiros (2002) sobre adequação, e preciso considerar que existem palavras adequadas ou inadequadas. Mesmo as palavras estando adequadas, há outras contextual, discursiva e ideologicamente mais adequadas – há uma gradação. Assim, o revisor deve assumir profissionalmente o posicionamento ideológico do cliente para maior eficácia social do texto, mesmo que vá de encontro a seus princípios. É uma questão de ética!

Na obra de 1995, na Parte II – *Orientações práticas*, Medeiros *et al.* trazem-nos regras da GT, abreviaturas, grafia de nomes geográficos; e a normalização gramatical – pontuação, acento diferencial, minúsculas, maiúsculas, uso de aspas, siglas; uso do hífen. Na obra de 2002, um aperfeiçoamento da obra de 1995, mantém o capítulo *Orientações práticas (Normalização textual)* e amplia as categorias da GT – colocação pronominal, regência verbal e nominal, acento diferencial, expressões corrigíveis. Neste tópico, não prima apenas pelo melhor uso estilístico, contextual, mas prescritivo, exemplo é o emprego “onde” e “aonde”, “assistir o” e “assistir ao” etc. O autor afirma “ao normalizador textual cabe evitar um sem-número de clichês e de expressões consideradas em desacordo com a norma culta.” E continua:

As considerações seguintes manifestam evidente conservadorismo de linguagem, em desacordo com o uso brasileiro. Aqui, são destacadas pela razão já salientada de que o público que utiliza o livro didático não admite variante linguística que se afasta do padrão normativo do português. (MEDEIROS, 2002, p. 276).

Medeiros dedica-se em suas obras à construção do livro. Devo destacar, as palavras empregadas na citação do autor “em desacordo com o uso brasileiro”, “o público que utiliza o livro didático não admite variante linguística que se afasta do padrão normativo do português.” O uso brasileiro do português limita-se à norma padrão? O que tem que ver livro didático no contexto de sua obra? O emprego do verbo “admitir” e da expressão “em desacordo com a norma culta” evidencia o caráter prescritivo da língua tão defendida por ele. Um romance pode refletir, por exemplo, o nível de linguagem das personagens, a partir de suas identidades sociais, não importa que seja a norma padrão ou uma variante não padrão. Para contra argumentar esse posicionamento, leiamos o que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, sobre o aprendizado de língua portuguesa no Ensino Médio:

(...) O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão (...) Na perspectiva da nova Lei, o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art. 1º § 2º da Lei nº 9.394/96). Essa vinculação é orgânica e deve contaminar toda a prática educativa escolar. (...) a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa (...) (LDB n. 9.394/96)

A utilização dos códigos que dão suporte às linguagens não visa apenas ao domínio técnico, mas principalmente à competência de desempenho, ao saber usar as linguagens em diferentes situações ou contextos, considerando inclusive os interlocutores ou públicos (PCN, 2000, p. 70). (grifos meus).

Considerar o contexto implica considerar o uso da linguagem e suas variantes.

Na mesma orientação dos manuais anteriormente analisados, encontra-se Malta (2000), sua obra tem o objetivo de orientar trabalhos de revisores, copidesque, redatores, em diferentes níveis de qualificação e experiência. Assim, afirma que revisar consiste em:

– revisar os originais aprovados para edição pelas editoras; – revisar (se tiver conhecimento de outros idiomas) as traduções, cotejando-as com os livros originais; – revisar as primeiras provas, comparando-as com os originais; – revisar as segundas provas, tomando como base as primeiras e, quando necessário,

reportando-se aos originais (inclusive, ainda se preciso, ao livro); – revisar (menos comum, mas ocorre) terceiras provas, tendo como base as segundas; – examinar (a palavra “revisar” não caberia bem aqui) as heliográficas (não é muito comum, mas se o revisor for funcionário de uma editora, acabará fazendo este trabalho); – revisar (incomum, mas acontece) filmes que deram ou darão origem a heliográficas; e, finalmente, reler livros já publicados, em função de modificações que o autor quer fazer para uma nova edição, ou quando se desconfia que a edição publicada contém erros (MALTA, 2000, p. 16).

Friso, mais uma vez, a mecanicidade que consiste o papel do revisor e quão importante é a tradição gramatical para o ofício da Revisão. Inclusive porque, para esse autor, primeiramente, ser revisor exige ótimo conhecimento de português, sobre regras de acentuação, regência, crase, por exemplo. O revisor tem de estar convicto, seguro, senhor de si, isto é, senhor de seu conhecimento. Deve atualizar-se sempre em questões de gramática, ser detentor de conhecimentos vastos – leituras sobre História, Biologia, Geografia, Anatomia, Religião; o profissional deve ter conhecimentos de dicionários, enciclopédias. Mas precisa ser humilde e duvidar de seus próprios conhecimentos, e finaliza:

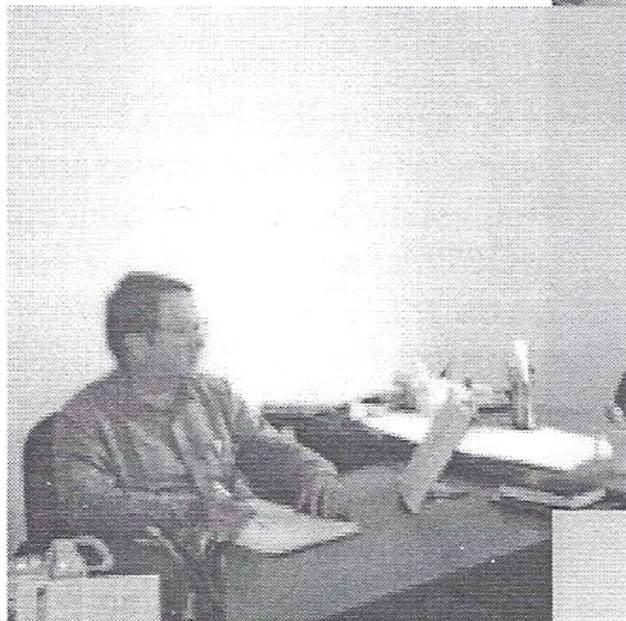
O trabalho de revisão exige atenção, senso crítico, sempre visando o livro que se revisa (ou futuro livro). Nada de se meter a autor, reescrevendo furiosamente laudas e mais laudas só para mostrar ao editor que o revisor é competente. Este é um dos perigos da profissão de revisor: ser um autor frustrado e começar a retalhar, a deturpar, em nome de uma suposta inteligibilidade maior do texto, de uma melhor fluência etc. (MALTA, 2000, p. 28). (grifos meus).

Pelos requisitos que devem ter os revisores e o ato de revisar descrito por ele não são condizentes. O emprego da expressão “senso crítico” torna-se curioso neste contexto. À página 16 (citado anteriormente), o autor esvazia o poder de agir do revisor sobre o texto. Como o revisor deve ter senso crítico? Como se aplicariam tantos conhecimentos vastos em uma atividade mecânica?

No Capítulo 3 dessa obra, *A técnica – como se faz revisão*, enumera uma série de materiais e cuidados que se devem ter ao se proceder a uma revisão. Em seguida, apresenta-nos as posturas adequadas, por meio de uma sequência de imagens (figuras 9 e 10):

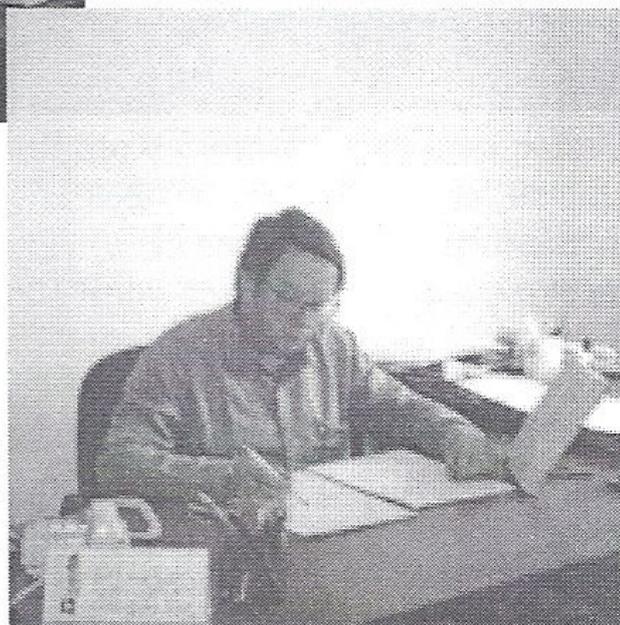
Figura 9 – Posturas adequadas na Revisão (parte 1)

*Revisão de original:
Revisão de tradução (ou seja, do
material que veio do tradutor,
acompanhado pelo livro original —
para isso, é lógico, o revisor precisa
conhecer bem o idioma do qual se
fez a tradução).*



*Revisão da 1ª prova:
Original à esquerda, prova à frente
do revisor.*

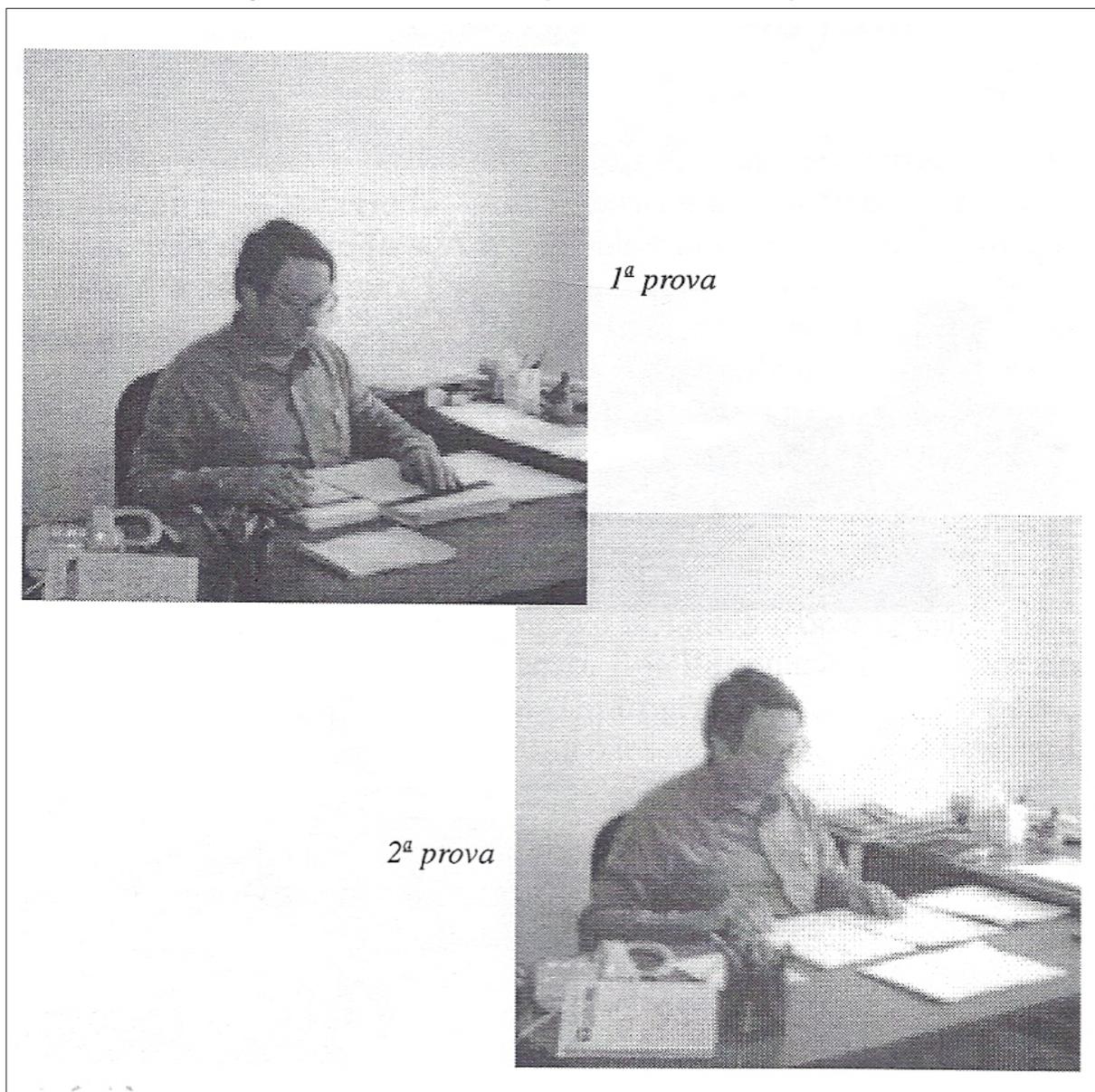
*Revisão de 2ª prova:
2ª prova diante do revisor, prova
anterior à sua esquerda.*



Fonte: Malta,
2000, p. 33

Em seguida, o autor explica a leitura comparada, em que se segue linha por linha, com uso de régua, que vão sendo deslocadas de alto a baixo, acompanhando o que está no original, detectando erros de digitação, saltos (palavras, linhas períodos inteiros):

Figura 10 – Posturas adequadas na Revisão (parte 2)



Fonte: Malta, 2000, p. 34

Na obra de Malta (2000) não é apresentado um capítulo sobre normalização gramatical, como é feito nos manuais anteriores. No entanto, ele se utiliza de casos aplicados, mantendo o mesmo paradigma prescritivo da GT em alguns casos elencados a seguir (figura 11). Leiamos e vejamos o que o autor faz:

Vamos agora a mais uma “rodada” de exemplos, extraídos de livros, jornais e revistas, devidamente comentados, para que o leitor tenha idéia mais ampla dos erros de revisão “por aí”.

Figura 11 – Nota fúnebre

Fonte: Malta, 2000, p. 47

Familiares e amigos de

Maria Stella

comunicam o seu falecimento, ocorrido ontem, no Hospital das Clínicas, nesta Capital. O féretro sairá hoje, 30.05.96, do Velório do Araçá, para o Cemitério do Morumbi.

A esposa [redacted] os filhos [redacted] e [redacted] as noras [redacted] e [redacted] e bisnetas [redacted] e [redacted] do querido [redacted]

agradecem sensibilizados as manifestações e pesar recebidas e convidam para a Missa de 7º Dia que será celebrada no Dia 31, sexta-feira, às 9h30, na Igreja Nossa Srª do Brasil, à Rua Colômbia, esquina Av. Brasil.

Os irmãos, [redacted] e os sobrinhos [redacted]

LINDA

agradecem a solidariedade recebida 26/05/96. e convidam para a Missa 96, às 19:15 hs. na Igreja do Santíssi

Na página de anúncios fúnebres, saiu a estrela judaica num anúncio de católico.

Esse exemplo mostra que, apesar da preocupação de Malta estar explicitamente voltada à escrita, ao mencionar como erro o símbolo da Estrela de Davi junto com a Cruz, ele implicitamente está atentando para as imagens. Daí evidencia-se a importância do conhecimento de mundo do revisor quanto à cultura do interlocutor do texto.

Figura 12 – Anúncio de celebração

Fonte: Malta, 2000, p. 51

1915 NUNCA MAIS!

ARRANCARAM NOSSAS FLORES,
DESTRUIRAM NOSSOS FRUTOS,
CORTARAM NOSSO TRONCO.
MAS VIVEREMOS PARA SEMPRE.
PORQUE TEMOS RAÍZES.

EM MEMÓRIA AO 80º ANO DO GENOCÍDIO ARMÊNIO
Perpetrado pelos turcos, em 24 de abril de 1915, quando foram
dizimados 1.500.000 Armênios
HOMENAGEM DA COMUNIDADE ARMÊNIA

Compareçam a Missa Solene oficializada pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns,
na Catedral da Sé às 18:00 horas do dia 24-04-95.

Destruíram: faltou o acento: destruíram. “Em memória do 80º” (e não ao 80º). Não há razão para _ depois de “armênio” porque a frase continua: “perpetrado pelos...”. Certo? Não há razão, outrossim, para Armênios. Nome de povo com a inicial maiúscula é coisa de outros idiomas, como o inglês. Faltou crase: “Compareçam à missa solene...” (não há razão para caixa alta: Missa Solene). “Oficializada” não: lógico que é oficiada. Melhor: a ser oficiada *ou* a ser celebrada. Como se vê, vários erros.

Neste caso (figura 12), de fato, pode ser considerado como erro a ausência do acento indicativo de crase. Mas esse se justifica apenas se se considerar a especificidade do evento. E aí Missa Solene deveria ficar grafado com maiúscula, porque é uma missa específica, é uma marca ideológica. Inclusive há de se considerar que o texto sob análise tem caráter eminentemente político.

Para Fairclough (2003a), um dos efeitos causais dos textos, que tem se constituído em preocupação central para a ADC, são os efeitos ideológicos – os efeitos dos textos em inculcar e sustentar ou mesmo mudar ideologias. Estas, para ele, são representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração.

Em uma perspectiva um pouco diferente das obras analisadas anteriormente, encontro a proposta de Coelho Neto (2008). Sua obra não nos apresenta propriamente um conceito de revisão, mas, à página 61, indica a importância da Revisão. Afirma que esta se apresenta como um saneamento dos lapsos do autor, advindos de sua incapacidade de enxergar erros por causa do contato diuturno e exaustivo com sua criação. Assim, segundo ele, torna-se imprescindível a figura do revisor, no trabalho consciente, detalhista, competente, em que o conteúdo será aprimorado, no que diz respeito à coesão e à coerência, aos erros ortográficos, aos erros conceituais.

Daí o autor enumera as atribuições do revisor:

- Revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edição por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrandos, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.
- Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, em tais casos).
- Revisar textos a serem disponibilizados na internet.
- Revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada).
- Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente. (COELHO NETO, 2008, p. 62).

Além das habilidades citadas acima, Coelho Neto ainda afirma que o revisor tem de reconhecer (ou ter intimidade com) os diversos tipos de textos que seguem os parâmetros da norma culta. Além de conhecer as diferentes finalidades e funções linguísticas desses textos, acrescenta ainda que deve saber das formas de expressão adequadas a cada situação: as polidas, as cerimoniais, as diretas (sem rodeios), as informais, até mesmo as gírias, e as populares, que, muitas vezes, merecem ser preservadas num texto para deleite dos sociolinguistas.

Embora suas recomendações sejam bastante inovadoras, considero que a justificativa apresentada para a existência delas (para “deleite dos sociolinguistas”), é um tanto questionável. Penso que esse cuidado que se deve ter quanto

à variação linguística, aos níveis de linguagem e aos diferentes textos não são para o deleite dos sociolinguistas, e sim para o respeito que se deve ter com a linguagem, com a natureza do gênero, com o contexto social em que essas produções ocorrem.

Esse autor tem o mérito de levar em consideração o contexto. Para ele, deve o revisor conciliar a decisão acerca da norma com o registro do texto: se texto formal escrito, seja a norma culta; se texto coloquial falado, a norma doméstica, familiar. Mas, convém repetir, é fundamental que o revisor textual desenvolva o bom senso e também o diálogo com o editor quanto às regras internas, quanto aos rumos de uma revisão, para a definição clara do que será proibido e do que será tolerado.

E continua:

Certos clientes não sabem exatamente o que querem. Isso aumenta o poder de decisão do editor, quando não da gráfica, quando não do revisor. Publicações para as quais não há um norte (ausência de estilo definido, de projeto gráfico etc.) aumentam o poder decisório do revisor, que deve usar a sua experiência e o seu discernimento para conduzir o trabalho para um resultado que mostre a maior qualidade possível. Essas regras pessoais do revisor não se devem pautar pela gratuidade. Ao se observarem algumas tendências do autor dentro do texto, o revisor deve agir como agente da homogeneização. Os poderes do revisor de sugerir ou interferir no texto – e até na diagramação –, apontando construções gramaticais mal concebidas, falta de clareza, de coerência etc., vão variar sempre de acordo com cada cliente e cada situação específica (...) (COELHO NETO, 2008, p. 107)

Concordo que o revisor deve ter liberdade para agir, há de ter poder de decisão, e não ficar limitado à preocupação com a conferência, o cotejo, a mancha gráfica. Mas o revisor deve se ater ao padrão estilístico do autor, à tendência da obra. A interferência também na diagramação quebra o paradigma de que o revisor deve preocupar-se com o escrito. Nesse sentido, o revisor é um advogado da natureza global do texto, e não apenas da escrita.

Coelho Neto (2008) também levanta a importância de interação entre revisor e cliente, revisor e diagramador, como algo salutar que deve ser incentivada, sempre com vistas à máxima qualidade do trabalho. No primeiro caso, o revisor, ao tomar conhecimento do plano da obra, terá maiores condições de tomar decisões sobre o texto. No segundo caso, possibilita o cuidado com a publicação – revisões gráficas (diagramação, impressão).

O autor cita como exemplo lacunas, linhas viúvas⁵ e órfãs⁶. Para ele, o revisor deve, então, solicitar a marcação de palavras iguais em linhas superpostas; caixas-altas e baixas, títulos, subtítulos; propor alinhamentos, marcadores; criticar tabe-

⁵ Viúva: o termo *viúva* é usado para indicar a palavra que sobra sozinha na última linha de um parágrafo.

⁶ Órfã: elemento gráfico (linhas) isoladas de um parágrafo que começa na última linha de uma página.

las, gráficos, tamanho de fontes, falta de uma página de rosto, de uma numeração errada em sumário, um itálico ilegível de determinada fonte. Mas aconselha que o revisor deve ser político, para evitar melindres. Coelho Neto nos lembra, porém, que o revisor exerce uma posição de crítico construtivo do material escrito. E para apontar problemas num texto, o revisor necessita conhecer a técnica da redação. Esse é um ponto pacífico para quem se propõe a revisar texto.

Ele ainda afirma que a interação (autor/revisor) é de suma importância. As dúvidas editoriais são dirimidas com o editor ou com a editora. Mas o contato com o autor naquilo que concerne à concepção da obra não deve ter intermediários. As questões devem ser tratadas diretamente com o criador da obra, até para manutenção da integridade de sentido. Esse ponto de vista é bem diferente de Medeiros (2002), Pinto (1993) e Malta (2000).

Segundo Coelho Neto (2008), quando o autor não tiver formação suficiente para resolver os problemas apontados pelo revisor, deve recorrer ao que se chama copidesque, atividade mais especializada. Para ele, nem todo revisor está qualificado para tal empreitada. O copidesque acumula experiência e sensibilidade, para assimilar o estilo do autor, para que o resultado final não pareça um “concerto a quatro mãos”.

Aqui se observa, mais uma vez, a distinção que se faz entre revisor e copidesque. Para Coelho Neto, se o revisor não tiver competência para fazer uma revisão mais especializada no texto essa tarefa deve ser executada por um copidesque. Um editor não poderia auxiliar o autor inexperiente em resolver problemas apontados pelo revisor? Um revisor experiente não poderia fazê-lo? Essa divisão de trabalho não é o que vejo nos dias atuais. Há uma superposição de funções.

De outra parte, a construção de um texto nunca é algo solitário. O autor tem a ilusão que sua criação é inédita, mas o texto é resultado de várias vozes (polifonia, intertexto, conhecimento partilhado de mundo, o outro – editor, revisor, leitor – que lhe serve de eco etc.). Na publicação de uma obra, temos um concerto de várias mãos e vários instrumentos que devem estar em harmonia.

Para Coelho Neto (2008), as etapas e o processo de revisão se dão:

Etapas preliminares:

- Quantifique, e defina se o trabalho é em meio impresso ou em meio digital. Trabalho grande: prefira em meio impresso. Trabalho pequeno: em meio impresso ou digital.
- Intente-se do grau de complexidade ou de tecnicidade do trabalho.
- Defina quem fará as emendas (se você mesmo, se o autor, o editor ou o diagramador) e quantas serão as revisões (caso de freelancer).
- Defina se o trabalho é emergencial ou não. Isso influi no preço.
- Defina prazos, preços e condições de pagamento.

- Se não for acompanhar as emendas até o final, defina se seu nome deve ou não aparecer no expediente (ficha técnica). O processo: **Primeira revisão:** Diz-se que a primeira revisão é sempre aquela procedida pelo próprio autor do texto. Com efeito, naturalmente, o autor faz a primeira e muitas mais. Tais revisões do autor, ressalte-se, são inerentes ao processo de criação. Teoricamente (apenas), não seriam necessárias outras. Aquele que redige, porém, pode não ter o desejável domínio da língua, fazendo-se imprescindível a figura de um revisor. Mesmo que a pessoa redija bem, alcançando a textualidade "almejada, com frases objetivas e conectadas entre si, existem detalhes que fogem à sua percepção, principalmente pelo seu envolvimento diuturno" com a materialização e o burilamento das idéias – o texto final. O revisor é a pessoa ideal para fazer o autor enxergar não só erros crassos como nuances invisíveis aos olhos de quem escreve. O revisor analisa o texto como profissional e como leitor. Tal postura crítica não é assumida freqüentemente pelo autor. Por isso é que tantos submetem seus textos a outras pessoas antes de os finalizarem. Considera-se, então, primeira revisão aquela feita pelo revisor, constando de duas leituras no mínimo. Havendo a necessidade de cotejamento com originais, cabe ao revisor decidir ou não por um ajudante para acompanhar a leitura. **Segunda revisão:** A segunda revisão consiste no cotejamento das emendas com os originais trabalhados anteriormente. Não se faz segunda revisão sem os originais com apontamentos da primeira revisão – estes são considerados documentos e devem ser arquivados, com vistas a dirimir eventuais dúvidas. O revisor pode perfeitamente, nessa fase, rever suas posições anteriores, ao proceder a nova leitura. Da comparação/conferência entre o que foi prescrito para correção e o que foi corrigido efetivamente, é comum detectarem-se erros – ou que permaneceram ou que foram introduzidos. **Terceira revisão:** Geralmente a terceira revisão é feita sobre prova heliográfica, que simula toda a paginação. A heliográfica é obtida diretamente dos fotolitos, antes da gravação de chapa. Quaisquer modificações têm implicações de grande monta. Se um livro for composto de dez cadernos e em cada caderno for observado apenas um erro numa página (uma letra faltante, um acento, um número de página repetido, por exemplo), por menor que seja, todos os fotolitos serão inutilizados e refeitos, na medida em que o fotolito é uma "fotografia" da montagem do conjunto de 4, 8, 16, 32, 64 páginas que, dobradas, formam um caderno. Alterar um pequeno detalhe compromete o conjunto. E os responsáveis pela impressão não escondem a irritação diante de alterações nessa fase. (COELHO NETO, 2008, pp. 108 a 110).

Como mencionei anteriormente, a obra de Coelho Neto (2008) avança quanto ao aspecto da Revisão, em relação às concepções de língua/linguagem. O autor, à página 79, assume que a língua tem como função precípua a comunicação:

Quando emitimos uma mensagem e nos fazemos entender por uma pessoa ou grupo, estamos em pleno processo de comunicação. E a comunicação se estabelece quando temos indícios de que a mensagem foi captada, seja por meio de um gesto, da modificação de comportamento e atitude, seja por uma resposta direta ou indireta, do mesmo teor da mensagem, ou de caráter totalmente diverso, mas que demonstre que houve influência entre o emissor e o receptor (COELHO NETO, 2008, p. 79).

Perspectiva questionável diante do trabalho que a língua pode realizar. Ao assumir que a língua tem como função principal a comunicação, a visão de linguagem do autor situa-se em uma perspectiva teórica diferente da perspectiva de interação. Em uma perspectiva discursiva, considera-se que as pessoas fazem muito mais com a linguagem do que apenas comunicar.

De outra parte, não é a comunicação que distingue a linguagem dos homens dos outros animais, porque estes também o fazem, e até de forma precisa. A dança das abelhas indicando distância e localização do pólen é matemática e geograficamente perfeita (de acordo com BENVENISTE, 1995). Um dos aspectos que fazem a diferença é a possibilidade de segmentação linguística, outros são a criatividade, a produtividade, a recursividade e a ação realizada. A linguagem do homem não está presa ao contexto imediato, pois pode referir-se ao passado, presente e planejar o futuro. Posso falar de coisas nunca antes vividas.

Para Koch (1996), a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Para ela, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. Seguindo ainda seu pensamento, a todo discurso subjaz uma ideologia (...) neutralidade é um mito. Esse caráter “titubeante” é o que faz nossa linguagem intrigante.

Coelho Neto cita em sua obra linguistas como Saussure, Câmara Júnior, Jakobson, Chomsky, Garcez, o antropologista da linguagem Gnerre e o sociólogo Bourdieu. Mas a presença desses pensadores torna-se inócua discursivamente em sua obra por vários fatores.

Os quatro primeiros valorizam o caráter imanente da língua, cuja categoria de análise máxima é a frase, desprezando o uso, o discurso. O que não se vê também na obra de Coelho Neto é a aplicação dos preceitos desses teóricos. Em Saussure, vemos que a língua é “uma totalidade organizada; a língua é um sistema autônomo de significação; a língua pode ser estudada em si e por si mesma; a língua é um sistema de signos arbitrários” (MARCUSCHI, 2008). Isso se torna problemático para a Revisão de Texto moderna que deve ver o texto como uma confluência de vários fatores – linguísticos, imagéticos, sociais, ideológicos, porque o texto não pode ser considerado uma “peça” no sentido de engrenagem.” (ORLANDI, 2001).

Mais problemática ainda é a referência a Garcez, Gnerre e Bourdieu, que veem a linguagem como resultado de forças sociais, a considerar-se que a abordagem de Coelho Neto não é discursiva. Ele valoriza o texto, mas não como este organiza a discursividade (ORLANDI, 2001), isto é, como o sujeito está posto,

como ele está significando sua posição. Como a partir de suas condições de produção ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999).

Às páginas 249 a 287, o autor também enumera questões tratadas pela GT, dentre estas: algarismos arábicos e romanos, coletivos, gentilicos, homônimos parônimos, prefixos latinos e prefixos gregos, sufixo, verbos abundantes etc.

Nessa mesma perspectiva, merece destaque a subseção denominada *Formas variantes*. Nela, em um primeiro momento, posso imaginar a variação tratada pelo autor como um aspecto linguístico, preconizado pela Sociolinguística (variação regional, social, diatópica), mas sua perspectiva são as possibilidades de uso das formas variantes de uma mesma palavra. Neste tópico, o autor recomenda o uso de uma forma apenas. Curioso será o emprego na linguagem em uso ou na variante brasileira do português de expressões como acessório, alarma, aluguer, arimética, aspeto (para aspecto), bagunçar (para bagunçar), berganhar (para barganhar), biscouto, cousa, contacto, cuspo, exorcismar, frauta, frecha, frocos, gorilha, este (para leste), loiça, maltrapido, mobilar (para mobilhar), pinturesco (para pitoresco), registo, secção, tesoura.

Uma forma pode estar correta, mas não significa que esteja adequada, com já havia discutido antes. O que se mostra é a velha prática de se valorizar o português lusitano como sendo a origem que deve ser mantida e respeitada.

Sobre essa questão, o *formulário ortográfico*: instruções para sua organização no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, da Academia Brasileira de Letras (ABL), de 12 de agosto de 1943, na Seção IV – *Consoantes mudas*, assim assevera:

Devem-se registrar os vocábulos cujas consoantes facultativamente se pronunciam, pondo-se em primeiro lugar o de uso mais generalizado, e em seguida o outro. Assim, serão consignados, além de outros, estes: *aspecto* e *aspeto*, *característico* e *caraterístico*, *circunspecto* e *circunspeto*, *conectivo* e *conetivo*, *contacto* e *contato*, *corrupção* e *corrução*, *corruptela* e *corrutela*, *dactilografia* e *datilografia*, *espectro* e *espetro*, *excepcional* e *excecional*, *expectativa* e *expetativa*, *infecção* e *infeção*, *optimismo* e *otimismo*, *respectivo* e *respetivo*, *secção* e *seção*, *sinóptico* e *sinótico*, *sucção* e *sução*, *sumptuoso* e *suntuoso*, *tacto* e *tato*, *tecto* e *teto* (ABL, 1943, p. 4).

Na seção “*A norma culta da modalidade escrita*”, Coelho Neto (2008) tem um pensamento mais inovador sobre a linguagem, considera que o revisor pode atuar sobre um texto escrito, fruto da expressão pura da oralidade; como também pode atuar sobre texto escrito para ser lido oralmente (apresentação de um noticiário). Segundo ele, todos começamos a aprender a língua em casa, com os familiares. O aprendizado inclui um repertório (universo lexical do indivíduo) gradativamente aumentado de vocabulário e, intuitivamente, das leis

combinatórias dessa língua, chamada materna (...). Para ele, as pessoas de classes sociais diferentes, de idades diferentes, também falam de forma diferente. São as chamadas variedades linguísticas, roupagens que a língua assume e que dependem das condições sociais, culturais e regionais em que esta é utilizada.

Assim ele defende que, quanto mais os leitores, os falantes da língua e os produtores de textos conseguirem transitar pelas variedades da língua portuguesa (usando o discernimento para adequar o seu uso conforme o local, o momento, a situação), maior será a chance de sua inserção na sociedade. Domínio da língua, sabemos, significa poder.

Outro avanço em sua obra é a consideração do uso das gramáticas (normativa, descritiva, pedagógica) no trabalho de Revisão. Para ele (e para mim), a gramática descritiva constitui material de aprofundamento para os que já dominam o sistema e os subsistemas da língua.

De outra parte, saber organizar linguisticamente frases inteligíveis (gramaticais) não é o suficiente. Saber uma língua implica saber, também, que frases são mais adequadas para determinado contexto. Muitos afirmam que o contexto é até mais importante que a própria frase, pois este determina a extensão do significado: uma palavra isolada do contexto de frase ou do contexto social torna-se por demais polissêmica, vejamos a palavra “fino”. Quantos significados podemos lhe associar fora do contexto? Mas no contexto seu significado é ancorado: “O rapaz é fino” (educado), “o livro é fino” (poucas páginas), “o vinho é fino” (raro, caro), etc., etc. Não podemos produzir frases que não sejam adequadas para o contexto: contar piadas em um velório, por exemplo. Neste caso, estou falando de competência gramatical e de competência pragmática. A competência gramatical significa, como já mencionei, o conhecimento que possuem os falantes/ouvintes da língua e da linguagem. A competência pragmática ultrapassa o nível da informação sobre forma e o significado das sentenças, pois é o conhecimento das condições e de modos de uso apropriado, de acordo com Mey (2001). Desse modo, as estruturas linguísticas, sendo sempre opacas, quem lhes dá o “colorido” é sempre o contexto.

Com as discussões sobre a obra de Coelho Neto (2008), o próximo passo será abordar obras sobre Revisão de Texto que têm já uma abordagem discursiva. O propósito não é fazer uma análise ou uma crítica dessas publicações, mas mostrar que elas já representam um grande avanço sobre a visão tradicional da Revisão. O foco de seus trabalhos centra-se em questões de subjetividade (alteridade) entre autor e colaboradores no processo de publicação. Mas é preciso lembrar que as visões discursivas dessas obras baseiam-se na linguagem verbal, e o propósito desta pesquisa é valorizar não só o discurso verbal como *locus* privilegiado para estudar o discurso, mas, também, as imagens visuais.

2. Alguns estudos discursivos sobre Revisão de Texto

Oliveira (2010), em sua obra tem como objetivo analisar como se dá a alteridade no processo de revisão. Sua base teórica é a Linguística Aplicada que a ajuda a caracterizar o trabalho de Revisão de Texto, suas certezas e alegrias, mas também suas dificuldades e angústias no dia a dia do profissional. A autora, situada na perspectiva teórica iniciada por Bakhtin (1990), considera que o trabalho do revisor consiste em compreender a forma e o conteúdo na sua inter-relação essencial e necessária. E significa compreender a forma como forma de conteúdo, e o conteúdo como conteúdo da forma, compreender a singularidade e a lei das suas inter-relações.

Para ela, os aspectos da ordem do discurso estão relacionados com os posicionamentos e as visões de mundo do autor e sua imagem de destinatário que só podem ser observados se se olhar o texto inteiramente em uma situação concreta de interação, sempre permeada pelas posições axiológicas em diversos graus de convergências e divergências, levando em consideração quem escreve, o quê e para quem. Isso remete à questão da alteridade e da alternância de sujeitos do discurso; de que lugar se escreve. Remete, também, à questão de esfera/área/atividade; como se escreve. E ainda remete à questão de gênero discursivo e seu enquadramento ou transformação. Nesse processo, para a autora, é fundamental a interação harmônica entre o revisor e o autor.

Para que a revisão ocorra desse modo, é fundamental que a interação entre o revisor e o autor se processe da melhor maneira possível, ou seja, que se estabeleça entre eles uma relação de respeito, o que não implica subserviência, mas uma “[...] compreensão simpática, [...] ativismo que vem de fora e visa ao mundo interior do outro” (BAKHTIN, 2003, p. 94).

Seguindo nessa linha, Oliveira (2008) argumenta que a perspectiva dialógica oferece uma luz à lacuna existente no conjunto das produções já elaboradas sobre a temática, orientadas principalmente pelas normas das gramáticas, dos manuais e materiais afins. Nesse sentido é que, não desprezando a importância dos aspectos linguísticos, aponto a necessidade de serem considerados também os aspectos discursivos no processo de revisão. Isso implica o tratamento da linguagem como discurso e não como sistema de regras apenas, a compreensão dos gêneros discursivos em seus diversos contextos e a necessidade da interação socioverbal no processo de revisão.

Salgado (S.D.), em abordagem próxima da autora acima, focaliza o processo autoral como sendo uma atividade que envolve diferentes agentes e operações, constituindo-se um caráter coletivo de autoria. O autor é chamado a um exercício de alteridade fundante entre ele e o editor e outros colaboradores: escribas expli-

citados nos textos, cujas diretrizes dizem respeito às limitações e flexibilidades de cada projeto de publicação. Este é o momento especialmente interessante para examinar relações entre práticas discursivas e práticas textuais.

Para a mesma autora, a alteridade que o editor de textos explicita, ao formular uma leitura que se vai registrando em anotações pontuais no corpo de um “original”, não impõe ao autor um texto que não é seu, não o destitui de sua função nem de seus traços idiossincráticos, mas lhe oferece um percurso em seu próprio texto, deslocando sua primeira formulação. Ela acrescenta que a “leitura anotada” que o editor de textos faz propicia um distanciamento do autor em relação a seu texto-primeiro e, então, que ele possa ser um outro desse outro de si mostrado, amadurecendo a versão que irá a público. E continua:

De fato, estão em jogo práticas da ordem do discurso: a alteridade que se institui na composição da autoria, em torno do autor, trabalhando pelo texto dele, no texto dele, opera sobre a matéria lingüística (opaca e heterogênea), em sua condição textual (una e inacabada), com base em modos de ler e interpretar (que são históricos). Observando esse trabalho, vemos que os sentidos se produzem não nesta ou naquela manobra, na substituição de uma palavra ou numa nova pontuação, mas no conjunto desses movimentos, com as coerções genéricas que lhes delimitam (SALGADO, s. d., p. 6).

La Vielle e Silva (2011), ao focalizar as práticas discursivas do sujeito-autor-revisor, examina as condições sócio-históricas sob as quais certas parcelas do saber científico perdem sua hegemonia graças ao processo discursivo de reescrita de livros. A autora investiga o sujeito-autor-revisor: aquele sujeito que, sendo autor de um dado livro, retoma-o para reformular trechos da obra. Ela toma como objeto de análise o processo discursivo de reformulação de livros, com vistas a examinar as condições sócio-históricas sob as quais certas parcelas do saber científico, em razão de todo um trabalho discursivo do sujeito, perdem seu posto hegemônico.

A autora chegou à conclusão de que a reprodução (repetição) e a transformação, ou ainda, a continuidade e a ruptura de paradigmas, revelam-se indissociáveis do/no processo discursivo em tela, atravessando tanto a produção, quanto a reformulação do conhecimento, ou, dito diferentemente, as práticas discursivas pelas quais se fazem circular novos saberes. E conclui:

Através do presente artigo, pudemos elucidar os mecanismos ideológicos subjacentes ao processo discursivo de reformulação de livros teóricos. Pensando-se o papel específico da ideologia no processo discursivo examinado – já que ela está diretamente vinculadas às condições sócio-históricas graças às quais se desloca a hegemonia de saberes –, torna-se, pois, possível afirmar que a ideologia atua não tanto sobre a falta, quanto, notadamente, sobre a hipótese da completude (...) (LA VIELLE E SILVA, 2011, p. 11).

Na próxima subseção, trago à baila o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR) para analisá-lo em uma abordagem discursiva. A opção por esse manual se deve ao fato de ele ser uma referência norteadora da produção de gêneros oficiais e muito utilizado por profissionais da área de Revisão, em especial aqueles que ocupam o cargo de revisor no serviço público. Isso porque ele advém de decreto, portaria, instrução normativas emanadas do Serviço Público.

Por ser uma publicação oficial, o uso da norma ditada por esse Manual confere poderes ao profissional que dele se utiliza para dizer o que é “certo” e o que é “errado” em termos de redação oficial. Apresentar uma abordagem crítica, reflexiva, do Manual pode auxiliar os profissionais de Revisão a terem uma visão mais atualizada sobre linguagem.

3. Manual de Redação da Presidência da República: uma abordagem crítica

O Manual de Redação da Presidência da República (2002) (doravante MRPR) foi instituído pelo Decreto nº 100.000, de 11 de janeiro de 1991, do Presidente da República, que autorizou a criação de comissão (pela Portaria SG nº 2, de 11.1.91, DOU de 15.1.91) para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais.

Seu caráter oficial justifica a modalidade padrão para a produção de textos oficiais, uma vez que o contexto é formal, e o adequado é uma linguagem também formal. Sabemos que as comunicações oficiais não devem conter regionalismos, uma vez que deve circular de Norte a Sul, em um padrão impessoal do ponto de vista linguístico. Escolher a linguagem determinada região é desvalorizar outras, o que criaria um problema linguístico, social e ideológico. Mas escolher a norma valorizada por uma elite também é uma escolha social. Que tem implicações:

Leia-se o que afirma o MRPR:

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – **impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquela da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.** (MRPR, 2002, p. 13).(grifos meus).

O Manual fundamenta-se em dois princípios básicos advindos da Constituição de 1988, quais sejam os princípios da impessoalidade e da publicidade dos textos oficiais: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)” (artigo 37).

O Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, complementa os princípios da redação oficial, porque:

Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências (Seções II e III, do Capítulo II).

Por último, a Instrução Normativa nº 4, de 6 de março de 1992, que determina o padrão ofício e a diagramação única para ofício, memorando, aviso, aplicando-se à exposição de motivos e à mensagem.

Em 2002, o MRPR passou por reformulações, mas a atualização não foi substancial. O que há de novo é a inclusão de correspondência via *e-mail* e adaptações a novas legislações:

Decorridos mais de dez anos da primeira edição do Manual, fez-se necessário proceder à revisão e atualização do texto para a elaboração desta 2ª Edição, a qual preserva integralmente as linhas mestras do trabalho originalmente desenvolvido. Na primeira parte, as alterações principais deram-se em torno da adequação das formas de comunicação usadas na administração aos avanços da informática. Na segunda parte, as alterações decorreram da necessidade de adaptação do texto à evolução legislativa na matéria, em especial à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998⁷, ao Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, e às alterações constitucionais ocorridas no período (MRPR, 2002, p. 8).

As Partes e Capítulos permanecem iguais à publicação de 1991: Parte I – *As Comunicações Oficiais*; Capítulo I – *Aspectos Gerais da Redação Oficial*; Capítulo II – *As Comunicações Oficiais*; Capítulo III – *Elementos de Ortografia e Gramática*. Parte II – *Os Atos Normativos*; Capítulo IV – *Questões Fundamentais de Técnica Legislativa*; Capítulo V – *Atos Normativos Conceitos Básicos*; Capítulo VI – *O Processo Legislativo*.

Além dos aspectos de organização interna, as partes que tratam da natureza da redação oficial e dos gêneros oficiais e da linguagem, empregadas nas produções textuais oficiais, permaneceram as mesmas, presas a concepções não interacionistas sobre linguagem. Outro aspecto é o caráter preconceituoso quanto às relações de poder estabelecidas pelo nível de linguagem “aconselhada”, que exclui uma parcela de cidadãos iletrados formais, o que será discutido no desenvolvimento desta subseção.

Para esta pesquisa, interessam apenas os Capítulos I e II, porque neles evocam-se elementos de teorias sobre linguagem, passíveis de questionamentos de acordo com a perspectiva teórica que adoto.

⁷ **EMENTA:** Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Um desses questionamentos está relacionado à base teórica do Manual quanto à concepção de *linguagem* e *gramática*, essenciais para a atividade de Revisão. A opção teórica relativa a esses conceitos *linguagem* e *gramática* pode determinar a atitude profissional do revisor diante do texto, eis um dos porquês da escolha do Manual para análise.

Passemos às considerações quanto ao uso da linguagem prescrita pelo Manual. Nesta análise, focalizo os termos empregados: *linguagem*, *comunicação*, *gramática*, *impessoalidade*, *clareza* (gramática clara), *homogeneidade* (exclusão de cidadãos pela linguagem).

O MRPR vê a redação oficial como forma de expressão: "Forma de expressão escrita utilizada em atos normativos e comunicações oficiais pelo Poder Público." Nesta definição de linguagem, a palavra expressão remete-nos a uma noção de linguagem como espelho do pensamento. Outro elemento a ser analisado é o emprego de linguagem tendo como função precípua a "comunicação". As abordagens de linguagem como forma de expressão e de comunicação são criticadas em Koch (2000):

A linguagem humana tem sido concebida, no curso da História, de maneiras bastante diversas, que podem ser sintetizadas em três principais: a. como representação ("espelho") do mundo e do pensamento; b. como instrumento ("ferramenta") de comunicação; c. como forma ("lugar") de ação ou interação. A mais antiga destas concepções é, sem dúvida, a primeira, embora continue tendo seus defensores na atualidade. Segundo ela, o homem representa para si o mundo através da linguagem e, assim sendo, a função da língua é representar (= refletir) seu pensamento e seu conhecimento de mundo. A segunda concepção considera a língua como um código através do qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens. A principal função da linguagem é, neste caso, a transmissão de informações. A terceira concepção, finalmente, é aquela que encara a linguagem como atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes. Trata-se, como diz W. Geraldi (1991), de um jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo (KOCH, 2000, pp. 9-10).

Pelo que veremos, o MRPR abraça as duas primeiras concepções. Isso pode ter sido resultado dos elaboradores linguisticamente conservadores quanto à valorização da Gramática Tradicional, de revisores (Celso Pedro Luft), de legisladores (Gilmar Ferreira Mendes, presidente da comissão) e da base teórica utilizada para sua concepção, que é toda constituída de gramáticos tradicionais, estruturalistas (sic) e gerativistas (sic). Dentre esses teóricos posso citar, respectivamente, alguns e suas obras: LINDLEY, Luís F.; CUNHA, Celso Ferreira da. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1985; CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988; e CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe. 2ª ed. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1978.

A noção de linguagem preconizada nesta pesquisa é a terceira (linguagem como forma de ação, de interação), pois compreendo que o revisor de texto, ao adotar a linguagem como uma forma de ação, como lugar de interação, orientará melhor seu trabalho, pois os gêneros são construtos e construtores de uma prática social, e como tais estão sujeitos a conflitos; os gêneros não são uma produção ingênua – linguagem é ação; ver o texto como ação e interação implica adequá-lo a pessoas e a contextos variados, até como estratégia retórica.

Para corroborar tais afirmações, Silva (2011) afirma, em *A linguagem e suas demandas na vida social*, a linguagem como ação e interação com suas múltiplas dimensões e facetas, atende às demandas da vida social, (trans)formando-se em cada campo, a cada contexto, a cada situação. Seguindo a mesma linha de raciocínio da autora, aplico suas afirmações à Revisão de Texto, nos termos seguintes:

É preciso reconhecer, porém, que, diante das demandas, a lingua(gem) obedece a lógicas específicas de cada domínio, nos quais lhe são invocadas ou lhe são atribuídas propriedades diversas, muitas delas contraditórias entre si, como: “clareza”/“obscuridade”; “transparência”/“opacidade”; “unicidade”/“pluralidade” de sentidos. É preciso reconhecer, também, que, a depender de cada domínio e do propósito de utilização, essas propriedades se ligam a algum tipo específico de relação de sentido que se estabelece ou que se pretende que se estabeleça no ato de linguagem (SILVA, 2011, p. 74).

Além disso, essa noção de linguagem pode ser aplicada a outras formas de construção de sentido não verbais, as imagens, por exemplo, o que, mais uma vez, vai de encontro à visão formal, escrita, e à perspectiva monomodal do MRPR. De acordo com a mesma autora, para alcançar os efeitos de sentido pretendidos, exploram-se várias estratégias discursivas, como linguagem (verbal e não verbal) e mecanismos linguísticos de significação, dentre os quais não ditos, implícitos, silenciamentos. Assim, não se pode considerar a linguagem como um fenômeno isolado, com a finalidade apenas para a comunicação, o que seria redutor, uma vez que ela exerce múltiplas funções.

De outra parte, considerar apenas a escrita como a única forma de semiose é uma atitude redutora, como vimos neste Capítulo 2. Para a construção do sentido do texto, contribuem vários fatores. Em um gênero oficial, por exemplo, não é apenas a escrita que importa (apesar de a escrita ser a principal fonte de sentido neste gênero). Ela é um dos fatores (mais/menos) importante, mas também há uma série de recursos semióticos responsáveis pela construção do sentido do texto.

Observe-se o exemplo abaixo:

Figura 13 – Estrutura de uma lei



Fonte: <<http://bit.ly/NoeNkZ>>.

Acima (figuras 13) há um exemplo de estrutura de uma lei. Esta é um gênero oficial deliberativo-formativo, que são regras ou normas imperativas expedidas por autoridades administrativas ou deliberações do Congresso Nacional ou outro colegiado. "Lei" aqui não está no sentido hiperonímico, qual seja, a legislação de modo geral que determina o comportamento jurídico dos cidadãos. Neste caso, a Constituição é uma lei, um decreto é uma lei etc. O sentido que coloco em discussão é "lei" como gênero específico.

Observem-se na introdução do documento os "movimentos retóricos" (cf. SWALES, 1990) rígidos que configuram a estrutura textual deste gênero, porque devem ocorrer em outras leis. Esses "movimentos" também são responsáveis pela construção de sentido do texto. Além deles, os elementos visuais – o Brasão da República, a família de letras (Arial) empregada, gramatura do papel, formato (A4) – e outros elementos significativos, como formatação também são importantes para constituição do gênero.

No MRPR, ainda se afirma:

Os textos oficiais, por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, requerem o uso do padrão prestigiado da língua. Há consenso de que o padrão oficial é aquele em que se observam as regras da gramática tradicional. O emprego do padrão formal decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos. (...) Os textos produzidos pelos órgãos públicos – concretizados por um servidor público – precisam ser inteligíveis

a todo e qualquer cidadão letrado em Língua Portuguesa, por isso a necessidade de uso de linguagem impessoal e gramaticalmente clara, com ideias precisas e pertinentes ao objetivo do texto. É preciso observar que nesse tipo de produção há sempre um único elaborador, que é o Serviço Público, mas a quem se dirigem esses textos pode ser o próprio Serviço Público, quando forem expedientes dirigidos por um órgão a outro, ou o público em geral, formado pelo conjunto dos cidadãos ou instituições. Tanto um quanto o outro devem ser tratados de forma homogênea. Nesse sentido, fica claro também que os textos oficiais devem ser necessariamente uniformes. Visto que a finalidade básica da Redação Oficial é comunicar com impessoalidade e máxima clareza, não se pode tratar a sua linguagem com a mesma criatividade de outros textos, como os que circulam socialmente.

Primeiramente, o Manual afirma que os textos oficiais devem ter caráter impessoal.

Tal afirmação está de acordo com perspectiva de linguagem e sua função adotadas pelo Manual de Redação⁸: quem transmite a mensagem (emissor), que recebe (decodificador); neste ínterim, há o código, a mensagem, a função (referencial, expressiva)... Para Benveniste (1995), nesse caso, a comunicação é instrumento confiável do que se quer dizer, mas, segundo ele, rudimentos de linguagem podem exercer o mesmo papel. Onde entra o caráter subjetivo neste “circuito de comunicação”?

Para o mesmo autor, a linguagem tem caráter eminentemente subjetivo, uma vez que o locutor propõe-se como sujeito: transcende a totalidade das experiências vividas; status linguístico da pessoa a consciência de si só é possível em contraste com o outro: não emprego “eu” sem referência ao “tu”. Assim, o diálogo constitui a pessoa, e isto implica reciprocidade: “eu” implica “tu”; o outro torna-se meu eco; a polaridade é condição essencial. Com isso, para ele, caem os velhos princípios da antinomia: “eu” e o “outro”, do indivíduo e da sociedade. A linguagem sem expressão do “eu” e do “tu” é inconcebível. O “eu” e o “tu” não podem ser vistos como elementos meramente linguísticos, mas que indicam “pessoas”; não são meros pronomes pessoais.

Ainda, segundo ele, o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. A temporalidade humana como todo seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso apropria-se, essas se referem à sua “pessoa” definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como “eu” e a um parceiro como “tu”.

Como uma linguagem em uso pode ter caráter impessoal? A exigência da impessoalidade é ingênua, uma vez que a escolha da modalidade prestigiada na “comunicação oficial” já é uma escolha ideologicamente situada. Como o

⁸ “A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários: a) alguém que comunique, b) algo a ser comunicado, e c) alguém que receba essa comunicação,” (MRPR, 2002, p. 12).

uso do padrão oficial poderia ser impessoal se determina o comportamento de todos os cidadãos alfabetizados, analfabetos, iletrados e letrados? O Manual exclui, pela linguagem, os cidadãos não alfabetizados como também todos aqueles que não possuem familiarização com o uso da norma padrão.

Leiamos:

Os textos produzidos pelos órgãos públicos – concretizados por um servidor público – precisam ser inteligíveis a todo e qualquer cidadão letrado em Língua Portuguesa, por isso a necessidade de uso de linguagem impessoal e gramaticalmente clara (MRPR, 2002, p.12). (grifos meus).

Há de se discutir o termo letrado, que me parece sofrer também de equívoco, uma vez que se refere apenas ao domínio da escrita:

Que ou aquele que possui cultura, erudição; que ou quem é erudito, instruído; que ou aquele que possui profundo conhecimento literário; literato. Rubrica: pedagogia. Que ou aquele que é capaz de usar diferentes tipos de material escrito. Substantivo masculino: indivíduo de grande conhecimento jurídico; advogado, jurisconsulto (HOUAISS ELETRÔNICO, 2009).

O letramento valorizado pelo Manual é o letramento autônomo (não crítico), que são práticas de uso da escrita na escola, práticas que subjazem à concepção de letramento dominante na sociedade. Já o modelo alternativo, crítico (STREET, 1984), destaca explicitamente o fato de que todas as práticas de linguagem são aspectos, não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder em uma sociedade.

Hoje se concebe que há diferentes letramentos associados a diferentes domínios que são mediados por textos escritos; há diferentes letramentos associados a diferentes domínios da vida; as práticas de letramento são padronizadas pelas instituições e relações de poder; alguns letramentos são mais dominantes, visíveis e influentes que outros; as práticas de letramento têm propósito determinado e estão inseridas em práticas culturais e metas sociais mais amplas; as práticas de letramento mudam, e novas práticas são frequentemente adquiridas por meio de processos informais de aprendizagem e produção de sentidos.

Atualmente, nos novos estudos do Letramento, sabe-se que esse conceito (letramento) integra várias formas de semiose – a linguagem escrita e falada, a comunicação não verbal, as imagens visuais, tomadas como momentos das práticas sociais em articulação com outros momentos não discursivos. E é essa perspectiva que eu adoto nesta pesquisa.

Outro termo empregado pela MRPR, passível de discussão, é gramática:

(...) por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do padrão culto da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que a) **se observam as regras da gramá-**

tica formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele **está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos** (MRPR, 2002, p. 13). (grifos meus).

A que sentido o Manual se refere à *gramática formal*, uma vez que a expressão *gramática* é polissêmica? O adjunto adnominal *formal* também faz referência a dois sentidos: solene, em uma perspectiva tradicional, ou a um uso mais científico, linguístico, estruturas decomponíveis das línguas: fonologia, morfologia, sintaxe.

Afirma, ainda, o Manual que o “padrão culto” está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais. A norma padrão também é uma variedade de língua, ela não é algo que teve sua origem e formação à parte da história da língua portuguesa. Além disso, nega o princípio do *continuum* linguístico: o oral e o escrito se sobrepõem. Há palavras, estruturas morfológicas e sintáticas que se repetem em vários níveis de linguagem.

De outra parte, o emprego da expressão *gramática* pode ter como objetivo os estudos da origem e evolução de um (ou de vários, comparativamente) idioma, desde o seu aparecimento até os dias atuais; são as transformações históricas (diacrônicas) por que passam as línguas. Neste caso, estou falando da *Gramática Histórica*.

Gramática também pode dizer respeito ao nosso conhecimento linguístico, sistema, presente no espírito do falante; descreve nosso conhecimento linguístico; explica como podemos formar e entender frases; explica, ainda, o que sabemos sobre sons, sintagmas e frases de nossa língua. As gramáticas, nesta perspectiva, podem determinar a natureza das línguas, desse modo, nenhuma deverá ser preferida, a não ser por questões outras que não sejam científicas.

Gramática pode significar uma norma prescritiva, contrária ao uso corrente, cujo surgimento deveu-se a questões de ordem política e envolve questões de poder; faz parte de acordos institucionais que servem aos interesses de poucos e são apresentados como servindo ao interesse de todos (BOURDIEU, 1998). Ainda para este autor, existe uma política linguística envolvida nesse processo, sugerindo lucro material e simbólico aos detentores de língua oficial; é um código que rege a língua escrita correta, em oposição à língua falada, “inferior”; adquire força de lei na escola; língua de imposição e objeto de dominação (Idem, 1998). Neste caso, refere-se à norma padrão, à Gramática Tradicional.

A partir da concepção de linguagem valorizada pelo Manual de Redação, pode-se ancorar um único sentido – Gramática Tradicional. Como já havia dito,

a equipe e a bibliografia empregada corrobora essa aceção, apesar de haver pesquisadores descritivistas como Chomsky e Lúcia Lobato, o que são um contrassenso para o intento do Manual – a perspectiva desses pesquisadores não tem nada de/que/a ver com a visão prescritiva do Manual.

Passagem teoricamente consciente do MRPR sobre linguagem, mas não adotada, é a seguinte:

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos (MRPR, 2002, p. 13).

Continuemos com a visão crítica do Manual. Este afirma que a linguagem empregada na comunicação oficial há de ter forma homogênea para ser inteligível a todos os “letrados”. Preconiza ainda que deve-se empregar uma *linguagem clara*... O que é uma “*linguagem clara*”? Baseada em que região ou classe social? Pode-se interpretar que essa linguagem seja a-regional, a modalidade padrão da língua, que não é clara para uma grande parcela da população.

Já é assente na Linguística que as línguas não são homogêneas. O MRPR desconsidera a heterogeneidade regional, social, contextual, sexual, faixa etária, profissional. Sobre este tópico, segundo o Manual, evita-se linguagem restrita a determinados grupos.

O ponto-chave é considerar a norma padrão como sendo homogênea, normal, com linguagem clara e inteligível a todos os cidadãos é uma atitude valorativa. A variedade prestigiada, dentro de sua suposta homogeneidade, é variável.

A expressão *normal* vem de norma, o que é conforme à regra, aquilo que não sai de sua posição – não pende para nenhum lado, nem para a esquerda, nem para a direita, nem para cima, nem para baixo. Então, uma norma tenta enquadrar o diferente. O que existe é uma ilusão de unicidade, afetada todo tempo pelo diferente.

E, por último, o MRPR preconiza que as ideias no texto oficial devem ter *máxima clareza* e devem ser precisas e pertinentes aos objetivos. Aqui foco o questionamento que decorre clareza/obscuridade e transparência/opacidade da linguagem. É possível máxima clareza a um texto?

De um ponto de vista semântico, Ducrot (1972, *apud* Silva 2011) considera haver dois tipos de significação: *explícito* e *implícito*. O que faz com que a língua possa, de certo modo, se apresentar como um objeto “transparente”, mas, por outro lado, constituir um lugar em que se configuram ocultamentos, resistências, ambiguidades, enfrentamentos.

Nessa perspectiva, a *transparência* ou a opacidade podem ser instrumentos ideológicos, em um contexto de estruturas de dominação, discriminação e controle. Como a camada da população “iletrada”, como afirma o MRPR, pode usufruir da “transparência” de linguagem em atos oficiais? Assim, a linguagem dos atos oficiais postula valor de verdade, mas também, explícita ou implicitamente, relações de poder entre os sujeitos envolvidos no ato de linguagem. As estratégias da linguagem oficial dão uma ilusão de “clareza”, sugerindo a construção de sentidos automáticos, tidos como naturais. Assim, para compreender o funcionamento dessa linguagem, é preciso analisar o modo como se realiza em textos e as relações que estabelece com o mundo, com a realidade, em cada modo de realização.

É preciso considerar, pois, que, na enunciação oficial, todos os elementos que compõem o texto são escolhas planejadas, delineadas com a intenção de produzir os efeitos de sentido pretendidos, mesmo que aparentemente “opacos”. Objetivos nem sempre alcançados.

Para Silva (2011), em uma perspectiva lógico-filosófica, é consenso que a “transparência” não é uma qualidade da linguagem humana. Ao contrário, “opacidade” seria a sua principal característica, o que impediria que, “através” dela, se alcance o *valor de verdade* em um pensamento. De outra parte, a opacidade e clareza são variáveis de contexto. Dependem do contexto de interação, situação, social, geografia, Ideologia, história, profissão, idade.

Até porque:

Uma mesma realidade, a partir de experiências culturais diversas, é categorizada diferentemente. Nenhum ser no mundo pertence a uma determinada categoria. Os homens é que criam as categorias e põem nelas os seres. Isso não acontece só com os seres concretos. Imaginemos que uma pessoa mata outra. Essa ação pode ser categorizada como assassinato, como acidente, como cumprimento do dever, como ato de heroísmo, como perda temporária da razão. Essa categorização determina nossas atitudes: prendemos o assassino; perdoamos quem foi vítima das circunstâncias; elogiamos o policial que matou o sequestrador que mantinha a pessoa como refém, porque cumpriu o seu dever; damos uma medalha ao herói que, na guerra, matou o inimigo (FIORIN, 2005, p. 57).

3.1. O discurso da norma jurídica: clareza e inteligibilidade

O Manual de Redação é resultado de uma série de atos normativos, e funciona, também, como norma, desse modo cabe aqui discutir o discurso da norma jurídica e me aprofundar nos conceitos de clareza, inteligibilidade e Ideologia.

O Manual é um gênero de “governança”. Para Fairclough (2003a), alguns gêneros são importantes para a sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea – relações estruturais entre governo (local), comércio, universidades, mídia etc. Conforme o autor, podemos pensar em tais instituições como elementos da engrenagem da sociedade de “governança”, e em tais gêneros como gêneros de “governança”. O autor utiliza o termo “governança” aqui em um sentido bastante amplo para se referir a qualquer atividade dentro de uma instituição ou organização direcionada para regular ou gerenciar alguma outra (rede de) prática(s) social(ais).

Fairclough (2003a) considera que as representações ideológicas podem ser identificadas em textos, mas ao dizer que as ideologias são representações que podem ser mostradas para contribuir para as relações sociais de poder e dominação, ele sugere que a análise textual precisa ser tratada, nesse respeito, em análise social que considera os entornos dos textos nos termos de seus efeitos nas relações de poder. Acrescenta ainda: se as ideologias são representações, em princípio, elas também podem ser “postas em ação” nas encenações sociais, e “inculcadas” nas identidades dos agentes sociais. As ideologias também podem ter uma durabilidade e estabilidade que transcendam textos individuais ou entornos de textos.

Na configuração discursiva da área jurídica, há o propósito de garantir o acesso ao direito. De acordo com Silva (2011), a exigência legal seria pelo uso de uma linguagem “clara”, simples, inteligível, com padrões objetivos. Mas não é isso o que acontece sempre. Ao contrário, na prática social dessa área, como em geral nas áreas específicas, a linguagem comumente se apresenta permeada de jargões técnicos, de vocábulos eruditos e até arcaicos, o que a torna “obscura” e de difícil compreensão pelo leitor/falante leigo.

Entretanto, essa prática vem sendo criticada, inclusive por profissionais da própria área. Para esses críticos, o uso de uma linguagem “obscura” pode constituir-se como estratégias de exercício de poder, já que os mecanismos linguísticos utilizados dificultam e, às vezes, até inviabilizam, a compreensão das normas jurídicas pelas pessoas “comuns”. Uma das consequências disso seria a negação do acesso ao direito ou o não cumprimento de deveres estabelecidos, que acabam obscurecidos pelos mecanismos e estratégias da linguagem utilizada para positivá-los. Diante disso, os críticos sugerem mudanças nas práticas discursivas e textuais desse domínio discursivo, propondo que se adote o uso de *uma* linguagem mais “clara”: uma linguagem que seja mais inteligível para os sujeitos do direito ou para os sujeitos submetidos ao dever normatizados.

A norma jurídica se constitui como um elemento regulador das relações sociais, já que nela positivam-se fatos da realidade (acontecimentos discursivos)

que têm repercussão na vida social. Definida nos dicionários jurídicos como regra de alcance *geral e permanente*, a lei é uma norma jurídica, que se coloca como parâmetro para a realização ou para a avaliação de algo (atos, fatos, condutas). Do ponto de vista discursivo, essa definição de lei coloca em evidência questões relativas à “unicidade” de sentido da linguagem à “pluralidade” de sentidos no uso da linguagem.

Pensando em termos de “unicidade”, uma forma linguística se ligaria sempre a um significado, em uma relação unívoca; ou seja, para cada referência haveria um referente no mundo, e esse referente só seria alcançado por meio de uma referência, o sinal em questão. Mas, em uma concepção de língua como ação, a “plurissignificação” de uma forma linguística não constituiria sentidos, por si mesma, já que dependeria sempre da relação do seu uso linguístico por um sujeito, em um determinado contexto.

Na confluência desses dois pontos de vista, seria necessário reconhecer que ambas são propriedades constitutivas da linguagem, resultantes de seu caráter formal. E, nessa mesma orientação, reconhecer, também, que a significação da forma é relativa aos aspectos da conjuntura, pois as relações de sentidos estabelecidas pela “letra” de uma lei vinculam-se ao momento, à situação sócio-histórica em que se institui como norma. Isso constitui uma *formação discursiva* legitimada, dentro de uma estrutura social.

Para atender ao objetivo de ter alcance geral, enfatiza-se a “literalidade” da norma, pretendendo-se que a “interpretação” dos enunciados não seja espaço de construção de outros sentidos que não os já previstos. Assim, a linguagem da norma legal necessitaria ser a mais próxima possível da realidade positivada. Em outros termos, os conceitos dentro de uma norma necessitam ser constantemente delimitados e atualizados, buscando-se criar zonas de significações comuns, já que as práticas discursivas e sociais vão deslocando essas zonas de significação.

Na busca de uma unidade, uma norma, que emerge de necessidades criadas nas práticas sociais, define, descreve, caracteriza, distingue, tipifica os elementos de seu alcance. Um exemplo disso são os conceitos estipulativos que funcionam como estratégias de definição formal de conceitos, objetos, situações, com o propósito de garantir a “unicidade” de sentido. Essas estratégias são formas de estabelecer uma relação “necessária” e “unívoca” entre uma forma linguística, tomada como referência, a um mesmo tipo de situação no mundo, tomada como referente, que se pretende como alcance da norma, transpondo-se as dimensões temporal e espacial. É por isso que se diz que o direito positivo se realiza pelo que está escrito e na forma como está escrito.

Diante dessas observações, depreende-se que, quando se aborda a linguagem da norma legal, há que se pensar uma tensão de propriedades: “unicidade” de sentido da linguagem e “pluralidade” de sentidos nos usos da linguagem. Por um lado, é preciso pensar essa “unicidade” de sentidos, porque ela é o que garante não só a possibilidade de estabelecer espaços de significações comuns, definindo os elementos de seu alcance, como também estabelece relações de sentidos que atravessam e transpõem as dimensões temporal e espacial da realidade social que é por ela recortada, delimitada. Mudando algum desses aspectos, mudam-se as relações de sentidos e, por conseguinte, a significação constituída.

A linguagem da norma constitui elemento importante para o acesso ao direito ou cumprimento de deveres, já que as estratégias e os mecanismos linguísticos usados podem facilitar ou dificultar a sua compreensão.

Capítulo 3 Gêneros Textuais e Revisão de Texto: Formas de Ação Social

Somente porque escrevemos em gêneros, e tentamos responder às expectativas de outros, criando espaços mediadores, reconhecíveis para a comunicação, não significa que abrimos mão da nossa oportunidade de criar novidades e responder ao nosso tempo. Ao contrário, são aqueles espaços mediadores que nos dão os próprios meios para enunciar nós mesmos e novos modos e momentos de ser, de representar nós mesmos e os mundos em que vivemos. (BAZERMAN, 2006, p. 77).

Este capítulo adveio da importância de trazer o conhecimento da Teoria dos Gêneros Textuais à atividade de Revisão de Texto, que lida diuturnamente com gêneros escritos em variados contextos sociais – escolas, serviço público, academia, gráficas, editoras, editorações eletrônicas, publicidade, como vimos no Capítulo 2 e suas Subseções. O revisor de texto, mesmo conhecendo intuitivamente a natureza do gênero, sua prototipicidade, sua estrutura esquemática e a comunidade discursiva que o produz como uma parte de suas atividades, precisa ter uma visão teoricamente consciente da peça discursiva sob sua responsabilidade. Isso porque, segundo Swales (1990), a razão subjacente de um gênero estabelece restrições sobre as contribuições admissíveis em termos de conteúdo, posicionamento e forma. Essa afirmação de Swales é essencial para o trabalho do revisor que deve tomar decisões em vários níveis quanto ao material a ser revisado.

Revisar texto, tendo em vista a teoria dos gêneros, significa conhecer sua natureza, sua forma de ação social e os múltiplos sentidos que os constituem. Afirmo isso porque, como já vem sendo dito em outros pontos desta pesquisa, em grande parte dos contextos de Revisão, ainda se considera a noção de texto como produto apenas gráfico, sem considerar as implicações sociais, desconsiderando-se outras formas de representação.

Pretendo, aqui, neste capítulo e nesta pesquisa, propor uma abordagem para formar não revisores de texto, mas de gêneros – isso fará uma diferença substancial – como busco mostrar na discussão que se segue. Isso porque considero que os gêneros a serem revisados não são apenas estruturas. Para Bazerman (2006), os gêneros não são apenas formas. Gêneros são *formas* de vida, modos de ser. São frames para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São lugares em que o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as situações por meio das quais interagimos, e as palavras medeiam e negociam a interseção desses momentos dentro do mundo da produção e da recepção. Por meio da linguagem utilizada no momento, afirmamos a conexão de passado e futuro, assim como a conexão entre seres humanos na criação de um universo compartilhado.

Esse ponto de vista de Bazerman (2006) está em harmonia com os postulados de Bakhtin (1992). Este compreende que a língua materna, sua composição vocabular e sua estrutura gramatical não chegam ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas (enunciados concretos) que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação viva, na interação com as pessoas que nos rodeiam. Compreende também que as formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas à vida social. Forma e conteúdo (semântico e axiológico) estão unidos no discurso como fenômeno social.

Para Ramos (2005), o gênero é língua em uso, mas vai além dela. Por ser a aquisição do gênero algo cultural e cognitivamente complexo, a autora compara a aquisição de língua e de gênero por um falante nativo e por um estrangeiro. Para ela, o falante materno parte do gênero para o conhecimento do texto, já o falante estrangeiro parte do conhecimento de texto em direção ao gênero. Talvez seja isso que dificulta a aquisição da língua e, por consequência, da cultura de uma segunda língua. O falante nativo reconhece os gêneros que circulam em suas práticas sociais, mesmo não tendo conhecimento da escrita, pois está inserido em práticas de circulação do gênero. A autora reforça o pensamento de Bazerman e de Bakhtin quando assevera que não basta apenas o conhecimento da língua nos aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para a aquisição de uma língua, de um gênero e, por consequência, de uma cultura. Ela reivindica um contexto de letramento em que as práticas da cultura-alvo sejam apresentadas e explicitadas sempre na perspectiva de um relativismo cultural.

Associar esses três pontos de vista de Bazerman, de Bakhtin e de Ramos ajudam-nos a desconstruir o discurso da velha prática perpetuada em muitos contextos que têm a atividade de Revisão como uma de suas atividades funcionais. Isto é, o costume de se situar em uma única modalidade de linguagem e daí colecionarem Gramáticas Tradicionais de variados autores, dicionários (de regência verbal e nominal, de sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, de expressões latinas, analógicos) e manuais de estilo, da Presidência da República, manuais de redação e de Revisão, conjugação de verbos, tira-dúvidas etc., como foi dito no Capítulo 2, Subseção 3, quando do relato de minha experiência profissional, e na Seção 2.2, na análise dos manuais de Revisão.

Essa discussão nos aponta para a relação estabelecida entre gênero e as suas condições de produção, conforme Bazerman explica:

Quando invocamos um gênero, tal como um editorial de jornal, estamos invocando não apenas um modelo de um tema oportuno, palavras avaliativas e emocionais, e recomendações políticas. Estamos invocando o papel do jornalismo e do comentário na política contemporânea, o poder cívico e econômico de um determinado

jornal, a reputação pública dos seus jornalistas e a influência de seus leitores. Estamos invocando eventos nos quais participam muitos jogadores, uma topologia que evolui com o tempo e um habilidoso senso de *timing* necessário para o sucesso de qualquer editorial. Estamos invocando os padrões de crítica e de bom gosto dentro de uma comunidade, as atitudes correntes com respeito a figuras políticas e os temas mais polêmicos do momento (BAZERMAN, 2006, p. 30).

Observa-se com essas discussões que, para que haja interação, é necessário, além do domínio das formas de determinada língua (léxico, gramática), o domínio dos gêneros, o que implica seus usos sociais. Estes, em comparação com as unidades da língua, são diferentes no que se refere a sua estabilidade e normatividade. As formas dos gêneros são bem mais flexíveis e combináveis, plásticas, mais sensíveis e ágeis às mudanças sociais do que as formas da língua (RODRIGUES, 2005).

Bazerman (2006) afirma que, sendo o gênero povoado por vários objetos apropriados, adequadamente traduzidos, para seu mundo representado, e completamente responsável por carregar a força total das outras realidades representadas, pode, então, fazer coisas com esses objetos. Pode transformá-los através de operações sobre os símbolos; pode agregá-los ou dividi-los; pode mostrar que eles formam um processo ou pode fornecer evidências para uma reivindicação mais geral; pode prever consequências. Dentro de cada gênero, há certas operações apropriadas que se podem fazer e há certos domínios de abstrações que são invocados adequadamente para realizar essas operações.

Quando se revisa, por exemplo, um acórdão não se invocam apenas sua estrutura composicional ou linguística, faz-se também em relação ao papel da justiça, sua reputação pública e os efeitos sociais que suas decisões podem causar. Levamos em consideração um evento do qual participam várias instâncias da justiça dentro de sua comunidade discursiva, com todas as implicações ideológicas inerentes a essa comunidade. Neste caso, o revisor de texto deve considerar o gênero a ser revisado como um recurso rico e multidimensional.

De acordo com Bakhtin (1992), se a língua é vista sob a perspectiva imanente, na superfície, não há dialogismo. Os componentes da língua por si sós não formam enunciados integrais. Sob esse ponto de vista, ao considerar-se a GT distancia-se ainda mais do ideal dialógico por carregar conotações preconceituosas.

Faita (1997) corrobora este tratamento imanente às categorias linguísticas, afirmando:

A busca apenas de constituintes do sentido em um sistema estruturado de unidades mínimas ocultou, com efeito, durante muito tempo, a seguinte evidência: a atribuição de "sentido" a um objeto (a uma palavra) não é uma operação de etiquetagem, mas sim o produto de uma relação que cada indivíduo, cada locutor

ou interlocutor constrói a seu modo. Trata-se, pois, de uma operação que implica uma grande parte de subjetividade, o ponto de chegada de um processo e não de um procedimento totalmente estabelecido. Esse ponto de vista, em 1922, já era defendido por Max Weber que postulava que a explicação "causal" da atividade social deve ser buscada no sentido que os sujeitos dão a seus comportamentos. (FAITA, 1997, p. 159).

Rodrigues (2005), referindo-se a Bakhtin, afirma que os gêneros constituem-se como "índices" sociais para a construção do enunciado (quem sou eu, quem é o meu interlocutor, como este me vê, o que dizer, como dizer, para quê etc.). Assim podemos estar interessados primordialmente nas formas concretas dos textos e nas condições concretas da vida dos textos, na sua inter-relação e interação.

Na Revisão ou na produção de diferentes gêneros, dentro de uma prática social, assumimos faces pelas representações que fazemos por meio do uso de *gênero*. Apesar de haver muitas abordagens sobre o termo gênero em diferentes escolas, uma forma de tratar a questão é examinar o que os estudiosos têm dito atualmente sobre gênero em diferentes campos. Por isso, não escolherei ou direi que determinada escola é mais importante que outra, como ficará esclarecido neste Capítulo. A análise de gênero é importante porque é esclarecedora, mas não porque é classificatória. A classificação não nos diz nada sobre a função social dos gêneros.

Ao analisar os gêneros em uma perspectiva multimodal, vou ao encontro das abordagens sociodiscursivas, sociorretórica e sociossemiótica, principalmente nas abordagens de Bakhtin, Swales, Miller, Bazerman e Kress. Mas é preciso lembrar que as propostas desses autores não são suficientes para análise de gêneros multimodais. Bakhtin não considera o aspecto visual; Swales, Miller e Bazerman têm como foco os gêneros escritos, mas não focalizam os aspectos linguístico, ideológico e visual, ficando mais centrados na caracterização do gênero em si e na sua relação com o aspecto social, isto é, a ação que um gênero realiza. Apesar de Swales afirmar que, dentre os elementos que podem ajudar a identificar uma comunidade discursiva, o léxico é uma categoria privilegiada. Mas não nos apresenta os aspectos discursivos e ideológicos responsáveis pela seleção desses elementos.

Fairclough (2001a, 2003a), que é situado na abordagem sociossemiótica, segundo Meurer (2005), porque em suas obras chama à atenção para várias semioses como elementos de construção de sentido, não desenvolve uma proposta de análise, considerando outros recursos semióticos envolvidos em um gênero, afora categorias linguísticas. Em outra perspectiva, Fairclough associa o aspecto social e discursivo do gênero aos recursos linguísticos: associa a prática social e discursiva ao texto, em sua teoria tridimensional

do discurso. Seu ponto de vista, porém, coaduna o da teoria de gênero na perspectiva sociosemiótica que oferece apoio teórico e analítico trazendo pressupostos das práticas sociais, discursivas e textuais. Desse modo, considero que, apesar de não desenvolver uma teoria própria de gênero, em 2003 ele se dedica a abordar o assunto de forma aprofundada.

Suas teorias serão o fio condutor deste Capítulo porque suprem deficiências de análises linguísticas não valorizadas pela sociorretórica e pela sociosemiótica. Outro aspecto importante na obra de Fairclough não presente na abordagem sociorretórica é a noção de Ideologia.

1. Teoria dos Gêneros

O estudo do gênero, como bem observa Bakhtin (1992), esteve, por muito tempo, restrito ao campo da literatura, em que é orientado para o ângulo artístico-literário. De acordo com Rodrigues (2005), nesse campo, esses estudos sempre estiveram voltados para a análise das distinções intergenéricas e apartados da vida social. Isto é, os gêneros não eram vistos como formas discursivas que se distinguem um dos outros em termos de esferas sócio-ideológicas, mas que mantêm em comum a *natureza verbal*. Também, conforme essa autora, no campo da retórica, apesar da maior atenção dispensada à *natureza verbal* dos gêneros – como a atitude do orador em face do interlocutor e sua influência na construção do enunciado –, o estudo dentro desses limites encobriu a natureza comum dos gêneros. Já no âmbito da Linguística, essa natureza comum permaneceu intocada, pois os estudos ficaram restritos aos gêneros cotidianos, tomando-se por modelo de análise, muitas vezes, enunciados “intencionalmente primitivos”, como nos estudos dos behavioristas norte-americanos (ou ainda na noção de frase).

Contrárias a essa visão redutora dos gêneros, vêm sendo desenvolvidas outras abordagens, dentre as quais a sociosemiótica, a sociorretórica e a sociodiscursiva. No artigo de Bhatia (1997), *Genre analysis today*, tradução de Benedito Gomes Bezerra (2001), há um panorama da teoria de análise de gêneros, identificando os aspectos comuns a suas principais vertentes. Entre esses aspectos, o autor destaca que, apesar de desenvolverem a partir de bases teóricas distintas, essas abordagens têm em comum a percepção de que os gêneros são essencialmente ligados às esferas da vida social.

De acordo com Bhatia, embora tenha um desenvolvimento relativamente recente no campo dos estudos aplicados do discurso, a análise de gêneros tem se tornado extremamente popular nos últimos anos. Desse modo, o interesse pela teoria dos gêneros e suas aplicações não se restringem mais a um grupo específico de pesquisadores de uma área em particular ou de um setor. Cresceu

e assumiu uma relevância muito mais ampla que jamais foi imaginado, suscitando questionamentos tais como os formulados por Candlin (1993). Este autor questiona o que há com o termo gênero e com a área de estudos que ele representa, para que atraia tanta atenção? O que lhe permite agrupar sob o mesmo abrigo terminológico críticos literários, retóricos, sociólogos, cientistas cognitivistas, especialistas em tradução automática, linguistas computacionais e analistas do discurso, especialistas em Inglês para fins específicos e professores de língua? O que é isso que nos permite reunir sob o mesmo rótulo publicitário, especialistas em comunicação empresarial e defensores do inglês comum?

De acordo com Bhatia (2001), a própria natureza da estruturação genérica é multidisciplinar. A teoria dos gêneros leva a análise do discurso da descrição para a explanação da língua, tentando frequentemente responder à questão: Por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como fazem? Segundo ele, a resposta não leva em consideração somente fatores socioculturais, mas também fatores cognitivos, tentando, dessa forma, esclarecer não apenas os propósitos comunicativos da comunidade discursiva em questão, mas também as estratégias cognitivas empregadas por seus membros para atingir esses propósitos. Esse aspecto estratégico da construção do gênero, sua interpretação e uso, segundo esse autor, provavelmente é um dos fatores mais significativos a concorrer para sua popularidade atual no campo dos estudos do discurso e da comunicação. A variedade de trabalhos na área de gênero ficará evidente nas subseções seguintes.

Assim ele elucida a teoria da análise de gêneros, a fim de mostrar o que é comum em suas várias manifestações para identificar algumas das questões importantes levantadas na literatura recente e discutir as implicações dessas questões para o desenvolvimento posterior da teoria.

A análise de gêneros, de acordo com Bhatia, é o estudo do comportamento linguístico situado em contextos acadêmicos ou profissionais. Seja qual for o modo como é encarado, quer em termos de *tipologias de ações retóricas, regularidades de processos sociais gradativos e orientados para uma meta, ou consistência de propósitos comunicativos*, a teoria de gêneros, a despeito dessas orientações aparentemente diversas, apresenta uma considerável base comum. E isso é caracterizado pelos seguintes traços: a) a ênfase no *conhecimento convencional*, que confere a cada gênero sua *integridade*; b) a *versatilidade da descrição dos gêneros*; e c) embora possa parecer algo contraditório em relação ao primeiro, é a *tendência para a inovação*, advinda da natureza essencialmente dinâmica do gênero.

Sobre o conhecimento convencionalizado, ele afirma que os gêneros definem-se essencialmente em termos do uso da linguagem em contextos comunicativos convencionalizados, que dão origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, até certo ponto, impõem restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais. Pelo menos três aspectos convencionais inter-relacionados têm se destacado na literatura sobre gêneros, e todos eles são cruciais para nossa discussão: a) *recorrência de situações retóricas*; b) *propósitos comunicativos compartilhados*; e c) *regularidades de organização estrutural*.

Os *propósitos comunicativos compartilhados*, segundo Bhatia, estão imbricados no contexto retórico relevante. Levando isso um pouco adiante, em direção às formas linguísticas, é possível identificar regularidades típicas de formas estruturais e organizacionais que frequentemente delineiam um construto genérico. Consequentemente, para certos propósitos aplicados, especialmente o ensino de línguas, o conceito de situação retórica talvez seja o mais geral, responsável pela necessária estrutura dentro da qual podem ser localizados os propósitos comunicativos, que, por sua vez, se percebem nos usos mais ou menos típicos de formas léxico-gramaticais e discursivas. Ainda que o propósito seja algo controverso não tão assente como o autor coloca, o que se percebe é que a noção de *propósito comunicativo* parece ser mais central à teoria de gêneros. De uma parte, por estar inserida em contextos retóricos específicos e, de outra, por determinar escolhas específicas de formas estruturais e léxico-gramaticais. Usando como critério privilegiado o *propósito comunicativo* ligado a uma situação retórica específica, a teoria de gêneros combina as vantagens de uma visão mais geral dos usos da língua, por um lado, com sua realização bem específica, por outro (SWALES, 1990; BHATIA, 1993).

O autor afirma que, seja qual for a abordagem, o denominador comum tem sido sempre os aspectos convencionalizados, institucionalizados e permissíveis (de preferência a aspectos criativos, inovadores e exploráveis) da construção dos gêneros. Como sustenta Swales (1990), gêneros não são criados da noite para o dia. Eles se desenvolvem por certo período e não são reconhecidos até que se tornem bastante padronizados. Sob essa perspectiva, a teoria de gêneros tem posto uma forte ênfase nos aspectos institucionalizados da construção e interpretação de gêneros.

Um dos aspectos mais importantes da teoria de gêneros, que coincide com o ponto de vista de Fairclough (2003a), que será discutido mais adiante, é sua *versatilidade*, que opera em vários níveis. Para Bhatia, trata-se de um modelo

teórico para detalhar o relacionamento entre a) *texto e contexto em sentido estrito*; b) *o uso que as pessoas fazem da linguagem e o que torna isso possível*, especialmente no contexto de culturas disciplinares específicas; e c) *a língua e a cultura, em sentido amplo*. Pode-se ver a versatilidade da descrição linguística baseada em gêneros em vários níveis da descrição de gêneros. Por exemplo, o próprio conceito de *propósito comunicativo* é muito versátil. Por um lado, ele pode ser identificado em um nível realmente alto de generalização, enquanto que, por outro lado, pode ser limitado a um nível bem específico. Pode haver um único propósito ou um bem detalhado conjunto de propósitos comunicativos. Dependendo do nível de generalização e detalhamento em que o *propósito comunicativo* é especificado, pode-se chegar à condição de identificar o *status* de um gênero em particular, bem como o uso que ele faz das convenções genéricas. O *propósito comunicativo* é ponto controverso na teoria dos gêneros como veremos mais adiante. Por exemplo, para Fairclough (2003a), e outros autores, o *propósito comunicativo* pode ser um fator importante na identificação do gênero, mas não o único, uma vez que a noção de propósito é difusa, e também um gênero pode ter mais de um propósito.

Outra questão sobre o tema é a que traz Rojo (2005): *gêneros discursivos ou gêneros textuais*? Pelo que a autora apresenta-nos, a escolha não é apenas de nomenclatura, há implicações teóricas e metodológicas importantes. Para ela, ambas as vertentes encontravam-se enraizadas em diferentes releituras da herança bakhtiniana, sendo que a primeira – *teoria de gêneros do discurso ou discursivos* – centra-se, sobretudo, no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sociohistóricos e a segunda – a teoria de gêneros de texto –, na descrição da materialidade textual.

Segundo ela, este dado aponta para o fato preliminar de que, embora os trabalhos adotem vias metodológicas diversas, o tratamento dos gêneros – uns mais centrados na descrição das situações da enunciação em seus aspectos sociohistóricos; outros, sobre a descrição da composição da materialidade linguística dos textos no gênero –, todos acabam por fazer descrições de “gêneros”, de enunciados ou textos pertencentes ao gênero.

Os estudos que a autora classifica como adotando uma teoria de gêneros de textos tendem a recorrer a um plano descritivo intermediário – equivalente à estrutura ou forma composicional – que trabalha com noções herdadas da linguística textual (*tipos, protótipos, sequências típicas* etc.) e que integrariam uma composição dos textos do gênero. A outra vertente, a dos gêneros discursivos, tendia a selecionar aspectos da materialidade linguística determinados parâmetros da situação da enunciação – sem a pretensão de esgotar a descrição dos aspectos linguísticos textuais, mas apenas ressaltando as “marcas

linguísticas” que decorriam de/produziam significações e temas relevantes no discurso. Como isso, para fazê-lo tinha tendência a recorrer a um conjunto de autores e conceitos variados de base enunciativa.

Segundo Rojo, todas as discussões e reflexões expostas – vertente da Teoria dos Gêneros Textuais – têm vários pontos em comum, dentre os quais a autora salienta os principais:

- Todas se aproximam de uma definição wittgensteiniana de *gênero como família de textos*, sendo que famílias podem ser reconhecidas por similaridades (...). Essas similaridades podem se dar no nível do texto (e aqui, faz-se referência às formas do *texto* – textuais/de composição; linguísticas/de estilo – ou de *contexto* ou situação/condição de produção – e, aqui, faz-se referência à função, finalidade ou critérios pragmáticos/utilitários;
- Todas buscam compatibilizar análises textuais/da textualidade com as de descrições de texto (textos em) gêneros, seja por meio de *sequências* e operações *textuais* (Adam, Marcuschi), seja por meio dos tipos de discurso (BRONCKART);
- Todas remetem a uma certa leitura pragmática ou funcional do contexto/ situação de produção; e, finalmente;
- Todas mencionam a obra de e estabelecem uma aproximação – não isenta de repulsão e, logo, polifônica – com o discurso bakhtiniano.

Em todos os casos, há sempre uma finalidade descritiva textual (descrição de textos, gêneros, contextos – esta última bem menos clara. (ROJO, 2005, pp. 192-193).

Para Rojo (2005) as duas vertentes comportam-se como se segue:

(...) Aquilo que o texto (/enunciado) produz ao se manifestar em alguma instância discursiva é o sentido, a significação, o tema do enunciado. Ao descrever um (corpus de) enunciado(s) ou texto(s), essa é a busca do analista bakhtiniano: a busca da significação, da acentuação valorativa e do tema, indiciado pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto. Talvez por isso a designação gêneros do discurso. Ao contrário, na abordagem até aqui descrita – a de gêneros textuais, quando se trata da materialidade linguística do texto; ou mais funcional/contextual, quando se trata de abordar o gênero, não parecendo ter sobrado muito espaço para a abordagem da significação, a não ser no que diz respeito ao “conteúdo” temático.

Como ela disse a grande tendência hoje em dia é não fazer diferença entre *gêneros textuais e gêneros discursivos*, adotando-se apenas *gêneros textuais*. De qualquer forma, empregarei a expressão “gêneros textuais”, o que não implica a desconsideração do discurso, ou seja, o que o texto realiza em uma instância discursiva.

Antes de passar às diferentes perspectivas sobre gênero, considero que, neste ponto, será importante trazer a noção de *tipo textual*, uma vez que é

crucial para o revisor entender/identificar sequências linguísticas também responsáveis pela construção do sentido dos gêneros textuais. Faço rapidamente uma referência entre *tipo textual* e *gênero*.

Para Marcuschi (2002), é impossível comunicar-se verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível comunicar-se verbalmente a não ser por algum texto. Para ele, a língua é tida como uma forma de ação social e histórica que, ao dizer, também constitui a realidade, sem, contudo, cair em um subjetivismo ou idealismo ingênuo. Vejamos as diferenças que o autor faz entre tipo e gênero textual:

- a) usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*;
- b) usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (MARCUSCHI, 2002, p. 27).

O autor apresenta-nos o seguinte quadro (10) para diferenciar tipos e gêneros:

Quadro 10 – Tipos e gêneros textuais

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. Construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas.	1. Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas.
2. Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados no interior dos gêneros e não são textos empíricos.	2. Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas.
3. Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal.	3. Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.
4. Designações teóricas dos tipos: <i>narração, argumentação, descrição, injunção e exposição</i> .	4. Exemplos de gêneros: <i>telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, conto, novela, bilhete, aula expositiva, reunião, horóscopo, receita médica, receita, culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, edital, portaria, decreto, acórdão, sentença, manuais, outdoor, inquérito policial, resenha, piada, conferência, e-mail, etc., etc.</i>

Fonte: Marcuschi (2002).

De acordo com Marcuschi (2008), o *tipo textual* designa uma espécie de construção teórica, mas não são responsáveis pela totalidade das características e da função social do gênero, porque a natureza deste é determinada por fatores complexos, como temos visto neste Capítulo.

O autor afirma ainda que, quando predomina em um gênero uma dessas sequências, dizemos que é de natureza argumentativa, injuntiva, expositiva etc. Os gêneros não são opostos a tipos textuais, pelo contrário, ambos não formam uma dicotomia e sim uma complementação e integração. Desse modo, o revisor deve vê-los como dois aspectos constitutivos do funcionamento da língua e como elementos que ajudam a construir o sentido do gênero em situações comunicativas da vida diária. Vejamos uma aplicação desses princípios teóricos:

Figura 14 – Receita culinária



Sopa de Mexilhão

Uma sopa de mexilhão aveludada e delicada, com um leve sabor a açafraão e cozinhada num preparado de vinho branco e caldo de peixe.

Tempo de preparação: 30 minutos + 10 de demolha
Tempo de cozedura: 30 minutos
Para 4 pessoas



1,25 kg de mexilhão
50 g de manteiga sem sal
1 talo de aipo, finamente cortado
4 chalotas (ou 2 cebolinhas), cortadas em rodelas finas
30 g de salsa fresca, picada
300 ml de vinho branco seco
300 ml de caldo de peixe (Técnicas, página 62)
350 ml de natas
2 generosas pitadas de filamentos de açafraão
20 g de farinha
40 g manteiga sem sal, fria e cortada em cubos
2 gemas de ovo
Folhas de cerefólio fresco, para guarnecer

1 Escove bem os mexilhões. Com a ajuda de uma faca afiada, raspe bem as impurezas agarradas às conchas e corte as barbas. Bata os mexilhões levemente contra a bancada de trabalho e rejeite aqueles que ficarem abertos.

2 Derreta 30 g de manteiga numa panela grande e cozinhe suavemente o aipo e as chalotas, até amaciarem, mas sem deixar alourar. Adicione os mexilhões, a salsa e o vinho. Tape e deixe cozinhar em lume brando durante 4 minutos, ou até os mexilhões abrirem. Retire os mexilhões da panela e reserve o líquido da cozedura. Deite fora os mexilhões que não abriram e retire os restantes das conchas.

3 Coe o líquido reservado e deixe apurar em lume brando até ficar reduzido a metade. Adicione o caldo de peixe e 300 ml de natas e deixe ferver. Junte açafraão e pimenta-preta a gosto. Numa tigela, ligue os 20 g de manteiga restantes com a farinha e incorpore na sopa. Deixe a sopa ferver suavemente, para cozinhar a farinha, e adicione então a manteiga em cubos, agitando a panela até a manteiga estar bem incorporada.

4 Numa tigela, misture as gemas de ovo com as natas restantes, incorpore um pouco da sopa quente e deite o preparado na panela com a sopa. Não deixe a sopa ferver, limite-se a aquecê-la um pouco, ou as gemas cozerão, formando fios.

5 Junte os mexilhões à sopa, para que aqueçam. Guarneça com as folhas de cerefólio fresco, antes de servir.

Sugestão do Chef Os mexilhões devem estar vivos quando os cozinhar, pois deterioram-se rapidamente – se permanecerem abertos, antes de os cozer, significa que estão mortos, não devendo ser usados.

Fonte: Le Cordon Bleu. Receitas caseiras: sopas, Ullmann (2008, p. 16)

Neste gênero, receita culinária (figura 14), percebo várias sequências tipológicas: *exposição, descrição, injunção e argumentação*. A *exposição* está presente na abertura da receita, logo abaixo da fotografia, em que o autor expõe seu ponto de vista (inferência) sobre a iguaria, para isso utiliza sequências linguísticas típicas dessa inferência – adjetivos (*aveludada, delicada, leve*), ou seja, expõe ideias sobre um determinado assunto. A *descrição* é encontrada na duração de preparo do prato e na enumeração de ingredientes, em que se percebe a presença maciça

de sintagmas nominais (30 minutos, 1,25g de mexilhão, 300ml de vinho branco seco etc.) e, por consequência, ausência de verbos (com exceção do verbo *guarnecer*, na última linha, em que há um apagamento da oração principal que antecederia a oração subordinada, adverbial final). A parte *injuntiva* é o preparo da receita que é constituída de verbos no imperativo (*escove, derreta, coe, misture, junte* etc.); são as instruções de realização de uma ação, utilizando uma linguagem objetiva e simples. Por último, a *argumentação* é encontrada na *Sugestão do Chef*. É uma argumentação sutil. O *Chef* sugere que os mexilhões, como todo marisco, deterioram-se rapidamente, e assim podem trazer problemas de saúde graves. Devem estar vivos na hora do cozimento; se ficarem abertos por muito tempo, significa que estão mortos, não devendo ser consumidos.

As tipologias típicas do *gênero* receita são descrição e injunção. A presença de outras sequências tipológicas (exposição, argumentação) presentes no gênero sob análise aponta para o fato de que, em todos os gêneros, os tipos se realizam, muitas das vezes, por dois ou mais tipos. Isso é o que se denomina heterogeneidade tipológica.

Mais uma vez, chamo a atenção para o fato de que, apesar de o conhecimento dessas sequências textuais serem importantes para que os revisores tomem decisões linguísticas no ato de revisar texto, modalizando as tipologias textuais ao tipo de gênero, aqueles profissionais não podem ater-se apenas a estas categorias formais. Passemos, a seguir, às perspectivas teóricas sobre gênero.

1.1. A perspectiva Sociodiscursiva

Essa perspectiva, segundo Rodrigues (2005), parte da questão: como Bakhtin concebe os gêneros? A resposta a essa questão passa primeiramente por uma negação dos postulados formalistas de que gênero é um conjunto específico e constante de dispositivos com uma forma dominante, definida por sequências textuais. Definido dessa forma, o gênero é compreendido, mecanicamente, como um dispositivo.

Analisando o desenvolvimento conceitual dos gêneros em Bakhtin, tem-se, segundo Rodrigues (2005), que sua noção de gênero como tipo de enunciado, e não de sequências textuais. Ou seja, uma tipificação social dos enunciados que apresentam certos traços (regularidade) comuns, que se constituem historicamente nas atividades humanas, em situação de interação relativamente estável, e que é reconhecida pelos falantes. Para Bakhtin (2000), o gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo.

De acordo com Bakhtin (2000), todas as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas com a utilização da língua, e esses modos de uti-

lização são tão variados como as próprias esferas da atividade humana e são efetivados em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana. Esses enunciados, conforme Rodrigues (2005), não podem ser separados da situação social (imediata). Não se pode compreender o enunciado sem considerar a situação, pois o discurso, como “fenômeno” de comunicação social, é “determinado” pelas relações sociais que o suscitam. Há um vínculo efetivo entre enunciado e situação social, ou melhor, a situação se integra ao enunciado; constitui-se como uma parte dele, indispensável para a compreensão do seu sentido.

Para Bakhtin (2000), o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada esfera social, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas, também, e, sobretudo, por sua construção composicional. O reflexo das condições de produção relativa à esfera social pode ser observado no gênero acórdão que será analisado mais adiante. Nele observam-se regras específicas que estão diretamente relacionadas à área jurídica, uma esfera da vida social em que a produção de textos obedece a um alto grau de ritualização e, por conseguinte, os gêneros apresentam uma estrutura esquemática mais rígida.

Sobre a estabilidade composicional dos gêneros, o autor afirma ainda que qualquer enunciado (ou evento discursivo) considerado isoladamente é individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. A riqueza e a variedade dos gêneros são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros que se adapta e se amplia à medida que a própria esfera da sociedade desenvolve-se. Os gêneros se constituem e se estabilizam historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida social que vão se estabilizar, no interior dessas esferas.

Rodrigues (2005) questiona: como pensar o gênero como um tipo relativamente estável de enunciado e, ao mesmo tempo, como um dos elementos de “acabamento” do enunciado? Como resposta, a autora propõe que é preciso compreender o gênero na sua relação com a história. Isso porque constituídos, dialeticamente, os gêneros exercem um certo efeito “normativo” (norma, coerção social) sobre as interações verbais. Um mesmo gênero em momentos históricos diferentes se realiza de modo diferente. Por exemplo, bilhete e mensagem pessoal por *e-mail* têm a mesma função social: interação entre duas pessoas. Mas considerando-se que os suportes são diferentes (papel e tela do computador) houve uma evolução do gênero. Ou seja, historicamente a função que era realizada por um gênero passou a se realizar por outro.

Os gêneros, com seus propósitos discursivos, não são indiferentes às características da sua esfera, eles as “mostram”. Todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e os outros participantes.

Bakhtin (2000) divide os gêneros em dois grandes grupos, primários e secundários, tal como descrito a seguir:

(...) a diferenciação, segundo o autor, não está assentada na diferença funcional dos gêneros. (...) a unidade de fundamento da diferenciação é histórica, assentada na concepção sócio-ideológica da linguagem, tendo como critério de agrupamento a diferenciação que estabelece entre as ideologias do cotidiano e as ideologias estabilizadas e formalizadas (...). Os gêneros primários se constituem na comunicação discursiva mais imediata (...). Os gêneros secundários (...) surgem nas condições da comunicação cultural mais “complexa”, no âmbito das ideologias formalizadas e especializadas, que, uma vez constituídas, “medeiam” as interações sociais. (...) (BAKHTIN, 2000, p. 281).

Sobre essa divisão Rodrigues (2005) faz uma ressalva:

Embora o autor afirme que os gêneros secundários surgem nas condições de comunicação cultural mais complexa, organizada e principalmente escrita, não é a escrita o princípio de diferenciação, pois há gêneros primários escritos, como o diário íntimo, e gêneros secundários orais, como a palestra. O papel da escrita indicada pelo autor na constituição dos gêneros secundários pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas, lugar de constituição dos gêneros secundários. (RODRIGUES, 2005, 169).

Segundo Fanta (1997), a atração de Bakhtin pela noção de gênero é facilmente explicada: ela está bem de acordo com suas duas opções metodológicas iniciais – a não separação entre forma e conteúdo e a predominância do social sobre o individual. Isso porque o gênero está em primeiro lugar do lado do coletivo e do social.

Bakhtin está interessado primordialmente nas formas concretas dos textos e nas condições concretas da vida dos textos na sua inter-relação e interpretação, porque, segundo ele, o enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico. Assim, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social.

Para finalizar esta Seção, considero oportuno sintetizar as discussões sobre a perspectiva sociodiscursiva, tal como apresenta Rojo (2005), no Capítulo *Gêneros do discurso ou discursivos*. Aí a autora traz algumas definições, apresentamos, resumidamente, os objetivos de estudo da perspectiva sociodiscursiva:

(...) As dimensões dos gêneros discursivos são determinadas pelos parâmetros da situação de produção dos enunciados e, sobretudo, para Bakhtin/Voloshinov (1929), pela apreciação valorativa do locutor a respeito do(s) tema(s) do(s) interlocutor(es) de seu discurso. Neste sentido, diferentemente de posições estruturais ou textuais, nessa abordagem, os gêneros e os textos/enunciados a eles pertencentes não podem ser compreendidos, produzidos ou conhecidos sem referência aos elementos de sua situação de produção (...). São elementos essenciais desta situação social mais imediata os parceiros da interlocução: o locutor e seu interlocutor, ou horizonte/auditório social, a que a palavra do locutor se dirige. São as relações sociais, institucionais e interpessoais desta parceria, vista a partir do foco da apreciação valorativa do locutor, que determinam muitos aspectos temáticos, composicionais e estilísticos do texto ou discurso (...). Em cada uma destas esferas comunicativas, os parceiros de enunciação podem ocupar determinados lugares sociais – e não outros – e estabelecer certas relações hierárquicas e interpessoais – e não outras; selecionar e abordar certos temas – e não outros; adotar certas finalidades ou intenções comunicativas – e não outras, a partir de apreciações valorativas sobre a parceria. (ROJO, 2006, pp. 196-197).

1.2. A perspectiva Sociorretórica

Miller (2009), em seu texto *Gênero como ação social*, defende, assim como outros estudiosos dessa vertente, que os gêneros, nos estudos retóricos, são definidos por diferentes autores pelas *semelhanças* que dizem respeito a estratégias ou formas nos discursos, a audiências, a modos de pensar e a situações.

Para essa autora, o estudo do gênero é valioso porque pode criar um tipo de taxonomia e enfatizar aspectos históricos da retórica. Ela argumenta que uma definição retoricamente válida de gênero precisa ser centrada não na substância ou na forma de discurso e sim na ação que é usada para a sua realização. Por isso, considera importante examinar *gênero e situação recorrente* e a *representação* do gênero como ação retórica tipificada. Então, ela mostra como modelos hierárquicos de comunicação podem ajudar a esclarecer a *natureza* e *estrutura* dessa ação retórica e propõe que o princípio usado para selecionar as semelhanças pode nos dizer muito sobre a classificação. Esta classificação será retoricamente válida se contribuir para a compreensão do modo como o discurso funciona – reflete uma experiência retórica de quem cria e interpreta o discurso. Para ela, a convenção é um princípio útil de classificação do mesmo modo que o são as maneiras como os retores e as audiências têm de compreender os discursos que usam.

Nessa abordagem, chamada de sociorretórica, segundo a autora, o gênero torna-se um fator de ligação entre intenção e efeito, um aspecto da ação social. É a explicação da maneira como a sociedade evolui: estados de motivos (*ideia* ou *Ideologia*), afirmação e reafirmação, purificação e subversão (cf. FISHER, *apud* MILLER, 2009). E o que seriam motivos? São os elementos

encontrados dentro das situações ou criados pelas situações. As *situações* são percebidas em termos de motivos. Falar em *motivo* é invocar um princípio pragmático de classificação baseado na ação. Esse princípio pragmático será retomado adiante.

O que ela propõe, na retórica, é que o termo *gênero* seja limitado a um tipo particular de classificação de discurso, uma classificação baseada na prática retórica e, conseqüentemente, aberta em vez de fechada e organizada em torno de ações situadas, isto é, pragmática em vez de sintática ou semântica. A classificação que a autora propõe é etnometodológica: procura explicar o conhecimento que a prática cria. "Para considerá-los como *gêneros potenciais*, tais discursos comuns não tornam o estudo do gênero trivial, antes levam a sério a retórica em que somos imersos e as situações que nós nos encontramos" (MILLER, 2009, p. 26).

A autora coloca três questões centrais para a compreensão dos gêneros:

- a) a relação entre retórica e seu contexto de situação é central para a compreensão de gênero como ação retórica;
- b) entender a maneira como um gênero funde elementos situacionais com elementos formais e substantivos;
- c) localizar os gêneros numa escala hierárquica de generalização sobre o uso linguístico.

Nessa mesma perspectiva, Bazerman (2006) caracteriza gênero como uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros por ser um agir de modo típico. Isto é, modos facilmente reconhecidos como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias, "formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros" (p. 29). Em concordância com essa caracterização, ele acrescenta que, cada vez que escrevemos, criamos um novo enunciado para uma nova circunstância, o que pressupõe interação que temos de imaginar. Porque escrevemos em domínios de discursos identificáveis, mobilizamos formas reconhecíveis para localizar nossa atividade, percebemos possibilidades, formulamos intenções e fazemos com que nossos enunciados sejam inteligíveis para os nossos leitores. Assim, as teorias e pesquisas sobre gênero ajudam-nos a identificar os espaços sociais inventados que medeiam a comunicação.

Outro teórico que também se filia à abordagem sociorretórica é John Swales. Este defende que a análise do gênero deve focar tanto a forma como o discurso. Para Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), as publicações de Swales recomendam aos usuários uma microanálise da linguagem e do discurso como meio de examinar as suas áreas disciplinares, a partir da qual, ele considera que se pode criar uma consciência retórica do gênero.

Swales (1990) vale-se de quatro perspectivas teóricas sobre gênero textual para balizar a sua visão de gênero, partindo de campos distintos de estudos: *folclore, literatura, retórica e linguística*. Resumindo esses estudos, tem-se que, nos estudos *folclóricos*, os gêneros teriam um valor sociocultural à medida que atendem às necessidades sociais, espirituais dos grupos sociais. Nesse caso, é importante para o pesquisador perceber como a comunidade entende os gêneros. Na *perspectiva literária*, o princípio da não estabilidade dos gêneros tem a preocupação de mostrar como as convenções são quebradas por autores. Na *retórica*, o interesse vem pela classificação dos diversos tipos de discursos, ilustrados pelas categorias de expressivo, persuasivo, literário e referencial propostas por Kineavy (1971). Na *perspectiva linguística*, a tendência é fazer uma análise linguística ao nível micro da frase, e não ao nível do gênero. Isso, para Swales (1990), seria o motivo da pouca atenção que vinha sendo dada aos gêneros nessa área, além da resistência de muitos linguistas a esse termo, por associarem-no aos estudos literários. Essa resistência também é encontrada em muitos contextos da atividade de Revisão de Texto, como será visto neste Capítulo.

Inspirado nesses quatro campos de estudo, Swales formula a sua própria definição de gênero: o primeiro elemento característico dos gêneros é a *ideia de classe*. O gênero é uma classe de eventos comunicativos, sendo o evento uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e indispensável. O evento comunicativo, para ele, é constituído do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido.

O segundo elemento da proposta de Swales é *propósito comunicativo*. Na definição de 1990, ele sustenta a posição de que o *propósito* é o critério de maior importância porque motiva uma ação e é vinculado ao poder. Nessa perspectiva, o conceito de *propósito comunicativo* em sua concepção original é o critério privilegiado na definição de gênero, porque embasa o gênero e determina não apenas a sua estrutura esquemática, mas também as escolhas em torno de conteúdo e estilo. Isso é um ponto problemático da proposta desse autor, como veremos mais adiante nesta subseção.

O terceiro elemento de um gênero na perspectiva de Swales (1990) é a *prototipicidade* (semelhança à *estrutura esquemática*). Um texto será classificado como sendo do gênero se possuir os traços característicos e os mais típicos da categoria são os protótipos. O quarto é a *razão* (ou lógica) *subjacente* ao gênero. O termo "razão subjacente" significa a lógica do gênero e nessa lógica os membros da comunidade discursiva reconhecem o gênero. O quinto, a *terminologia* (léxico) elaborada pela *comunidade discursiva*¹ para o seu próprio uso. Os termos atribuídos aos gêneros são indicadores de como os membros mais

¹ Sexto elemento que será discutido mais adiante.

experientes e ativos da comunidade, que dão nome aos gêneros, entendem a ação retórica das classes de eventos comunicativos. Por causa disso, segundo Swales, a análise do gênero deve levar em consideração o comportamento comunicativo efetivo dos membros da comunidade para dar conta da evolução de cada gênero e para refletir adequadamente sobre as suas funções.

O *propósito* como elemento determinante do gênero, mais do que a similaridade de forma ou outros critérios, também é uma posição defendida por outros autores como Miller (1984) e Martin (1985). Este posicionamento é baseado na concepção que, exceto por alguns interessantes e excepcionais casos, gêneros são modos comunicativos para a realização de objetivos. A esta conjectura pode ser objetado que propósito é algo que, com característica menos evidente e demonstrável que a forma, e dizer, portanto, que serve pouco como critério primário. No entanto, sobre essa questão vale salientar que Swales (2006) admite que o *propósito comunicativo* pode não estar manifesto e, portanto, pode ser de difícil identificação. Este também é o posicionamento de Fairclough (2003a) como veremos neste Capítulo.

Para Swales, o fato de que os *propósitos* de alguns gêneros possam ser difíceis de encontrar, eles são em si mesmos de considerável valor holístico. Destacar a primazia de propósitos pode requerer do analista um comportamento de certa independência e mente-aberta para investigação, que se afasta de uma simples classificação baseada em características estilísticas e crenças inerentes, assim como pesquisas tipificando artigos como simples relatórios de experimentos.

No entanto, segundo ele, o analista deve estar ciente de que o propósito encontra-se em função do resultado da análise, ou seja, descobre-se o propósito pela análise do gênero. Em razão disso, os autores que defendem esse ponto de vista entendem que o *propósito comunicativo* seja mantido, não como predominante ou evidente, mas como um dos critérios privilegiado, em função do resultado da investigação sobre o gênero.

Analisando a proposta de Swales, Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), ressaltam que atualmente, ele privilegia também o *contexto*, ou seja, os participantes e os elementos da situação que geram o texto, junto com uma análise linguística tendendo a buscar o respaldo da gramática sistêmico-funcional de Halliday. Desse modo, o autor prefere abordar o conceito de *propósito comunicativo* como uma questão de propósitos em camadas de forma complexa, em vez de uma lista de propósitos.

Seguindo com essa análise, Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) observam que o autor propõe:

Dois procedimentos para a identificação de gênero: um procedimento textual/linguístico e um procedimento contextual. No primeiro, o propósito comunicativo é examinado em uma das etapas, junto com a estrutura do gênero, o estilo e o conteúdo. Em uma etapa posterior, o propósito é um fator na revisão ou redefinição, do gênero. No processo contextual, o *propósito comunicativo* mantém a sua relevância na revisão do gênero, mas as outras etapas no processo constituem-se da identificação da comunidade, seus valores, suas expectativas, e seu repertório de gêneros, além dos traços dos gêneros que fazem parte do repertório da comunidade. (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 19).

Para as autoras, esses procedimentos implica não um estudo meramente formal, mas um estudo do gênero extensivamente em seu contexto com uma metodologia de habilidades múltiplas.

Além da identificação dos gêneros quanto aos elementos característicos já mencionados, Swales (1990), considera importante situá-los também em relação à *comunidade discursiva* em que ele se insere. Sobre esse conceito, vale destacar que a noção de comunidade discursiva é postulada por Swales, em relação ao ensino de produção de texto como uma atividade social, realizada por comunidades que têm convenções específicas e para as quais o discurso faz parte de seu comportamento social. Assim, o discurso mostra o conhecimento do grupo. As convenções discursivas facilitam a iniciação dos novos membros da comunidade, ou seja, os novatos são estimulados a usar, de forma apropriada, as convenções discursivas reconhecidas pela comunidade.

Nessa obra de 1990, o autor aponta as características que podem definir uma comunidade discursiva, apresentadas, resumidamente, a seguir:

- a) objetivos públicos em comum, normalmente compartilhados, constituem o critério mais importante para identificar uma comunidade discursiva;
- b) mecanismos próprios de intercomunicação entre os participantes da comunidade;
- c) função de troca de informações, como forma participar das atividades da comunidade;
- d) desenvolvimento de elenco de gênero, com decisão sobre quais tópicos são importantes e quais elementos formais do discurso devem ser preferidos para expressar determinadas funções;

- e) o léxico compartilhado pelos membros da comunidade que possa expressar ideias relevantes para os seus objetivos.

No entanto, ele comenta alguns problemas com a definição de comunidade discursiva. Um deles é a dificuldade em reconhecer tais comunidades e outro diz respeito ao critério usado para defini-la. É difícil saber se ela será identificada, por exemplo, pelo objetivo das pesquisas da comunidade, pela metodologia de pesquisa, pela frequência de comunicação, ou ainda, pelas convenções discursivas compartilhadas. Swales sustenta que a ideia de comunidade discursiva tem de ser explícita, com base em critérios claros e suficientes para poderem ser aceitos por outros pesquisadores.

Observamos que o conceito inicial de *comunidade discursiva* referia-se a grupo fechado e estável, marcado pelo consenso em suas posições. Porém, o próprio Swales (1993) incumbiu-se de rever esse conceito, concluindo que uma comunidade retórica (ou discursiva) existe mais em função do envolvimento de seus membros que por associação e coletividade. Isso implica dizer, segundo Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), que por mais que se pensem as comunidades discursivas com princípios e práticas que têm uma base linguística, retórica, metodológica e ética, elas não são unificadas. Assim, a comunidade discursiva passou a ser caracterizada como um grupo que trabalha junto e mantém seu repertório de gêneros, com traços retóricos evidentes e com a força que valida as atividades da comunidade.

Posso dizer que as lições tiradas da proposta de Swales são:

- a) classificar os gêneros pode ser útil no sentido de apontar uma tipologia;
- b) uma comunidade discursiva percebe os gêneros textuais como meios para atingir um fim;
- c) a percepção que a comunidade tem do modo como interpretar um texto é muito valiosa para o analista de gênero.

Vejamos um exemplo a seguir (figuras 15 e 16):

Figura 15 – Folder Prêmio Pemberton (frente)

PRÊMIO PEMBERTON
A COCA-COLA BRASIL POR
UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL

As inscrições para a 2ª edição do Prêmio Pemberton, promovido pela Coca-Cola Brasil, iniciam-se em 8 de setembro de 2010. O Prêmio tem por objetivo reconhecer e incentivar a pesquisa científica voltada para a vida saudável.

Poderão ser inscritos nesta edição trabalhos de profissionais de todas as áreas ligadas à Saúde, realizados no Brasil. O Prêmio Pemberton também irá reconhecer a instituição à qual o trabalho vencedor estiver vinculado.

Os trabalhos devem ter como foco o bem-estar e os requisitos para uma vida saudável, tais como os benefícios da alimentação equilibrada, da hidratação e da prática de exercícios físicos.

A Coca-Cola Brasil vai premiar com R\$ 55 mil os três trabalhos finalistas:

1º lugar: R\$ 20 mil mais uma viagem para o autor principal à sede da The Coca-Cola Company, em Atlanta, Estados Unidos, além de outros R\$ 20 mil para a instituição à qual a equipe estiver vinculada.

2º lugar: R\$ 10 mil.

3º lugar: R\$ 5 mil.

O 2º e 3º lugares serão também premiados com uma visita ao Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento da Coca-Cola para a América Latina, localizado no Rio de Janeiro.

PRÊMIO PEMBERTON
por uma vida mais saudável

Fonte: Coca-Cola Brasil

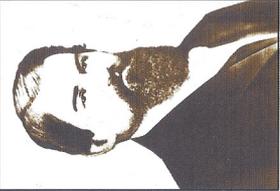
Fonte: Coca-Cola Brasil

Figura 16 – Folder Prêmio Pemberton (verso)

A seleção dos trabalhos do Prêmio Pemberton será realizada por um Conselho Científico formado por renomados profissionais, cujas carreiras estão relacionadas ao estudo do tema proposto. A iniciativa da Coca-Cola Brasil tem o apoio institucional das entidades: Associação Brasileira de Nutrologia (ABRAN), Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO), Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN) e Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM).




SAIBA MAIS SOBRE A 2ª EDIÇÃO DO PRÊMIO PEMBERTON NO SITE WWW.PREMIOPEMBERTON.COM.BR



A Coca-Cola Brasil apresenta a 2ª edição do Prêmio Pemberton com o objetivo de estimular a pesquisa brasileira para a vida saudável. O nome do Prêmio é uma homenagem ao pesquisador John S. Pemberton, que em 1886 criou um dos produtos mais consagrados de todos os tempos, a Coca-Cola. Ele buscava um tônico revigorante que proporcionasse bem-estar. Pemberton dedicou sua vida profissional à busca de inovações nos campos médico, químico e farmacêutico.



Appio:






MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C074340
www.fsc.org.br

Nesta peça discursiva, tem-se dificuldade de se identificar a *comunidade discursiva* que a produziu, tendo em vista que o *propósito comunicativo*, a *razão subjacente*, o *gênero* e sua *estrutura esquemática* e a *terminologia* não auxiliam na identificação da comunidade científica de onde, supostamente, provém a produção. Nesta análise, privilegio a *comunidade discursiva* porque compreendo que é dela que deriva uma série de categorias responsáveis na constituição do gênero e, por consequência, na ação social. É importante o revisor situar-se no discurso da comunidade discursiva que produziu o gênero como guia para agir sobre ele. Retomarei, para os propósitos da análise, os princípios teóricos anteriormente citados de Miller (2009) e Swales (1990).

Swales (2006) afirma que o *propósito* é encontrado pela análise do gênero. Como visto anteriormente, o *propósito*, apesar de controverso, parece ser central à Teoria dos Gêneros Textuais, porque não só embasa o gênero, mas também influencia a escolha em torno de conteúdo e estilo.

O autor ainda admite que o *propósito comunicativo* pode não estar manifesto e, portanto, pode ser de difícil identificação. Analisando esse elemento na peça discursiva acima, cabe questionar: o que se pretende com esse gênero? Divulgar o evento 2ª Edição do Prêmio Pemberton ou fazer divulgação do produto *Coca-Cola*? É um material de divulgação científica?

Miller (2009) argumenta que uma definição retoricamente válida de gênero precisa ser centrada não na substância ou na forma de discurso e sim na ação que é usada para a sua realização. Essa peça discursiva cumpre sua ação retórica, tendo em vista os usos da comunidade discursiva?

Na primeira folha do *folder*, está escrito: "Incentivo à pesquisa científica em busca de uma vida mais saudável". Questiono: a *Coca-Cola* poderia ser patrocinadora desta pesquisa científica? Não haveria necessidade de o patrocinador fazer parte da comunidade discursiva ou comungar da mesma ideologia? Esses questionamentos estão relacionados ao complemento nominal "em busca de uma vida mais saudável", reforçado por uma foto, em que há um casal fazendo caminhada, e tomando *Coca-Cola*. O que tem que ver exercício físico aeróbico com uma bebida sabidamente não saudável?

O outro argumento de Miller sobre gênero é o de que a relação entre retórica e seu contexto de situação é central para a compreensão do gênero como ação retórica, ponto de vista também comungado por Swales (1993), para quem o *evento comunicativo* é constituído pelo ambiente onde o discurso é produzido e recebido. E esse argumento ajuda-nos a compreender que a ação retórica do gênero é incompatível com o contexto em que ele está inserido:

há ideologias dispares entre os discursos da comunidade científica do evento e os da *Coca-Cola*. Há um contrassenso: uma bebida que, sabidamente, não é saudável, provoca obesidade, ser patrocinadora de um evento para financiar a pesquisa científica brasileira para “uma vida saudável”.

Na *comunidade discursiva*, o evento comunicativo, segundo Swales, é constituído do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido. As convenções discursivas facilitam a iniciação dos novos membros da comunidade. Em outros termos, os novatos são estimulados a usar, de forma apropriada, as convenções discursivas reconhecidas pela comunidade. Nesse sentido, posso dizer que o *folder* está estimulando os novatos a reconhecerem o uso do produto como prática saudável. O reconhecimento é, segundo Thompson (1995), uma estratégia/modo de operação da Ideologia, enumerados no Capítulo 1, Quadro 2.

De acordo com Fairclough (2003a), como foi dito no Capítulo 2.2, um dos efeitos causais dos gêneros são os efeitos ideológicos – os efeitos dos textos em inculcar e sustentar ou mesmo mudar ideologias. Para ele, ideologias são representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração. Representações ideológicas podem ser identificadas em textos. Mas, ao dizer que as ideologias são representações que podem ser mostradas para contribuir para as relações sociais de poder e dominação, o autor sugere que a análise textual precisa ser tratada, nesse respeito, em termos de análise social que considera os *corpora* dos textos e nos termos de seus efeitos nas relações de poder.

Sob esse ponto de vista, afirmo que o *folder* não se constitui como um discurso de uma comunidade específica, no caso focado aqui, a comunidade dos profissionais que discutem a alimentação saudável. Em outras palavras, o *folder* não é necessariamente um gênero típico da comunidade científica, não é um protótipo de uma produção científica ou técnica (como o é o artigo científico, o diagnóstico, a nota técnica, o acórdão etc.). É um gênero bastante recorrente em várias áreas do conhecimento, instituições, eventos etc. Sua *estrutura es-*

quemática e o *propósito* são holísticos. O *folder* pode mudar sua *estrutura esquemática* e, principalmente, o *propósito comunicativo*, constituindo-se em um gênero versátil. O que mais o caracteriza como estrutura é que o *folder* há de ter pelo menos 1 dobra (como exemplo, o *folder* sob análise), não correspondendo aos propósitos. A dobra é feita de acordo com a sequência dos argumentos; a capa contém a chamada para o conteúdo principal, por isso, deve despertar o interesse do leitor. A última dobra fica reservada para dados gerais, informações de contato – endereços, telefones, etc.

O *folder* é dividido em dois grupos: o institucional e o promocional. O *folder* institucional apresenta a empresa ou o profissional como um todo. O *folder promocional* é o que usamos para a divulgação de preços, vantagens e informações diretas dos produtos ou serviços. Por ser versátil, permite, também, que demos a ele várias formas, em que estas podem corresponder ao tópico da divulgação (redundância para fixação de informação). Um *petshop* pode divulgar uma ração para gatos/cães em promoção em forma de gato/cão; uma pizzaria pode fazê-lo em forma de seu produto.

O material geralmente utilizado para a confecção, dentre outros, é papel couché, brilhoso ou fosco com gramaturas entre 150 e 230g/m². Esse material favorece maior nitidez não só dos elementos linguísticos, mas também dos visuais.

O catálogo ou prospecto são também uma espécie de *folder*. É impresso na frente e no verso, sem dobra, mas guarda os propósitos comunicativos do *folder*. Na sua estrutura, a distribuição das informações é semelhante à do *folder* com dobra; no verso, há, também, as mesmas informações técnicas: pontos de venda, detalhes do produto, endereços, representantes etc. Vejamos alguns exemplos.

A seguir temos um *folder* promocional em formato de lata de tinta usado para divulgar esse produto, a tinta (figuras 17):

Figura 17 – Folder propaganda de tinta



Folder dessa natureza também pode ser retangulares, ovais, redondos, em forma de embalagem de perfume etc. Esse cortes criativos têm a função de chamar atenção para o objeto anunciado, além das informações essenciais. A dimensão mais usada é 20x30. Se houver uma única folha frente e verso, é um *flyer*² ou folheto. Estes mais comuns, geralmente, possuem formato 10x15. O objetivo é explicar sobre produtos ou serviços.

À filipeta, mais alongada (10x21), podem-se aplicar as características funcionais dos gêneros anteriores. Quem já não foi a um restaurante e encontrou anexada ao cardápio ou sobre a mesa uma filipeta, divulgando eventos, cantores, apresentações, cursos etc.? Vejamos alguns outros modelos e funções do *folder*:

Folder institucional de evento em intergênero com ficha de inscrição (figura 18):

Figura 18 – *Folder* treinamento legislação

<p>TREINAMENTO LEGISLAÇÃO Orientações sobre o Registro Nacional de Cultivares - RNC e o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC / MAPA</p> <p>O Evento:</p> <p>O evento tem como objetivo, orientar os produtores e comerciantes de sementes, mudas e produtos hortícolas em geral sobre a importância do RNC e SNPC e suas finalidades, capacitando-os para o correto entendimento e aplicação da regulamentação vigente, disposta pelo Ministério da Agricultura.</p> <p>Realização:</p>  <p>Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas: há 40 anos representando e defendendo os produtores e comerciantes de sementes e mudas de hortaliças, flores e ornamentais. Saiba mais sobre nossos projetos e ações em: www.abcsem.com.br.</p>	<p>Data e Local:</p> <p>05 de abril de 2011 CAMPINAS - SP Hotel Golden Park Viracopos <small>(www.shelltonviracopos.com.br/page010.html)</small></p> <p>Programação:</p> <p>13h00min – Abertura</p> <p>13h10min – <i>Palestra: Legalização do comércio nacional de sementes e mudas: treinamento para inscrição no RNC (informações sobre a necessidade do registro e orientações sobre o preenchimento de documentos e nomenclaturas aceitas).</i> Palestrante: Izabela Carvalho (chefe da Divisão de RNC/DFIA/SDA/MAPA)</p> <p>14h00min – <i>Perguntas, esclarecimentos e espaço para debate entre os participantes sobre as dificuldades com relação ao RNC</i></p> <p>15h00min – Intervalo</p> <p>15h20min – <i>Palestra (aberta para questionamentos): Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC): informações, orientações e esclarecimentos sobre os procedimentos para a proteção de cultivares e a formalização de denúncias contra materiais ilegais.</i> Palestrante: Daniela de Moraes Aviani (chefe da Divisão de SNPC/DFIA/SDA/MAPA).</p> <p>18h00min – Encerramento</p>	<p>Investimento:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="background-color: #e0f0e0;">TAXA DE INSCRIÇÃO</th> <th style="background-color: #e0f0e0;">Associados ABCSEM</th> <th style="background-color: #e0f0e0;">Não associados ABCSEM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 25 de março</td> <td>R\$ 100,00</td> <td>R\$ 150,00</td> </tr> <tr> <td>Até 01 de abril</td> <td>R\$ 150,00</td> <td>R\$ 200,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Inscrições:</p> <p>Para confirmação da inscrição é necessário envio da ficha abaixo preenchida, junto do comprovante de pagamento, para: eventos@abcsem.com.br ou fax (19) 3243-6472.</p> <p style="text-align: center;">FICHA DE INSCRIÇÃO</p> <p>Nome: _____</p> <p>Empresa: _____</p> <p>Ramo de atuação: _____</p> <p>Cidade: _____ Estado: _____</p> <p>Telefone: _____</p> <p>Celular: _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Patrocínio:</p> 	TAXA DE INSCRIÇÃO	Associados ABCSEM	Não associados ABCSEM	Até 25 de março	R\$ 100,00	R\$ 150,00	Até 01 de abril	R\$ 150,00	R\$ 200,00
TAXA DE INSCRIÇÃO	Associados ABCSEM	Não associados ABCSEM									
Até 25 de março	R\$ 100,00	R\$ 150,00									
Até 01 de abril	R\$ 150,00	R\$ 200,00									

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC)

² O *flyer*, como o próprio nome diz, é um gênero produzido para grande consumo, é feito para circular. Por ter uma distribuição em larga escala, sua produção deve ser de baixo custo; sua estrutura geralmente é em formato A5 ou menor, podendo ter apenas um lado impresso, ou em 4x4 frente e verso. Aproveito este tópico para falar sobre a produção, a distribuição e consumo do *prospecto*, *folheto*, *folder* e *panfleto*. Na confecção desses gêneros, deve-se pensar, antes, onde serão distribuídos. O *folheto*, o *folder* ou a *filipeta*, produzidos com muitas informações (muito texto), para serem distribuídos em via pública de grande movimento (sinal de trânsito, rua com grande quantidade de transeuntes, entrada de *shoppings*, etc.) não é uma boa estratégia. As pessoas estão com pressa, e não têm tempo para “digerir” uma grande quantidade de informação. Mas poderão fazê-lo com calma em outro contexto, trabalho, residência, se essas produções forem “convitativas”, estimulando a leitura (consumo). Assim, o emprego das imagens é essencial, é impactante, aliado à pouca informação no nível linguístico, pode ser utilizado em locais mais agitados em que o consumo exige fluidez. A diagramação deve pautar-se em um *design* de fácil “leitura”. Com produções com maior número de informações, deve-se proceder à distribuição em locais em que as pessoas dispõem de mais tempo para consumi-las.

Folder institucional com função de cartilha, partes interna e externa (figuras 19 e 20):

Figura 19 – Folder SENAES (frente)

Linhas de Ação:

- a) Fomento à geração de trabalho e renda em atividades de Economia Solidária
- b) Constituição e consolidação de políticas públicas de Economia Solidária
- c) Promoção do Consumo Ético e Comércio Justo
- d) Políticas de Finanças Solidárias
- e) Promoção de um arcabouço legal para a Economia Solidária
- f) Estudos e Pesquisas em Economia Solidária
- g) Implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária

Contato

Espanada dos Ministérios
Bloco "F" – 3º Andar – Sala 331
CEP 70059-900 – Brasília-DF
Fones: (0xx61) 317-6533/317-6534
Fax: (0xx61) 226-3764
E-mail: senaes@mte.gov.br

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SENAES

SECRETARIA ADJUNTA
Sônia Maria Portella Kruppa

DIRETOR DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO
Valmor Schiochet

DIRETOR DE FOMENTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA
Dione Soares Manetti

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Eva Maria Cella Dal Chivon

MINISTRO DE ESTADO
Jaques Wagner

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Trabalho e Emprego

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Fonte: SENAES/
MTE

Figura 20 – Folder SENAES (verso)

<p>Economia Solidária</p> <p>A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercial, consumir ou poupar. A chave desta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.</p>	<p>Autogestão como resposta ao desemprego</p> <p>A CRISE</p> <p>As duas últimas décadas foram perdidas em termos de crescimento econômico e a tendência de gradativa inclusão dos trabalhadores se inverteu: o desemprego aumentou; a capacidade de luta dos sindicatos se debilitou e a substituição de empregados regulares por contratados em condições precárias, inteiramente destituídos de direitos sociais, passou a compor a realidade do mundo do trabalho em nosso país.</p>	<p>Programa Economia Solidária em Desenvolvimento</p> <p>Objetivo do Programa</p> <p>Promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.</p>
<p>A ECONOMIA SOLIDÁRIA</p> <p>As duas últimas décadas foram ricas em termos de organização dos/as trabalhadores/as no enfrentamento da crise do capitalismo. Através da autogestão e da solidariedade emergiram cooperativas, empresas autogestionárias, finanças solidárias, redes e cadeias produtivas solidárias. Isto é, um novo modo de produção.</p> <p>A SENAES</p> <p>Neste contexto, a SENAES tem o desafio de fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, fortalecendo as potencialidades emancipatórias da economia solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação social.</p>	<p>Objetivos Específicos</p> <p>Elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças, em suas múltiplas modalidades; intervir na reformulação do arcabouço legal e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário; difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, articular cadeias produtivas, apoiar o consumo ético e o comércio justo; estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária; disseminar experiências bem-sucedidas, disponibilizar um sistema de informações; fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas para a Economia Solidária.</p>	

Fonte: SENAES/
MTE

Feitas essas observações, voltemos à prática discursiva da comunidade que produziu o primeiro *folder*. O ponto fundamental aqui é o discurso mercantilista e a prática de consumo de um produto não saudável, a *Coca-Cola*, em relação ao discurso da comunidade científica.

O evento destina-se a profissionais de todas as áreas ligadas à saúde. E o *folder* informa que o foco dos trabalhos terá de ser “o bem-estar e os requisitos para uma vida saudável, tais como benefícios da alimentação equilibrada, da hidratação e da prática de exercícios físicos.” Informa também que a seleção dos trabalhos a serem premiados será realizada por um “conselho científico”, formado por renomados profissionais, cujas carreiras estão relacionadas ao estudo do tema proposto.

O mais improvável é que o evento tem apoio institucional das entidades: Associação Brasileira de Nutrologia (ABRAN), Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO), Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN) e Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM).

No *folder* (quarta folha, verso), na informação de que o Prêmio é uma homenagem ao pesquisador John Stith Pemberton, que, em 1886, teria criado, um dos produtos mais consagrados de todos os tempos, a *Coca-Cola*. Ele procurava um tônico revigorante que proporcionasse bem-estar. Aqui reforço os questionamentos anteriormente citados. O produto desenvolvido por esse pesquisador pode realmente ser categorizado como um produto para a saúde e que proporciona bem-estar?

O *folder* ainda afirma que o pesquisador dedicou sua vida profissional à busca de inovações nos campos médico, químico e farmacêutico. Onde estão essas inovações científicas deste Senhor?

Este gênero mostra o conhecimento do grupo por meio de uma convenção discursiva? Para Swales, a ideia de comunidade discursiva tem de ser explícita com base em critérios claros e suficientes para poderem se aceitar por outros pesquisadores. De outra parte, para ele, a comunidade discursiva passou a ser caracterizada como um grupo que trabalha junto e mantém seu repertório de gêneros, com traços retóricos evidentes e com a força que valida as atividades da comunidade. A terminologia (léxico) utilizada no gênero não ajuda à convenção discursiva do grupo, porque é também holística, podendo ser utilizada por várias áreas da saúde, e em um contexto cotidiano.

As respostas para esses questionamentos podem estar relacionadas ao que Fairclough (2003a) fala sobre as mudanças sociais e discursivas, como forma de hegemonias. Estas caracterizadas como um equilíbrio instável nas lutas pela estruturação e articulação dos complexos ideológicos. Assim, uma

ordem de discurso é a faceta discursiva desse equilíbrio instável que constitui uma hegemonia. Há aí uma articulação/desarticulação de ordens de discurso como consequência dessa luta hegemônica, uma vez que a mudança discursiva proporciona mudança social e cultural a partir de dialética entre discurso e sociedade.

Há muito tempo que as propagandas de cigarro, associadas a esporte foram proibidas, porque não tinham nada que ver com vida saudável. O mesmo não se aplica a refrigerantes? A comunidade científica patrocinada pela *Coca-Cola* para o evento não questionou o paradoxo?

Focando a análise segundo a perspectiva de Miller (2009, [1985]), tem-se que a exigência exerce papel fundamental na identificação de um gênero e que seu conceito de situação retórica recorrente, coincide com a importância de se analisar o gênero a partir do contexto, posteriormente defendido por Swales (1990).

A concepção de gênero que a autora defende é “baseada na prática retórica, nas convenções de discurso que uma sociedade estabelece como maneiras de agir junto. Essa concepção não se presta a taxonomia, porque gêneros mudam, evoluem e se deterioram”. Entre as especificidades dessa proposta cito os seguintes itens:

- a) o gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica; como ação adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação se originou;
- b) um gênero é um meio retórico para a mediação das intenções privadas e da exigência social; ele é motivador ao ligar o privado com o público; o singular com o recorrente.

Ao considerar que o gênero refere-se a uma categoria convencional, temos de compreender que o texto em análise é um *folder* de divulgação científica. Um gênero diferente, portanto, de *folder* institucional ou de um promocional. A função do discurso de categoria institucional é divulgar as ideias/ideologias da instituição. Já a função do discurso que circula no promocional é promover produtos. E o de divulgação científica situa-se no entremeio desses dois discursos: divulgar as ideias de “saúde e bem-estar”, associadas ao consumo de *Coca-Cola*.

A intenção privada do gênero em análise é promover a *Coca-Cola*, e nesse caso a exigência social seria a realização do evento científico para divulgar ideias/estudos em torno do tema saúde e bem-estar por meio da adoção de um estilo de vida saudável: exercícios físicos e boa alimentação.

Para finalizar esta subseção, cabe destacar que Miller (2009) compreende que gênero é um *artefato cultural*, uma representação do raciocínio e propósitos característicos da cultura. Aquilo que aprendemos quando aprendemos

um gênero não é apenas um padrão de formas ou mesmo um método de realizar nossos próprios fins. Mais importante: aprendemos quais fins podemos alcançar. Aprendemos, por exemplo, que podemos elogiar, entender melhor as situações em que nos encontramos e as situações potenciais para o fracasso e o sucesso ao agir juntamente.

Vimos até agora a teorização sobre gênero fornecida por duas abordagens distintas (a sociodiscursiva e a sociorretórica) e a pertinência delas para análise de texto em termos da caracterização dos gêneros como ação/prática social, em relação aos propósitos comunicativos, ao contexto, à comunidade discursiva. Mas essas abordagens pouco nos informam sobre a especificidade do gênero no que diz respeito aos recursos semióticos presentes na peça discursiva como elementos de construção de sentidos. Essa preocupação vem ser apresentar na abordagem sociossemiótica que será a seguir.

1.3. A perspectiva Sociossemiótica

A perspectiva discursivo-semiótica, iniciada por de Gunther Kress (1997), “apresenta-se como um contraponto a teorias sobre gêneros textuais que se restringem ao exame de seus recursos verbais, negligenciado o estudo dos diferentes sistemas de signos usados na construção de sentidos” (BALOCCO, 2005, p. 65). Para esta autora, em primeiro lugar, o quadro de referência teórico proposto por Kress distancia-se de teorias que se voltam exclusivamente para questões relativas à constituição interna do gênero: sua organização textual; suas características temáticas; seu registro; ou constituição lexicogramatical.

O enfoque teórico de Kress dá ênfase à noção de hibridização, destacando a forma como os gêneros apresentam elementos, tanto de múltiplas formações discursivas, quanto de variadas categorias genéricas. Fator também importante para esta pesquisa é que, na perspectiva do mesmo autor, os gêneros textuais não podem ser estudados sem levar em consideração elementos não verbais. Faz-nos refletir sobre a atividade de Revisão de Texto que negligencia os aspectos multimodais de gêneros (Capítulo 4).

De acordo com Balocco (2005), a perspectiva de Kress distingue-se da Semiótica tradicional, que abstrai dos contextos sociais em que os sistemas de signos são usados, negligenciando o estudo das relações complexas entre sistemas semióticos e práticas sociais. Na proposta de Kress (1989), os gêneros são tipos de texto que codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais, bem como os propósitos dos participantes discursivos envolvidos naqueles eventos. Assim os gêneros textuais (orais ou escritos) constituem um “inventário” dos eventos sociais de determinada instituição ao expressarem aspectos convencionais daquelas práticas sociais, com diferentes graus de ritualização.

Ainda segundo Balocco tudo isso diz respeito à forma como o quadro de referência de Kress se aproxima de teorias que veem o gênero como uma prática social (FAIRCLOUGH, 1989; van LEEUWEN, 1993; BAZERMAN, 1994; MILLER, 1994) e que, portanto, forçosamente irão se ocupar de questões relativas às condições de produção e de recepção dos gêneros textuais; de questões relativas aos suportes gêneros e à sua circulação; de questões relativas aos diferentes sistemas de significação que interagem com o texto verbal na constituição de um gênero.

Na obra de 1999, Chouliaraki e Fairclough apostam em uma análise do discurso com uma abordagem de diferentes semioses. Para eles, a ADC constituiu-se a partir da percepção do discurso como um elemento das práticas sociais em uma perspectiva dialética. O discurso integra várias formas de semioses – a linguagem escrita e falada, a comunicação não verbal (expressões faciais, movimentos corporais etc.), as imagens visuais (filmes, fotografias) – imagens tomadas das práticas sociais em articulação com outros momentos não discursivos. Já no artigo, *El análisis crítico del discurso como método para investigación en ciencias sociales*, Fairclough (2003a) assume uma abordagem mais sociosemiótica na análise da linguagem.

Em Meurer (2005), no artigo *Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough*, encontramos uma resenha que evidencia a promissora interface que se pode estabelecer entre a ADC e teoria dos gêneros. Nela mostra que, mesmo essas ideias desse autor não tenham uma sistematização sobre o estudo dos gêneros, sua obra possui uma importância muito grande para essa finalidade. Também com esse mesmo entendimento, busco mostrar essa importância para a análise linguística.

Sobre essa questão, gostaria de salientar que Norman Fairclough (2003a), na obra *Analyzing discourse: textual analysis for social research*³, nos brinda com dois capítulos sobre gênero, Capítulos 2 e 4, cujos títulos são *Text, social events, social practices e Genre and generic structure*⁴. Por ora, continuo com a proposta de Meurer (2005) que traz a noção de gênero associada aos princípios gerais da ADC. Essa noção é proposta quando Fairclough (2001a) define gênero como “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e, parcialmente, realiza, um tipo de atividade socialmente aprovado”.

Para Meurer, apesar da importância do conceito de gênero na abordagem de Fairclough, o estudo de gêneros textuais não recebe tratamento sistematizado tal como se observa em trabalhos de pesquisadores identificados com tradições explicitamente de análise de gêneros, por exemplo, de Swales (1990) e Bhatia (1993). Para Meurer, como Fairclough não se dedica a produzir uma

³ “Analisando discurso: análise textual para a pesquisa social”.

⁴ “Texto, evento social, prática social, gênero e estrutura genérica”.

teoria de gêneros, é necessário integrar princípios e métodos “inseridos” em sua produção acadêmica para entender como se realizaria uma análise de gêneros fundamentada na ADC que ele desenvolve.

Para Meurer, a influência da ADC nos estudos de gênero vem se expandindo nacional e internacionalmente. Sua preocupação maior, todavia, não é o estudo de gêneros textuais especificamente, e sim a investigação do papel da linguagem em geral “na produção, manutenção e mudança de relações de poder.”

Daí o autor aponta a importância das noções de *texto* e de *discurso* para o estudo dos gêneros. Propõe que texto é uma entidade física, a produção linguística de um ou mais indivíduos, o discurso é o conjunto de princípios, valores e significados “por traz do texto”. Todo discurso é investido de ideologias, isto é, maneiras específicas de conceber a realidade. Outro conceito abordado é o discurso como prática social. Na ADC, o discurso é visto como uma forma de *prática social* que se realiza total ou parcialmente por intermédio de gêneros textuais específicos. De acordo com MEURER (2005), a concepção do discurso como prática social tem, na perspectiva de Fairclough, três implicações que são resumidas as seguir:

- a) adotar o princípio de que os indivíduos realizam ações por meio da linguagem;
- b) incorporar o princípio de que há sempre uma relação bidirecional entre o discurso e as estruturas sociais nos termos de Giddens (1984), isto é, o discurso é simultaneamente influenciado pelas estruturas sociais e as influencia;
- c) preocupar também com os recursos sociocognitivos dos indivíduos que produzem, distribuem e interpretam textos.

Para ampliar a ideia do primeiro item, Balocco (2005) cita a perspectiva de Kress. Este, em suas formulações iniciais sobre a dupla determinação do texto, afirma que tanto os discursos quanto os gêneros constroem posições de sujeito (1989), ou posicionam os atores sociais de determinada forma. As posições de sujeitos são representadas pelos lugares a partir dos quais os atores sociais podem falar dos papéis que podem desempenhar, tanto no âmbito do evento social do qual participam, quanto do ponto de vista dos valores mais amplos da instituição onde se realiza aquele evento social.

Quanto ao poder constitutivo do discurso, observa-se na proposta de Fairclough (2001a) que este adota de Foucault (1972) a noção de que o discurso tem efeitos constitutivos porque, por meio dele, os indivíduos constroem ou criam realidades sociais. Tendo em mente essa ressalva, ele privilegia três aspectos do poder criativo do discurso na constituição de:

- a) formas de conhecimentos;
- b) relações sociais;
- c) identidades.

Discutindo essa abordagem, Meurer (2005) apresenta o texto como traços e pistas de rotinas sociais (opacidade e naturalização). Daí, questiona: por que as relações entre linguagem e estruturas sociais são, muitas vezes, opacas, pouco visíveis e constituem “agendas ocultas” que passam despercebidas? Como resposta ele diz que uma das razões é o caráter constitutivo discutido na Seção anterior; outra é a chamada naturalização de realidades criadas discursivamente. Por considerar que a noção de naturalização é associada à de opacidade, a ADC propõe-se descobrir os significados não óbvios ou “agendas ocultas”. Procura mostrar nos textos os traços e pistas que refletem os discursos das estruturas sociais que privilegiam certos grupos de indivíduos em detrimento de outros. Boa parte desse tipo de análise investiga formas institucionalizadas de ver ou avaliar o mundo (ideologias) estratégias de preservação de poderes (hegemonias) de grupos dominantes no contexto contemporâneo.

Outro ponto importante referendado por Meurer é o discurso e as relações de poder. O poder é a capacidade que os indivíduos, ou instituições que representam, têm de fazer uso de algum tipo de recurso para agir em algum contexto social. Hegemonia “é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001a). Para esse autor, podemos falar em poder hegemônico quando o poder está a serviço da continuidade, da liderança e dominação de uns sobre os outros.

Meurer associa o uso dos gêneros à noção de hegemonia:

Os gêneros textuais – tanto em termos de quais gêneros serão escolhidos e de como serão usados – têm estreita relação com a noção de hegemonia, porque a escolha de textos e o seu modo de uso dependem frequentemente das formas de dominação estabelecidas de quem possui mais ou menos poder em determinadas circunstâncias. Fairclough fala em poder no discurso e poder por traz do discurso. O primeiro é mais visível e pode ser exercido em *presentia* e explicitamente através de palavras ou textos específicos. O poder por traz do discurso deriva de ordens do discurso não tão visíveis, como é o caso dos discursos por traz da escolha do livro que escola vai adotar ou dos discursos que significam ser professor e consequentes formas de comportamento ou posicionamento diante da profissão. São os poderes por traz do discurso que determinam qual o gênero é mais apropriado para determinadas situações (MEURER, 2005, p. 92).

Para Fowler, citado por Ikeda (2005), o ponto teórico principal na análise é o de que qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica; seleção lexical, opção sintática, todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa e esses modos não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas (e diferenças de

representação). Isso coincide com as perspectivas teóricas da ADC, segundo a qual a Ideologia é constituída por significações, formas de ver o mundo, que se manifestam em textos contribuindo para manter ou mudar formas de poder (FAIRCLOUGH, 1989, 2001a).

Nas concepções teóricas de Kress não é diferente: a linguagem como prática social é sempre carregada de ideologia. Nessa perspectiva, Balocco (2005) compreende que o sentido de “intervencionismo” proposto para a linguística crítica por Fowler remete à atitude de permanente disposição para inspecionar os valores sociais investidos em representações hegemônicas em vários tipos de discursos públicos (o discurso da mídia, da propaganda política, da academia, dentre outros), de forma a alterar as práticas discursivas de determinados grupos sociais.

Meurer (2005) traz, também, importante contribuição proposta por Fairclough, afirmando que este adota também a perspectiva dialógica de Bakhtin (1992) no que diz respeito à corrente ou cadeia de textos: cada texto é precedido por/responde a textos anteriores e é seguido por outros textos. Estes são parte de um diálogo em andamento. Além disso, por ser um dos elos de tal corrente, cada texto explícita ou implicitamente remete-nos a diferentes aspectos de intertextualidade porque reflete gêneros construídos anteriormente. Na ADC proposta por Fairclough, cada texto reflete ainda estilos, relações sociais (autoridade ou poder), identidades e formas de representar o mundo.

Meurer ainda traz um balanço crítico e perspectivas futuras da teoria da ADC. Com relação aos gêneros textuais e a ADC, ele considera que é preciso dedicar maior espaço à sistematização do estudo da constituição composicional dos diferentes textos. Essa abordagem enfatiza o princípio – iluminador e essencial – de que os gêneros implicam diferentes modos de conhecimento e crenças, diferentes identidades e diferentes relações sociais – além de formas de produção, distribuição e consumo. Apesar disso, não há um método sistematizado para relacionar à estrutura organizacional de diferentes gêneros. Assim sendo, o trabalho de Fairclough, ao enfatizar aquele princípio, vai além de autores que priorizam a estruturação dos gêneros (Hasan e Swales), mas ainda é preciso instrumentalizar-se melhor para lidar com a interface entre a organização estrutural genérica e instanciação de diferentes formas de conhecimentos/crenças, identidades e relações sociais e diferentes produção, distribuição e consumo de textos. De qualquer forma, os trabalhos de Fairclough, de Swales e Hasan constituem perspectivas que se complementam. Nos parágrafos seguintes, farei referência às ideias sobre gênero de cada um deles.

No Capítulo 2 (*Text, social events, social practices*), da obra *Analysing discourse: textual analysis for social research* (2003), Faircough afirma que uma das maneiras de agir e interagir é por meio da fala ou da escrita, assim discurso

figura primeiramente “como parte da ação”. Segundo ele, podemos distinguir diferentes gêneros como diferentes maneiras de (inter)agir discursivamente. Em segundo lugar, o discurso figura nas representações que sempre são partes de práticas sociais – representações do mundo material, de outras práticas sociais, representações próprias reflexivas da prática em questão. A representação, para ele, é claramente substância discursiva e, assim, pode distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições.

O autor adverte que os conceitos de “discurso” e “gênero” em particular são usados em uma variedade de disciplinas e teorias. Para ele, a popularidade do “discurso” na pesquisa social é devido em grande parte a Foucault (1972). “Gênero” é utilizado em estudos culturais, estudos da mídia, filmografia, dentre outros. Esses conceitos, presentes em várias disciplinas e teorias, podem operar como “pontes” de uma para as outras – como foco para um diálogo entre elas, mediante o qual perspectivas de uma podem abrir o desenvolvimento de outras.

Nos textos como ação, representação e identificação, Fairclough vê os gêneros como multifuncionais. Nesse sentido, há uma distinção entre gêneros, discursos e estilos, sendo, respectivamente, as três principais maneiras em que o discurso figura como parte da prática social – modos de agir, modos de representar, modos de ser. Ou, usando outras palavras: a relação do texto com o evento; com o que há de mais amplo no mundo físico e social, e com as pessoas envolvidas no evento.

Há, de acordo com Fairclough, uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos. Para ele, gêneros, discursos e estilos são, na ordem, *meios* relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar. São tidos como elementos de ordens de discurso no nível da prática social. Ele afirma que, quando analisamos textos específicos como parte de eventos específicos, estamos realizando duas tarefas interconexas:

- a) olhando-as em termos dos três aspectos do significado: ação, representação e identificação e como são realizados nos diferentes traços de textos (vocabulário, gramática etc.);
- b) estabelecendo a ligação entre o evento social concreto e a prática social mais abstrata ao perguntar que gêneros, discursos e estilos estão ali delineados, e como os diferentes gêneros, discursos e estilos se articulam no texto?

Apesar das afirmações no parágrafo anterior, ele não considera os três aspectos (gêneros, discursos e estilos) como algo separado, porque a relação entre eles é mais sutil e complexa – é uma relação dialética. Ou podemos dizer, por exemplo, que representações particulares (discursos) podem desempenhar

de modo particular ações e relações (gêneros), e apontar modos de Identificação (estilos).

Não se pode pensar o gênero apenas como uma ação individual ou um evento situado em um contexto específico. Para Fairclough (2003a), gêneros são importantes para a sustentação da estrutura institucional da sociedade contemporânea – relações estruturais entre governo (local), comércio, universidades, mídia etc. Pode-se pensar, assim, segundo ele, em tais instituições como elementos da engrenagem da sociedade de governança⁵. Ele usa o termo “governança” aqui em um sentido bastante amplo para qualquer atividade dentro de uma instituição ou organização direcionada para regular ou gerenciar alguma outra (rede de) prática(s) social(ais).

Os gêneros de “governança” são caracterizados por propriedades específicas de recontextualização. Os gêneros de “governança” têm, mais amplamente, essa propriedade de ligar diferentes escalas – conectando o local e o particular ao nacional/regional/global e geral. Para ele, isso indica que gêneros são importantes para sustentar não apenas as relações estruturais entre, por exemplo, o mundo acadêmico e o mundo dos negócios, mas também escalonar relações entre o local, o nacional, o regional.

Fairclough (2003a) vê o gênero, não como algo estanque em que se possa prever sua estrutura (coincide com a crítica que se faz à estrutura esquemática do gênero), mas como algo dinâmico, complexo:

A relação entre textos e gêneros é potencialmente complexa: um texto pode não “estar” em um único gênero, talvez seja uma “mistura” de gêneros. A mudança se manifesta parcialmente na emergência de um novo gênero dentro da cadeia de gêneros, através da mistura daqueles existentes (...) Esse hibridismo é imediatamente evidente no *layout* e na organização da página: as manchetes (“Festival town flourishes” – “A cidade do festival floresce”) e a citação da fala do Prefeito da Cidade em negrito no pé da página são características de artigos de jornais; as três fotografias na parte superior da página podem ser encontradas em panfletos turísticos; mas o estilo de fotografia do Prefeito na parte inferior da página é o de propaganda corporativa. (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 34).

Para ele, um gênero dentro da cadeia entra, caracteristicamente, em relações tanto retrospectiva como prospectivamente com gêneros que o precedem e seguem, as quais podem progressivamente levar a hibridização do gênero através de um tipo de assimilação aos gêneros precedentes e subsequentes. Nesse caso, a incorporação da propaganda corporativa para um gênero de autoridade local pode ser visto como uma forma de interdiscursividade prospectiva – autoridade local antecipando as práticas do comércio que espera que sua publicidade atinja.

Conforme Bhatia (1997), esses recursos são cada vez mais explorados pelos profissionais experientes para criar gêneros mais híbridos, especialmente como resultado da natureza fortemente compulsiva das atividades promocionais e publicitárias. A noção de criatividade é a própria essência da definição dos gêneros. O autor associa esse aspecto tático da construção do gênero a uma exploração inteligente das convenções genéricas pelos membros experientes da comunidade profissional, os quais combinam os propósitos comunicativos socialmente reconhecidos com suas intenções particulares. Seja qual for a explicação, os gêneros muito dificilmente servem a propósitos únicos; eles apresentam um conjunto de propósitos, mas esse conjunto muito frequentemente torna-se um misto de propósitos *complementares*. Não será errado alegar que esses mesmos propósitos apresentam “valores genéricos”, caso se possa identificá-los separadamente. Em um gênero promocional, por exemplo, os recursos genéricos “descrição” e “avaliação” são usados como uma parte das muitas estratégias persuasivas para se alcançar o efeito promocional desejado. Os gêneros, nesse sentido, possuem uma tendência natural à imbricação e à mistura, pelo fato de que a maioria dos gêneros apresenta mais de um valor genérico.

Uma área da vida social em que o hibridismo tem recebido atenção particularmente intensa é a mídia – os textos de comunicação de massa podem ser vistos como operadores do ofuscamento de fronteiras de várias maneiras: fato e ficção, notícias e entretenimento, drama e documentário. A análise do hibridismo interdiscursivo nos textos providencia um recurso potencial valioso para fortalecer a pesquisa baseada nessas perspectivas, oferecendo um nível detalhado de análise que não pode ser conseguido com outros métodos.

As formas de ações e interações em eventos sociais são definidas por práticas sociais e modos pelos quais eles organizam-se em redes de comunicação:

1. A transformação social do novo capitalismo pode ser vista como mudança na rede de comunicação de práticas sociais e com isso muda a forma de ação e interação, que inclui mudança nos gêneros. Mudança de gênero é uma importante parte de transformação do novo capitalismo.
2. Alguns gêneros são relativamente “locais” em escala, associada com delimitação relativa de rede de comunicação das práticas sociais (interiorizando uma organização como negócio). Outras são especializadas por relatividade “global” (inter) ação através de rede de comunicação (gêneros de domínio).
3. Mudança em gêneros é mudança em como gêneros diferentes são combinados juntos. Novos gêneros aparecem por meio de combinações de gêneros já existentes.
4. Uma cadeia de eventos deve envolver uma cadeia ou rede de comunicações diferentes, interconectada em textos que manifesta uma corrente de diferentes gêneros.
5. Um texto particular ou interação não está “em” um gênero particular – é adequado para envolver a combinação de diferentes gêneros. (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 38).

No tópico em que o autor fala de *gêneros e textos* (*genres and texts*), a ideia geral que ele adota no livro é verificar o caráter interdiscursivo de um texto (a mistura particular de gêneros, discursos e estilos) como ocorre na semântica, na gramática e no léxico (vocabulário), características do texto nos vários níveis de organização. Gêneros são realizados em significados acionais e nas formas de um texto, discursos em significados representacionais e estilo em sentido de identificação e formas. Isso significa que a relação semântica específica ou relação de categoria gramatical serão primariamente associadas com outros gêneros, ou discursos, ou estilos. Primariamente, porque não é uma simples relação um-a-um, então por modalidade de instâncias serão vistos como primariamente associados aos estilos, mas também ligados a gêneros e discursos. Há vários aspectos de organização textual e várias características de texto nos diferentes níveis que são essencialmente formados sobre gêneros e dependentes destes.

O autor discutiu no Capítulo 2 de seu livro, que textos particulares podem ser inovadores em termos de gêneros. Eles podem misturar gêneros diferentes em novas formas. Então, para ele, não se pode assumir nenhuma correspondência simples entre gêneros situados e um texto ou uma interação – que como qualquer forma de atividade social, estão abertos à criatividade e certamente transgressões de agentes individuais. Por essa razão, o autor não concorda com Swales quando ele define gênero como “uma classe de eventos comunicativos” (SWALES, 1990), com vimos anteriormente: eventos reais (textos, interações) não estão no gênero particular, eles não instanciam um gênero particular. Em vez disso, para Fairclough, recorrem a recursos sociais capazes de potencializar gêneros de maneira complexa e criativa. Os gêneros associados com uma rede particular de práticas sociais constituem um *potencial* que é variável, baseado em textos e interações *reais*. Afirma ainda que algumas classes de texto são genericamente mais complexas que outras – assim do ponto de vista de Swales gênero pode talvez fazer sentido, por exemplo, no caso dos artigos de jornais, em certas ciências naturais, mas não como visão geral do relacionamento entre texto e gêneros.

Sobre os gêneros mistos, ele compreende que podem ser vistos como “formatos” de textos que são efetivamente conjuntos de diferentes textos, envolvendo diferentes gêneros. Os *websites* são bons exemplos desses formatos. Uma variedade de diferentes coisas está sendo feita em diferentes partes do site, trazendo junto uma variedade de diferentes gêneros.

Fairclough (2003a) critica a proposta de Swales (1990), dizendo que o privilégio de propósitos se filia a uma visão de análise de gênero preocupado primeiramente com um “enquadramento” para diferenciar gêneros em termos de sua estrutura genérica. Análises da estrutura genérica é de valor mais estratégico para gêneros por propósitos dirigidos.

A conclusão do autor é que necessitamos olhar para enquadramento na análise de texto e de interações, mas não esperar sempre que eles estejam organizados em termos de uma estrutura genérica clara, e ligar a análise em uma questão de ritualização. Um ponto de tensão na transformação social do novo capitalismo está entre a pressão no sentido da instabilidade, flexibilidade, variabilidade etc., e a pressão no sentido de controle social, estabilização e ritualização. Mesmo no período de rápida mudança social, em que a flexibilidade é uma frase de efeito sem muito significado, as organizações têm interesse em estabelecer e manter controle direto através de ritualizações.

Posso citar os tribunais como instâncias mais ritualizadas, em que os gêneros podem ser mais identificados por serem resultado dessa ritualização. Analiso o acórdão, como uma produção típica da comunidade discursiva jurídica. Sua estrutura esquemática e seu *propósito comunicativo*, diferentemente da análise do *folder*, são mais facilmente depreendidos. Veja-se abaixo:

A C Ó R D ã O
(SESBDI-1)
CARP/ly/ps

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATAÇÃO POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. EFEITOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO FGTS DO PERÍODO. POSSIBILIDADE. O Tribunal Pleno desta Corte, na sessão de 28.10.2003, à luz do artigo 19-A da Lei nº 8.036/90, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, alterou a redação da Súmula nº 363/TST, para incluir entre os efeitos decorrentes do contrato nulo - pela contratação de servidor público, após a Constituição da República de 1988, sem prévia aprovação em concurso público - o direito aos valores referentes aos depósitos do FGTS. Recurso de Embargos não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-4055/2005-051-11-00.4, em que é Embargante ESTADO DE RORAIMA e Embargado JAIRO ALVES DE ALMEIDA.

A 4ª Turma da Corte, em processo oriundo do 11º Regional, por intermédio do Acórdão a fls.99-104, conheceu do Recurso de Revista interposto pelo Reclamado, por contrariedade à Súmula nº 363 da Corte, e, no mérito, deu-lhe provimento parcial para restringir a condenação do Reclamado ao pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS, por todo o período trabalhado.

O Reclamado interpõe Embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais a fls.113-125, postulando a reforma do julgado.

Impugnação não há.

O Ministério Público do Trabalho, em seu parecer de fls.132-133, opinou pelo conhecimento parcial e não provimento do Recurso de Embargos.

É o relatório.

V O T O

1 - CONHECIMENTO

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos dos Embargos.

1.1 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATAÇÃO POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. EFEITOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO FGTS DO PERÍODO. POSSIBILIDADE.

A Turma conheceu do Recurso de Revista interposto pelo Reclamado, por contrariedade à Súmula nº 363 da Corte, e, no mérito, deu-lhe provimento parcial para restringir a condenação do Reclamado ao pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS, por todo o período trabalhado.

O Embargante sustenta que, ao manter a condenação do pagamento do FGTS, tomando como base a MP 2.164-41, o Acórdão embargado incorreu em violação do art. 37, inciso II, § 2º, da CF/88, na medida em que é entendimento pacífico no STF que a contratação de empregados por órgãos da Administração Pública, após o advento da CF/88, e sem a prévia aprovação em concurso público, não gera efeitos trabalhistas, sendo considerada nula de pleno direito, salvo quanto ao pagamento equivalente aos salários dos dias efetivamente trabalhados.

Invoca infringência aos artigos 5º, inciso XXXVI, 37, inciso II, § 2º, da CF/88, e 6º da LICC, aos princípios da irretroatividade da lei, da legalidade e da anterioridade tributária. Invoca a ausência de urgência a possibilitar a edição da medida provisória e a necessidade de remessa dos autos ao Tribunal Pleno para declaração de inconstitucionalidade da medida provisória federal, na forma do art. 97 da Constituição de 1988.

Razão não lhe assiste.

No que se refere aos preceitos legais e constitucionais suscitados, é oportuno ressaltar que, na forma do que dispõe o artigo 894 da CLT, sob a nova redação dada pela Lei nº 11.496/2007, somente são cabíveis Embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou seja, por divergência jurisprudencial. A publicação do Acórdão embargado se deu sob a égide da referida Lei, cuja vigência se deu a partir de 24/09/2007, sendo, por isso, inviável o confronto da Decisão embargada com preceitos, quer de Lei Federal, quer da Constituição da República.

No que se refere aos arestos acostados, a Decisão da Turma está em consonância com a iterativa, notória e atual jurisprudência da Corte, pacificada na Súmula nº 363 do TST.

Com efeito, o Tribunal Pleno desta Corte, na sessão de 28/10/2003, conforme o artigo 19-A da Lei 8.036/90, com a redação dada pela Medida Provisória 2.164-41, alterou a redação da Súmula 363/TST, para incluir entre os efeitos decorrentes do contrato nulo - em face da contratação de servidor público, após a Constituição da República de 1988, sem prévia aprovação em concurso público - o direito aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

O artigo 9º da Medida Provisória 2.164-41/2001, que alterou a Lei 8.036/90, não pode ser tachado de inconstitucional, pelo argumento que permitiu a produção de efeitos diversos do pagamento de saldo de salários por um ato declarado nulo de pleno direito por nossa Lei Maior, porque, atrelado aos princípios constitucionais da dignidade humana e aos valores sociais do trabalho, garantiu ao trabalhador direitos mínimos e o FGTS corresponde à indenização pelo que abrange todo o período de contratação.

Registre-se que não se há falar em não-aplicação do artigo 19-A da Lei 8.036/90 aos processos em curso, porque o parágrafo único do referido preceito faz remissão expressa aos contratos anteriores à vigência da lei, e há direito adquirido a esse depósito, ainda que não haja saldo de salários a ser deferido.

Cabe salientar também a ausência de prequestionamento e, via de consequência, a preclusão, com relação à violação ao princípio da anterioridade tributária e às alegações de ausência de urgência a possibilitar a edição de medida provisória, e de necessidade da remessa dos autos ao Pleno para declaração de inconstitucionalidade da norma contida na medida provisória sob enfoque.

Não conheço.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer dos embargos.

Brasília, 09 de junho de 2008.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

Ministro Relator

A peça discursiva sob análise guarda as características típicas de um gênero do grupo de produções denominadas acórdão⁶. Além disso, cumpre as convenções do gênero, logo possui razão subjacente em termos de forma, conteúdo, posicionamento estrutural e terminologia (SWALES, 1990). Diferentemente do *folder* analisado anteriormente, este gênero apresenta uma estabilidade mais acentuada – “é um tipo de sentença e, como toda sentença jurídica, segue uma ordem legal: relatório, fundamentação e dispositivo além de está sujeito a requisitos formais determinados por lei.” Acrescento que a estrutura esquemática típica de um acórdão é constituída sequencialmente pelos seguintes elementos: identificação do processo, do órgão e acórdão (número); ementa, identificação das partes, relatório e voto, decisão (o que foi acordado), local e data, nome e cargo da autoridade que o profere.

Sobre esses elementos, vale destacar que a ementa configura-se como um resumo contendo o assunto, a fundamentação legal e a decisão, com a função de jurisprudência que serve de base para futuras decisões. Vale destacar, também, que a ementa, o relatório e o voto apresentam características específicas quanto à tipologia textual.

O assunto da ementa é geralmente apresentado pela tipologia textual descrição, como se pode observar a parte inicial do texto em negrito (RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATAÇÃO POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. EFEITOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO FGTS DO PERÍODO. POSSIBILIDADE).

O relatório é constituído por elementos narrativos (vejam-se os verbos de ação *conheceu do recurso, deu-lhe provimento, opinou pelo*). O voto apresenta característica tipicamente argumentativa, invocando preceitos legais e constitucionais como argumento de autoridade. Vejam os exemplos retirados do *corpus*:

- a) ... na forma do que dispõe o artigo 894 da CLT, sob a nova redação dada pela Lei nº 11.496/2007, somente são cabíveis Embargos das decisões das Turmas;
- b) no que se refere aos arestos acostados, a Decisão da Turma está em consonância com a iterativa, notória e atual jurisprudência da Corte, pacificada na Súmula nº 363 do TST;

⁶ Catunda (2009) define acórdão como sendo o resultado de uma apelação, requerida por um dos lados envolvidos num processo, que, por sua vez, viu-se prejudicado pela decisão do juiz.

c) registre-se que não se há falar em não-aplicação do artigo 19-A da Lei 8.036/90 aos processos em curso, porque o parágrafo único do referido preceito faz remissão expressa aos contratos anteriores à vigência da lei, e há direito adquirido a esse depósito, ainda que não haja saldo de salários a ser deferido.

Nele identifico mais facilmente as convenções discursivas da comunidade que o produziu (*propósito comunicativo*, estrutura esquemática, terminologia específica). Esses elementos discursivos revelam o comportamento social e o conhecimento dos membros de grupo.

Comunidade discursiva: "o discurso jurídico possui especificidades que o individualiza, tornando-o restrito pela forma como os produtores desses textos utilizam a linguagem" (CATUNDA, 2009, p. 175). Esta mesma autora assevera ainda que esse discursivo se dirige a poucos sujeitos: ministros, juízes, desembargadores, advogados das partes etc. Apesar de o acórdão versar sobre decisões que afetam a vida das pessoas comuns, sua linguagem é pouco acessível a quem não pertence à comunidade discursiva jurídica. Veja-se a terminologia invocada no acórdão: *recursos de embargo, irretroatividade, sob a égide, ares-tos acostados, atrelado aos princípios, não se há falar, preclusão etc.*

O que determina essa comunidade discursiva, segundo a autora, é que "os operadores do Direito compartilham de objetivos públicos comuns" (p. 178). Esse objetivo está relacionado ao próprio sentido do termo "direito", considerado como "um conjunto sistemático de regras ou leis que permitem a prática de certos atos e proíbem outros" (p. 179)

A peça discursiva analisada, como vimos, sendo um produto de uma comunidade discursiva formal, com hierarquias institucionais rígidas e controladas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Estado, com emprego de uma linguagem também formal, cumpre as convenções do gênero, implicando maior depreensão da razão subjacente, do conteúdo, do posicionamento estrutural e da terminologia.

Para Catunda (2009), os gêneros jurídicos refletem a formalização que circunda a comunidade discursiva jurídica. Para ela, suas estruturas são determinadas por lei, desse modo tornam-se formulaicos. Esse aspecto também reforça o alto grau de formalismo da comunidade discursiva, que parte do princípio de que todo e qualquer texto jurídico deva seguir os parâmetros determinados pela comunidade. Esse aspecto torna o trabalho do revisor quase infrutífero, uma vez que ele fica restrito à conferência, sem liberdade para agir. Leia-se

o relato de uma revisora E.K.N.S., que trabalha no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como revisora há 2 anos:

Os operadores do direito, autores desses textos insistem em manter um vocabulário altamente rebuscado, opaco e repleto de termos técnicos. É comum ainda o vínculo entre a altivez, ostentação e a vaidade no arcabouço jurídico. Na prática o revisor desses textos não tem liberdade. Trabalhamos com sugestão e ainda que muitas vezes nossa sugestão seja adequada ao texto de acordo com as normas gramaticais e o gênero textual revisado, nem sempre é aceita. A jurisprudência muitas vezes fala mais alto. Já ouvi isso: Tá errado, mas já está na jurisprudência, então pode deixar assim. E o revisor, é claro, tem de deixar.

Assim compreendo que, quanto mais ritualizada é uma atividade cercada de regulação, promoverá a unicidade do gênero, mais sua estrutura genérica tanto quanto seu registro ficam evidentes. Usar ou não usar a estrutura genérica como ponto crucial para caracterizar um gênero dependerá do grau de ritualização. Do mesmo modo identificar um gênero é uma atividade que depende do reconhecimento por parte do identificador do modelo socialmente usado e aceito. Se assim não fosse, não se poderia prever que um determinado texto se enquadra ou não em uma categoria de gênero. As categorias utilizadas pelos teóricos abordadas até aqui para definir um gênero mostram que como tal variam a depender da natureza do gênero e da situação em que se insere, de forma que uma categoria (ou mais) será mais privilegiada em detrimento das demais a depender dos elementos em questão. Um discurso político, por exemplo, é parte de um evento comunicativo que pode não ter um propósito específico, um registro e uma estrutura esquemática bem definidos. No primeiro caso, o propósito, à primeira vista, pode ser eleger-se e trabalhar pelo povo (pelo menos é o que se espera), mas pode significar manter-se no poder, enriquecer ilícitamente. O registro pode variar de acordo com a audiência, que o político poderá modalizar seu discurso. A estrutura potencial e o registro são bem difusos porque variarão de acordo com o contexto. De preferência o registro tem de ser acessível a qualquer audiência.

Ao discutir os gêneros como forma de *relações sociais* (interação), Fairclough (2003a) afirma que os gêneros constituem tipos particulares de relações sociais entre os interactantes. Para ele, tais relações são as que se estabelecem entre agentes sociais, que podem ser de diferentes tipos: organizacionais (governo local, uma organização de negócios), grupais (um grupo de campanha como recuperadores de rua), individuais. A interação pode ser entre organizações, ou grupos, ou individuais, ou diferentes combinações de tipos de agentes sociais (sujeitos, com papéis).

Para ele, podemos dizer, sociologicamente falando, que a interação entre organizações e indivíduos apresenta alta hierarquia social (organizações que exercem poder sobre os indivíduos) e distância social (organizações operam em escala nacional, regional ou global, enquanto que a individual ocupa esfera local específica).

Em termos de *tecnologias de comunicação*, o autor assevera que o aumento da complexidade da rede de práticas de comunicação na sociedade contemporânea está ligado às novas tecnologias de comunicação – telégrafo, telefone e, mais recentemente, tecnologias eletrônicas de comunicação (por exemplo, a internet) – que têm reforçado significativamente ambos os modos: via única ou dupla, e via mediada ou não de comunicação. Para Fairclough (2003a), uma maneira pela qual os gêneros se diferem uns dos outros se relacionam às suas tecnologias especializadas, e um fator de mudança de gêneros é o desenvolvimento das tecnologias de comunicação: o desenvolvimento de novas tecnologias vem junto com o desenvolvimento de novos gêneros.

Um exemplo disso é o que ocorre na *web*, em que diferentes gêneros são combinados, incluindo argumentação expositiva, fornecendo resumos dos debates à reunião anual do Fórum Econômico Mundial (como o resumo incluído no exemplo), mensagens de *e-mail* enviadas às pessoas em todo o mundo em resposta aos debates (ambas as formas de linguagem escrita), e excertos para o debate (linguagem falada), estes são “formatos” no sentido em que tenho discutido acima. O formato reúne gêneros que são tomados por outras tecnologias (por exemplo, imprimir no caso de argumentação expositiva do exemplo) e gêneros se desenvolvem como parte de mudanças tecnológicas (por exemplo, *e-mail*).

Para Kress (1989), a construção de sentido é realizada por dois níveis simultaneamente: no plano de contexto mais imediato – eventos sociais típicos de determinada instituição; e no plano do contexto mais amplo de determinada cultura – significados sociais expressos dos discursos que circulam em determinado contexto histórico e cultural, determinando quem pode e o que se deve dizer no contexto de cultura.

Sobre a proposta desse autor, Balocco (2005) considera que a forma como a proposta de Kress, embora viabilize a análise da organização textual de determinado gênero, não tem como finalidade precípua postular categorias que permitam generalizar um esquema estrutural válido para todos os exemplares de um gênero como fazem Hasan (1985); Swales (1990); Martin (1993); Bhatia (1993).

Entretanto, segundo ela, Kress em nenhum momento, perde de vista a questão fundamental da natureza da linguagem e do discurso como uma prática social, constituída pelos significados sociais em circulação em determinada cultura, em dado momento histórico, e, igualmente importante, constitutiva de novos significados.

A noção importante que permeará esta tese, nas seções sobre a Teoria dos Gêneros, sobre a ADC e sobre a Multimodalidade é que se resumirá a seguir:

O quadro de referência teórico proposto por Kress fornece um contraponto a estudos de gêneros que não dão conta de gêneros híbridos sequer da forma como os gêneros se apresentam subordinados a outros gêneros, numa teia complexa de relações que concorrem para a produção de sentido de determinado tipo. Nas palavras de Rajagopalan (2001, 189), “fora do mundo idealizado por alguns teóricos, os gêneros híbridos são apontados como a regra e não mais como uma exceção”. (BALOCCO, 2005, p. 67).

A definição de gênero apresentada por Bazerman (2006) é um pouco diferente daquela noção mais trivial que temos. Ele compreende que a definição de gêneros como apenas um conjunto comum de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos. Segundo ele, a *tipificação* nos ajuda a desenvolver nosso repertório de ações sociais características. Com ela aprendemos a reconhecer não apenas categorias de momentos sociais e o que funciona retoricamente nesses momentos, mas também modos de agir e responder, ou seja, modos de ser parte da sociedade.

Uma maneira de coordenar melhor nossos atos de fala uns com os outros é, segundo ele, agir de modo típico, modos facilmente reconhecidos como realizadores de determinados atos em determinadas circunstâncias e as formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros. Ao criarmos formas tipificadas, ou gêneros, também somos levados a tipificar as situações nas quais nos encontramos. Esse processo de mover-se em direção a formas de enunciados padronizados que reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias e de uma compreensão padronizada de determinadas situações, é chamado de tipificação. Os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais.

Bazerman (2006) afirma que construímos o que é pessoal na interação com o outro, momento a momento. Apesar de cada um de nós desenvolver seu próprio senso de ordem – nossa organização das memórias, das percepções e dos impulsos, na privacidade de nossos sistemas nervosos independentes – tal senso é profundamente influenciado por nossas interações com os outros, ideia próxima à de Bakhtin.

O autor diz também que a maioria dos gêneros tem características de fácil reconhecimento que sinalizam a espécie de textos que são. E, frequentemente, essas características estão intimamente relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelos gêneros. As manchetes de jornal em letras grandes e negrito que mencionam os acontecimentos mais relevantes são elaboradas para atrair sua atenção, mostrando as notícias mais interessantes sobre as quais você vai querer ler um pouco mais a respeito. A data e o lugar onde se passa o acontecimento permitem que você saiba de que lugar do mundo essa notícia vem. (...) o *lead* tipicamente diz quem, o que, quando e onde, e assim você decide se quer ler mais em busca de detalhe. O papel barato é escolhido porque o conteúdo do jornal envelhece rapidamente, e os jornais são jogados fora, dentro de uns poucos dias. Essas características direcionam a forma como usamos o jornal e até mesmo por quanto tempo o conservamos.

Para ele, somos tentados a ver os gêneros apenas como uma coleção desses elementos característicos, porque os gêneros são reconhecidos por suas características distintivas que parecem nos dizer muito sobre sua função (...). Existem, contudo, limitações e problemas em identificar e analisar gêneros dando razões plausíveis para elementos de fácil observação:

- Isso nos limita a compreender aqueles aspectos do gênero de que já temos conhecimento;
- Ignora como as pessoas podem receber cada texto de formas diferentes;
- Tal coleção de elementos característicos pode dar a impressão de que tais elementos do texto são fins em si mesmos (...) É claro que todo exemplar de um gênero pode variar em particularidades de conteúdo, situação e intenção do escritor, que podem levar a diferenças na forma. Ainda assim nós continuamos a usar nosso conhecimento de gênero para compreendê-lo;
- Consequentemente, a visão de gênero que simplesmente o concebe como uma coleção de elementos característicos encobre como esses elementos são flexíveis em qualquer instância ou até como a compreensão geral do gênero pode mudar com o passar do tempo à medida que as pessoas passam a orientar-se por padrões em evolução. (BAZERMAN, 2006, p. 40).

Para lidar com todas essas questões, o autor sugere uma abordagem que vai além da catalogação de seus elementos característicos que já conhecemos. Segundo ele, para além desses elementos característicos que já reconhecemos, podemos usar uma variedade de conceitos analíticos linguísticos, retóricos ou organizacionais menos óbvios para examinar uma coleção de textos de um mesmo gênero.

Podemos ainda, segundo ele, fazer considerações sobre como podem existir diferenças de padrões naquilo que se chama de o "mesmo gênero" em diferentes áreas ou campos (assim, podemos refletir como as diferenças nas formas estão relacionadas às diferenças na organização social e na organização da atividade de cada campo).

Outra forma de estender a análise à amostra do gênero, diz Bazerman, é olhá-lo historicamente. Com exemplos suficientes do gênero ao longo do tempo, podemos ter uma noção de como a compreensão do gênero muda quando um campo e o contexto histórico mudam:

- Para lidar com o problema de caracterização de gêneros com os quais você não é familiarizado ou quando os outros os compreendem de modo diferente do seu, você precisa colher informações não só sobre os textos, mas também sobre como as outras pessoas entendem esses textos. Uma forma mais geral de fazer isso é pedir às pessoas de um certo campo que nomeiem os tipos de textos com os quais trabalham (para identificar seu conjunto de gêneros);
- Para ir além da compreensão explícita do que as pessoas nomeiam em uma determinada área para visualizar toda a gama de práticas implícitas, você pode fazer uma pesquisa etnográfica no local de trabalho, sala de aula ou outro local de produção distribuição ou uso de textos. (...) entrevistar pessoas no processo de uso de textos pode lidar um insight a mais sobre significados, intenções, percepções e atividades dos participantes. (BAZERMAN, 2006, pp. 42-43).

Para ele, esses dados ajudar-nos-ão a documentar e compreender o *conjunto de gêneros*, os *sistemas de gêneros* e os *sistemas de atividades*. Examinar o *conjunto de gêneros* permite a você ver a extensão e variedade do trabalho escrito requerido por um dado papel e identificar o conhecimento de gênero e as habilidades de escrita necessárias para alguém realizar este trabalho. Examinar os *sistemas de gêneros* permite a você compreender as interações práticas, funcionais e sequenciais de documentos. Compreender essas interações permite a você ver como os indivíduos, ao escrever qualquer novo texto, estão intertextualmente situados dentro de um sistema e como sua escrita é direcionada pelas expectativas de gêneros amparadas por recursos sistêmicos. Finalmente considerar os *sistemas de atividades* permite a você compreender o trabalho total realizado pelo sistema e como cada texto escrito contribui para o trabalho como um todo.

Aqui retomo pontos importantes das três perspectivas sobre gênero textual. O objetivo da retomada é evidenciar, mais uma vez, a importância dessas áreas para a atividade de Revisão de Texto. No início deste capítulo, afirmei que não iria eleger uma área como a mais importante, uma vez que cada uma, dentro de suas especificidades, contribui para que entendamos o gênero e sua natureza.

O revisor deve considerar que os gêneros não existem no vácuo social, mas que produzem efeitos ao se manifestarem em alguma instância discursiva. É de suma importância considerar, também, que eles "são responsáveis por organizar nossa experiência e por nos ajudarem na interpretação de mundo" (CARVALHO, 2005, p. 133). Segundo essa linha de raciocínio, Kress (1989) afirma

que os gêneros codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais, bem como os propósitos dos participantes discursivos envolvidos nos eventos. Assim, há um vínculo social efetivo entre enunciado e situação social por isso considero importante o revisor examinar gênero e *situação recorrente* e a *representação* (MILLER, 2009) a fim de direcionar bem a ação retórica, a ação que o gênero realiza.

No processo de interação verbal, as palavras nos vêm de outros enunciados e remetem a eles, por isso é tão importante a ampliação do conhecimento de mundo do revisor por meio leituras, cultura geral. Nesse sentido, o papel do revisor como intermediador de interação entre autor e leitor é delicado e evado de responsabilidades. Deve modalizar o gênero em várias instâncias, preocupando-se com sua produção, distribuição e circulação em lugares sociais.

Na constituição dos gêneros, não podemos focar apenas sua estrutura interna e o aspecto linguístico. Se assim o fizermos, será alijar sua potencialidade. Aí entra a importância da perspectiva de gênero de Kress, por distanciar-se de teorias que se voltam exclusivamente para questões relativas à constituição interna do gênero: sua organização textual; suas características temáticas; seu registro; ou constituição lexicogramatical.

Esse contraponto vai ao encontro dos objetivos desta pesquisa que prima por uma revisão multissemiótica, que não se restringe ao exame de seus recursos verbais e nem estruturais, mas, também, os diferentes recursos semióticos usados na construção de sentidos que interagem com o texto verbal na constituição de um gênero.

Em nenhuma das três teorias, vimos o gênero como algo criado no vácuo social, "ingênuo". Pelo contrário, traz consigo sentidos, visões de mundo e ações. Para Miller (2009), os gêneros, em uma perspectiva socioretórica, dizem respeito a estratégias ou formas nos discursos, a audiências, a modos de pensar e a situações. O gênero torna-se um fator de ligação entre intenção e efeito, um aspecto da ação social.

Miller (2009) coloca três princípios importantes no estudo de gênero que aqui associo à Revisão de Texto:

- a) a relação entre retórica e seu contexto de situação é central para a compreensão de gênero como ação retórica;
- b) entender a maneira como um gênero funde elementos situacionais com elementos formais e substantivos;
- c) localizar os gêneros numa escala hierárquica de generalização sobre o uso linguístico.

O enfoque teórico de Kress também dá ênfase à noção de hibridização, destacando a forma como os gêneros apresentam elementos de múltiplas formações discursivas, recursos semióticos e de variadas categorias genéricas.

No próximo Capítulo, analisarei o lugar das imagens visuais no processo de Revisão. Nesse tópico, apresentarei o grafocentrismo como uma das causas da visão monomodal e ideológica que influenciaram a prática a Revisão Tradicional. Em seguida, trarei as teorias que me possibilitam um outro olhar sobre os gêneros e os muitos recursos semióticos que concorrem para a construção de seu sentido. Depois, analisarei os manuais de Revisão tradicional quanto à consideração das imagens visuais no processo de Revisão. Neste ínterim, como complementação, analisarei, também, a visão grafocêntrica do profissional de Revisão. Depois de analisar a revisão de texto em uma perspectiva discursiva (Seção 2.2) e sob a égida da Teoria dos Gêneros Textuais (Capítulo 3), no Capítulo 4, meu foco será a apresentação da Revisão em uma perspectiva multissemiótica, que reúne os princípios teóricos referendados nesta pesquisa.

Os objetivos deste Capítulo são: a) mostrar como o grafocentrismo constitui-se uma das causas da visão erroneamente monomodal do gênero na Revisão; b) analisar, no processo de Revisão de Texto, como têm sido consideradas as imagens visuais como um componente de construção do sentido, além do aspecto gráfico; c) contrastar a visão grafocêntrica com a visão multissemiótica; e d) propor a perspectiva multimodal como uma forma mais justa na consideração dos muitos recursos semióticos que concorrem para a constituição do sentido do gênero, desconsiderados, quase sempre, na atividade de Revisão de Texto Tradicional.

Com esses objetivos, realizarei neste Capítulo os seguintes movimentos:

- a) na Subseção 1, apresento uma breve história do surgimento da escrita e as implicações ideológicas que formaram o grafocentrismo e como isso, até hoje, reflete na prática profissional do revisor, como será vista nas Subseções 3 e 3.1;
- b) na Subseção 2, apresento e aplico alguns princípios teóricos gerais que fundamentam a análise multissemiótica que empreendo para desconstruir a visão grafocêntrica da Revisão de Texto tradicional, quais sejam: Semiótica Social (HODGE; KRESS, 1988; KRESS; van LEEUWEN, 1992; van LEEUWEN, 2005), Multimodalidade (KRESS; van LEEUWEN, 2001; JEWITT; OYAMA, 2001; ROYCE, 2007; THIBAUT, 2007) e Gramática visual (KRESS; van LEEUWEN, 1996);
- c) nas Subseções 3 e 3.1, analiso os manuais de Revisão, a prática de revisores, o material revisado por profissionais de diferentes esferas de atividades e as entrevistas semiestruturadas desses mesmos profissionais; apresento, a partir das teorias enumeradas no item *b*, uma reflexão crítica;
- d) nas Subseções 4 e 4.1, retomo as teorias enumeradas no item *b* e as complemento com as Teorias e as categorias analíticas dos Gêneros Textuais (BAKHTIN, 2000; MILLER, 2009; SWALES, 1990; KRESS, 1989), da ADC (FAIRCLOUGH 2001a, 2003a), da Ideologia de Thompson (1995) e as aplico em conjunto com as categorias analíticas da Gramática visual de Kress e van Leeuwen (1996).

1. O grafocentrismo

Quais foram as causas que provocaram a valorização exarcebada da escrita, deixando de lado as outras formas de interação? Na história do pensamento grego, verifica-se grande atenção aos fatos de linguagem. Aqui me baseio em Neves (1987). Ao tomar consciência da discrepância entre os padrões do grego clássico e da linguagem corrente, contaminada por “barbarismos”, colocaram-se em exame os autores cuja linguagem oferecia os padrões ideais que deveriam ser preservados. Ao lado da crítica literária, desenvolveu-se a atividade filológica. Para alcançar os objetivos, os estudiosos sistematizaram o estilo usado pelos grandes escritores para que virasse norma.

Da situação cultural que cercou o nascimento dos estudos gramaticais, decorreram as características determinantes de sua natureza: limitação à língua escrita, especialmente à língua literária, e exclusivamente à grega (...). O fato de os gregos terem utilizado o termo *grammatiké* para designar a arte de ler e escrever para dar nome ao estudo da língua costumava ser invocado para evidenciar a atenção que, desde o início, foi dada à língua escrita. A gramática dos filósofos não era, pois, a gramática no sentido comum tradicional. A *grammatiké*, que correspondia ao que comumente se chamava gramática, instrumento de cultivo e de preservação de valores, era obra típica da cultura helenística.

Os gramáticos alexandrinos foram mais práticos. Codificaram a gramática grega e lançaram o que seria o modelo da gramática ocidental tradicional. Dionísio o Trácio foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade, dando-lhe forma que ainda hoje pode ser reconhecida em obras gramaticais do Ocidente. Mas tal fato trouxe um erro fatal para os estudos linguísticos e sociais.

John Lyons (1968) afirma que a abordagem dos fenômenos linguísticos proposta pelos gramáticos alexandrinos incorreu em “dois equívocos fatais”: a separação rígida entre língua escrita e língua falada; a forma de encarar as mudanças das línguas (que é simplesmente mudança, e não “corrupção”, “ruína”, ou “decadência”, como eles acreditavam – e muitos até hoje acreditam). Para Lyons, esses dois equívocos uniram-se para formar o “erro clássico” no estudo da linguagem, erro que se perpetuou durante dois milênios e somente no final do século XIX e início do XX começou a ser criticado e revisto, como, aqui, o faço.

Para o foco da questão, trago as ideias de Dondis (2007). Para ela, em textos impressos, como veremos nos manuais de Revisão, a palavra é o elemento fundamental, enquanto que os fatores visuais, como o cenário físico, o formato da ilustração, são secundários ou necessários apenas como apoio. Nos modernos meios de comunicação, acontece exatamente o contrário. O visual predomina, o verbal tem a função de acréscimo. A impressão gráfica ainda não morreu,

e com certeza não morrerá jamais; não obstante, nossa cultura, dominada pela linguagem, já se deslocou sensivelmente para o nível icônico.

Para a autora, podemos observar que os manuais de Revisão consideram que o alfabetismo verbal representa uma estrutura dotada de planos técnicos e definições consensuais que, comparativamente, caracterizam a comunicação visual como quase que inteiramente carente de organização. Para ela, não é bem isso que acontece.

Para Dondis, a experiência visual é fundamental no aprendizado para que possamos compreender o meio ambiente e reagir a ele; a informação visual é o mais antigo registro da história humana. Para ela, não é difícil de detectar a tendência à informação visual no comportamento humano. Buscamos um reforço visual de nosso conhecimento por muitas razões; a mais importante delas é o caráter direto da informação, a proximidade da experiência real.

Ela afirma que a linguagem verbal é vista com um meio de chegar a uma forma de pensamento superior ao modo visual e ao tátil. Essa hipótese, segundo ela, porém, precisa se submetida a alguns questionamentos e indagações. Para começar, ela afirma que linguagem e alfabetismo verbal não são a mesma coisa. Ser capaz de falar uma língua é muitíssimo diferente de alcançar o alfabetismo por meio da leitura e da escrita, ainda que possamos aprender a entender e a usar a linguagem em ambos os níveis operativos.

Saber ler e escrever, para Dondis, pela própria natureza de sua função, não implica a necessidade de expressar-se em linguagem mais elevada, ou seja, a produção de romances e poemas. Aceitamos a ideia de que o alfabetismo verbal é operativo em muitos níveis, desde as mensagens mais simples até as formas artísticas cada vez mais complexas.

Para a autora, a escola reifica e, por consequência, naturaliza esse pensamento. Por isso não podemos prescindir de trazer à baila o papel da escola como reificadora e naturalizadora do grafocentrismo. A mesma autora afirma que o sistema educacional move-se com lentidão monolítica, persistindo ainda uma ênfase no modo verbal, que exclui o restante da sensibilidade humana, e pouco ou nada se preocupando com o caráter esmagadoramente visual da experiência de aprendizagem da criança. Até mesmo a utilização de uma abordagem visual do ensino carece de rigor e objetivos bem definidos. Em muitos casos, os alunos são bombardeados com recursos visuais – diapositivos, filmes, *slides*, projeções audiovisuais – mas trata-se de apresentações que reforçam sua experiência passiva de consumidores de televisão.

E continua com a crítica à escola como naturalizadora da cultura grafocêntrica. Para ela, uma das tragédias do avassalador potencial do alfabetismo

visual em todos os níveis da educação é a função irracional, de depositário de recreação, que as artes visuais desempenham nos currículos escolares, e a situação parecida que se verifica no uso dos meios de comunicação, câmeras, cinema, televisão. Por que herdamos, nas artes visuais, uma devoção tácita ao não intelectualismo? O exame dos sistemas de educação revela que o desenvolvimento de métodos construtivos de aprendizagem visual são ignorados, a não ser no caso de alunos especialmente e talentosos.

Afirma que os juízos relativos ao que é factível, adequado e eficaz na comunicação visual foram deixados ao sabor das fantasias e de amorfas definições de gosto, quando não da avaliação subjetiva e autorreflexiva do emissor ou do receptor, sem que se tente ao menos compreender alguns dos níveis recomendados que esperamos encontrar naquilo que chamamos de alfabetismo no modo verbal.

Para ela, a fotografia constitui o último elo entre a capacidade inata de ver e a capacidade extrínseca de relatar, interpretar e expressar o que vemos, prescindindo de um talento especial ou de um longo aprendizado que nos predisponha a efetuar o processo. Há poucas dúvidas de que o estilo de vida contemporânea tenha sido crucialmente influenciado pelas transformações que nele foram instaurados pelo advento da fotografia.

Expandir nossa capacidade de ver significa expandir nossa capacidade de entender uma mensagem visual, e, o que é ainda mais importante, de criar uma mensagem visual. A visão envolve algo mais do que o mero fato de ver ou de que algo nos seja mostrado. Vejamos exemplos que refletem a valorização da escrita ainda na atualidade.

Para Kress e van Leeuwen (2001), em *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication (Discurso multimodal)*, como resultado desse grafocentrismo, ainda hoje os gêneros mais valorizados de escrita (gêneros literários, peças acadêmicas, documentos oficiais etc.) vêm completamente sem ilustração e, em termos gráficos, uniformes com densas páginas impressas.

Segundo esses mesmos autores, mais recentemente, esse modo de monomodalidade tem começado a mudar. Não apenas o cinema e os exuberantes *clips* multissemióticos de música popular, as artes de vanguarda começaram a usar uma variedade de materiais, ultrapassando, assim, fronteiras entre as várias formas de expressão.

Na Seção 2 a seguir, estudo as "práticas de linguagem que, por sua natureza social, espelham as mudanças da escrita, tornando-as a instância mais adequada para estudar tanto as ordens de discurso, em especial o texto, que se apresenta na Pós-Modernidade como multissemiótico ou multimodal, quanto os novos gêneros textuais que ora surgem" (VEIRA, 2007, p. 9).

2. Semiótica Social, Multimodalidade e *Gramática visual*

Mas o que são Semiótica Social, Multimodalidade e *Gramática visual*? Para Hodge e Kress (1988), a Semiótica Social focaliza a semiose humana como um fenômeno inerentemente social em suas origens, funções, contextos e efeitos. Nessa perspectiva, os sentidos são construídos por meio de uma série de recursos e práticas semióticas de todos os períodos da história humana. Para Jewitt e Oyama (2001), esses recursos semióticos são “produtos de histórias culturais e de recursos cognitivos que usamos para criar significados na produção e na interpretação de mensagens visuais e de outros tipos” (p. 136).

A Multimodalidade, de acordo com Kress e van Leeuwen (2001), preocupa-se com os significados relativos a interesses e motivações do produtor do signo em um contexto social específico. Aí os recursos semióticos (fala, escrita, gesto, imagens visuais, olhar etc.) são selecionados, produzidos, regidos (interagidos), adaptados por meio de regras, distribuídos, recebidos, interpretados e reproduzidos (criação de novos significados), formando uma peça discursiva, em um processo contínuo de recepção e interpretação de signos.

A *Gramática visual*, proposta por Kress e van Leeuwen (1996), é a descrição da organização da sintaxe visual de uma totalidade constitutiva de sentido (peça discursiva), construída a partir da motivação, seleção, produção (organização), adaptação de uma série de recursos semióticos motivados. Motivação implica dizer que a organização social é uma ação social realizada em determinados uso e contexto, em que o interesse do produtor do signo direciona a forma de representação.

Essa *Gramática* surge como resultado da demanda por métodos de análise de gênero que contemplam a linguagem visual como modo semiótico, para operacionalizar a descrição das possibilidades concretas e sistemáticas de todos os significados veiculados na peça discursiva.

Em síntese: enquanto a Semiótica Social descreve as semioses humanas como resultado de processos sociais, históricos e ideológicos na construção dos signos; a Multimodalidade preocupa-se com a peça discursiva como resultado de recursos sociais e materiais e com seu comportamento no meio social; por sua vez, a *Gramática visual* faz o caminho inverso porque, por meio da análise dos recursos semióticos, revelam-se as estratégias (motivações) que constituíram a peça discursiva. Todas são interdependentes, todas têm uma motivação social e ideológica. Com essas observações, passemos aos pressupostos teóricos de cada uma.

2.1. Semiótica Social

Antes de apresentar os pressupostos da Semiótica Social, proponho uma breve incursão sobre as bases de sua formação. Em *Semiótica discursiva*, Kress e van Leeuwen (1992) mencionam alguns teóricos importantes produziram ideias fundamentais em um ponto crucial da formulação do projeto semiótico. Só para citar alguns: Saussure, Peirce e Barthes. O primeiro é considerado o fundador da Semiologia. Seu legado determinou a Linguística Estrutural tanto quanto a Semiótica Estrutural. Mas recebeu muitas críticas.

Bakhtin/Voloshinov (2010, [1929]), em *Marxismo e filosofia da linguagem*, obra produzida nos anos de 1920, trouxe críticas às ideias de Saussure. Suas críticas têm surtido mais efeito no Ocidente e têm sido aceitas como uma intervenção teórica àquele pensador. A redescoberta das ideias do estudioso russo de fato tanto provocou uma revisão das teorias de Saussure quanto impulsionou e orientou a nova Semiótica. Ele chamou as ideias de Saussure de "objetivismo abstrato" por rejeitar o discurso.

Bakhtin, segundo Hodge e Kress (1988), também ajudou a firmar o projeto semiótico, ao criticar, em três proposições, as dicotomias saussureanas, dizendo que as dimensões material e social são essenciais para a análise semiótica. Vejamos suas premissas:

- a) a Ideologia não pode ser divorciada da realidade material;
- b) os signos não podem ser separados das formas concretas de interação social (o signo é uma parte da organização e da interação social e não pode, como tal, ficar fora dela);
- c) a comunicação e as formas de comunicação não podem estar separadas de bases materiais.

Hodge e Kress (1988) sustentam que o trabalho de Bakhtin ilumina o ato discursivo como um câmbio entre indivíduos cuja consciência é socialmente construída. Isso enfatiza o plano da produção como fundamental para a análise nessa perspectiva, pois uma teoria geral semiótica tem de tentar teorizar os atos semióticos, incluindo escrita, arte, filmes e comunicação de massa, em que a interação dos participantes é mais complexa e abstrata que o caso da interação face a face. Eles citaram as ideias de Bakhtin para mostrar que ele nos legou muitas reflexões para a Semiótica Social explorar.

Peirce é considerado o fundador da Semiótica moderna. Esta para ele era "a doutrina da natureza essencial e das diversidades fundamentais da semiose". Esta entendida por ele como um processo, "a ação de um signo", e não a estrutura da língua ou um código. Considerava-a uma ação, uma influência, que ora implica/envolve co-operação de três elementos: *o signo*, seu *objeto* e seu *in-*

terpretante. Estes três elementos relativos não são, de modo algum, resolvidos em pares, daí por que ser chamado de triádicas as relações dentro da língua. Para ele, tudo pode ser signo, bastando para isso que entre em um processo de semiose, no qual algo está por algo para alguém.

Tendo em vista a amplitude dos objetivos da Semiologia e da Semiótica, muitos teóricos as consideram como englobando os estudos linguísticos e seus pressupostos. Para Barthes (1964), contudo, a relação entre Semiologia e Linguística é inversa. De acordo com o autor, todo sistema semiológico mescla-se com a linguagem e é interpretado por ela. Sendo, então, a Semiologia um ramo da Linguística. Daí por que esse teórico, em seus trabalhos realizados sobre o visual, na publicidade ou em livros de texto, permaneceu no nível do “vocabulário”, da “*lexis*” – da iconografia.

Segundo Hodge e Kress (1988), na obra *Social semiotics*, o termo “semiótica social” é relativamente novo para muitas pessoas e muitos conceitos que recebe dificultam sua aplicação. No meio acadêmico, hoje, esta área é muito fragmentada em uma multiplicidade de disciplinas, como a Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Filosofia, Linguística, Literatura, Arte, Cinema. Seu objetivo é estudar o fenômeno da comunicação de forma sistemática, compreensível e coerente de modo global, não isoladamente. A Semiótica Social, como os autores citados propõem, não é um projeto autônomo. Ela tem se desenvolvido em torno de uma literatura crítica intensiva em trabalhos modernos.

Os mesmos autores, em harmonia com as ideias de Bakhtin, lançam duas premissas que constituem as bases para o objetivo da Semiótica Social. A primeira diz respeito à primazia da dimensão social para entender as estruturas e os processos da língua. Aí os autores, também, veem a estrutura social e os processos, as mensagens e os sentidos como o “x” da questão para se analisarem os sistemas de significação. Os autores afirmam ainda que a limitação à língua oral foi o principal entrave para objetivo da obra, pois o sentido está presente em outros modos de representação, em uma multiplicidade de outros códigos, como o oral, o visual, comportamental etc. Na segunda premissa, compreendem que nenhum código isolado pode ser estudado eficazmente ou compreendido na sua totalidade. Então, um campo teórico baseado na linguagem verbal tem de ser visto no contexto de uma teoria de todos os sistemas de signos como socialmente constituídos e vistos como uma prática social.

A Semiótica de Hodge e Kress (1988) substitui a visão descritiva da Semiótica tradicional, que entende o signo em termos de suas estruturações, por uma perspectiva crítica que o considera também em relação às funções sociais motivadas que moldam os recursos semióticos.

Nos pressupostos da Semiótica Social, a sociedade é naturalmente constituída por estruturas e por relações de poder, exercidas e rechaçadas; isso é

caracterizado por conflito tanto quanto por coesão, desse modo, o sentido em qualquer nível, com base em formas ideológicas dominantes contextualizadas, constituir-se-á por traços de contradição, ambiguidade, polissemia em vários níveis. Aqueles autores asseveram que textos e contextos, agentes e objetos de significados, estrutura social e forças e seus inter-relacionamentos complexos constituem, também, o objeto mínimo e irredutível da análise semiótica.

Apesar das diferenças que existem em torno dos pressupostos da Semiótica, há em comum a necessidade de desenvolver um modo único e compreensível para falar dos diferentes modos de representação na comunicação. Kress *et al.* (2000) ponderam que os sistemas de comunicação devem satisfazer a três requisitos:

- a) representar e comunicar aspectos relevantes das relações sociais daqueles que intervêm na comunicação;
- b) representar e comunicar os feitos, estados de coisas e de percepções que o comunicador deseja comunicar;
- c) tornar possível a produção de mensagens que tenham coerência, internamente com o texto e, externamente, com aspectos relevantes do entorno semiótico (o chamado contexto).

2.2. Multimodalidade

Antes de eu passar aos pressupostos teóricos da Multimodalidade, vejamos algumas mudanças por que tem passado o cenário comunicacional. Segundo Kress e van Leeuwen (1996), os periódicos da década de 1960 eram impressos em preto e branco e cobertos de caracteres escritos; os da década 1990 eram coloridos, cheios de imagens e, em muitos deles, principalmente no Ocidente, os caracteres escritos têm quase desaparecido das páginas. Nos telejornais da década de 1960, a tela era tomada pela figura do locutor, as notícias eram quase que apenas um "evento linguístico", mesmo na televisão. Agora, "apresentador" é o termo utilizado para o narrador do "espetáculo" que se tornaram os noticiários. É certo que as notícias ainda possuem elementos verbais, mas a tarefa do "mediador" mudou da leitura para a "apresentação."

Os autores afirmam ainda que atualmente a notícia televisiva passa a informação principalmente na forma de imagens. O som (não o da leitura de comentários verbais, mas a trilha sonora, a música, o barulho do ambiente) também é outro elemento importante. O cenário da comunicação, a partir da década de 1990, é muito diferente, é irrefutavelmente multisemiótico, e o modo visual, em particular, ocupou o lugar central desse cenário.

Para eles, a discussão é que, na realidade, depois de um período de alguns duzentos ou trezentos anos de dominação da modalidade escrita como o meio

de comunicação e de representação privilegiado, está havendo, agora, uma mudança profunda no sistema de mídia e nos modos de representação e de comunicação, bem como no seu sistema de valorização. O cenário semiótico está sendo refeito. Nesse contexto, devemos pensar em uma teoria multimodal para explicar essas mudanças e repensar a valorização da escrita.

Para os autores, embora a escrita tenha sido o meio mais valorizado de comunicação nos últimos séculos – o modo com que tem regulado o acesso ao poder social nas sociedades ocidentais –, outros meios de comunicação sempre existiram paralelamente à escrita. Na época da imprensa, o livro era considerado divulgador e mantinha elo indissolúvel com a concepção ocidental de conhecimento. Hoje, o livro-texto não mantém esse sentido, ele funciona mais como um *kit* de recursos.

Por isso, o visual tornou-se termo corriqueiro nos currículos de informação tecnológica, para traduzir a nova onda de representação visual de informação que anteriormente era codificada apenas pela linguagem (escrita ou oral). Se essas não são mais as modalidades semióticas centrais, então as teorias da linguagem podem explicar apenas parte do panorama comunicacional. Assim, para os autores, uma teoria adequada para formar recursos multimodais contemporâneos precisa ser formulada a fim de permitir tanto a descrição de características específicas de uma modalidade em particular, como suas propriedades semióticas gerais que a permitam relacionar-se de forma plausível com outras modalidades semióticas.

Em *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication (Discurso multimodal)* (2001), Kress e van Leeuwen já objetivam descrever como as fontes da Multimodalidade permitem a realização do sentido de muitas maneiras e em diferentes níveis. Eles defendem que a linguagem multimodal pode significar em múltiplas articulações. Esses recursos semióticos contam com uma multiplicidade de outros que significam à medida que eles contribuem para uma multiplicidade de níveis (*strata*) de articulações. Os exemplos de recursos que eles descrevem no livro incluem linguagem, narrativa, modalidade escrita, gesto, arranjo espacial, imagens, cor, *layout*, só para citar alguns. Desse modo, criticam a ideia de que os diferentes recursos semióticos nos textos multimodais têm tarefa predefinida e emoldurada.

Segundo Jewitt e Oyama (2001), os recursos semióticos são um conjunto limitado de significados prováveis. Em si não são produtivos, possuem apenas significado/uso potencial. À medida que são motivadamente ativados, tomam a configuração do momento da interação.

Kress e van Leeuwen (2001), defendem um enfoque multimodal para compreender todos os recursos semióticos empregados por um grupo cultural, in-

cluindo a língua escrita e a oral, uma vez que, em geral, as diversas abordagens de Análise de Discurso (AD) e a da ADC concentraram-se no texto linguisticamente realizado. Segundo eles, o enfoque multimodal é perspectiva de análise mais justa, pois tenta compreender todos os modos de representação social que desvelam nos recursos semióticos com a mesma precisão metodológica que a AD ou a ADC são capazes de lançar no texto. Assim, o interesse não está na análise semiótica convencional, mas nas origens sociais e na produção dos recursos e na sua recepção.

Quanto à importância do sentido em uma teoria multimodal de comunicação, as fontes da multimodalidade estão disponíveis em uma cultura e são empregadas para significar em um ou em todos os signos, em qualquer nível, em qualquer forma.

As cores são um exemplo de fonte da Multimodalidade. Na obra de van Leeuwen (2011), cujo objetivo é a análise da cor como recurso semiótico e, portanto, instrumento para o ato de comunicação social. O autor estuda a cor, também, em sua materialidade, como seus pigmentos e aspectos tecnológicos, como o material das tintas, a mistura das cores, o jogo de luz e de sombra.

Nesta obra, a Semiótica Social da cor é considerada em três dimensões: o estudo dos recursos semióticos e sua história, ou seja, como as cores foram criadas e quais são seus usos para fins de comunicação e de expressão; como as cores são utilizadas em contextos sociais, culturais e históricos específicos, com as práticas discursivas que avaliam, explicam e controlam seus usos; a mudança semiótica, a exploração e o desenvolvimento de novas cores e de novas maneiras de pensar sobre a cor e sobre seus usos.

O autor enfatiza que a cor, por si mesma, não diz nada; o que importa é o que os seres humanos fazem com ela; como eles a utilizam para construir representações do mundo (função ideacional de Halliday), para interagir com outras pessoas (função interpessoal) e para dirigir atos comunicativos em textos que realizam práticas sociais específicas, como reportagens, palestras etc. (função textual).

A criação de novas cores, pela necessidade de expressão humana, proporcionou o desenvolvimento de novas ações culturais e artísticas. Com o surgimento da informática e, por consequência, dos novos *softwares*, como o photoshop, foi possível a manipulação e o domínio das imagens fotográficas. Digo que os recursos tecnológicos não só incrementaram o desenvolvimento das imagens visuais, mas, também, a possibilidade de "mentir", de criar o irreal ou o ideal. Vejam-se as imagens (figuras 21 e 22), em que a jovem de aparência comum passa por um processo de transformação proporcionada pelo photoshop. Alguém conseguiria dizer que são a mesma pessoa?

Figura 21 – Antes do photoshop – O real

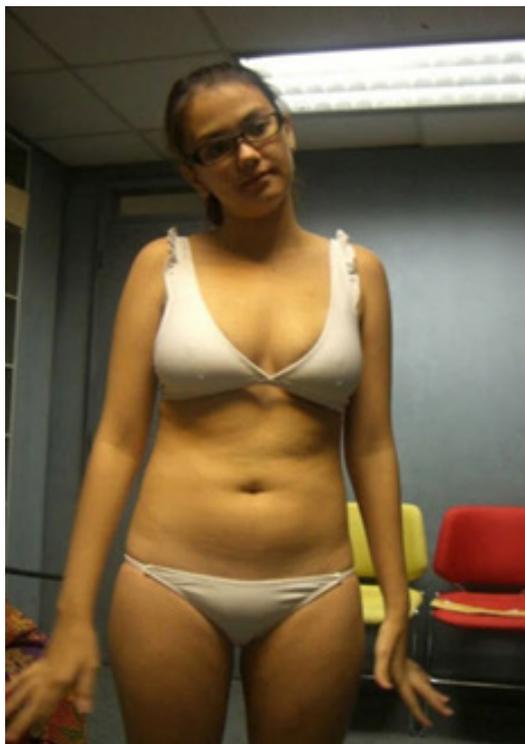


Figura 22 – Depois do photoshop – O ideal



O autor afirma que as cores e seus significados foram desenvolvidos ao longo da história de cada cultura e de suas práticas sociais: o preto pode estar relacionado ao luto. Ele assevera ainda que, sem se levar consideração o contexto no qual esses sentidos e sentimentos estão inseridos e os discursos normativos que os circulam, a cor fica quase totalmente aberta a qualquer interpretação. Ele mostra que, dependendo da época, da cultura, do desenvolvimento econômico, a cor terá o seu significado construído socialmente. Portanto, as práticas sociais vão construindo o significado das cores.

Van Leeuwen (2011) afirma que dois significados da cor ganharam importância na atualidade: o significado identificacional e o significado textual. No significado identificacional, a cor se tornou um meio global: as cores das bandeiras que identificam a pátria; as cores que também identificam o estado de espírito, como o luto, por exemplo. No textual, a cor pode ajudar a criar *framings*, principalmente em *websites*; a cor pode fornecer a saliência, ajudando a chamar a atenção para determinados objetos de uma gravura.

Como exemplo (quadro 11), analisarei as bandeiras de Portugal e do Brasil; partindo do questionamento se as duas têm fontes multimodais iguais, uma vez que o Brasil foi colonizado por Portugal? Que elementos culturais, ideológicos e históricos motivaram o emprego dos recursos semióticos usados nessas bandeiras? Observem-se as fontes de multimodalidade dos dois símbolos.

Fonte: <http://designufmg.blogspot.com.br/2011/08/imagens-podem-mentir.html>

Quadro 11 – Exemplos de fontes da multimodalidade

Bandeira de Portugal	Bandeira do Brasil
	
Fontes da Multimodalidade	Fontes da multimodalidade
<ul style="list-style-type: none">• verde simboliza as ideias positivistas na implantação da República;• vermelho significa a importância das ideias socialistas na implantação da República;• quinas simbolizam os 5 reis mouros que D. Afonso Henriques venceu na batalha de Ourique;• Os pontos brancos dentro das quinas representam as 5 chagas de Cristo;• esfera militar (em amarelo) representa as descobertas marítimas portuguesas realizadas nos séculos XV e XVI;• escudo de armas simboliza o Império Colonial Português.	<ul style="list-style-type: none">• verde simboliza as nossas matas;• o amarelo, o ouro e outras riquezas minerais;• o azul, a cor do céu do Brasil;• o branco, a paz que se espera reine em nosso País;• a inscrição "Ordem e Progresso", sempre em verde, é uma forma abreviada do lema político positivista cujo autor é o francês Auguste Comte: <i>O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observamos que, embora a motivação do verde de ambas as bandeiras estejam relacionadas aos ideais positivistas, a significação que é evocada dessa cor atualmente na bandeira brasileira é bastante diferente da significação do verde da bandeira portuguesa. Enquanto o verde em nossa bandeira simboliza as nossas matas, na de Portugal representa a esperança daquele povo em relação aos ideais positivistas. O amarelo é a esfera militar na bandeira de Portugal, representando as descobertas marítimas portuguesas realizadas nos séculos XV e XVI; enquanto que, para nosso contexto cultural, o amarelo evoca o ouro e outras riquezas minerais.

Kress e van Leeuwen (1996) asseveram que, como a comunicação não acontece apenas entre pessoas de um mesmo grupo social, é preciso que a teoria da modalidade forneça explicações no caso das mensagens que exprimem valores e crenças dos outros grupos. Quanto ao emprego das cores, os autores asseveram que elas têm emprego afetivo, uma vez que existem para serem experimentadas por meio dos sentidos e das emoções.

Para eles, a modalidade visual baseia-se em padrões de realidade determinados cultural e historicamente e não na correspondência objetiva entre a imagem visual e a realidade definida independentemente. As imagens repre-

sentam as relações entre pessoas, lugares e as coisas em um complexo conjunto de relações que podem existir entre imagens e aqueles que as observam. Uma determinada imagem contém um grande número de relações representacionais e interativas.

De acordo com a Teoria da Multimodalidade, os textos são multimodais fazendo sentidos múltiplos. Nesse sentido, os autores traçam os quatro domínios da prática na qual os sentidos são predominantemente realizados, para mostrar a relação entre a Linguística Funcional de Halliday, por razões de compatibilidade potencial de descrição dos diferentes modos. No entanto, eles não veem essas camadas como sendo ordenadas hierarquicamente, como uma após outra. As quatro camadas são:

- a) **discurso:** são conhecimentos socialmente construídos (algum conhecimento da) da realidade. Por “socialmente construídos”, eles querem dizer que os discursos desenvolvem-se em contextos sociais específicos, de modo que são apropriados para os interesses dos atores sociais situados. Esses contextos podem ser muito amplos (como a Europa Ocidental ou uma família), ou contextos explicitamente institucionalizados (jornal) ou um bate-papo em uma mesa de jantar, e assim sucessivamente. Exemplos nos jornais seriam os discursos de guerra sobre o conflito ético que servem aos interesses dos países onde eles são produzidos, à medida que são percebidos pelo público leitor desses veículos de comunicação.

Os discursos podem ser realizados de diferentes maneiras. Os de guerra sobre o conflito étnico, por exemplo, podem se realizados como (parte de) uma conversa durante um jantar, um documentário de TV, uma coluna de jornal, e assim sucessivamente;

- b) **design:** é a conceitualização da forma dos produtos e dos eventos semióticos; é o entremeio entre o conteúdo e a expressão. *Design* são maneiras de realizar discursos em contextos determinados. Mas *designs* também acrescentam algo novo: eles realizam a situação de comunicação que muda o conhecimento socialmente construído na interação social; o mesmo *design* pode ser realizado de formas diferentes. A mesma história pode ser contada em um filme de estilo clássico ou ser uma história de catástrofe, dados os propósitos e a concepção de quem será a audiência;
- c) **produção:** é a articulação na forma material dos produtos ou eventos, para a produção material real do produto. Outros conjuntos completos de habilidades estão envolvidos neste processo: habilidades técnicas, habilidades manuais e visuais etc. A preocupação desses autores é quanto às fontes que possibilitam a produção semiótica;

Faltam neste pressuposto dos autores a habilidade discursiva e a dimensão ideológica no processo de produção. Para Fairclough (2001a), a prática discursiva e ideológica envolve três níveis: os processos de *produção, distribuição e consumo* de texto. Em Kress e van Leeuwen (2001), o *consumo* está inserido na *distribuição* e na *interpretação*, como momentos interdependentes. Segundo aquele autor, na *produção* os textos são determinados de maneira particular e em contextos sociais específicos. Ele afirma que o artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva, e muitos artigos de jornal feitos coletivamente são assinados apenas por uma pessoa. Um único produtor pode ocupar um conjunto de posições distintas: idealiza, fala/escreve, editora, publica etc.;

- d) **distribuição:** é a reprodução dos produtos e dos eventos semióticos; tende a ser vista como não semiótica, por não acrescentar nenhum sentido, mas como mero facilitador das funções pragmáticas de preservação e de distribuição. No modelo multimodal, a comunicação só é efetivada quando ocorrer *articulação* e *interpretação*. A comunicação depende do que alguma comunidade tenha decidido sobre algum aspecto do mundo que tenha sido acordado (articulado) para ser interpretado. Os *intérpretes* precisam suprir o conhecimento semiótico em todos os quatro níveis levantados pelos autores: *discurso, design, produção e distribuição*.

No nível de *distribuição*, os intérpretes precisam saber, por exemplo, se estão diante de um original ou de uma reprodução; no segundo e terceiro níveis, precisam saber os valores respectivos entre *design* e *produção*; em última instância, *discurso* e *design* cumprem seus papéis também na interpretação, mesmo que uma interação possa ser experienciada diferentemente e um discurso dado possa ser interpretado de outra maneira da intenção planejada. Por exemplo, uma história pode ser escrita para entreter, mas o interlocutor pode assim não aceitar por causa de questões várias – raciais, culturais, ideológicas, religiosas.

Quanto à *distribuição* segundo Fairclough (2001a), alguns textos têm distribuição simples – na conversação casual, vale o contexto imediato de situação; outros têm distribuição complexa – textos produzidos por líderes políticos. Produtores em organizações governamentais sofisticadas produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. A *distribuição* para esse autor é de extrema importância, porque, quanto maior e mais eficientes forem os meios de difusão, maior será o consumo e, por consequência, maior disseminação da Ideologia. A preocupação de Thompson (1995) em estudar a Ideologia nos meios de comunicação de massa complementa esta dimensão da *distribuição*. Ele ressalta que uma

análise satisfatória da Ideologia nas sociedades deve estar baseada, ao menos em parte, em uma compreensão da natureza e do desenvolvimento da comunicação de massa.

Para Kress e van Leeuwen (2001), o grau em que a intenção e a interpretação serão compatíveis dependerá do contexto. Por exemplo, a maioria de nós interpreta um sinal de trânsito da mesma maneira (há diferenças de reação: desacelera o carro, ou aumenta a velocidade para fugir do sinal vermelho?), a menos que isso esteja particularmente mal elaborado, ou o intérprete tenha vindo recentemente de um lugar que não exista trânsito. Mas quando, por exemplo, um sinal de trânsito está exposto como uma peça de arte em uma galeria, nossas interpretações irão provavelmente diferir.

Quanto às *configurações estratiformes*, no nível da organização social da produção semiótica, configurações diferentes de discurso, de *design*, de produção e de distribuição podem ocorrer, segundo Kress e van Leeuwen. Três dessas podem fundir-se, por exemplo, em uma conversa cotidiana, em que qualquer produtor ou ouvinte agrega habilidades de discurso, de *design* e de produção e provavelmente as experieciem subjetivamente como as mesmas e as únicas habilidades. Assim, os falantes precisam recorrer a discursos, a conhecimentos que são socialmente estruturados para os propósitos em mente; eles precisam saber como formular esses eventos; e precisam ser hábeis para realizá-los.

Para os autores, sabemos que *design* e produção estão às vezes unidos, de forma que produções diferentes do mesmo *design* podem ser vistas como “dizendo a mesma coisa” (v.g. desempenhos em música clássica) e às vezes separados (v.g. desempenhos em jazz, em que duas versões diferentes da mesma melodia podem ser executadas diferentemente). Isso torna a visão da Semiótica fundamentalmente diferente da sociedade oral em que o conhecimento é indissolúvelmente unido na sua formulação.

Os autores discutem, ainda, dois princípios semelhantes. O primeiro é a fonte de onde os signos provêm. A ideia aqui é a de que nós constantemente “importamos” signos de outros contextos (de outras épocas, de grupos sociais, de culturas diferentes) para o contexto no qual estamos inseridos atualmente, transformando-os em outros signos, para significar ideias e valores que são associados àquele outro contexto.

Em Kress *et al.* (2000), a análise semiótico-social do texto multimodal parte de alguns pressupostos, que caracterizam os textos multimodais da seguinte forma:

- a) um conjunto de recursos semióticos está sempre presente em toda produção ou leitura desses recursos;
- b) cada modalidade tem suas potencialidades específicas de representação e de comunicação produzidas culturalmente, mas inerentes a cada modo;

- c) é preciso compreender a maneira de ler essas produções como coerentes em si mesmas;
- d) tanto os produtores quanto os interlocutores têm poder em relação aos recursos semióticos;
- e) escritores e leitores produzem signos complexos que emergem do “interesse” do produtor;
- f) o “interesse” determina a convergência de um complexo conjunto de fatores: histórias sociais e culturais, contextos sociais atuais, inclusive expectativas do produtor dos signos sobre o contexto comunicativo;
- g) o interesse em representações aptas e em uma comunicação efetiva significa que os produtores de signos elegem significantes (formas) apropriados para expressar sentidos, de maneira que a relação entre um e outro não resulte arbitrária, mas motivada (exemplo da análise das bandeiras).

Para Mattiessen (2007, *apud* FERRAZ, 2012), a Multimodalidade é uma ferramenta inerente a todos os aspectos de nossas vidas, como tem sido através da evolução humana. Para ele, podemos interpretar essa condição de multimodalidade penetrante, “de cima” em termos de organização estratal de sistemas semióticos, pela referência de contexto cultural em que diferentes sistemas semióticos operam, como sugerido por Halliday ([1977] 2003): essencialmente a linguagem expressa os significados a ela inerentes e que definem a cultura – a informação que constitui o sistema social.

2.3. Gramática visual

O objetivo de Kress e van Leeuwen (1996) na obra *Reading images: the grammar of visual design (Lendo imagens: a gramática do desenho visual)*, surgida dentro da Teoria da Multimodalidade, é fornecer listas detalhadas (inventários) das principais estruturas e composições que têm sido estabelecidas como convencionais no curso da história da semiótica visual e analisar como os atuais produtores de imagens as utilizam na composição global do significado. Eles esperam que a teoria seja aplicável a todas as formas de produção de sentidos.

O emprego da expressão *gramática* pode denotar que as estruturas linguísticas são equivalentes às estruturas visuais. Mas não é isso que os autores pensam. Para eles, as estruturas visuais formam significados assim como as estruturas linguísticas e, por meio disso, apontam para diferentes interpretações e diferentes formas de interação social. Segundo Kress e van Leeuwen, como a gramática na área de linguagem descreve as regras de combinação entre elementos formais para compor palavras, frases e textos, a *Gramática visual* irá descrever a maneira como pessoas, lugares e coisas são ordenadas em uma

composição de maior ou menor complexidade ou extensão. Mas essa gramática propõe-se diferente da(s) outra(s) porque valoriza o sentido.

A *Gramática visual* aponta para diferentes interpretações da experiência e para diferentes formas de interação social. Ela pode orientar tanto a análise de uma pintura quanto o *layout* de uma revista, assim como de uma "tirinha" ou de um gráfico científico. Além disso, os autores consideram esta *Gramática* como a que analisa o *design* contemporâneo das culturas ocidentais, e seu foco estende-se também à descrição formal e estética de imagens, às vezes com base na Psicologia da Percepção, ou, às vezes, na descrição pragmática, como, por exemplo, a maneira com que uma composição poderá ser usada (motivada) para atrair a atenção do receptor a determinados pontos, em detrimento de outros.

Segundo eles, os sentidos que podem ser realizados pelas línguas e pela comunicação visual sobrepõem-se em parte, quer dizer, algumas coisas podem ser expressas igualmente no visual ou no verbal; de outra parte, podem divergir: algumas coisas podem ser "ditas" só visualmente, outras só no verbal. Mas, quando podem ser transmitidas em ambos os sistemas, a maneira pela qual elas serão realizadas será diferente. Por exemplo, o que é expresso na língua por meio da escolha entre diferentes classes de palavras ou estrutura sintática, na comunicação visual o será, por exemplo, entres diferentes usos de cores, ou diferentes estruturas composicionais. Por isso, eles pretendem apresentar inventários das principais estruturas composicionais que se têm estabelecido como convenções no curso da história da semiótica visual, e analisar como são usadas para produzir sentidos pelos criadores contemporâneos de *marketing*. Vejam-se os exemplos a seguir. No primeiro exemplo, temos um texto elaborado apenas por elementos verbais, no segundo, pelo visual. No terceiro, concorrem, para a construção de sentido, recursos semióticos verbais e visuais.

No primeiro caso, vejo a escolha de diferentes classes de palavras e estruturas sintáticas. Percebo também a valorização do texto em sua elaboração, figuras de linguagem (metáforas, hipérbole), explorando sentidos e sentimentos do chamado eu-lírico, da subjetividade. Observem-se o léxico empregado "amor", "sussurros"; o emprego das antíteses "palavras mudas que te dediquei", "amor é quando a gente mora um no outro."

Amar:

*Fechei os olhos para não te ver
e a minha boca para não dizer...*

*E dos meus olhos fechados desceram lágrimas que não enxuguei,
e da minha boca fechada nasceram sussurros
e palavras mudas que te dediquei...*

O amor é quando a gente mora um no outro.

Mário Quintana

Kress e van Leeuwen (1996) partem da visão dos linguistas e de suas escolas que veem as formas gramaticais como recursos para mudar ou moldar a interpretação de experiência e formas da interação social. Para eles, da mesma forma que para Halliday (1985), a gramática vai além das regras formais de correção. Ela é um meio de representação de modelos de experiência... Ela possibilita aos seres humanos construir uma imagem mental da realidade, tomar consciência de suas experiências, do que acontece ao redor e dentro deles.

Fonte: *O grito*, Edvard Munch (1893/1896).

Figura 23 – O grito

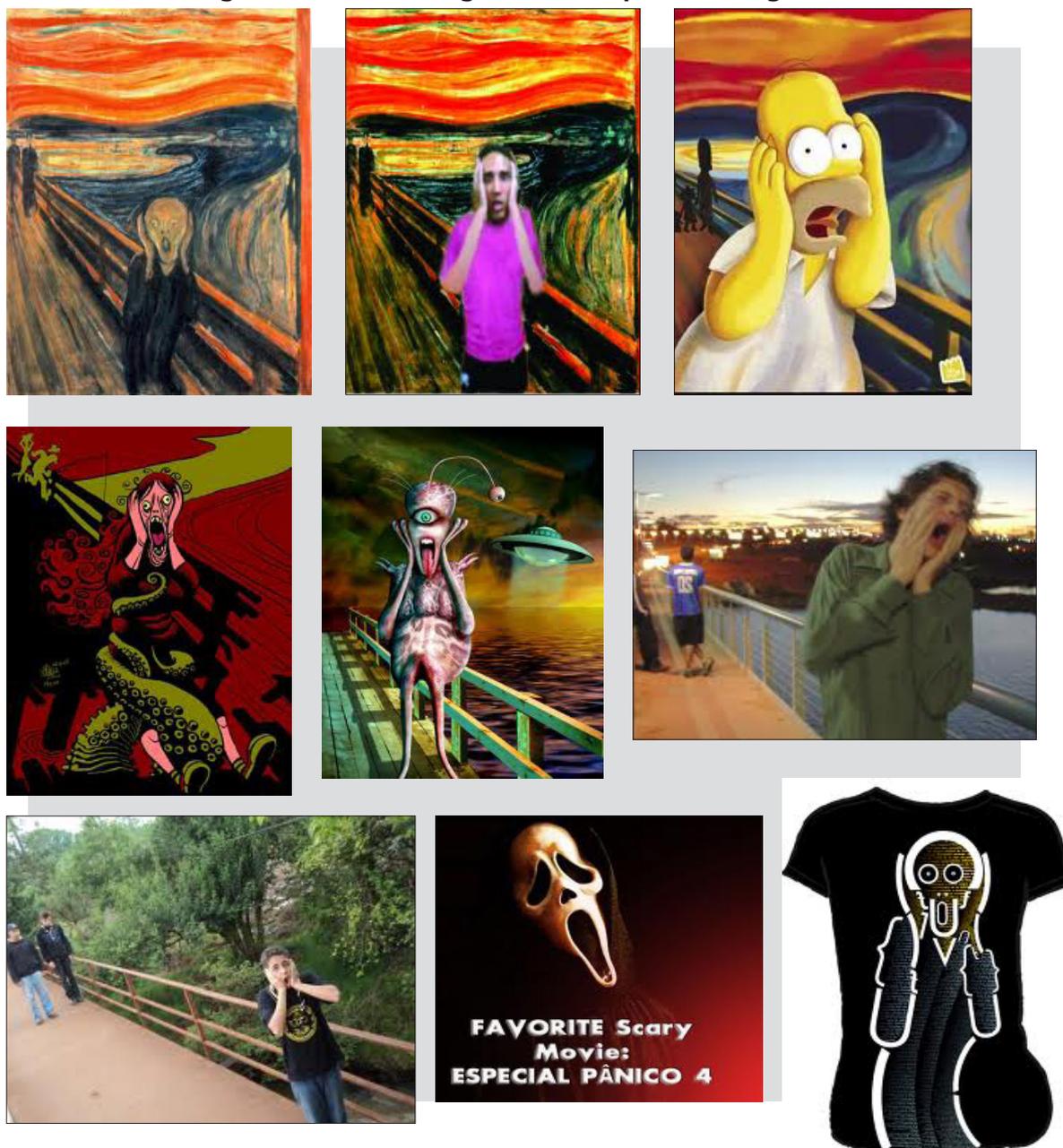


No segundo caso (figura 23), a comunicação é exercida completamente por meio de recursos imagéticos, diferentes usos de cores e de estruturas composicionais: primeiro plano, segundo plano; cores fortes e contrastantes em pinceladas rápidas e distorcidas que parecem acompanhar o horror do "grito".

As formas gramaticais, segundo Kress e van Leeuwen (1996), como já dito anteriormente, são recursos para mudar e moldar a interpretação da experiência. Uma palavra pode assumir vários sentidos de acordo com o contexto linguístico e social. A palavra "fino", sem o contexto, torna-se vaga. Se a lexicalizarmos, seu sentido será ancorado, assumindo

um de seus aspectos semânticos e sociais: "a casa é *fina* ", "o rapaz é *fino* ", "o livro é *fino* ", "o cabelo é *fino* " etc. A palavra "fino" é a mesma, o que muda são os usos que o falante modaliza. Essa prerrogativa não é só das categorias linguísticas. As imagens também podem ser reconfiguradas e construir diferentes sentidos e experiências. Veja-se a pintura *O grito*, de Munch, em diferentes usos e diferentes contextos sociais, por meio de uma inter-imagetividade (figura 24).¹

¹ Fontes pela ordem de apresentação: virgiliofreire.blogspot.com; pajaracas.blogspot.com; osbodesbarbudos.blogspot.com.br; quotesy.org; funkwood.deviantart.com; lialessa.wordpress.com; getaruma.blogspot.com; lucasfilmes.wordpress.com; signik.com.

Figura 24 – Inter-imageticidade a partir de *O grito*

No último (figura 25), temos a composição do sentido por meio de recursos linguísticos e visuais. Há um compasso entre essas duas categorias. Quanto à seleção dos elementos linguísticos, revela uma crítica à pacificação das favelas: “Pacificar foi fácil. Quero ver dominar”. O jogo dos tempos verbais, passado (“foi”) e o presente (“quero ver”), remete-nos à interpretação de que a pacificação da favela é algo que se realiza de forma mais fácil pelo uso de força policial, mas dominar – as mulheres e a comunidade da favela – é mais difícil. A fala é atribuída à personagem principal. Veja-se o verbo em primeira pessoa (“quero”). Isso é reforçado pelo fato de ela ser uma moradora da Rocinha.

Figura 25 – Propaganda da Duloren



Fonte: Duloren

Figura 26 – Propaganda da Duloren
(recorte 1)



No colo (figura 26), ela usa um pingente com o símbolo de infinito. O símbolo de infinito na Matemática, na Filosofia e na Teologia indica algo que não tem início, nem fim, ou não tem limites. O símbolo reforça o caráter do ir e vir das invasões.

Figura 27 – Propaganda da Duloren
(recorte 2)



A atitude física da personagem (mão na cintura e ombro ligeiramente curvado para frente) é desafiadora. O olhar é indiferente, é de desdém (figura 27).

Ela levou a “nocaute” o policial (segundo plano) que se encontra inerte. Há uma ambiguidade imagética que nos remete a dois discursos. O nocaute foi sexual ou foi apenas uma luta? Veja-se que é difícil falarmos em sexo uma vez que a vítima está vestida, e ela está com roupa íntima. Só pode ter sido pela luta. O uniforme, a indumentária de guerra, do policial equivale ao “uniforme” de luta feminina, roupa íntima.

A última peça do uniforme do policial que restou foi o quepe, segurado por ela em atitude descarte (figura 28).

O policial é investido de triplo poder social – faz parte do BOPE, grupo de elite da Polícia, é um representante da classe branca, e é homen. Rendeu-se ao poder da mulher negra e favelada empoderada pelo uso da Duloren. Se a Duloren lhe deu poder é porque ela não o tinha: “Você não imagina do que uma Duloren é capaz”. A empresa tenciona atingir todas as classes sociais e todas as mulheres com a venda de seus produtos? Veja-se que ela é depiladora; no contexto da imagem, é uma personagem; na vida real, é uma moradora da favela Rocinha.

Há, também, um jogo de intertextualidade entre causas sociais (invasão, violência social) das favelas e a liberação feminina. A atitude da personagem vai de encontro à imagem de uma mulher submissa, típica de algumas culturas que, segundo Silveira (2011), está situada no espaço lar e identificada, primordialmente, pela sua capacidade procriadora. O feminino é, então, representado sempre associado à criação dos filhos e ao trabalho doméstico. Essa é a forma pela qual uma fonte de identidade é normatizada, representada em vários discursos, inclusive. Abaixo, temos uma típica mulher americana dos anos de 1950, que ilustra a passagem da autora:

Figura 28 – Propaganda da Duloren (recorte 3)



Figura 29 – Dona de casa americana – anos de 1950



Fonte: open.
saloon.com

A personagem representada na propaganda da Duloren (figura 25), diferentemente da personagem da figura 29, quebra os paradigmas de mulher tipicamente construída pelo patriarcado. Ela já seria um resultado das transformações pelo questionamento do patriarcado pelas mulheres partir da segunda metade do século XX. Para se chegar a isso, Silveira (2011) afirma que houve vários movimentos para modificar a representação do gênero feminino. Dessa forma, passou-se a rejeitar o conjunto das disposições políticas pelas quais uma dada sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana de forma a ir além do modo concreto e histórico em que essas disposições foram organizadas para a manutenção do patriarcado. Atualmente, segundo ela, verifica-se no Brasil um movimento das mulheres para melhorar sua posição dentro do contexto geral da sociedade, abandonando sua subordinação ao masculino. Esta propaganda já representaria estas transformações.

Para Kress e van Leeuwen (1996), quando um modelo semiótico exerce papel dominante na comunicação pública, seu uso inevitavelmente será limitado por regras reforçadas pela educação, por exemplo, e por meio de todos os tipos de sanções sociais escritas e não escritas. Apenas uma pequena elite de expertos é capaz de quebrá-las. Nessa mudança, antes de tudo, torna-se necessário manter aberta a possibilidade de mudança. Pois os autores acreditam que a comunicação visual está se tornando menos do domínio dos especialistas, e mais crucial nos domínios da comunicação pública, que é o caso da propaganda analisada.

A ênfase dada por eles à unidade da comunicação visual não exclui a possibilidade de variação regional e social, pois a unidade do *design* ocidental não é mais o caráter intrínseco da visualidade, mas deriva do poder global das indústrias da cultura e da comunicação de massa e suas tecnologias. A análise da comunicação visual é, ou deveria ser, elemento importante das disciplinas de cunho crítico, a considerar-se que as imagens visuais são inteiramente tomadas pelo domínio da Ideologia, pois se prestam – sempre – para a emergência de posições ideológicas.

A consideração dos elementos visuais nas produções de vários domínios da vida, em que a linguagem verbal era a única e modelo dominante, é, na visão dos autores, um tema bastante significativo. De outra parte, nesta linha de pensamento, o emprego da *Gramática visual* deve ser visto como um instrumental de análise crítica, e não como ferramenta descritiva. Jewitt e Oyama (2001) acrescentam que na prática a Semiótica Social visual deve ser aliada a outras teorias, como as teorias sociais, por exemplo, a fim de explicar os resultados das análises, exigência que igualmente é observada nesta pesquisa.

Nas análises anteriores, apliquei os princípios gerais da Semiótica Social, da Multimodalidade e da *Gramática visual*. Nas Subseções 3 e 3.1, retomo es-

ses mesmos princípios teóricos na análise crítica empreendida na atividade de Revisão, preconizada nos manuais e nas práticas cotidianas de revisores.

3. Manuais de Revisão e a consideração das imagens visuais

Quanto à consideração multissemiótica no processo de revisão, os manuais, sob a perspectiva da Semiótica Social e da Multimodalidade, pecam, pois consideram as imagens visuais apenas no processo de formatação – cuidados que se devem ter na organização dentro do texto, na qualidade, dicas sobre o emprego técnico desse material. As imagens neste contexto figuram, quase sempre, como meras ilustrações.

Para Pinto (1993), as ilustrações são quaisquer imagens ou figuras que acompanham o texto, tais como desenhos, diagramas, esquemas, organogramas, fotografias, mapas, quadros etc. Ela afirma que as ilustrações podem complementar o texto integrando-se a ele como um seguimento seu ou apenas suplementá-lo – neste caso, são colocadas nas proximidades do assunto a que se referem.

Medeiros *et al.* (1995) aconselha o esforço do autor em condensar informações em quadros ou transcrever alguma tabela necessária para que o texto não fique sem nenhuma ilustração. A inteligibilidade e a informação proporcionadas por esse recurso, para ele, são o objetivo principal.

Medeiros (2002), na subseção 2.6 *Ilustrações*, dá-nos dicas de cuidados que se devem ter no emprego das ilustrações. Para ele, o ideal é 300 dpis. As ilustrações para ele podem ser utilizadas em diversos tipos de textos. Além disso, o profissional de desenho pode ilustrar adequadamente um texto.

Quanto à seleção de famílias de letras (fontes), afirma que, com a difusão dos microcomputadores, cada vez mais apresentam um sem-número de fontes. O texto escrito pode contar hoje com riquíssima possibilidade de variação. Diz que *Times new roman* é uma tipia² de fácil leitura, pois tem acabamento melhor. Para ele, o emprego de uma família de letras é uma questão de gosto. Sobre o emprego de família de letras, finaliza a subseção dando-nos conselhos sobre a técnica de seu emprego, que não vão além do que já se afirmou antes.

A perspectiva do autor vai de encontro à visão da Semiótica Social. Para van Leeuwen (2005), explicando-nos as razões sociais para as inovações semióticas, as sociedades mudam, novas fontes semióticas e novas maneiras de utilizar os recursos semióticos disponíveis fazem-se necessários. Para ele, por muito tempo, a tipografia debruçou-se como um instrumento de transmissão de

² A evolução do desenho das letras tipográficas deu origem a vários estilos, comumente chamados FONTES: **gótico** – cerca de 1450; **antiqua** – Século XVI; **Garamond** – cerca de 1500; **Bodoni** – Século XVII.

ideias não indo além da função textual. Para o mesmo autor, a tipografia pode expressar sentimento ou humor que podem estar em harmonia com o sentido das palavras. Para muitos, a escrita e a caligrafia são artes abstratas. O que move este pensamento é uma perspectiva formal, gráfica.

De repente, para ele, a tipografia vê-se confrontada com novos desafios provocados por resultado de pesquisas de diversas áreas e de práticas que têm sido atualmente experimentadas. Hoje, os tipógrafos procuram eliminar as fronteiras entre tipografia e outras artes gráficas e fotográficas e reconhecem a natureza semiótica da escrita.

Citando Bellantoni e Woolman (1999), van Leeuwen diz que a palavra impressa possui dois níveis de significação, a imagem da palavra, que é a ideia representada pela própria palavra, construída a partir de uma sequência de letras, e a imagem tipográfica, pela impressão holística e visual.

Para ele, a tipografia está envolvida de forma vital no forjamento do novo relacionamento entre imagens, gráfico e forma de letras na comunicação mediada pelo computador.

A perspectiva de Medeiros sobre a função das famílias de letras é denotativa – a forma tem uma significação direta com o sentido. Para van Leeuwen (2005), elas podem fazer muito mais. Podem significar pela forma das letras, mas, também, por meio de cores, textura, por meio da perspectiva, por meio do enquadramento e do movimento. Isso mostra como a tipografia pode ser completamente multimodal. Toda essa visão multimodal da tipografia não é apenas mérito dela, faz parte de uma linguagem visual multifacetada que tem em comum com as imagens, produção de *design*, decoração de interiores, arquitetura, e muito mais.

Veja-se, a seguir, como letras podem significar para além de uma forma gráfica. As análises da forma gráfica serão feitas nos níveis denotativo, denotativo/conotativo/visual e abstrato. Usarei cartazes de filmes de *Drácula* e, em um nível mais abstrato, a pichação.

Observem-se os elementos de composição de escrita dos dois cartazes da série do filme *Drácula*, um de 1931 o outro de 1994. No primeiro pôster (figura 30), sem recursos gráficos mecânicos, a escrita manual, em um primeiro momento, possui sentido denotativo, as palavras, sintagmas e frases, sendo opacas, têm uma função informativa sobre o filme. Não há um trabalho simbólico entre o gráfico e o visual, como veremos na análise do último cartaz. Nesse contexto de escrita, sem recursos gráficos modernos (família de letras, *bold*³, *cerifa*⁴ etc.),

³ Negrito.

⁴ São os pequenos traços e prolongamentos que ocorrem no fim das hastes das letras. Exemplo: **AaBbCc**. São geralmente empregadas em blocos de texto (como em um romance), pois a *cerifa* tende a guiar o olhar através do texto. O leitor lê palavras ao invés de letras individuais, dessa forma as letras *cerifadas* parecem juntar-se devido aos prolongamentos e assim unir as palavras.

lança-se mão de outras formas de composição de escrita, como aspas (veja-se o destaque que foi dado à palavra "DRACULA"), letra maiúscula, minúscula (o sintagma "creación de"), sublinhado, letra deitada (itálico?) o que já é significativo em termos de hierarquia e de destaque das informações do filme, mas não é uma reconfiguração do gráfico com o visual.

**Figura 30 – *Drácula* (1931) –
Max Glucksman**



**Figura 31 – *Drácula* (1994) –
Neil Jordan**



A tecnologia moderna permite-nos uma uniformidade de expressões gráficas – a escolha de uma família de letras e de corpo pré-determinada (caixa alta, caixa baixa, corpo 12, itálico, negrito etc.). Já a escrita manual não consegue manter essa uniformidade. Veja-se, nesse sentido, a letra "s" e suas variações de forma em diferentes palavras do cartaz do filme. Será que essas variações estão ligadas à subjetividade do produtor do cartaz?

A escrita do segundo cartaz (figura 31) é resultado de uma tecnologia moderna, o computador. Dessa forma mantém uma uniformização gráfica. A cor branca foi empregada para não "brigar" com a imagem de fundo. Mas há um jogo simbólico na escolha do tamanho das letras e posição o que implica a hierarquia das informações. Note-se que o nome "Tom Cruise" vem em primeiro lugar, antes do restante do elenco (Brad Pitt, Antonio Banderas, Stephen Rear etc.), inclusive antes do título do filme! Isso geralmente ocorre na indústria cinematográfica quando um ator ou atriz são de grande sucesso no momento do lançamento do filme e pode render bilheteria.

A imagem a seguir é uma pichação (figura 32). Por que é apenas uma imagem? Apesar de ter alguns elementos que lembram a escrita sistematizada como "x 8, interrogação, A, N, M, 08", não há um inter-relacionamento dos elementos gráficos que concorram para a significação global, para uma mensagem como ha-

Fontes: Figura 30
www.spookyisles.com.
Figura 31
www.en.wikipedia.org

bitualmente conhecemos por meio de elementos linguísticos. Não há dois níveis de significação – a imagem da palavra (ideia representada pela própria palavra), construída a partir de uma sequência de letras, e nem a imagem tipográfica. Assim não temos uma forma ligada diretamente ao sentido.

Para sua interpretação, recorreremos ao extralinguístico que nos ajudará a ancorar o sentido de *pichar*. Pichar é escrever ou rabiscar em muros, fachadas, asfalto ou até monumentos, usando tinta em *spray* aerossol, quase indelével, estêncil ou mesmo rolo de tinta. Geralmente são formas de protesto ou insulto, assinaturas pessoais, declarações de amor ou forma de demarcação de territórios entre grupos – às vezes gangues rivais. Dentro de todas as possibilidades de uso da pichação, ela é polissêmica, sua interpretação situa-se em questões sociais, uma vez que a forma gráfica não nos ajuda na interpretação.

Figura 32 – Pichação



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/catherinedixon/3582580473/>

Podem-se construir múltiplos sentidos com a palavra impressa, mesmo sem imagens visuais. Como afirmei antes, as *famílias* de letras, além de denotar (visão tradicional da tipografia – parte gráfica comporta-se de acordo com o sentido pretendido), pode ser associada a recursos visuais – a palavra “verde”, por exemplo, pode ser formada por elementos linguísticos e pela cor **verde** ou “verde” pode ser formada por elementos da natureza, folhas, raízes, frutos ⁵ (recursos de sentido co-atuantes, em que o visual reforça o sentido das palavras – o princípio da opacidade linguística perde seu sentido); além disso, a seleção de uma família de letras pode estar associada a produções escritas formais ou informais (Times New Roman e Arial são mais apropriadas para trabalhos acadêmicos, jamais eu poderia empregar **ROSEWOOD STD REGULAR** (ideia de carimbo, chancela, tipia pesada, “tom” de envelhecimento). Além desses elementos gráficos, concorrem também

⁵ Disponível em: <apalavrachave.wordpress.com>. Acesso em 6 de junho às 21h07.

para a construção de sentido a formatação (livro, *folder*, cartilhas, jornais, revistas etc.) que, quase sempre, adequa-se ao gênero textual); o emprego de *itálico* (para dar destaque a uma expressão, para marcar palavra estrangeira, estranha ao sistema etc.), **negrito**, sublinhado (para destacar ou frisar um termo); Caixa-Alta-e-Baixa (na individualização do ser, respeito, relações de poder etc.), emprego de “aspas” (por ironia, para frisar um termo etc.); o tipo de papel na impressão desta tese (o papel reciclado é mais politicamente correto na atualidade), gramatura do papel etc. (papel couchê etc.).

Esses usos não têm nada que ver com arbitrariedade, fazendo uma referência a uma das célebres dicotomias do signo linguístico de Saussure – significante e significado. Na maioria dos casos, escolhermos o significante porque os vemos como aptos para os nossos propósitos do momento.

Kress (*apud* van Leeuwen, 2005), em um ensaio intitulado “Contra arbitrariedade” (1993), invoca o ponto de vista semiótica social que o sentido é produzido em uso: “Os signos são sempre motivados pelos interesses dos produtores, e pelas características do objeto.”

Figura 33 – Drácula (1992) – Bram Stokers



Fonte: www.en.wikipedia.org

A escrita do cartaz (figura 33) reflete mais um trabalho simbólico entre o gráfico e o visual. Esta divulgação do filme *Drácula* recebeu um trabalho simbólico mais elaborado entre o gráfico e o visual. As letras da palavra “Drácula” invocam sentidos vários. A cor vermelha entra nessa composição, pois um elemento vital do ser humano é o sangue, e este é vermelho. O sangue para Drácula é vida, pois alimenta-se do sangue humano e rouba-lhe a alma. As letras

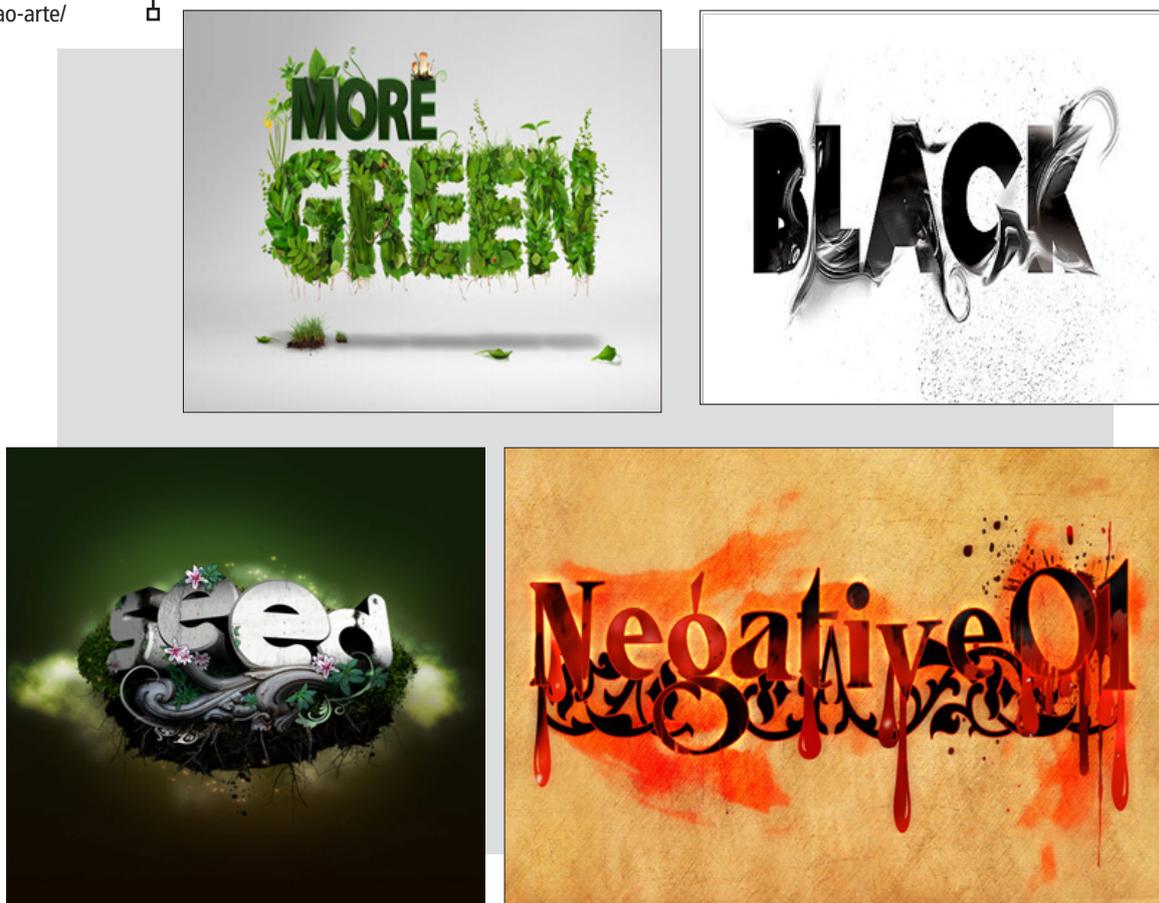
possuem forma de esguicho de sangue (mordida rápida, seguida de jato) que escorre em uma superfície vertical como uma parede. Esta escrita e arte gráfica contribuem para a construção do sentido da lenda e por consequência do filme.

A cor, a tipografia e o leiaute são importantes recursos semióticos nos textos modernos. Uma das afirmações de van Leeuwen (2011) é a de que, semioticamente, a cor sempre foi capaz de transportar significados ideacionais, interpessoais e textuais.

Vejamos mais letras (figura 34) significando para além da forma gráfica, em que uso da forma gráfica é associado à imagem que ela representa, tornando a mensagem mais interpretável:

Fonte: www.mais-net.net/2010/12/tipos-de-letra-sao-arte/

Figura 34 – Exemplos da interação entre escrita e imagem



Para dar continuidade às análises dos manuais de Revisão, no quesito ilustrações e fotografias, Medeiros (2002) afirma que o autor deve ilustrar o texto com figuras (gráficos), quadros e tabelas. Para ele a função desses elementos é informar. Quanto ao emprego de fotografias, aconselha-nos que tenhamos sempre presente que a impressão de uma foto pode não revelar a mesma qualidade que reproduzida em papel de fotografia e há de se questionar a ne-

cessidade da foto, se ela enriquece o texto, ou ajuda a tornar a página mais agradável visualmente.

Por que o autor tem de “ilustrar” o texto com figuras (gráficos), quadros e tabelas? Qual é a importância dessas imagens para compor o sentido do texto ou para facilitar a leitura? A Semiótica Social chama-nos atenção sobre a necessidade de mudarmos a concepção de linguagem e sobre a consideração de diferentes formas de representação. Será que os conselhos editoriais de Medeiros têm essa preocupação?

Segundo Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen (1988), durante as últimas décadas, as tendências teóricas no terreno visual foram bastante confusas. Muitas análises de texto deram importância aos elementos visuais, mas os tratavam como se fossem relativamente “legíveis” sem maiores problemas, autônomos. O ponto de vista de Medeiros situa-se nesse paradigma, uma vez que aconselha o emprego de imagens como mera ilustração.

O autor afirma ainda que se deve ter cuidado técnico na seleção e no tratamento das imagens na apresentação do assunto, mas desconsidera a organização interna delas. Desse modo, vê-as como relativamente legíveis, sem maiores problemas, autônomas, o que torna o emprego ingênuo.

A capa para Medeiros (2002) tem a função de proteção externa do livro, que pode ser confeccionada em papel, cartolina, couro, plástico. Ele cita uma observação singular de Eugen Aloysius Hirsch, ilustrador de capa no Rio de Janeiro, que primeiro mudou a “cara” dos livros brasileiros, para quem as capas dos livros devem ser agressivas, uma vez que o brasileiro não tem o costume de ler (sic).

Na revisão da capa, o autor reduz mais uma vez o papel do revisor agora quanto às imagens. Antes a função do revisor já era redutora, limitado, sobre o poder de decisão no texto escrito, agora essa redução estende-se à imagem. Para ele, na revisão da capa, devem-se ter os seguintes cuidados (*checklist*):

- a) confronte o nome do autor, ou autores, com frontispício das provas do livro;
- b) toda informação duplicada, ou seja, que consta de mais de um lugar do texto, deve ser confrontada;
- c) verifique o sobrenome do autor na lombada, bem como o título da obra, confrontando-os com o frontispício do livro;
- d) compare o nome do autor que aparece nas várias partes do livro (frontispícios e quarta-capas, principalmente), bem como o título da obra que aparece no frontispício de na capa;
- e) leia e releia o texto da quarta-capas, preocupando-se com erros gráficos;

- f) confronte o número de ISBN e o código de barras com a mesma informação do verso do frontispício;
- g) faça a conferência do código de barras por meio de leitura óptica;
- h) a revisão da capa não deve ser feita diretamente na tela do computador e sempre ser realizada por profissional de Revisão.

Voltando-se à Pinto (1993), concordo com ela ao afirmar que a imagem pode suplementar o sentido do texto integrando-o, mas discordo de que as figuras apenas acompanham o texto como também o faço em relação às afirmações de Medeiros de que o uso das ilustrações é essencial para que o texto não fique "sem" imagem, e que a utilização de figuras seja apenas uma ilustração.

Para Medeiros, a imagem, nesse caso, entra como ilustração para tornar o texto mais "agradável", como mera composição, e não como auxiliar no sentido do texto; a imagem torna-se uma mera escrava do texto. Concordo com ele quando afirma que a apresentação gráfica de informações por meio de figuras, gráficos (diagramas), quadros, tabelas permite a interpretação da informação de forma rápida e objetiva. Aqui se verifica o uso das imagens como uma estratégia de maior inteligibilidade do texto. Mas discordo que a capa tem mera função de proteção externa do livro. A capa, segundo White (2006), não é apenas um processo artístico. Para ele, neste mercado acirradamente competitivo, cada publicação deve deixar sua marca, e a capa incorpora essa característica e ostenta esse sentido de identidade. A capa deve ter "sangue-frio" e ser comercial, primeiro e acima de tudo. Ela não só é a página mais vital por ser uma vitrine que representa "você", mas também porque tem outras funções essenciais e inter-relacionadas. Para ele a capa deve ser:

- a) reconhecível de uma edição para outra;
- b) emocionalmente irresistível;
- c) magnética e capaz de despertar curiosidade;
- d) intelectualmente estimulante;
- e) eficiente, rápida, fácil de varrer com o olhar;
- f) lógica.

Ainda para o autor, a capa é um pôster em miniatura, como um cartaz emitindo sua mensagem enquanto você passa "a cem por hora". Esse ponto de vista é compartilhado com Dondis (2007). Esta autora afirma que, quando se ilustra uma obra, é levar ao público uma informação visual, informação que em geral significa a expansão de uma linguagem verbal.

Hodge e Kress (1988) veem a comunicação essencialmente como um processo, não como um conjunto isolado de significados ou textos. Nesse sentido a capa de uma publicação não é mera proteção porque, segundo estes

autores, o sentido é produzido e reproduzido sob condições sociais específicas por meio de vários instrumentos e agentes. Pensar a linguagem como processo é pensá-la como ação. Desse modo, as pessoas, os agentes, agem sobre as outras pessoas e sobre o mundo, como afirma Fairclough (2001a). A capa, como afirma White (2006), é um *marketing* da obra, por isso, em sua elaboração, temos de partir do pressuposto de que os interesses de quem produz um signo (nesta pesquisa é capa) deve levar a uma relação motivada entre significante e significado, destacando a Ideologia presente nessa relação, principalmente em representações visuais (HODGE; KRESS, 1988).

Voltemos à análise das imagens nos livros de Revisão. Malta (2000) não nos apresenta um capítulo sobre a importância delas na composição de sentido do texto, mas situa-se nos cuidados no tratamento da imagem. Veja-se a figura 35 abaixo:

Fonte: Malta, 2000, p. 103

Figura 35 – Acidente de carro



Os dois Escorts sobem na calçada na Rua da Consolação depois que as duas motoristas perdem a direção

Neste caso, chama-nos atenção para a imagem invertida, tendo em vista a referência à escrita no itinerário do ônibus. Afirma, ainda, que esse tipo de erro o revisor pode apontar tanto em provas já com as ilustrações no lugar ou em heliográficas. Aqui ele amplia a função do revisor, ao contrário ao que havia afirmado anteriormente na Seção 2.2.

Figura 36 – Propaganda da Pirelli



Ponto, sim; espaço, não
— Reconhecendo que navegamos contra a corrente representada por editoras de porte como a Abril e a Companhia das Letras, *abominamos* espaço entre milhares e milhões. Para nós, tem de ser ponto — e chega! Não vemos lógica em dizer que o Brasil já tem 167 000 000 de habitantes. São 167.000.000 e está acabado. Vejam como fica muito mais lógico e bonito nos dois exemplos seguintes — um anúncio e uma matéria de revista:

□ Fonte: Malta
(2000), p. 74

À página 74, na revisão de um gênero híbrido em que concorrem elementos linguísticos e imagéticos, o autor preocupa-se com a correção linguística (observações à direita), mas desconsidera a imagem, rica para uma análise discursiva.

Para Hodge e Kress (1988), a Ideologia é um fator de todos os modos de representação. Nisso os semióticos sociais diferem daqueles analistas de discurso que encaram as representações visuais como alheias à Ideologia, considerando-as como representativas, ainda que abertas a utilizações ideológicas na comunicação. Eles ainda enfatizam a estruturação sistemática do visual, em uma "sintaxe visual."

Neste caso (figura 36), o autor desconsiderou a Ideologia preocupando-se apenas com categorias formais. Em cada Unidade da Federação, representada por um dos símbolos nacionais, a Bandeira, a Mercedes Benz finca sua marca, os estados são substituídos pelo logotipo da empresa, em uma atitude de colonização; no lugar da expressão "ordem e progresso" há a produção da fabricante.

Em seguida, ele apresenta uma propaganda que, segundo ele, faz uso correto de pontuação em quantidades numéricas:

Figura 37 – Propaganda do Bradesco

Visual renovado

O Bradesco substitui logomarca e dá banho de loja em suas agências

Bradesco estréia roupa nova nesta segunda-feira 9 nas fachadas de agências, talões de cheque, cartões, formulários e demais produtos do banco. Sua identidade visual passa a ser representada por uma logomarca em forma de árvore, cujo objetivo é transmitir mensagens como “crescimento com raízes”, “renovação”, “atendimento democrático”, “solidez”, entre outras. A decisão de mudança de imagem partiu da constatação de que a antiga logomarca, lançada em 1976, já não combinava com a fase de inovação tecnológica e marketing agressivo por que passa a instituição. “O símbolo envelheceu, estávamos defasados nesse aspecto em relação aos serviços e precisávamos de um arejamento”, explicou o presidente do banco Lázaro Brandão, em entrevista a ISTOÉ. Serão gastos na reformulação cerca de R\$ 35 milhões, ao longo de quatro anos — prazo estabelecido para a conclusão do trabalho em toda a rede de 1.910 agências.



ISTOÉ/1445-11/6/97

Fonte: Malta, 2000, p. 75

Note-se o radicalismo do autor quando afirma: “(...) *abominamos* espaço entre milhares e milhões. Para nós tem de ser ponto – e chega!” (figura 37) Há de se pensarem nas possibilidades de uso em gêneros e contextos distintos. Em jornais e revistas, que não têm a preocupação de expressar quantias exatas, como ocorre em estatística e textos jurídicos, e por uma questão de espaço e facilidade de leitura, a quantia pode ser expressa pela forma apro-

ximada – 1,2 milhão, 3,9 bilhões, 57 mil/milhões/bilhões/trilhões. Observe-se quantia na matéria de Veja a seguir:

Figura 38 – Imagem da terra



Fonte: www.veja.abril.com.br

De acordo com a fórmula, a Terra vale 100 vezes o valor do produto interno bruto de todos os países juntos (Nasa)⁵.

Poderia esta quantidade ser representada em Veja assim: “Terra vale U\$ 5. 000.000.000.000.000,00”. A não ser que a revista quisesse colocar esta quantia completa para alarmar. Considere-se, também, que os valores acima de milhão não são inteligíveis para a grande maioria dos usuários de língua. São pouquíssimas pessoas que preenchem um cheque em milhões. Que dirá em quintilhões! De outra parte, o espaço de valor em número e por extenso não tem espaço nas folhas de cheque. Esses espaços destinados a valores possíveis, correntes em nosso dia a dia. De outra parte, o espaço interno das revistas vale “ouro”. A Revista preferirá resevar esse espaço numérico para merchandise.

Na próxima subseção, saio da análise dos manuais de Revisão e foco a prática monomodal de revisores.

3.1. A visão grafocêntrica do revisor

No curso de pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa, com vertente em Revisão de Texto, em uma instituição de ensino privada, pedi aos ingressantes que respondessem, objetivamente, “O que É Ser Revisor de Tex-

⁵ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/terra-vale-5-quatrilhoes-de-dolares-afirma-pesquisador>>. Acessado 30 de abril de 2012, às 13h34.

to". A pergunta justificava-se porque o curso queria introduzir uma nova visão sobre Revisão de Texto, uma vez que os revisores ainda, em muitos contextos, na atualidade, consideram apenas as categorias linguísticas (materiais escritos), a modalidade-padrão ou a mancha gráfica como objeto de trabalho na atividade. De outra parte, o curso tinha uma perspectiva discursiva e multimodal. Alguns resultados, como os que se seguem, serão mostrados aqui. Frise-se que os nomes serão omitidos por questões éticas, utilizando-se as iniciais, local de trabalho, experiência profissional.

Responda objetivamente o que se pede.

O que É Ser Revisor de Texto?

6

Ser revisor é ler atentamente o texto para detectar possíveis erros gramaticais, de coesão, coerência e estilo, com a finalidade de tornar a sua compreensão a mais clara possível ao leitor.

Observem-se os seguintes equívocos da resposta acima: há uma incoerência e uma indeterminação do uso da palavra "gramática". Esta palavra pode referir-se à GT, de vertente grega, nesse caso infere-se uma valorização exacerbada da modalidade-padrão da língua e, por consequência, uma valorização da escrita. Isso fica evidente na análise dos manuais de Revisão. Se "gramática" refere-se a um pensamento descritivo, em uma perspectiva da Linguística, tendo a língua como sistema, como faziam o Estruturalismo e o Gerativismo, estaremos incorrendo em outro equívoco, pois revisar texto não implica apenas descrever categorias formais. Como a aluna afirmou "Ser revisor é ler atentamente o texto para detectar possíveis erros gramaticais", uma visão descritiva não veria as realizações linguísticas da língua (variação) como "erro", dessa forma infiro do texto que "gramática" quer dizer norma-padrão.

Ampliando-se à análise da resposta da aluna, posso, ainda, analisar o seguinte: a visão gramatical (norma-padrão) não tem nada que ver com coerência, construção de sentido socialmente situado, gênero textual e conhecimento de mundo. Mais equivocada ainda é afirmar-se que "estilo" é algo passível de correção. Já é assente na atividade de Revisão de Texto respeitar-se o estilo do autor. De outra parte, concordo com a aluna que revisar é tornar o texto mais claro, inteligível, pois é uma das funções da Revisão de Texto.

⁶ Resposta da aluna G.A.C., em 18 de abril de 2007; ela é jornalista e redatora; à época, atuava na área de Revisão há 14 anos.

A resposta seguinte segue o mesmo padrão de resposta da anterior:

O que É Ser Revisor de Texto?

7

Revisar é alguém que trata de escrever textos chamados para saber se ele está de acordo com as normas gramaticais. Muitas vezes o revisor é realizado pelas pessoas que tiveram seus textos corrigidos, pois, para o autor, houve uma mudança no sentido original do texto. Por fim, revisor é uma pessoa necessária, pois o texto precisa seguir normas e é ele quem adequa o texto.

Revisar é adequar o texto à norma-padrão. Nesse caso, o revisor seria um fiscalizador da norma dita culta. De outra parte coloca no texto uma "camisa de força" – o texto precisa de normas. O que menos tem norma é o texto.

A resposta seguinte foi dada por uma funcionária pública revisora⁸.

Responda objetivamente o que se pede.

O que É Ser Revisor de Texto?

Ser revisor é, antes de tudo, ser chato. Por exemplo, creio que a ~~perg~~ comando mais é "Responda objetivamente o que se pede" e sim: "Responda objetivamente ao que se pede", considerando-se que o verbo pede pede, no caso, transividade indireta.

Num nível mais superficial, temos de corrigir o texto conforme o senso comum, temos de corrigir o texto para adequá-lo às normas da língua padrão.

Num nível mais profundo, temos de respeitar o estilo do falante, com todas as variantes linguísticas provenientes de sua origem social, regional e familiar.

Também temos de ser concisos e elucidos ^{que soma} que escrever bem é contar os excessos.

Por fim, há uma frase fantástica de Antônio Houaiss que resume o que faz de um revisor um grande revisor: "Devemos ser políglotas dentro de nossa própria língua".

⁷ Resposta do aluno T.S., em 2 de março de 2007; ele é professor.

⁸ Resposta da aluna L. G. R. G., em 2 de abril de 2007; ela é funcionária pública na área de taquigrafia; à época, atuava na área de revisão há 18 anos.

Interessante é a introdução de sua resposta: “Ser revisor é, antes de tudo, ser chato”. Ela corrige o comando da questão exigindo a regência do verbo “responder” como transitivo indireto, uso consagrado por gramáticos e puristas. Percebe-se a valorização da norma-padrão no ato de revisar, sem a consideração das possibilidades de sentido que a língua nos oferece. Mal sabe a revisora que a regência do verbo “responder” pode ser transitiva direta, uso consagrado pelo português brasileiro. Daí a necessidade de uma visão de linguagem mais ampliada, calcada em uma teoria.

No segundo parágrafo, reifica a gramática-padrão como elemento norteador da Revisão. Isso é uma repetição das respostas anteriores. No terceiro parágrafo, foca a camada profunda da Revisão de Texto, afirmando que devemos respeitar o estilo da falante, com todas as variantes linguísticas provenientes de sua origem social. Interessante essa afirmação da colaboradora, uma vez que não respeitou a escolha do verbo como transitivo direto, preferindo uma atitude purista. De outra parte, não se corrige a fala do falante, mesmo porque a função do revisor não revisar a fala, e sim adequar o texto impresso, ou seja, levar em conta sua situacionalidade – em vários níveis: adequação linguística, interlocutor, contextual, forma do gênero, discurso e Ideologia.

Segue os conselhos de Dad Squarisi⁹ para quem, ao produzirmos um texto, temos de ser concisos: “Escrever bem e cortar os excessos.” No último parágrafo, desdiz, incoerentemente, sua perspectiva purista em relação à língua e cita Houaiss: “Por fim, há uma frase fantástica de Antonio Houaiss que resume o que faz de um revisor um grande revisor: ‘Devemos ser políglotas dentro de nossa própria língua.’” Ser políglota dentro de nossa língua implica dizer que somos versados nas variedades linguísticas.

⁹ Dad Squarisi é editora de opinião do Correio Braziliense.

O próximo texto é de uma revisora do serviço público¹⁰:

O revisor de texto é aquele que tem a árdua tarefa de corrigir os erros gramaticais de um trabalho alheio, sem mudar o sentido e o estilo.

A liberdade do revisor é limitada, pois não lhe é permitido fazer uma nova escritura do original quando este não está bem. Cabe, então, ao revisor procurar o autor para uma conversa acerca do que pode ser alterado. Vê-se, assim, que a relação entre eles deve ser boa, a fim de proporcionar esse tipo de discussão.

Para que realize um bom trabalho, o revisor deve capacitar-se, munir-se de ferramentas que lhe permitam trabalhar com tranquilidade. Essas ferramentas provêm de suas próprias bases, ou seja, uma boa formação acadêmica na área e algumas especializações que o mantenham informado e atento às mudanças.

As incógnitas em trabalho de revisão, o revisor deve interiorizar-se da ideologia do autor do texto que será revisado, bem como

ele da empresa, na qual o texto está inscrito, a fim de respeitar as ideias e os valores existentes no ambiente em que o texto foi criado. Isso deve ser feito, pois, caso se mude algo que não condiz com a ideologia do texto, pode-se mudar completamente o sentido do que se quer dizer.

Em relação aos elementos de um texto híbrido, a medida a ser tomada e seguir o padrão imposto pela empresa, para não produzir um documento estranho ao meio do qual ele se origina.

Assim, pode-se dizer que o papel do revisor é revisar, e não reescrever, mudar estilos ou o sentido do que se quer dizer inicialmente.

¹⁰ Resposta da aluna C. R. Q. do Curso de Formação do Tribunal Superior do Trabalho (TSE), em 13 de junho de 2011; é funcionária pública.

No primeiro parágrafo de sua exposição, ela retoma o pensamento dos outros profissionais – o revisor é aquele que tem a árdua tarefa de corrigir erros gramaticais. Em seguida, entra em outras questões que não têm nada que ver com o que foi afirmado no primeiro parágrafo (incoerência): falta de liberdade do revisor, formação do revisor, Ideologia.

Traz à baila um problema que a maioria dos revisores enfrenta, a falta de liberdade para realizar a reescritura do texto. Já foi salientado, nesta pesquisa, quando levantei as diferenças entre Revisão e outras atividades, particularmente entre Revisão e reescritura, que toda atividade é uma reescritura e que esta não é uma questão de grau, ou seja, para ser reescritura não depende de uma mudança significativa. Uma pontuação, acentuação, uma letra mudada, etc. já são reescrituras.

No último parágrafo, ela reforça o equívoco sobre a reescritura, afirmando que “o papel do revisor é revisar, e não reescrever, mudar estilo ou o sentido do que se queria dizer inicialmente”. Defendi antes que os processos de reescrita apontam para a noção de que todo texto pode ser modificado, e assim nunca será um produto acabado. É um diálogo que permite a construção de subjetividades de suas capacidades de linguagem, de construir dinamicamente sentidos.

Em seguida, a autora do texto salienta que o revisor “deve ter em conta a Ideologia do autor do texto ou da empresa na qual o texto esteja inserido, a fim de respeitar as ideias e as crenças existentes no ambiente em que o texto foi criado”. Concordo plenamente com as afirmações da profissional, pois todo texto é produzido a partir de um contexto histórico, de uma posição de sujeito e eivado de Ideologia. Mas essa afirmação vai de encontro ao que foi afirmado na introdução. Ela escreveu que a função do revisor é corrigir erros gramaticais... Respeitar a Ideologia vai muito além de erros formais. De outra parte, respeitar a Ideologia implica também aceitar os usos e os contextos de realização da linguagem coloquial.

3.1.1. A consideração das imagens visuais nas práticas de revisores

Depois, pedi a três colaboradores, mais uma vez, de diferentes esferas de atividade, para que revisassem um gênero propaganda, formado por recursos semióticos imagéticos e linguísticos. A propaganda é em cores, mas forjei o preto-e-branco como teste para que explicitassem a necessidade do colorido. O primeiro colaborador foi uma funcionária pública (M. L. F.), revisora há 14 anos, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analista judiciário, professora; o segundo, um superintendente de *markentig* de publicidade da Bancorbrás (J. A. S. M.), 12 anos de atividade profissional; por último, uma revisora (jornalista) de texto profissional (M. A. G.) que, à época, exercia a profissão em uma Editoração Ele-

trônica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tinha, naquele momento, 10 anos de experiência em Revisão.

O objetivo desta fase foi coroar a valorização da escrita formal e a desqualificação de outras formas de representação no processo de Revisão.

Veja-se o *corpus* original abaixo:

Figura 39 – Propaganda do Santander – Banespa

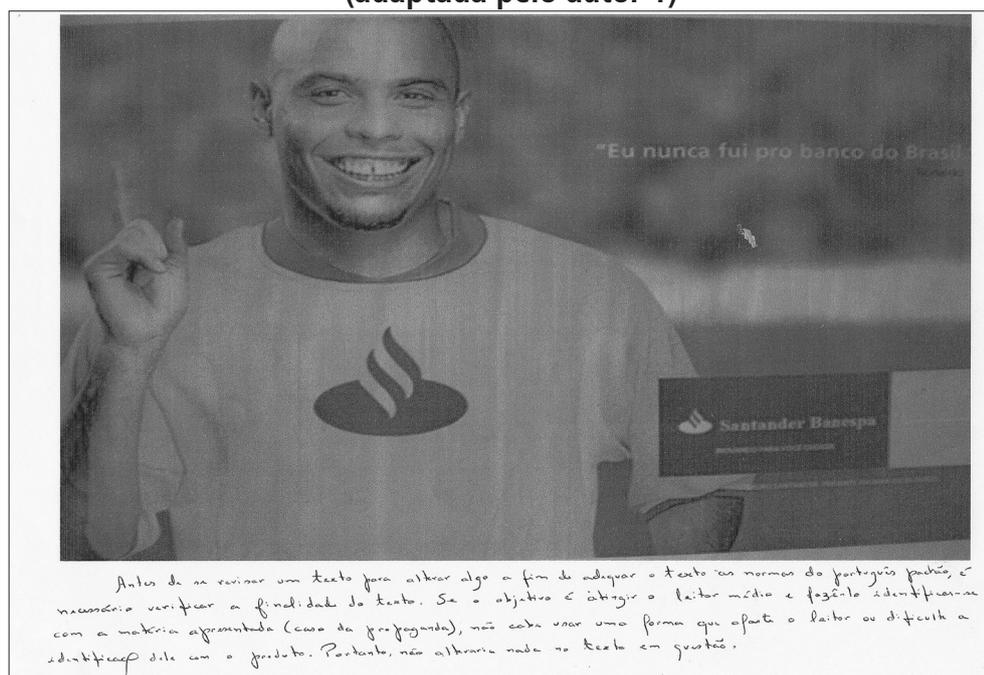


Fonte: <http://bit.ly/P4hB7J>

Observem-se as intervenções realizadas pelos profissionais¹¹:

M. L. F.

**Figura 40 – Propaganda do Santander – Banespa
(adaptada pelo autor 1)**



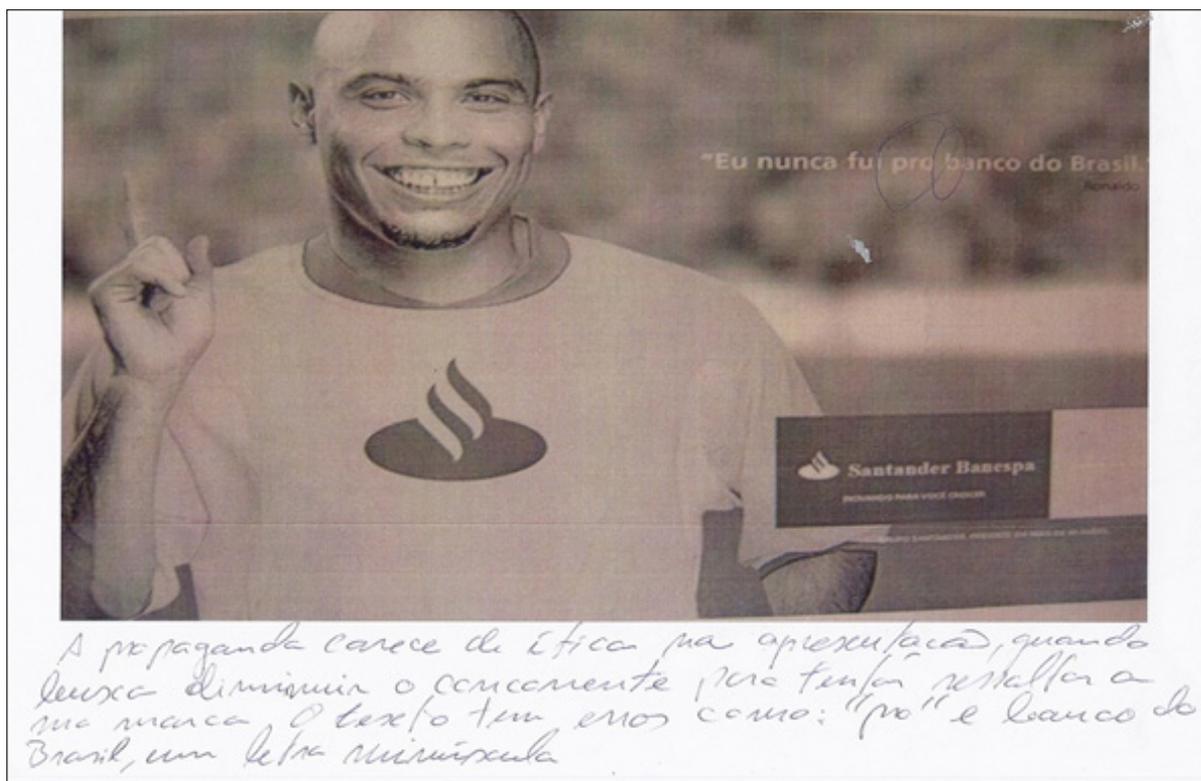
¹¹ As análises estão logo abaixo da propaganda.

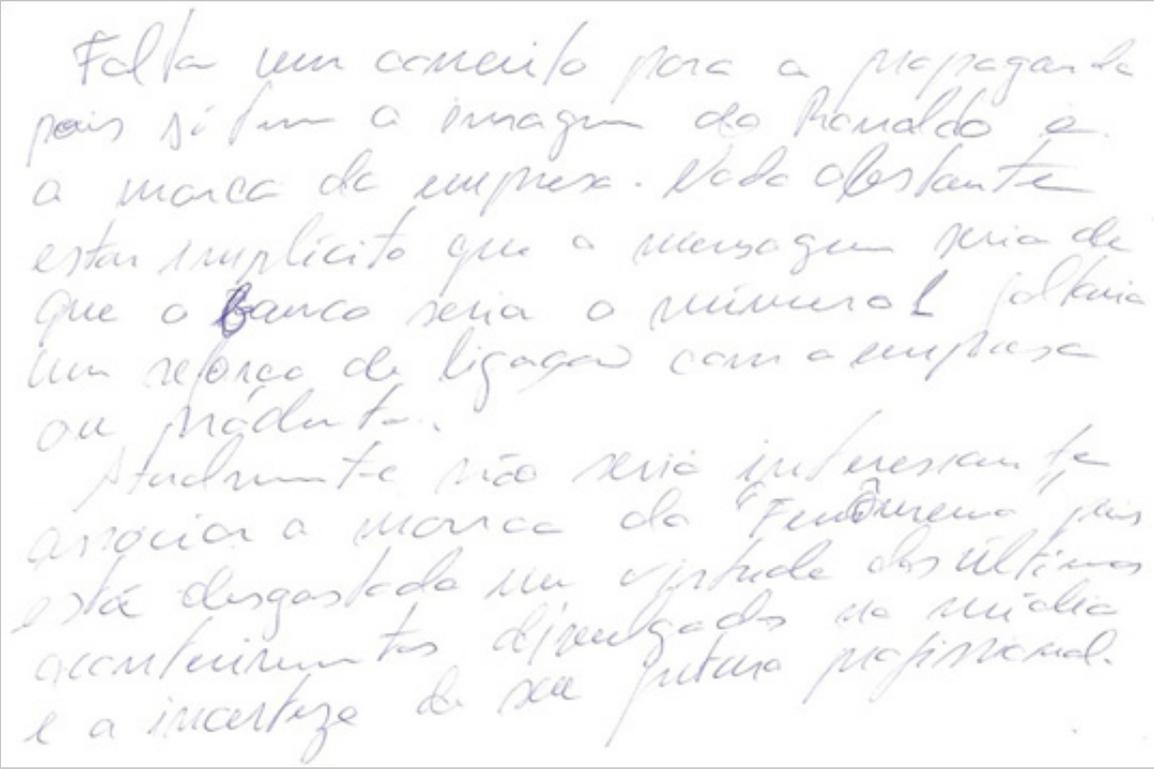
A preocupação foi, mais uma vez, com o material escrito (figura 40). A imagem em preto-e-branco (em uma propaganda de época, do passado, justificar-se-ia o preto-e-branco), a necessidade de mais resolução, escritas ilegíveis, como o nome do autor do texto (Ronaldo), logo abaixo não se consegue entender o que está escrito no logotipo do Santander, muito menos do lado direito (campo azul-mineral) ou mais abaixo (no campo verde).

Isso se confirma quando a profissional diz que “antes de se revisar um texto para alterar algo a fim de adequar o texto às normas do português padrão...”. Essa afirmação é incoerente com sua sensibilidade ao não “corrigir” nada da propaganda, afirmado em sua resposta. Para ela, ao se revisar um texto, também, deve-se levar em consideração sua finalidade para que atinja o leitor médio e fazê-lo identificar-se com a matéria apresentada, mas seu foco é o escrito. Isso fica patente porque *imagem* não pode ser adequada à norma-padrão.

Análise de J. A. S. M.

Figura 41 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 2)





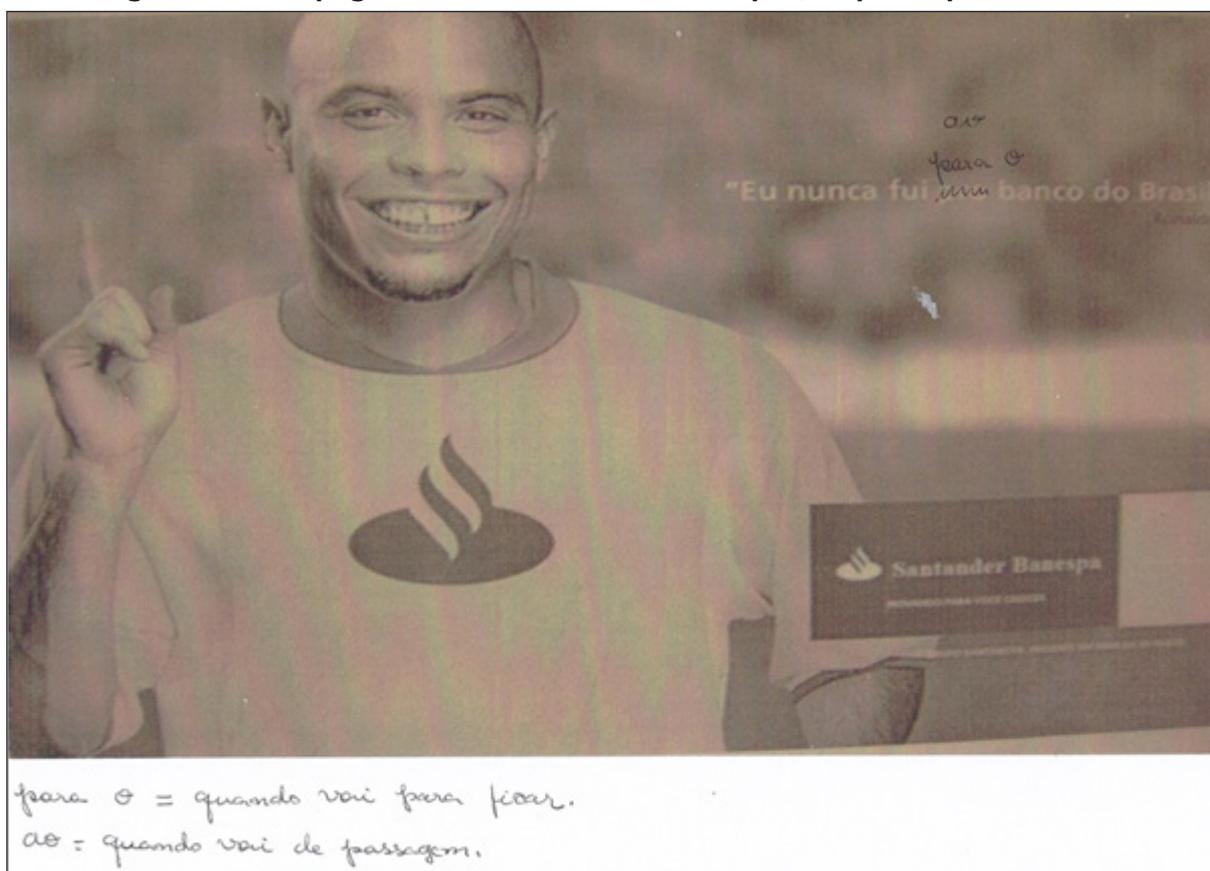
Falta um conceito para a mensagem
pois só tem a imagem do Ronaldo e
a marca de empresa. Não obstante
está implícito que a mensagem seria de
que o Banco seria o número 1 faltaria
um reforço de ligação com a empresa
ou produtos.
Atualmente não seria interessante
arquivar a marca do "Fenômeno" pois
está desgastada em virtude dos últimos
acontecimentos divulgados na mídia
e a incerteza de sua futura profissional.

Primeiramente, analisarei a parte linguística. Pelas marcas a caneta, percebe-se o foco de suas correções na figura 41. Para ele, a frase tem erros como a forma contraída de "para" ("pro") e em, "banco do Brasil", defende que o "b" de "banco" deveria ser em caixa alta ("B"), porque se refere ao Banco do Brasil, instituição brasileira. Por não perceber o jogo de ambiguidade de "banco", foca-se em uma única interpretação – "banco" apenas como a instituição. Por causa disso, afirma que falta ética, pois o Santander Banespa tenta diminuir o concorrente, o Banco do Brasil.

Os cuidados com o tratamento da imagem foram relegados a um terceiro plano. Sobre o participante da foto afirma que a imagem de Ronaldo não seria a melhor escolha, uma vez que, atualmente, não seria interessante associar a marca do "Fenômeno" porque está desgastada em virtude dos últimos acontecimentos divulgados na mídia e a incerteza de sua postura profissional.

Análise de M.A.G.

Figura 42 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 3)

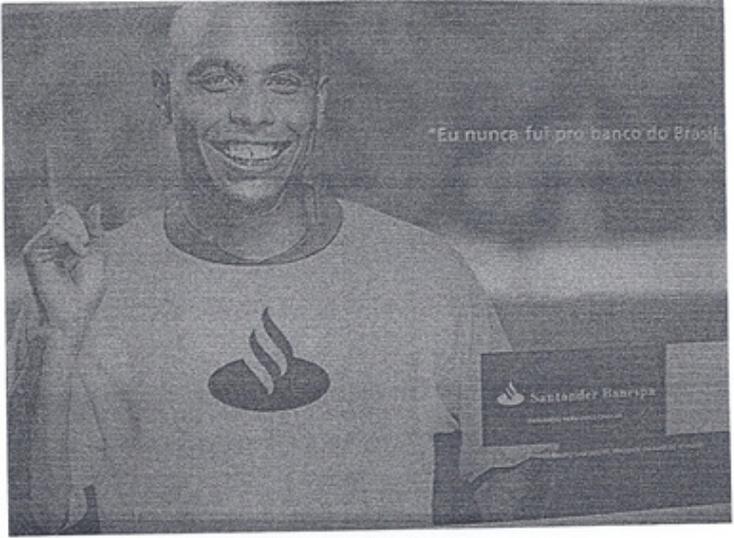


O foco aqui também foi o material linguístico (figura 42), e a revisora achou uma solução interessante para sua correção... Quando se afirma que se vai "para algum lugar", vai-se para ficar; ao contrário, quando se usa "vou ao", implica dizer que vai de passagem, estada rápida. Ela desconsiderou o "pro", sem analisar o emprego das aspas, indicadora de discurso direto, redundantemente, com a assinatura (autoria) logo abaixo da fala – "Ronaldo". A frase a meu ver está adequada para o nível linguístico de Ronaldo e por aproximar maior número de pessoas à proposta do Santander-Banespa. A correção foi eminentemente formal. Nem se cogita, aqui, a falta de cuidado com a imagem.

A desconsideração da imagem no processo de revisão repetiu-se nas análises de outros revisores, como veremos a seguir. Nesse caso, a imagem estava em péssima qualidade, mesmo assim isso não foi notado. A primeira resposta foi de (F., advogada), a segunda de M. G. T. C. B., funcionária pública do STJ):

Figura 43 – Propaganda do Santander – Banespa
(adaptada pelo autor 4)

Agora, revise a seguinte propaganda.



“Eu nunca fui pro banco do Brasil.”

A palavra banco deveria estar com letra maiúscula, caso se refira à instituição BB. (NÃO DEVERIA ERRAR A AMBIGUIDADE PRETENDIDA PELA ABÊNCIA DE PUNCTUAÇÃO)

O uso da contração “pro” não é apropriada em uma campanha publicitária desse porte, de um banco tão importante. Deve ser utilizada apenas verbalmente.

Figura 44 – Propaganda do Santander – Banespa
(adaptada pelo autor 5)

Agora, revise a seguinte propaganda.



“Eu nunca fui pro banco do Brasil.”

“Eu nunca fui para o = pro = certo.
verbo ir → quem vai, vai a algum lugar
“ ” para algum lugar K

banco → usado no sentido de assento, levando a um entendimento da instituição: B. Bras

banco → minúsculo → se entendido como banco (instituição), diminuív-o, menageza-o.

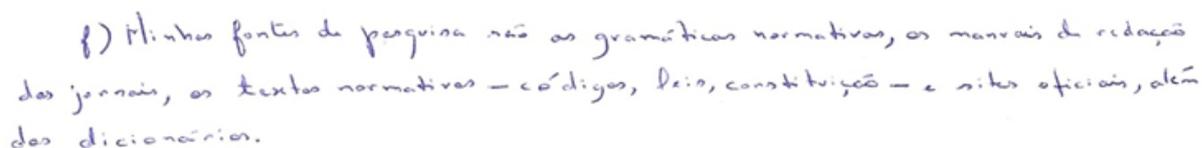
“Eu nunca fui pro Banco do Brasil.”
↳ muda-se o sentido do texto.

“Eu nunca fui ao Banco do Brasil.”
↳ ↳ o sentido do texto.

No próximo passo, pedi-lhes (funcionária pública, profissional de *marketing*, revisora da editoração) que respondessem ao seguinte questionamento:

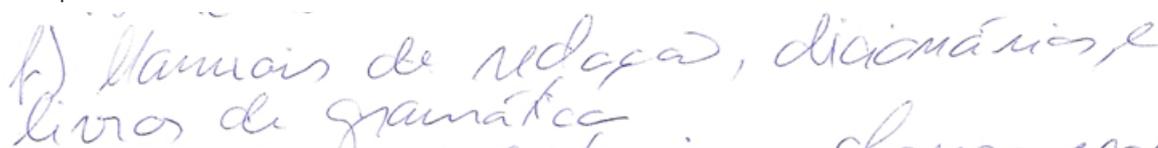
“f) Qual(ais) é(são) a(s) fonte(s) de pesquisa que possibilita(m) seu trabalho”

Resposta de M. L. F.:



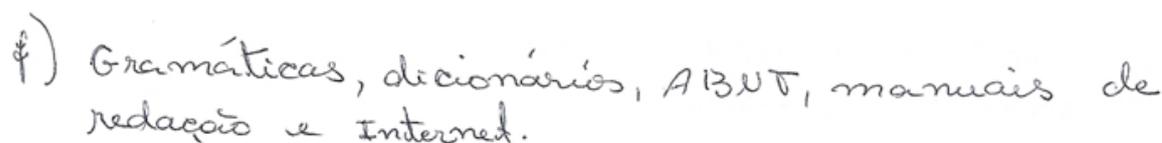
f) Minhas fontes de pesquisa são as gramáticas normativas, os manuais de redação dos jornais, os textos normativos - códigos, leis, constituição - e sites oficiais, além dos dicionários.

Resposta de J. A. S. M.:



f) Manuais de redação, dicionários, livros de gramática.

Resposta de M. A. G.:



f) Gramáticas, dicionários, ABNT, manuais de redação e Internet.

As bases utilizadas pelos revisores são as mesmas dos manuais de Revisão: gramáticas tradicionais, manuais de redação, dicionários, ABNT... Esse material é aconselhado pelos manuais, como vimos anteriormente, como consulta obrigatória. Mas, em nenhum momento, viu-se o uso desses manuais de Revisão na atividade profissional dos colaboradores. A resposta da primeira colaboradora tem, também, como fonte de pesquisa livros de cunho jurídico, como consequência da natureza de seu trabalho.

De outra parte, esse material citado pelos profissionais possui uma visão bastante formalista e prescritiva da língua, assim como os manuais de Revisão – longe de considerarem o viés discursivo, ideológico e imagético dos gêneros. Mais uma vez, o caráter grafocêntrico da linguagem mostra-se com todas as suas “garras”.

Os manuais de estilos foram citados. Estes se constituem como usos particulares da língua por empresas jornalísticas, mas, à medida que são produzidos, distribuídos e consumidos, podem tornar-se normas a serem seguidas, tendo o caráter prescritivo. Desse modo, os revisores precisam ter cautela ao usarem esse material como fonte única, e universal – são estilos adotados por instituições. Dentre as possibilidades de uso da língua, estas instituições escolheram uma forma, que, necessariamente, não pode ser aplicada indiscriminadamente a todos os contextos – aí iremos cair no caráter prescritivo.

Focando o problema sobre o grafocentrismo, Kress, Garcia e van Leeuwen (2000) afirmam que a ideia de que a língua (escrita e oral) é o meio exclusivo de representação e comunicação está profundamente enraizada nas sociedades ocidentais alfabetizadas. Também, na área das humanidades, nada se iguala ao prestígio das disciplinas acadêmicas fundamentadas na linguagem ou dedicadas a sua investigação, essas disciplinas oferecem resistência quando lhes são apresentados materiais não linguísticos como fontes essenciais de suas atividades.

Entretanto, para eles, nas últimas décadas, esse entendimento tem sofrido ataques: a) do setor teórico, principalmente com os escritos de Jaques Derrida e com a teoria feminista de Julia Kristeva, que atacou o logocentrismo, considerando-o como sustento das estruturas patriarcais; b) do setor empírico, procedente das práticas comunicativas cotidianas, uma vez que o visual agora é mais proeminente como forma de comunicação do que foi, produzindo efeitos nas formas e características dos textos "multimodais"¹², nos quais os produtores fazem uso maior de diferentes recursos semióticos de representação e comunicação. Dessa forma, é impossível interpretar de forma cabal os textos prestando atenção apenas na língua escrita, pois um texto multimodal deve ser lido conjugado com todos os recursos semióticos.

4. Por uma abordagem multissemiótica da Revisão de Texto

Os revisores que tiveram uma formação discursiva e multimodal da Revisão têm outra postura diante do gênero a ser revisado. Os dois exemplos a seguir são de duas alunas do curso de especialização em Revisão de Texto, de uma instituição particular de nível superior. Durante o curso, estudaram a cadeira de "Texto e a Construção do Sentido", cuja ementa era: "Texto em uma perspectiva linguística, cognitiva e social. Leitura ativa, analítica e crítica de textos. Aplicação de categorias analíticas de estudos linguísticos modernos, exame de diversos gêneros textuais nos aspectos formais, discursivos e imagéticos."

Foi feita uma série de perguntas às alunas, por meio, também, de entrevista semiestruturada, todas concernentes à Revisão. Só as questões 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9 serão analisadas porque são mais importantes para o tópico desta Subseção. Vejamos:

Resposta de C. M. O. A. S. (administradora de empresas e estudante de Arquitetura):

1. O que é ser revisor de texto? Se revisor é ser um "consultor" que orienta, de forma direta e indireta, o produtor do texto em relação aos níveis micro e macrotextual em que a produção textual está inserida. E, por isso, entendo que posso afirmar que o revisor é um "coautor" do texto cuja revisão lhe foi solicitada.
2. Por que se revisa um texto? Para adequá-lo à função social a que se propõe, à estrutura mais conveniente para veicular a informação intencionada pelo autor, aos padrões gramaticais coerentes ao atingimento desses objetivos.
3. Como você aprendeu a revisar? Após participar de enúmeros cursos de português, cujo objetivo principal era atingir um grau de conhecimento que me dirigisse à aprovação em concurso público para o cargo de taquígrafa revisora, naturalmente fui me envolvendo com a adequação dos textos aos quais estava sendo exposta. Hodiernamente, evoluiu em minha capacitação para a atuação como revisora.
4. Qual é a relação entre o produtor do texto e você, revisor? Entendo que o revisor é um partícipe da produção do texto do autor. Assim, a relação do revisor com o produtor do texto é uma relação de respeito mútuo que visa assegurar a melhor produção textual possível que preserve os traços e intenções do autor. Qual é o grau de liberdade que você tem para interferir no texto? Minha visão é a de que o autor do texto é o produtor das ideias, das argumentações, do estilo, das intenções. Por isso, a interferência do revisor deve ser a menor possível no sentido de manter intactas essas produções. Contudo, a interferência do revisor deve buscar mantê-las coerentes, coesas, adequadas ao contexto para o qual foram produzidas.
5. Quais são as bases teróricas utilizadas para você revisar? A intertextualidade, as normas e regras oficiais, o léxico oficial, entre outros.
6. Qual é o lugar da gramática tradicional na atividade de Revisão? É um lugar de destaque, mas não deve ser considerado o único, tampouco o mais importante.
7. Você consulta os manuais de revisão? Não, uma vez que ainda não atuei profissionalmente como revisora. Utilizo, apenas, os manuais oficiais dos órgãos para os quais me preparo para futuramente atuar como taquígrafa revisora.
8. Como você respeita a ideologia do autor e da instituição em que se produziu o texto? Com a convicção de que são elementos importantíssimos para a preservação histórica pessoal, histórica institucional, histórica social.
9. Em um texto híbrido (com elementos linguísticos e visuais - família de letras, formatação, cores, imagens etc), o que você leva em consideração ao revisá-lo? Levo em consideração todos os mecanismos de comunicação e intenções apresentados no texto híbrido.
10. Qual é a sua graduação. Bacharel em Administração e Administração Pública. Estudante de Arquitetura e Urbanismo.
11. Onde você exerce a atividade de revisão? Estou em fase de capacitação para me tornar revisora. Ainda não atuo profissionalmente.

P. C. T. (professora de Língua Portuguesa):

Revisão para uma nova concepção.
 Ser revisor de texto é antes de tudo ter altiveza,
 é tomar diante de si a matéria linguística e a partir
 dela desvendar os caminhos percorridos pelo redator;
 o seu ponto de vista e por meio deste ponto de vista
 adequar todos os aspectos envolvidos ao texto para o
 êxito do discurso ali defendido.
 Para cada texto produzido há de haver um revisor,
 pois surge um outro olhar, que seja apurado e crítico
 para contextualizar e perceber a ideologia defendida
 de modo a organização e escolhas dos elementos
 linguísticos presentes no texto.

os manuais de revisão é apenas como uma das consultas que faço e quando o contexto textual o exige, quando me é permitido delimitar alguma ideia. Todo texto é passível de análise e por meio dele se focaliza qual fonte é possível ser consultada.

3) Analisar a fonte de onde o texto vem, examinar os aspectos que o envolvem e aplicar-se no processo da revisão. A ideologia e a instituição devem ser analisadas. Para não se perder ~~o texto~~ obtendo sucesso quanto a intencionalidade do autor ao produzir o texto e o poder que o envolve, ou seja, a instituição pela qual o autor fala. Todos os aspectos do texto devem ser analisados, o discurso é a fonte da ideologia que rege o produtor do texto.

9) Ao revisar um texto híbrido procura perceber se há harmonia em todos os ~~esse~~ elementos envolvidos, imagens, texto e a prática social. Qual elemento deve sobressair e deve ser enfatizado.

O curso que fiz é Licenciatura em Língua Portuguesa/Inglês e Literatura na Universidade Estadual de Goiás/Unidade Marumbão. Não sou revisora, sou professora, mas pedi exoneração há um ano e meio. O meu intuito aqui é verticalização e continuação nos estudos da língua.

Temos duas visões diferentes do ato de revisar, comparando-se aos outros participantes anteriormente citados. Na primeira resposta, a aluna considera o revisor um consultor, um profissional. Outro ponto importante é a consideração dos aspectos micro e macro do texto, perspectiva oposta da Revisão tradicional. Na segunda resposta, a colaboradora afirma que se revisa um texto para adequá-lo a sua função social, procurando a estrutura conveniente para veicular informação. Pela primeira vez, nas respostas, aparece a palavra "intertextualidade", o que caracteriza a visão macro, cognitiva dos textos. Mesmo que se identifiquem marcas linguísticas em uma intertextualidade, como vimos anteriormente (Seção 2.2), o mais importante é a remissão extratextual, ao conhecimento de outros textos. Quanto maior o conhecimento intetextual (conhecimento de mundo do revisor, melhor será sua atuação). Ela amplia os instrumentos de pesquisa para além da GT, considerando, implicitamente, que a Revisão envolve uma pesquisa ampla. Em seguida, afirma que não consulta os manuais de Revisão por não ser uma revisora profissional. A Ideologia, para ela, é um elemento importantíssimo para a preservação histórica, pessoal e social. Essa resposta careceria da aluna melhor explicação. Por último, mesmo não ten-

do um conhecimento abalizado dos recursos semióticos, considera o imagético no ato de revisar.

A segunda colaboradora afirma que a alteridade é um fator importante para o revisor de texto. Revisar é colocar-se no lugar do outro; no caso do revisor, essa alteridade é dividida entre o produtor e o leitor. Revisar, ainda para ela, é considerar todos os aspectos do texto para êxito discursivo. Dessa forma penso o texto como processo e não como produto. Outro ponto importante em sua fala é a consideração de que o texto produzido há de ter “um outro olhar”, apurado e crítico para contextualizar e perceber a Ideologia defendida... As bases teóricas de que lança mão são da Análise de Discurso Crítica, por ser, para ela, didática e por nos favorecer a visão de todas as camadas do texto.

Ela tem uma visão crítica sobre a GT como mais uma ferramenta de pesquisa, mas não a única, ponderando e afirmando que há gêneros que exigem uma linguagem formal. Neste caso, entra a GT como um elemento norteador. Essa postura rompe com a visão de que revisar é adequar qualquer gênero à norma-padrão, independentemente do contexto social em que ocorre. Completa esse pensamento na questão seguinte, afirmando que o revisar não deve usar apenas uma fonte. Essa resposta aponta-nos para a complexidade da Revisão porque complexos e inúmeros são gêneros textuais e suas potencialidades estruturais e funcionais, os diferentes contextos, as diferentes intenções. Assim, uma consulta bibliográfica, baseada apenas em uma visão formalista de língua, fica insatisfatória.

Levanta, ainda, a sensibilidade que o revisor deve ter ao associar o texto à instituição que o produziu para mantê-lo coerente com a Ideologia da instituição a fim de atingir a intencionalidade. Por último, considera a harmonia de todos os elementos envolvidos, como imagens, texto e prática social.

As duas colaboradoras, por meio de suas respostas, aponta-nos para a necessidade de uma formação ampla do revisor, calcada em uma nova visão sobre linguagem. As respostas das duas colaboradoras já refletem as mudanças no terreno comunicacional. Segundo Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen (2000), essas mudanças no terreno comunicacional afetam profundamente as atividades, as relações sociais e as identidades sociais e profissionais das pessoas que trabalham em vários setores. Incluo aqui a Revisão de Texto como uma área que está desconsiderando essas mudanças. Pelas transformações que estão ocorrendo mediadas por novas tecnologias, os revisores hodiernos encontram-se sob pressão para se envolver com novas atividades que são definidas em grande parte por novas práticas discursivas.

Quais são as razões sociais para as mudanças? Para van Leeuwen (2005), o foco mudou do signo para a maneira com que as pessoas usam as fontes da Semiótica não só com fins de comunicação e de ação, mas, também, de interpretação – o que é também uma forma de produção semiótica – em contexto de

condições sociais e de práticas específicas. Ela, ao invés de construir valores separados dos vários recursos semióticos – a “semiótica da imagem”, a “semiótica da música” etc. –, compara e contrasta os recursos semióticos explorando o que têm em comum ou de diferente, e investigando como se integram em um artefato multimodal e em um acontecimento. Ao invés de descrever os recursos semióticos como se possuíssem características intrínsecas e sistematicidades inatas ou “regras”, a Semiótica Social concentra-se em como as pessoas regulam o uso das fontes semióticas – de novo, em contextos e práticas socialmente situadas.

Em *Semiotic innovation (Inovação Semiótica)* na mesma obra, o autor afirma que o semioticista social não apenas inventaria as fontes semióticas, mas investiga como estas são usadas em contextos específicos; ele também contribui para descoberta e para o desenvolvimento de novas fontes semióticas e novas maneiras de usá-las. Em outras palavras, os semioticistas contribuem para a mudança semiótica. Até recentemente, a mudança semiótica não tinha sido muito considerada na agenda de trabalho da Semiótica. Jewitt e Oyama (2001) comungam com esse ponto de vista quando asseveram que os semioticistas sociais podem ajudar na expansão dos recursos semióticos, por fornecerem novos recursos ou possibilitarem novas formas de uso dos já existentes, gerando mais mecanismos de produção e para a análise e interpretação ativos da comunicação visual.

Pelas análises dos manuais de Revisão, pela interpretação dos dados das entrevistas semiestruturadas aplicadas a revisores de diferentes esferas trabalhistas e pela análise do gênero híbrido, realizada por três revisores também de três esferas de atividade – serviço público, *marketing*, advocacia e editoração eletrônica –, ficou evidenciada a abordagem redutora do ato de revisar texto, bem diferente do pensamento dos semioticistas sociais. Essa visão de linguagem carece ser ampliada para considerar outros recursos semióticos que também constroem sentidos.

Na Seção 2.2, apresentei uma abordagem discursiva e ideológica da Revisão; no Capítulo 3, salientei a importância do conhecimento da Teoria dos Gêneros Textuais para a atividade de Revisão de Texto. Durante o desenvolvimento deste Capítulo, tenho desconstruído a visão grafocêntrica da atividade de Revisão em uma perspectiva multissemiótica. Agora, na próxima Subseção, é o momento de reunir todas as áreas teóricas em uma empreitada com os seguintes propósitos: ver o gênero a ser revisado como resultado de processos semióticos motivados, desvelar esses recursos semióticos e propor uma nova maneira de revisar.

Na análise, que realizo nesta pesquisa, a fim de operacionalizar a análise multimodal dos gêneros a seguir, foram levantadas as categorias de análise da *Gramática visual* propostas por Kress e van Leeuwen (1996). Saliento que nem todas as categorias são aplicadas a todos os gêneros, tudo irá depender de sua composição interna. Seguem-se as categorias.

4.1. Categorias analíticas da *Gramática visual*

1. Representações narrativas: desenhando a ação social

- a) **participantes:** termo técnico empregado para designar os elementos que integram uma composição gráfico-visual. Na modalidade gráfico-visual, há dois tipos de participantes: participantes representados: são os de quem se está falando, escrevendo ou produzindo imagens; participantes interativos: somos nós, os observadores (*viewers*), para quem se dirige a mensagem;
- b) **processos narrativos:** estes servem para apresentar, revelar ações e eventos, processos de mudança, adaptações espaciais efêmeras. Ocorrem quando os participantes são conectados por um vetor, e assim caracterizados como "interagindo". O número e os tipos de participantes na composição distinguem-se de acordo com o tipo de vetores.

Os *processos narrativos* são cinco: processo de ação, processo reacional, processo classificatório, processo analítico e processo simbólico. No primeiro, o actante é o participante do qual o vetor origina-se, ou qual no todo ou em parte forma o vetor. São os participantes mais em evidência, em função do tamanho, posição, contraste com o segundo plano, em termos de cor, intencionalidade do foco para os receptores. Quando a imagem tem mais de um participante, é denominada de transitiva. Neste caso, temos um actante, e o outro é denominado de objeto para quem a ação é direcionada. Aqui o termo transitivo também é análogo ao verbo que necessita de complemento. Nessa complementação, o actante instiga movimento, por não ser apenas um participante. Algumas estruturas transitivas podem ser bidirecionadas. Assim, cada membro fará o papel tanto de actante como de objeto, alternando papéis.

Os *reacionais*, por sua vez, realizam-se quando o vetor é formado pela linha dos olhos, pela direção do olhar de um ou mais participantes representados. Nesse caso, não há atores nem objetos, mas agentes denominados fenômeno (*phenomena*). O reagente que lança o olhar tem de ser necessariamente humano ou animal. Aqui também pode haver mais de um participante. Esse processo pode ser não reacional quando alguém olha para fora da fotografia, e o que ela olha nós não sabemos. O *processo classificatório* refere-se os participantes pelo tipo de relação que se estabelece entres eles. Em uma estrutura como essa, estabelece-se uma hierarquia: um terá o papel de subordinado, e o outro, principal. Ainda nesse processo, representam-se os participantes em relação ao posicionamento que ocupam, aos rótulos e explicações verbais que os acompanham.

O *processo analítico* diz-nos sobre os participantes em termos do que poderíamos chamar de contexto hiperonímico e hiponímico. O todo (carrier) e algum número de atributos possessivos (as partes).

O processo simbólico, por último, fala-nos da significação do participante ou o que ele é. Isso geralmente ocorre em foto. Na composição do texto, há elementos que são significativos, como a composição espacial do sentido.

2. Os sentidos da composição

a) *composição e o texto multimodal* dizem respeito aos sentidos da representação e da interação por meio de três níveis:

- *valor da informação*: refere-se ao lugar dos elementos (participantes, sintagmas que se relacionam entre si e com o receptor), como a localização da informação, se na direita ou na esquerda, no alto ou em baixo, no centro ou na margem;
- *saliência*: os elementos (participantes e sintagmas de representação) são produzidos para atrair a atenção dos receptores em diferentes graus – seu posicionamento em primeiro ou em segundo plano, dimensão relativa, contrastes de cor, diferenças de formas etc.;
- *enquadramento (framing)*: a presença ou ausência de divisão de enquadramento é realizada por elementos que criam linhas divisórias, que desconectam ou conectam a composição da imagem, construindo o sentido em conjunto ou não.

Segundo os autores, esses três princípios de composição não se aplicam somente a textos visuais simples, mas também a outros que combinam o verbal e a imagem, e talvez outros elementos gráficos, em qualquer meio (televisão, micro etc.). Ao analisar-se a composição de textos multimodais, a questão surgirá como um produto de vários recursos semióticos que podem ser analisados separadamente ou em conjunto, ou as partes podem ser vistas como interagindo e afetando umas as outras. Desse modo, explicitando as categorias de análise sobre a composição espacial do sentido, temos vários pares. Vejamos:

a) *o dado e o novo*: o *valor da informação* à direita e à esquerda. Esse tópico nos fala do valor que é dado à informação, dependendo se ela se encontra posicionada na esquerda ou na direita da diagramação da página. Há a generalização de que quando imagens ou *layouts* fazem uso significativo do eixo horizontal, posicionando alguns de seus elementos à esquerda e outros à direita (o que não acontece em toda composição), os elementos da esquerda são apresentados como *dado*, e os elementos da direita como *novo*. A interpretação feita dessas posições é a de que o *dado* significa o já conhecido pelo interlocutor; o *novo*, por sua vez, significa algo que não é conhecido e que ele deve prestar atenção especial;

- b) *o real e o ideal: o valor da informação* em cima e em baixo. Na composição visual, alguns dos elementos estão localizados na parte superior, e outros na parte inferior do espaço da imagem ou da página. Aquele que está localizado *em cima* é apresentado como ideal, e o que está localizado em *baixo*, como o real. O que está em *cima* significa que é apresentado como o idealizado ou, generalizado, como ausência da informação. O *real* é, em oposição, a informação mais categórica, mais detalhada. Assim como o *dado/novo*, *ideal/real* podem ser usados na composição de imagens simples e na composição complexa;
- c) *valor da informação no centro e na margem*: esse tipo de composição textual, muito utilizado na arte barroca e, hoje, mais pela cultura oriental, significa que aquilo que é apresentado no centro é o núcleo da informação a que todos os outros elementos em algum sentido são dependentes. As margens são, portanto, os elementos dependentes;
- d) *saliência*: a função principal de integração dos códigos como a composição é textual. A integração dos recursos serve para produzir textos e posicionar seus elementos com a finalidade de dar ao todo coerência. Uma imagem ou uma página pode destinar diferentes graus de saliência para seus elementos, o que cria hierarquia de importância entre eles. O dado pode ser mais saliente que o novo, ou o este mais saliente que o outro, ou ambos igualmente salientes. O mesmo ocorre com os pares *ideal e real*.

Quanto à composição e à integração de códigos, a saliência é julgada com base nas pistas visuais. Segundo os autores, os leitores da composição espacial são intuitivamente capazes de julgar o peso de vários elementos da composição de acordo com o destaque dado.

A *saliência* não é medida objetivamente, mas é o resultado de uma complexa interação, da relação entre múltiplos fatores, como: tamanho, forma do foco, contraste de tom (áreas de alto contraste tonal, limites entre branco e preto etc.), contraste de cor, colocação no campo: se são assimétricos no campo visual, ou se aparecem em primeiro ou segundo plano:

- a) *enquadramento (framing)*: o terceiro elemento-chave da composição é este. Ele é integralizado pelo ritmo. O elemento ou o grupo de elementos podem estar desconectados entre si, diferenciados um dos outros, ora conectados, ora combinados. O emolduramento visual é um problema de grau: elementos da composição podem ser fracos ou fortemente emoldurados. O elemento estará fortemente emoldurado quando se caracterizar como unidade separada de informação. Os membros de um grupo, por exemplo, podem estar apresentados como um grupo de pessoas em uma foto (v.g. fotos de escola, família, empregados em uma companhia etc.) ou em uma colagem de fotos individuais, marcadas por linhas de moldura e/ou espaços

vazios entre elas (como exemplos fotos de diretores em uma revista da empresa). A ausência de moldura marca a identidade do grupo, sua presença significa individualidade e diferenciação. Quanto mais os elementos de uma composição espacial estiverem coesivos mais serão apresentados como uma unidade de informação, formando um todo;

b) *composições lineares e não lineares*: o itinerário de leitura do *viewer* começa pelo elemento mais proeminente em uma composição. Para qualquer leitor, a fotografia ou a manchete podem ser o ponto de partida da leitura. A hipótese dos autores é a de que a rota de leitura mais plausível é a que o leitor começa a olhar a foto, e daí recomeça pela direita ou pela esquerda, da manchete para a foto, depois, opcionalmente, muda para a mancha gráfica. Essas páginas podem ser “escaneadas” (mapeadas) ou lidas, exatamente como as pinturas são recepcionadas, apenas com uma olhada ou examinada detidamente.

Isso não significa que todos os *viewers* sigam rigidamente esses passos. Diferentes *viewers* culturalmente situados podem escolher diferentes caminhos. Uma coisa pode ser saliente para uma cultura, e para outra não. Membros de diferentes culturas estão aptos a ter hierarquias na saliência.

4.1.1. Análises multimodais

Na análise, que realizo nesta pesquisa, foram selecionadas algumas categorias de análise da *Gramática visual* propostas por Kress e van Leeuwen (1996).

Para van Leeuwen (2005), em muitas situações nossos usos da fonte semiótica são controlados por regras que irão variar em detalhes e exatidão. Mas regras não podem controlar cada detalhe ou o que fazemos. De certo modo, cada instância da produção e interpretação é nova. Nós nunca usamos as regras mecanicamente. Cada instância é diferente e requer adaptações para as circunstâncias imediatas.

Para ele o princípio da “dupla articulação” pode ser usado para explicar as fontes semióticas e seus usos. A dupla articulação determina como mensagens são construídas a partir de um reduzindo número de elementos. Este pequeno número de elementos, que são eles próprios opacos, é então combinado para construir o mais complexo bloco de construção de sentido, chamado palavras. Embora as palavras possuam um significado em potencial, ainda são blocos de construção. Nós não falamos por meio de palavras únicas ou interpreta texto baseando-nos em palavras isoladas.

Em *Discurso multimodal* (2001), os autores já objetivam descrever como as fontes da Multimodalidade permitem a realização do sentido de muitas maneiras e em diferentes níveis. Eles defendem que a linguagem multimodal pode

significar em múltiplas articulações. Esses recursos semióticos contam com uma multiplicidade de outros que significam à medida que eles contribuem para uma multiplicidade de níveis (*strata*) de articulações. Os exemplos de recursos que eles descrevem no livro incluem linguagem, narrativa, modalidade escrita, gesto, arranjo espacial, imagens, cor, *layout*, só par citar alguns.

O ponto importante aqui, como já visto, é a observação de que o código semiótico da língua e o código semiótico da imagem tem cada um seu modo de realização. O que na língua é realizado por palavras, pela categoria de ação dos verbos, na imagem é realizado por vetores. O que na língua é determinado por preposições locativas, é realizado nas imagens por características formais que criam o contraste entre o primeiro plano e o fundo. Isso não quer dizer que todas as relações que ocorrem em um código tenham correspondência com o outro.

Na análise a seguir, desvelarei como esses muitos recursos semióticos confluem para formar uma peça discursiva e qual é a importância do conhecimento desses elementos no processo de Revisão de Texto.

Quanto à análise do gênero discursivo apresentado (propaganda do Santander), não há revisão alguma a ser feita no nível linguístico, a não ser em questões de legibilidade, de imagem e de ética. O que se pretende, além das intervenções possíveis no gênero, é evidenciar a importância da abordagem multimodal para a Revisão de Texto.

Figura 45 – Propaganda do Santander – Banespa (adaptada pelo autor 6)



Trata-se de um gênero discursivo híbrido e como tal o revisor de texto crítico terá de ater-se à adequação e à função de seus muitos recursos semióticos. A propaganda (publicidade) é um gênero específico cuja função é informar sobre

um produto, marca, empresa ou política. Seu objetivo é influenciar pessoas pela parcialidade persuasiva, cujo resultado é a mudança de atitude em relação ao produto que está sendo apresentado.

Segundo Kreutz (2011), no mundo das marcas (no caso desta pesquisa, Santander-Banespa), para existir, é preciso chamar a atenção para sobreviver; é necessário entrar na mente do público e, para se destacar, é fundamental fazer sentido para a vida desse público: interagir, emocionar, provocar experiências e a própria identificação do público com a marca. Esta, segundo ela, precisa trabalhar de forma multissensorial com os cinco sentidos humanos: visão, audição, tato, olfato e paladar. Em outras palavras, é preciso uma comunicação voltada para a “experienciação” do público.

A propaganda é por natureza um gênero de ação social. Seu objetivo não está em sua estrutura e sim a ação que é usada para atingir seus objetivos. Por isso Miller (2009) considera importante examinar gênero e situação recorrente e a representação do gênero como ação retórica tipificada. Nesse ponto, vale lembrar as palavras de Fairclough (2003a) para quem o efeito causal dos gêneros são os efeitos ideológicos – os efeitos dos textos em inculcar e sustentar ou mesmo mudar ideologias.

Essa inculcação na publicidade sob análise é realizada não apenas pelos recursos semióticos linguísticos, mas, também, por categorias imagéticas. Nesse sentido, precisei recorrer à Sociosemiótica que dá ênfase à noção de hibridização como contraponto, segundo Balocco (2005), às teorias sobre gêneros textuais que se restringem ao exame de seus recursos verbais, negligenciando o estudo dos diferentes sistemas de signos usados na constituição de sentido.

Além desses requisitos, o revisor deve levar em consideração, também, a produção, a distribuição e o consumo de textos (FAIRCLOUGH, 2001a), pois suas interferências poderão influenciar nesses três tópicos positiva ou negativamente.

A análise da propaganda será feita nos três níveis do quadro tridimensional do discurso: prática de texto, prática discursiva e prática social (idem); ainda na prática social, lanço mão de Thompson (1995), nos modos de operação da Ideologia, que afirma: “Estudar a Ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.” O que vai ao encontro dos pressupostos da Semiótica Social quando Hodge e Kress (1988) afirmam que a comunicação determina lugares na estrutura social que são inevitavelmente marcados pelas diferenças de poder, e isso afeta o modo como cada participante compreende a noção de entendimento máximo.

Empregando-se o quadro tridimensional do discurso em Fairclough (2001a), em que o autor nos dá as categorias da contraparte linguística (léxico, sintagmas etc.), temos poucos exemplos potenciais “passíveis” de análise. Na frase supostamente proferida por Ronaldo “Eu nunca fui pro banco do Brasil”, temos uma redun-

dância linguística necessária entre o pronome-do-caso-reto-sujeito e o verbo, pois torna a frase declarativa mais enfática. Por quê? A frase “Nunca fui pro banco do Brasil” não surtiria o mesmo efeito que o período completo, com o pronome-sujeito.

O emprego das aspas é outro recurso redundante discursivo interessante. Se há a assinatura de Ronaldo logo abaixo da frase, marcando a autoria, não haveria a necessidade das aspas. Se houvesse apenas as aspas, a autoria seria marcada pela personagem da imagem. Ou se poderia marcar uma autoria com o uso do itálico. Discursivamente, isso tem sua importância: o Santander não assume a fala, e a atribui ao garoto-propaganda que, quanto ao processo simbólico, é um jogador de fama e sucesso que ajuda a vender produtos. Seu posicionamento à esquerda o identifica como o dado, aquilo que é conhecido por todos nós. Essa análise macrotextual será vista.

Falta na frase o fechamento das aspas e mais nitidez na impressão nas frases subsequentes. Sem estes, corre-se o risco de as intervenções no gênero serem equivocadas o que descaracterizaria a produção do autor por causa dos “ruidos” provocados pela má impressão da editoração. Assim o revisor deve pedir ao autor outra versão mais nítida. A solução só se resolve aumentando a quantidade de *pixels* da fotografia, ou escaneando com 300 *pixels* ou mais.

A ambiguidade gráfica e discursiva do sintagma “banco do Brasil” é algo que o revisor deve prestar atenção – é uma categoria do texto que tem implicações ideológicas (prática social) mais importantes. Se o gênero fosse oral, a ambiguidade ficaria menos marcada (redução da ambivalência) tendo em vista o contexto de produção do cliente Santander – Banespa, o garoto-propaganda, Ronaldinho, o período da Copa. A fala não marca o que é maiúsculo ou minúsculo. O recurso visual de editoração de caixa alta e baixa deixa o léxico “banco” mais solto, em suas peripécias polissêmicas. Esta palavra, no contexto, pode significar: banco instituição, banco-reserva da Seleção, ir ao Banco do Brasil, ou ir ao banco do Brasil é ficar na reserva (em um nível bem mais subjacente).

Se todo gênero é produzido sob condições motivadas (prática discursiva), o sintagma utilizado não é mera coincidência (prática social). Thompson (1995) diz que a Ideologia pode ser materializada em um amplo espectro de ação e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Corroboram esta ideia Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen (2001) quando afirmam que um conjunto de recursos semióticos está sempre presente em toda produção ou leitura dos modos. O que a instituição tenta é a *fragmentação pela diferenciação*, expurgando o outro, o Banco do Brasil, instituição. Motivo pelo qual a propaganda foi rejeitada por questões éticas.

O coloquialismo da frase está adequado ao nível linguístico de um jogador que não domina a norma-padrão e agrada as massas – pelos menos à época da copa em 2006. Esse coloquialismo fica marcante no emprego abreviado da

preposição “para” (para + o = pro). Não há revisão alguma a ser feita neste tópico sob pena de se cometer preconceito linguístico quanto às variedades populares e à adequação sociocomunicativa.

As cores na composição visual são bastante significativas (KRESS; van LEEUWEN, 1996). Elas reforçam sentido, ancoram mais o significado. Para estes autores, como já havia dito anteriormente as cores possuem um caráter afetivo. Elas existem para serem experimentadas por meio dos sentidos e das emoções. Na imagem falta colorido. Não se justifica uma foto produzida com tantos recursos visuais e tecnológicos atuais apresentar-se aos consumidores com tal estilo. A não ser que houvesse uma motivação para torná-la envelhecida, uma foto de época. Sem o conhecimento de mundo, não sabemos quais são as cores da camisa de Ronaldo, a cor do logotipo (identidade do banco), não sabemos qual é a cor-símbolo do Santander. O conhecimento de mundo pode nos auxiliar na recuperação do sentido, mas isso vai depender do conhecimento do revisor. Assim este deve questionar o produtor sobre o uso das cores na imagem.

Na continuação da análise multimodal, ainda em uso Kress e van Leeuwen (1996), temos uma imagem com um único personagem representado, sem conexão por vetores com o coadjuvante, isso torna a imagem intransitiva, com mais força, aliado ao fundo desfocado, pois não há outros personagens na foto. Desse modo não estão presentes os processos narrativos, não há interação entre participantes. Essa intransitividade dá mais força à imagem. Esta “pula aos olhos”. Quanto ao processo reacional, o garoto propaganda, sorrindo, olha para nós, os *viewers*, e nos convida a participar de sua felicidade. Seu olhar e sorrisos tornam-nos mais íntimos.

O dedo indicador em riste é polissêmico em múltiplas instâncias: pode significar que o Santander é o número 1, “O Santander me escolheu porque sou o número 1, logo minha posição coincide com a do Banco”; esta posição do dedo também indica um gol, gesto que se repetia toda vez que o fazia. Daí se observa que a polissemia não é apenas uma prerrogativa das línguas.

Passemos ao próximo passo. Os recursos semióticos podem se combinar de várias maneiras em um gênero: os significados expressos por meio de imagens e aqueles expressos verbalmente, por exemplo, podem completar-se (como vimos na propaganda da Duloren) ou mesmo se contradizer, que é o caso da figura 46:

Fonte: MTE 

Figura 46 – Violência moral

Violência moral
contra doentes e acidentados) *momento* *breve*

- Ter outra pessoa na função, quando retorna ao serviço *o. /*
- Ser colocado em local sem função alguma *a. /*
- Não fornecer ou retirar instrumentos de trabalho *o. /*
- Estimular a discriminação entre os sadios e os adoecidos *s.*
- Dificultar a entrega de documentos necessários à concretização da perícia médica pelo INSS *s. /*
- Demitir após o transcurso da estabilidade legal *l. /*



Observem-se as intervenções do revisor na página. Sua preocupação centrou-se no aspecto linguístico e na formatação: aumento de corpo de família de letras; pontos no final de cada enumeração. Mas não percebeu o descompasso entre o linguístico e o visual.

Assédio (violência) moral é a exposição de empregados a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. Ocorre nas relações assimétricas, superiores hierárquicos autoritários, predominando condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração. Desestabilizam a relação da vítima com o ambiente de trabalho.

Fonte: www.trabalhocomsaude.wordpress.com

A imagem está inadequada dada à seriedade do tema e por não ajudar a compor o sentido do texto. Se separarmos a imagem do texto, esta não terá relação com o tema "violência moral contra doentes e acidentados". Poderíamos interpretá-la como uma *charge* sobre um hipocondríaco... Diferentemente da imagem a seguir (figura 47), em que esta auxilia na composição do sentido.

Há dois participantes, nesse caso há um actante, representado pela figura do chefe; o outro é o objeto para quem se dirige a ação (funcionária), no caso assédio. Quanto ao processo classificatório, os participantes possuem uma relação assimétrica: um atua como subordinante, e o outro, como subordinado. Essa relação desigual é reforçada pela postura, altura e indumentária do homem.

Nessa perspectiva, apropriando-me das ideias de Kress e van Leeuwen (1996), afirmo que é impossível revisar os gêneros prestando atenção somente na língua escrita, pois um texto multimodal deve ser lido em conjunção com todos os recursos semióticos dessa produção. Nesse caso, o revisor deve sugerir uma imagem que componha o sentido do texto: esteja ligada ao tema, que represente situações identificáveis de assédio moral e que, isolada, ainda possa recuperar o sentido do tema.

Temos um exemplo a seguir (figuras 48 e 49), uma cartilha sobre o trabalho infantil, denominada *Saiba tudo sobre o trabalho infantil*, cujas gravuras foram produzidas por Ziraldo. Esse material foi publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Figura 47 – Assédio moral



Capa:

Figura 48 – Trabalho infantil



Fonte: MTE

Parte interna:

Figura 49 – Convenção 182 da OIT

VARIOS PAÍSES ESTÃO UNIDOS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Muitos países se uniram para defender os direitos da criança e do adolescente e para combater o trabalho infantil. Desta união resultaram diversos acordos internacionais, alguns especialmente importantes na defesa dos direitos da infância com relação ao trabalho. No dia 20 de novembro de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a "Declaração dos Direitos da Criança". Em 1989, a Assembleia das Nações Unidas adotou a "Convenção sobre os Direitos da Criança" que, entre outros assuntos, determinou a proteção da criança contra a exploração econômica bem como contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Afirmou, ainda, que os países devem definir uma idade mínima para admissão em empregos, bem como seus horários e condições. Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil em 1990. De grande importância também é a Convenção 182 de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que foi ratificada em 2000 pelo Brasil e dispôs sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, apontando atividades cuja realização é proibida para crianças com menos de 18 anos de idade e determinando a urgência na sua eliminação. E outra de igual relevância é a Convenção 138 de 1973 da OIT, que foi ratificada em 2002 pelo Brasil e define a imposição de uma idade mínima para o emprego ou trabalho levando em consideração, dentre outros fatores, a escolaridade obrigatória e a proteção à saúde e à segurança da criança. Essas convenções internacionais deram origem a várias normas de proteção à criança e ao adolescente nos diversos países que as ratificaram."

An illustration showing a diverse group of people of various ethnicities and ages holding hands in a circle. The group includes a man in a traditional hat, a woman in a colorful dress, a man in a white shirt, a woman in a pink dress, a man in a blue shirt, a woman in a white dress, a man in a yellow shirt, a woman in a grey dress, and a man in a brown shirt. The background is a light blue gradient.

Fonte: MTE

Há uma harmonia entre imagem e texto. Na análise sobre o assédio moral, discuti a seriedade do tema em descompasso com a imagem utilizada. No caso desta Cartilha, o trabalho infantil é também algo grave, mas o público-alvo que “consumirá” este texto é a população de crianças e adolescentes. Nesse caso, há de haver uma adequação linguística, imagética e discursiva.

A página escolhida para a análise (figura 49) possui uma linguagem jurídica, mas foi suavizada pela imagem contextualizada. Veja-se que temos uma linguagem técnica para o público consumidor: enumeração de órgãos da ONU e de citações de convenções. Mas a imagem tem tudo que ver com o tema da cartilha. Como se trata da Organização das Nações Unidas (ONU), Ziraldo representou vários povos do Planeta de forma genérica em categorização cultural estereotipada pelas indumentárias e por características físicas.

No processo narrativo, todos estão de mãos dadas. Todos ocupam simetricamente o espaço da foto em uma composição transitiva. Todos são actantes, e as crianças são para quem se dirige a ação. Representando os povos, não se sabe se estão de mãos dadas protegendo as duas crianças que, também, estão de mãos dadas; ou eles estão brincando de roda, tipo de brincadeira infantil, e protegendo-as.

Essas análises apontam para uma teoria adequada para investigar recursos multimodais contemporâneos a fim de permitir tanto a descrição de características específicas de um recurso semiótico em particular como de propriedades semióticas gerais dos recursos semióticos que permitam a combinação com outras modalidades semióticas.

Para Baldry e Thibault (2006), com o objetivo de investigar a produção de significados em sistemas semióticos diversos, criam o “princípio de integração de recursos” segundo o qual textos nunca são monomodais.

O pensamento monomodal, como o da Revisão tradicional, para eles, é resultado de certa forma de pensar separadamente, recursos semióticos distintos, abstraídos do uso, como existindo de sua própria maneira.

Esse posicionamento permite-me conceber gêneros, no ato de revisar, como sendo sempre multimodais, fazendo uso, ou combinando recursos de diversos sistemas semióticos de forma a apresentar o que os autores chamam de “aspectos gerais e específicos” de cada recurso empregado em sua composição.

Em consonância com esse pensamento, Kress e van Leeuwen (1996) dão-nos as premissas para repensar o ato de revisar grafocêntrico:

- a) um conjunto de recursos semióticos está sempre envolvido em toda produção ou leitura dos textos;

- b) cada modalidade tem suas potencialidades específicas da representação e comunicação produzidas culturalmente, mas inerentes a cada recurso semiótico;
- c) é preciso compreender a maneira de ler esses textos como textos coerentes em si mesmos;
- d) tantos produtores e leitores têm poder em relação aos textos;
- e) escritores e leitores produzem signos complexos que emergem do "interesse" do produtor do texto;
- f) o "interesse" descreve a convergência de um complexo conjunto de fatores: histórias sociais e culturais, contextos sociais atuais, inclusive estimativas do produtor dos signos sobre o contexto comunicativo;
- g) o "interesse em representações aptas e em uma comunicação efetiva significa que os produtores de signos elegem significantes (formas) apropriados para expressar significados (sentidos), de maneira que a relação entre significante e significado não resulte arbitrária, mas motivada.

Segundo Vieira e Ferraz (2011), os textos multimodais revelam aspectos ideológicos da construção multimodal e o interesse dos produtores de texto guiados pelas necessidades sociais. O que temos de fazer com a emergente força da imagem no momento atual de nossa história é voltarmos para formas de investigação como as descritas por elas, com enfoque nas diversas semioses envolvidas na produção de sentido como um meio legítimo de método analítico. Uma efetiva e completa pesquisa científica deve passar pelo papel de desconstrutora da ação alienante de imagem para uma avaliação crítica de tudo que vemos.

Uma sociedade muda, por isso novas fontes da semiótica e novas maneiras de se utilizarem estas fontes podem ser necessárias, mas há resistências, porque as pessoas interessadas nas maneiras de se fazerem as coisas do passado veem seus valores adquiridos ameaçados e tentam impedir qualquer transformação.

Conclusão

Esta pesquisa intitulada “Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade” teve como objetivo mostrar a seguinte tese: **O revisor de texto deve ter uma visão crítica diante do gênero textual a ser revisado e levar em consideração, não só os aspectos verbais escritos, e, ainda, outros recursos semióticos (não verbais) também responsáveis pela construção de sentido e de efeitos discursivos em contextos sociais.**

Para levantar os dados que possibilitassem chegar às conclusões sobre essa tese, foram analisados textos de lei que regulamentam a profissão de Revisão, manuais de Revisão, entrevistas semiestruturadas com profissionais de Revisão de variados segmentos profissionais, confrontação da teoria mobilizada por esta tese com a prática de Revisão tradicional e análises de gêneros em uma perspectiva multissemiótica.

A pesquisa foi dividida em três momentos importantes que nortearam a constituição dos capítulos e modelaram os resultados obtidos: *discurso*, *gênero* e *multimodalidade*. A *Ideologia*, como explicitado na triangulação teórica no Capítulo 1, perpassaria toda a pesquisa que teve como princípio a reflexividade do trabalho do revisor. Cada elemento da tríade foi construído no desenvolvimento. Assim, *discurso* teve seu momento no Capítulo 2 e Seções 2.1 e 2.2; *gênero*, no Capítulo 3; e *multimodalidade*, no Capítulo 4. A seguir, farei uma referência dos capítulos e das conclusões parciais a que cheguei que ajudaram na constituição da tese.

No Capítulo 2 – **Da Revisão de Texto Tradicional – Compreendendo o Objeto: Contextualização**, respondi à primeira questão de pesquisa: *O que é revisar texto?* No intuito de situar a natureza da Revisão de Texto, confrontei-a com outras áreas que também lidam com o texto e relatei minha experiência como revisor. No primeiro momento, concluí que *Revisão*, *paráfrase* e *copidesque* poderiam ser agrupados na *reescritura*, uma vez que visam a ajustes no texto, não importando o grau de mudança. O mesmo princípio não se aplicaria à *conferência* e nem à *retextualização*. No primeiro caso, a *conferência* prima pela preocupação com coincidências de mancha gráfica entre duas versões de um mesmo documento. No segundo caso, na perspectiva de Marcuschi (2004), a *retextualização* é a transposição do sistema oral ao sistema escrito, o que, em si, não é uma prática inerente à *Revisão*, apesar de se poder operar a *Revisão* no texto transcrito. A *Revisão* não seria diferente da *copidescagem*, que, para muitos, seria uma atividade mais especializada que a *Revisão*. Mas,

como vimos, as diferenças esvaem-se porque as adequações realizadas no texto pelo copidesque podem ser feitas pelo revisor experiente. De outra parte, hoje em dia, são atividades indistintas nas tarefas que as duas realizam. Praticamente não existe mais a figura do copidesque. Mas o foco desta pesquisa foi a *reescritura* denominada *Revisão*, atividade profissional determinada por legislação, como vimos na Seção 2.1, que tem lugar nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo; tribunais, empresas de *marketing*.

Com o advento da *globalização*, não podemos deixar de considerar as transformações ocorridas também no campo da linguagem que afetam as formas de comunicação e, também, à atividade do revisor. Neste contexto, os conceitos de *reconfiguração* e de *recontextualização* apresentam-se a este profissional como novos desafios. Os gêneros textuais a serem revisados são práticas sociais que podem incorporar práticas de outro(s) contexto(s), podendo ser reescritos, recontextualizados e consumidos em escalas mais amplas que o contexto local (imediate e nacional). As mudanças operadas no gênero seriam, neste caso, um processo mais profundo em que se adequariam mudanças não apenas na configuração interna do gênero textual – adaptações nos aspectos linguístico, na estrutura potencial e na função social imediata do gênero –, mas levando-se em consideração, também, a incorporação de práticas sociais globais e a conseqüente incorporação intencional de outros textos a uma produção discursiva particular para circular em escala global.

Neste mesmo Capítulo, ainda no delineamento da natureza da Revisão, fiz um relato de meu percurso como revisor profissional. No primeiro momento, situei-me nos processos de minha formação profissional e os equívocos teóricos nos quais estava imerso, reflexos de uma prática ainda presente nos contextos de Revisão, como têm sido mostrados nesta pesquisa. No segundo momento, foquei os problemas por mim vividos em trabalhar em um ambiente dominado por profissionais de outra área de atuação, amparados por uma regulamentação que exclui o profissional de Letras, o que causou bastantes reflexões, culminando com a concepção desta tese. A discussão sobre as relações de poder foi melhor desenvolvida na Seção 2.1.

Na Seção 2.1 **Da Revisão de Texto Tradicional: Compreendendo o Objeto – Discurso, Legislação, Corporativismo, Ideologia**, a questão a ser respondida foi: *Qual é o local do profissional de Letras no mercado de trabalho de Revisão de Texto sem uma regulamentação que o ampare?* Discuti a legislação que rege o trabalho do profissional de Revisão que, desde seu início, anos de 1940, é voltada à área de Jornalismo. O revisor de Letras atua por uma força consuetudinária, mas não legal, até porque há uma tradição equivocada de que este profissional tem, pela natureza do objeto de estudo do curso, o domínio da norma padrão, como a única variedade de língua a ser estudada. Apesar de receber, atualmente, uma formação adequada sobre a natureza da

linguagem, gênero e discurso, o profissional desta área revisa fora dos portões da imprensa. Em termos jurídicos, isso pode implicar diferentes interpretações quanto à jornada de trabalho que deve cumprir e ao direito de ele poder ou não atuar profissionalmente, como vimos na análise de jurisprudências.

A desnecessidade de diploma de nível superior para exercer a função de jornalista foi firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Por consequência, implicou uma suposta abertura de o profissional de Letras exercer a atividade de Revisão em órgãos de imprensa. Mas esta decisão foi inócua. Primeiro, o profissional de Revisão quase não existe mais nestes contextos. A função do revisor foi desviada para o próprio jornalista e para o editor, cujo resultado nem sempre é satisfatório. Segundo, a decisão do Supremo não impediu os órgãos de imprensa contratarem apenas profissionais de sua área. E aí voltamos ao começo.

Compreendendo que o sujeito, ator ideológico, é constituído por processos discursivos e ao mesmo tempo constitui os processos discursivos (FAIRCLOUGH, 1989, 2001a), urge, assim, que o profissional de Letras não assuma um papel de sujeito preposicionado, frente às imposições ideológicas em que está imerso por uma legislação. Leis não conferem competências teóricas e nem técnicas. Só ajudam na manutenção de poder, de *status quo*.

Na Seção 2.2 **Construção e Desconstrução do Objeto: a Natureza da Revisão Tradicional – Norma Padrão, Língua Escrita e Monomodalidade**, a questão de pesquisa foi: *Que práticas discursivas sustentam a visão tradicional de revisão de textos como ato de “fazer correção gramatical” para “evitar erros”?* Como vimos, os manuais de Revisão analisados atribuem um papel muito limitado ao revisor; focam-se na modalidade escrita formal e, por consequência, têm a GT como parâmetro de linguagem e de correção. De outra parte, na visão tradicional da Revisão de Texto, cabe ao revisor a conferência. Isso fica patente na afirmação de tais compêndios de que a função do revisor é cumprir aquilo que foi pedido no processo de produção de texto. Sua função é, depois de o texto ter sido composto, acompanhar a prova com o original, checando palavra por palavra, “vigilando” os erros de composição e também do autor, evitando letras de fontes estranhas que se possam ter infiltrado no texto composto.

Neste caso, a GT e a modalidade escrita formal confundem-se. A tradição gramatical prescritiva exerce papel ainda muito marcante na atividade de Revisão de Texto. Para todos eles, para ser bom revisor, exige-se ótimo conhecimento de GT – regras de acentuação, regência, crase. O revisor seria um “fiscal da língua”. Como resultado, todos os manuais analisados dedicam sempre um “cantinho” às regras da norma padrão. Assim, estes autores são reificadores e naturalizadores de uma tradição grafocêntrica, prescritiva.

Esta pesquisa defendeu também a abordagem discursiva na profissão de Revisão porque as propostas apresentadas não apenas reduzem o papel do revisor, mas o da própria língua. A língua pode muito mais. Em uma perspectiva discursiva, Fairclough (2001a) assevera que a análise textual não pode consistir simplesmente na descrição de textos isoladamente de sua interpretação. A análise é necessária em dois níveis: um para tentar construir um sentido em relação aos aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva, em particular como “traços” de processos de produção textual e como “pistas” nos processos de interpretação; o outro nível consiste na análise em que se tenta construir um sentido a partir de nossa interpretação de como os textos são produzidos e interpretados. Ambos, aspectos e interpretação, são encaixados numa prática social mais ampla e são interdependentes.

No Capítulo 3 – **Gêneros Textuais e Revisão de Texto: Formas de Ação Social**, a questão de pesquisa foi “Qual é a importância da Teoria dos Gêneros Textuais para a Revisão?” Esta pergunta, como percebemos, torna-se quase retórica, porque o interesse pela teoria dos gêneros e suas aplicações não se restringem mais a um grupo específico de pesquisadores de uma área em particular ou de um setor.

O revisor de texto, mesmo conhecendo intuitivamente a natureza do gênero, sua prototipicidade, sua estrutura esquemática e a comunidade discursiva que o produziu (ou a comunidade que o consumirá) como parte de suas atividades, precisa ter uma visão teoricamente consciente da peça discursiva sob sua responsabilidade. Bazerman (2006) afirma que, sendo o gênero povoado por vários objetos apropriados, adequadamente traduzidos, para seu mundo representado, e por ser completamente responsável por carregar a força total das outras realidades representadas, podemos, então, fazer coisas com esses objetos.

Os gêneros textuais não são apenas estruturas seja no nível de sua organização prototípica, seja no nível linguístico. Sua estrutura gramatical não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas (enunciados concretos) que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação viva, na interação com as pessoas que nos rodeiam. Dessas afirmações advêm três linhas de pesquisa da Teoria dos Gêneros Textuais que se complementam e são importantes para a atividade de Revisão.

Na *perspectiva Sociodiscursiva*, o revisor deve levar em consideração que todas as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas com a utilização da língua, e esses modos de utilização são tão variados como as próprias esferas da atividade humana e são efetivados em forma de enunciados (orais e escritos; no caso desta pesquisa, podem ser visuais), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana. Os gêneros modali-

zam-se às características de suas esferas, e eles mostram estas esferas. A lição fica à prática de Revisão de texto que não se deve separar forma e conteúdo, que o social tem primazia sobre o individual. O gênero a ser revisado ao ser enunciado produz efeitos – sentido, a significação, o tema do enunciado, a interação.

Na *perspectiva Sociorretórica*, o gênero precisa ser centrado na ação que é usada para a sua realização, e não na substância ou na forma de discurso. Quem contrata um revisor espera que seu discurso seja útil, relevante e que cumpra a intenção que tem em mente. Sempre produzimos textos na intenção do outro. Por isso o revisor deve pensar a peça discursiva sob sua responsabilidade como uma ligação entre intenção e efeito, um aspecto da ação social.

Cinco características de gênero no pensamento de Swales são cruciais para a Revisão de Texto: a *ideia de classe*, constituída do discurso dos participantes, da função do discurso e do ambiente em que o discurso é produzido e recebido (não se pode detectar este princípio no *folder*, no acórdão, ficou mais evidenciada); o gênero tem sempre *propósito(s)* mesmo que não seja fácil determiná-lo (este é um ponto problemático na Teoria dos Gêneros Textuais como ficou patente nas discussões teóricas e na aplicação dos princípios de Swales ao *folder*); *prototipicidade*, um gênero será classificado como sendo um exemplo típico se possuir os traços característicos do mais típico da categoria (como mostrei na análise do acórdão; o *folder* já nega este princípio, porque varia muito em sua composição e uso em contextos sociais); *razão* (ou lógica) *subjacente*, reconhecimento (protótipo e função) do gênero pelos membros da comunidade discursiva como sendo uma produção que circula no grupo (aqui se repetem as observações feitas sobre o acórdão e o *folder* no tópico anterior); e *terminologia (léxico)*, elaborada pela *comunidade discursiva* para o seu próprio uso (o acórdão evidencia um jargão típico da área jurídica, mas o *folder*, como circula em diferentes esferas sociais, pode assumir o jargão destas esferas).

Na visão de Kress (1989), os gêneros são resultado de múltiplos sentidos, mesmo sendo construídos por elementos gráficos não deixa de ser significativo. Conhecer o gênero em uma perspectiva sociodiscursiva ou sociorretórica é importante, mas não devemos negligenciar a importância de sua constituição interna por meio de vários recursos semióticos, assim a *vertente sociodiscursiva* distancia-se de teorias que se voltam exclusivamente para questões relativas à constituição interna do gênero: sua organização textual, suas características temáticas, seu registro ou constituição lexicogramatical.

O enfoque de Kress dá ênfase à noção de hibridização, destacando a forma como os gêneros apresentam elementos, tanto de múltiplas formações discursivas, quanto de variadas categorias genéricas. Fator também importante para esta pesquisa foi que, nesta perspectiva, os gêneros textuais não podem ser estudados sem levar em consideração elementos não verbais.

No Capítulo 4 - **O Lugar das Imagens Visuais no Processo de Revisão Textual: entre a Monomodalidade Grafocêntrica e a Multimodalidade**, as questões de pesquisa foram: *Que lugar ocupam as imagens visuais nos manuais de Revisão? Que mudanças podem advir de uma revisão em uma perspectiva crítica e multimodal?* Mostrei como o grafocentrismo constitui-se, ainda, uma das causas da visão erroneamente monomodal do gênero na Revisão. Pelas análises dos manuais de Revisão, pela interpretação dos dados das entrevistas semiestruturadas aplicadas a revisores de diferentes esferas trabalhistas e pela análise do gênero híbrido, realizada por revisores também de três esferas de atividade – serviço público, *marketing*, direito e editoração eletrônica –, ficou evidenciada a abordagem redutora do ato de revisar texto, bem diferente do pensamento dos semioticistas sociais.

Na Revisão de Texto tradicional, as imagens entram como ilustração para tornar o texto mais “agradável”, como mera composição, e não como auxiliar no sentido do texto; a imagem torna-se uma mera escrava do texto, com força de significação passiva. Isso também se reflete nas práticas de revisores. Consideram-se as imagens visuais apenas no processo de formatação – cuidados que se devem ter na organização dentro do texto, na qualidade, dicas sobre o emprego técnico desse material. Escolhem-se famílias de letras por ter melhor acabamento, e não por poder conotar.

Gêneros híbridos, constituídos por recursos semióticos linguísticos e visuais, são revisados prestando-se atenção apenas no componente linguístico, na camada microtextual. Por isso, não levam em consideração o aspecto macro – *prática discursiva e prática social*. Os discursos são uma forma de ação, não importando a(s) fonte(s) semiótica(s) que os constituíram. Por meio deles, as pessoas agem sobre as outras e sobre o mundo. A escrita e as imagens visuais são uma prática, e não meras representações do mundo, mas de significação do próprio mundo, constituindo-o e construindo-o em significado. Uma peça discursiva a ser revisada pode manter e transformar as relações sociais de poder e as entidades coletivas quando existe relação de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001a).

Revisores que tiveram uma formação discursiva, crítica e multimodal têm outra postura diante do gênero a ser revisado. Já se delinham preocupações de ordem social, retórica; levam em consideração a adequação do gênero à situação sociocomunicativa. Isso aponta para a necessidade de uma formação ampla dos revisores, calcada em uma nova visão sobre linguagem. Quais são as razões sociais que justificam essa formação? Para van Leeuwen (2005), o foco mudou do signo para a maneira com que as pessoas usam as fontes da Semió-

tica não só com fins de comunicação e de ação, mas, também, de interpretação. Desse modo, o revisor deve ter uma atitude ativa em sua prática profissional. Os recursos semióticos, com os quais os revisores lidam, por si sós, não têm força enunciativa, são amorfos, a significação quem lhes dá é o uso motivado e contextualizado. Segundo Jewitt e Oyama (2001), os recursos semióticos são um conjunto limitado de significados prováveis.

O trabalho do revisor diante desses recursos de linguagem não é apenas inventariá-los, mas ajudar na investigação de como estes são usados, como funcionam em contextos específicos. Desse modo, o profissional também contribui para descoberta e para o desenvolvimento de novas fontes semióticas e novas maneiras de usá-las. Daí entra a importância da *Semiótica Social* e da *Multimodalidade* para uma nova prática de Revisão.

A *Semiótica Social* tem sua importância porque descreve as semioses humanas como resultado de processos sociais, históricos e ideológicos na construção dos signos. As produções semióticas concretas, um gênero a ser revisado, são resultados de processos sociais e históricos, e produz efeitos em contextos sociais. Nessa perspectiva, os sentidos são construídos por meio de uma série de recursos e práticas semióticas.

Quanto à importância do sentido em uma *teoria multimodal* de comunicação, as fontes da multimodalidade estão disponíveis em uma cultura e são empregadas para significar em um ou em todos os signos, em qualquer nível, em qualquer forma (KRESS; van LEEUWEN, 2001). A perspectiva da Multimodalidade é importante para romper com a hegemonia e com a tradição grafocêntrica milenar, principalmente porque, agora, está havendo uma mudança profunda no sistema de mídia e nos modos de representação e de comunicação. O revisor deve acompanhar essas transformações porque o cenário semiótico está sendo refeito. Nesse contexto, os autores afirmam que devemos pensar em uma teoria multimodal para explicar essas mudanças e repensar a valorização da escrita.

Assim, a prática da Revisão redutora apenas linguisticamente orientada pode explicar apenas parte do panorama comunicacional. Torna-se ineficaz para analisar os significados relativos a interesses e motivações do produtor do signo em um contexto social específico. O material a ser revisado é resultado de múltiplas articulações de recursos semióticos e contam com uma multiplicidade de outros que significam à medida que eles contribuem para uma multiplicidade de níveis (*strata*) de articulações.

Nesse sentido, quatro domínios da prática na qual os sentidos são predominantemente realizados têm importância para a prática de revisar texto: *discurso*: o gênero a ser revisado é resultado de algum conhecimento da realidade, ele foi desenvolvido em contextos sociais específicos, de modo que deve

ser apropriado para os interesses dos atores sociais situados. Ele é o entremeio entre o conteúdo e a expressão (*design*). Ele é resultado da articulação motivada de recursos para sua produção material real. Para isso habilidades técnicas e visuais foram invocadas para sua produção a fim de que ele seja melhor produzido, distribuído e consumido (*produção*). Na *distribuição*, ele poderá ter distribuição simples – na conversação casual, vale o contexto imediato de situação; outros têm distribuição complexa – textos produzidos por líderes políticos, por exemplo.

O revisor deve está engajado nesses quatro níveis, tendo em vista que seu papel é de co-enunciador e pode participar ativamente nesse processo. Por isso este profissional deve estar atento aos pressupostos da Multimodalidade: o gênero produzido não é só resultado de recursos semióticos ativos apenas para o produtor/revisor, mas esses recursos devem ser também interpretados ativamente pelos “leitores”, porque tanto os produtores quanto os interlocutores têm poder em relação aos recursos semióticos. Para Kress e van Leeuwen (2001), assim o interesse determina a convergência de um complexo conjunto de fatores: histórias sociais e culturais, contextos sociais atuais, inclusive expectativas do produtor dos signos sobre o contexto comunicativo.

Torna-se essencial, então, a formação do revisor na Gramática visual para melhor entender e desvelar a organização da sintaxe visual de uma totalidade constitutiva de sentido (peça discursiva), construída a partir da motivação, seleção, produção (organização), adaptação de uma série de recursos semióticos motivados. Por isso, a importância de a comunicação visual dever sair do domínio dos especialistas, e tornar-se de domínio público.

No processo de Revisão Tradicional, a linguagem verbal é vista com um meio de chegar a uma forma de pensamento superior ao modo visual e ao tátil. Expandir nossa capacidade de ver significa expandir nossa capacidade de entender uma mensagem visual, e, o que é ainda mais importante, de criar uma mensagem visual (DONDIS, 2007).

Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (VOLP)*. São Paulo: Global Editora, 2009.

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. (Trad. Rodrigues *et al.*). São Paulo: Cortez, 2008.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

AREZIO, Artur. *Revisão de provas tipográficas*. Bahia: Imprensa Oficial, 1925.

ARROJO, Rosemary. *A relação exemplar entre autor e revisor (e outros trabalhadores textuais semelhantes) e o mito de babel: alguns comentários sobre história do cerco de Lisboa, de José Saramago*: Unicamp (s.d.)

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso*. *Revista Presença Pedagógica*. Belo Horizonte: UFMGO, 2006.

BAKHTIN, M. (VOLOSCHINOV [1929]). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALDRY, A.; THIBAUT, P. J. *Multimodal transcription and text analysis: a multimedia toolkit and coursebook with associated on-line course*. Equinox: London, 2006.

BALOCCO, A. E. A perspectiva discursiva-semiótica de Gunther Kress: um gênero como um recurso representacional. In: MEURER, J. L., BONINI, Adair e MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Lisboa: Edições 70, 1964.

BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação. Ângela Paiva Dionisio e Judith Chambliss Hoffnagel (Orgs.). *Judith Chambliss Hoffnagel* (Trad. e Adap.). São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Systems of genres and the enactment of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). *Genre and the New Rethoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BHATIA, Vijay K. *Genre analysis today*. Benedito Gomes Bezerra (Trad.). *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelles, 75, p. 629-652, 1997.
- BELLATONI, J.; WOOLMAN, M. *Type in motion: innovation in digital graphics*. London: Thames and Hudson, 1999.
- BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J.C. Análise de gêneros na abordagem de Swales princípios teóricos e metodológico. In: BIASI-RODRIGUES, Bernadete; ARAÚJO, Júlio C.; SOUSA, Socorro C. T. (Orgs.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: EDUSP, 2002.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*, 2006.
- BOURDIEU, P. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: USP, 1998.
- BRASIL. Lei nº 6.612/78.
- _____. Decreto-Lei nº 7.858, de 13 de agosto de 1945.
- _____. *Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*. Decreto-Lei nº 5.452, 1 de maio de 1943.
- _____. Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.
- _____. Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979.
- _____. Instrução Normativa nº 4, de 4 de março de 1992.
- _____. Lei nº 6.612, de 17 de outubro de 1969.
- _____. *Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)*. Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002.
- _____./MTE. *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*, 2007.
- _____./MEC. *Parâmetros curriculares nacionais (PCN)*, 2000.
- BURKE, P. *What is cultural history?* USA: Polity, 2004
- CARVALHO, G. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-RUTH, D. (Orgs.). *Gêneros teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- CATUNDA, E. L. *Um estudo do gênero jurídico acórdão*. (Dissertação de mestrado). Fortaleza: UFC, 2004.

- COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. Brasília: Editora SENAC, 2008.
- CAVALCANTI, Jauranice R. *Professor, leitura e escrita*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, R. *Dicionário de Análise de Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977, [1972].
- _____. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1984.
- FAIRCLOUGH, N. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. In: *Method of critical discourse analysis*. London, Thousand, New Delhi, Singapore: SAGE Publications, 2009.
- _____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.
- _____. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília/DF: Edunb, 2001a.
- _____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación em ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). *Métodos del análisis crítico del discurso*. FERNANDEZ, Tomás; EGUIBAR, Aúz Beatriz (Trad.). Barcelona: GEDISA, 2003b.
- _____. *Language and globalization*. London: Routledge, 2006.
- _____. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FAÏTA, Daniel. A noção de "gênero discursivo" em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- FERRAZ, Janaína de A. *A multimodalidade no ensino de português do Brasil como segunda língua: novas perspectivas discursivas críticas*. (Tese de doutoramento). Brasília: UnB, 2011.
- FIORIN, J. L. Teoria dos Signos. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FISCHER, W. R. *Genre: concepts and application in rhetorical criticism*. Western Journal of Speech Communication 1980.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. NETZ, Sandra (Trad.). Porto Alegre: Buckman, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida (Trad.). São Paulo: Loyola, 1996, [1970].

_____. *A arqueologia do saber*. NEVES, Luiz Felipe Baeta (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1972].

FOWLER, R. Notes on critical linguistics. In: STEELE, R.; THREADGOLD, T. (Orgs.). *Language topics*. v. 2, Amsterdam: Bejamins, 1988.

GIDDENS, A. *The constitution of society*. outline of the Theory of Structuration. Berkeley: University of California Press, 1984.

GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1971.

HALLIDAY. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HASAN, R. The structure of the text. In: HALLIDAY, R. *Language, context and text: aspects of language in a social semiotic perspective*. Oxford: OUP, 1985.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

HEMAIS, B.; de BIASI-RODRIGUES. A proposta de John Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IKEDA, S. N. A noção de gênero textual na linguística de Roger Fowler. In: gêneros teorias, métodos e debates. MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

ILARI, R.; GERALDI, W. J. *Semântica*. São Paulo: Ática, [1995] 2001.

JEWITT, C.; OYAMA, R. Visual meaning: a social semiotic approach. In: *Handbook of visual analysis*. London: Sage Publications Ltd., 2007.

KINNEAVY, J. L. *A theory of discourse: aims of discourse*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall International, 1971.

KOCH, I. V. G. *A Inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *O texto e construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

- KOCH, Ingedore V.; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRESS, G. *Critical discourse analysis*. Annual Review of applied Linguistics, n. 11, p. 84-97, 1990.
- _____. the social productions the sign as foundational issue. In: *Critical discourse analysis*. Discourse and Society 4, p. 2, 1993.
- _____. Multimodal texts and critical discourse analysis. In: PEDRO, Emilia Ribeiro. *Discourse analysis: proceedings of the First International Conference on Discourse Analysis*. Lisbon: University of Lisbon, June, 1997.
- _____. *Linguistic process in sociocultural practices*. Oxford: OUP, 1989.
- KRESS, G.; Van LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.
- _____. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.
- KREUTZ, Elizete de A.; FRÖHLIC, Juliane C. Em cartaz: Hollyfruti. Um estudo da apropriação cultural como estratégia comunicacional da marca Hortifruti. In: *Discursos Contemporâneos em Estudo*, v. 1, n. 1. Brasília – Centro de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (CEPADIC): UnB, 2011.
- LEITE-GARCÍA, Regina; Van LEEUWEN, T. Semiótica discursiva. In: van DIJK, T. *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.
- LA VIELLE E SILVA, Adriana Pozzani de. *A função autor-revisor e a reconfiguração do enunciável: um olhar discursivo sobre a reescrita de livros*. Dourados: Raídos, 2011.
- LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC Editora, 2000
- MARCHUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, K. S. (Orgs). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna (2006).
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTIN, J. R. Process and text: two aspects of human semiosis. In: BENSON, J. D.; GREAVES, W. S. (Orgs.). *Systemic perspective on discourse*. v. 1. Norwood: ALEX, 1985.

_____. Genre and literacy: modelling context in educational linguistics. In: *Annual review of applied linguistics*, n. 13, 1993.

MATTHIESSEN, C.M. I. The multimodal page: a systemic functional exploration. In: ROYCE T.; BOWCHER, W. *New directions in the analysis of multimodal discourse*. New Jersey: Lawrence, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. *Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão*. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, João Bosco et al. *Manual de redação e revisão*. São Paulo: Atlas, 1995

MEY, J. L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. AGUIAR, Ana Cristina de (Trad.). Campinas: Mercado das Letras, 2000.

MEYER, Michael. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: *Métodos de análisis crítico del discurso*. WODAK, Ruth.; MEYER, Michael (Orgs.). Traducción de Tomás Fernandez Aúz Beatriz Eguibar. Barcelona: GEDISA, 2003.

MILLER, Karolyn R. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2009.

_____. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.). *Genre and the New Rethoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

MOTTA-ROTH, D. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs.). *Gêneros textuais*. José Bauru: Edusc, 2002.

MOTTA-ROTH, D.; HERBELE, V. M. O Conceito de "estrutura potencial do gênero" de Ruqaya Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros, teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

OLIVEIRA, Risleide Rosa F. de. *Revisão de textos: da prática à teoria*. Natal: EDUFRN, 2010.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORMUNDO, Joana da S. *A reconfiguração da linguagem na globalização: investigação da linguagem on-line*. (Tese de doutorado): Brasília: UnB, 2007.

PEDRO, Emília Ribeiro. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Almedina, 1999.

- POSSENTI, S. *Questões para analista de discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PINHEIRO, Najala Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs.). *Gêneros textuais*. Bauru: Edusc, 2002.
- PINTO, Ildete Oliveira. *O livro: manual de preparação e revisão*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Ana Adelina L. *Um caminho estrangeiro na compreensão do gênero: estratégias cognitivas em produção textual do Celpebras*. (Tese de doutorado). Brasília: UnB, 2007.
- RESENDE, Viviane de M.; RAMALHO, Viviane. *Análise crítica de discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs.). *Gêneros, teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- RODGE, R.; KRESS, G. *Social semiotics*. Oxford: Polity Press and Blackwell Publishers, 1988.
- ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs.). *Gêneros, teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- ROSIER, L. *Les discours rapporté, histoire, theories, pratiques*. Bruxelles: Duculot, 1999.
- ROYCE, T. D. Intersemiotic complementarity: a framework for multimodal discourse analysis. In: *New directions in the analysis of multimodal discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.
- SALGADO, Luciana. *O autor e seu duplo nos ritos genéticos editoriais*. São Paulo: UNICAMP, 2007.
- SAVIOLI, Francisco P.; FIORIN, José Luis. *Manual do candidato: português*, Fung, 2001.
- SILVA, Z. P. *Controle sanitário: construção e desconstrução de sentidos em linguagem publicitária*. (Tese de Doutorado). Brasília: UnB, 2011.
- SILVEIRA, Regina Celia Pagliuchi. A representação do feminino em textos multimodais. In: *Discursos Contemporâneos em Estudo*, v. 1, n. 1. Brasília – Centro de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (CEPADIC): UnB, 2011.
- STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SWALES, B. *Genre and engagement*. Revue belge de philologie et d'histoire, v. 71.
- SWALES, J. M. *Genre analysis: english in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

- THIBAUT, P. J. Writing, graphology, and visual semiosis. In: *New directions in the analysis of multimodal discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2007
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAN DIJK, T. *Cognição, discurso de interação*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Discurso e poder*. HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Coord. Trad. Adapt.) São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. La multidisciplinarietà del análisis del discurso: un alegato em favor de la diversidad. In: *Métodos de análisis crítico del discurso*. WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). Traducción de Tomás Fernandez Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003.
- VAN LEEUWEN, T. *Genre and field in critical discourse analysis: a synopsis*. *Discourse and society*, v. 4, n. 2, p. 193-225. 1993.
- _____. *Introducing social semiotics*. USA: Routledge, 2005.
- _____. *The language of color*. in introduction: London: Routledge, 2011.
- VAN LEEUWEN, T.; JEWITT, C. *Handbook of visual analysis*. London: SAGE Publications Ltd., 2001.
- VERÍSSIMO, L. F. *Cuidado com os revisores*. São Paulo: Vipe Exame, 1995.
- VIAN Jr., O.; LIMA-LOPES, R. E. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros, teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- VIEIRA, Josenia A. et al. *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VIEIRA, Josenia A.; FERRAZ, Janaína de A. Percursos e avanços do texto multimodal: novas perspectivas na contemporaneidade. In: *Discursos Contemporâneos em Estudo*, v. 1, n. 1. Brasília – Centro de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (CEPADIC): UnB, 2011.
- WHITE, Jan V. *Edição e design*. São Paulo: JSN Editora, 2006.
- WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: *Métodos de análisis crítico del discurso*. WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). Traducción de Tomás Fernandez Aúz Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003.
- _____. El enfoque histórico Del discurso. In: *Métodos de análisis crítico del discurso*. WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). Traducción de Tomás Fernandez Aúz Beatriz Eguibar. Barcelona: GEDISA, 2003.